

Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia

Número 29/30, janeiro de 2002 /dezembro de 2003

# ESTUDOS

Linguísticos e Literários

# ESTUDOS

Lingüísticos e Literários

# Universidade Federal da Bahia

Reitor

**Naomar Monteiro de Almeida Filho**

## Instituto de Letras

Diretora

**Evelina Hoisel**

Vice-diretora

**Therezinha Maria Mello Barreto**

O Corpo Editorial da revista Estudos Lingüísticos e Literários interfere apenas nos aspectos técnicos de formatação dos artigos.

Estudos Lingüísticos e Literários, n. 29-30, Salvador, Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, Universidade Federal da Bahia, janeiro de 2002-dezembro de 2003, 300p.  
20,0 x 26,0 cm.

1. Letras - Periódicos I. Mestrado em Letras,  
Universidade Federal da Bahia.

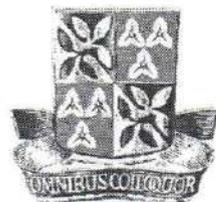
CDU 8 (05)

ISSN 0102-5465

# ESTUDOS

Lingüísticos e Literários

Número 29/30, janeiro de 2002/dezembro de 2003



Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística  
Universidade Federal da Bahia

# ESTUDOS

Linguísticos e Literários

Número 29-30, janeiro de 2002/dezembro de 2003

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**EM LETRAS E LINGÜÍSTICA**

**Universidade Federal da Bahia**

**PUBLICAÇÃO SEMESTRAL**

Coordenadora do PPGLL

**Eneida Leal Cunha**

Editora

**Evelina Hoisel**

Co-editora

**Célia Marques Telles**

Conselho Editorial

**Celina de Araújo Scheinowitz (UFBA/UEFS)**

**Décio Torres Cruz (UFBA/PPGLL)**

**Ilza Maria de Oliveira Ribeiro (UNIFACS)**

**Jacques Salah (UFBA/PPGLL)**

**Lígia Guimarães Telles (UFBA/PPGLL)**

**Lizir Arcanjo Alves (UCSAL)**

**Luiz Antonio Marcuschi (UFPE)**

**Maria Tereza Abelha (UEFS)**

**Myriam Fraga (FCJA)**

**Regina Zilbermann (PUCRS)**

**Rosa Virgínia Mattos e Silva (UFBA/PPGLL)**

**Serafina Maria de Souza Pondé (UFBA/PPGLL)**

**Sílvia Rita Magalhães de Olinda (UEFS)**

**Sumaia Sahade Araújo (UNIFACS)**

Revisão técnica

**Hilda Maria Ferreira Conceição**

Revisão do texto

**Jane Lemos**

Apoio técnico-administrativo

**Robélia Alves Cabral**

Projeto Gráfico / Editoração

**Humberto Vellame / Bete Capinan**



**INSTITUTO DE LETRAS**

**DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

Rua Barão de Geremoabo, 147

Campus de Ondina, CEP 40.170-290, Salvador, Bahia, Brasil

Telefones: (71) 263-6209/6212

Fax: (71) 263-6208

E-mail: [pgletba@ufba.br](mailto:pgletba@ufba.br)

# Sumário

Apresentação	7
Estudos Lingüísticos	
Breve incursão pelo léxico medieval do português: o testemunho de um manuscrito trecentista <i>Américo Venâncio Lopes Machado Filho</i>	15
Motivação e cognição: aspectos intersemióticos <i>Célia Nunes Silva</i> <i>Denise Chaves de Menezes Scheyerl</i> <i>Sílvia Maria Guerra Anastácio</i>	31
Tecnologia, globalização e (r)evoluções lingüísticas e culturais <i>Décio Torres Cruz</i>	41
Marcadores de negação fracos e fortes <i>Ivone Afonso</i>	57
Aspectos da língua falada <i>Lícia Maria Bahia Heine</i>	79
Palavra, significado, física quântica e mediunidade <i>Luciano Amaral Oliveira</i>	99
Dêixis locativa e categorias cognitivas <i>Maria Luiza Braga</i> <i>Maria da Conceição Paiva</i>	111
As expressões do tempo <i>Mário Augusto da Silva Santos</i>	123
A gramaticalização numa perspectiva diacrônica: contribuições baianas <i>Rosa Virgínia Mattos e Silva</i>	135
Aspectos da gramaticalização na história das preposições do latim ao português <i>Rosaura Maria Galvão Fagundes Poggio</i>	149
Espacialização de base dêitica: adverbais portugueses no século XVI <i>Sônia Bastos Borba Costa</i>	163
Como se diz: <i>depuis</i> ou <i>il y a</i> ? <i>Takiko do Nascimento</i>	177

## Estudos Literários

Leitura de imagens no conto <i>A menor mulher do mundo</i> , de Clarice Lispector <i>Antonia Herrera</i>	193
"A bela e a fera" na literatura infanto-juvenil <i>Doralice Fernandes Xavier Alcoforado</i>	205
Dois princípios poéticos de Hugo Loetscher <i>Jael Glauce da Fonseca</i>	215
O contexto histórico-literário do tratado ascético-místico <i>Castelo perigoso</i> <i>João Antonio de Santana Neto</i>	227
Poesia negra contemporânea: o redescobrimento do Brasil Discurso poético, consciência e atitude <i>Luciano Rodrigues Lima</i>	245
Constructions of masculinities: fathers, men, and males in Christopher Marlowe's <i>Edward II</i> <i>Stephan Baumgärtel</i>	261
Resenha	283
Conversa de homem <i>Sônia van Dijck</i>	279
Livros e revistas	283

# Apresentação

**A** *Revista Estudos Lingüísticos e Literários* chega ao número 30, às vésperas dos seus vinte anos de existência. Além do número 30, este volume inclui também o número 29, ambos referentes ao período compreendido entre janeiro de 2002 e dezembro de 2003. Com esta forma de composição, estamos atualizando a sua publicação que, ultimamente, tem se ressentido da falta de recursos para manter uma periodicidade regular. Algumas parcerias têm sido estabelecidas com instituições de fomento ou com outras instituições culturais no sentido de viabilizar a publicação. Entretanto, mesmo quando estas parcerias não são possíveis, *Estudos* tem se mantido ao longo dos anos, possibilitando uma ampla interlocução entre os pesquisadores do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia e os de outras instituições de ensino e pesquisa do país e do exterior, na área dos estudos lingüísticos e literários.

Neste volume, na área dos estudos lingüísticos, temos doze trabalhos que tratam de questões teóricas e críticas recorrentes nos diversos projetos de pesquisa do Instituto de Letras da UFBA. Américo Venâncio Lopes Machado Filho, na sua "Breve incursão pelo léxico medieval do português: o testemunho de um manuscrito trecentista", procede a uma observação preliminar sobre o léxico patente em um *Flos Sanctorum* do século XIV, ainda inédito. A partir do estabelecimento do domínio compreendido entre o sacro e o profano, Américo Venâncio procura caracterizar o momento histórico-cultural de produção desse documento trecentista, um dos três manuscritos da bibliografia medieval mais antiga preservada no Brasil.

Partindo da assertiva de que a atividade perceptiva do indivíduo tem sido estudada dentro do campo da psicologia cognitiva, as autoras do trabalho "Motivação e cognição: aspectos intersemióticos", Célia Nunes Silva, Denise Chaves de Menezes Scheyerl e Sílvia Maria Guerra Anastácio, aproximam aspectos cognitivos e motivacionais dentro do processo da aquisição de uma segunda língua, privilegiando o papel da intersemiose, em que signos provenientes de linguagens diversas podem estimular os sentidos do aluno. Tomando como ponto de partida o estudo de narrativas, as autoras, nas suas reflexões,

fundamentam-se na abordagem construtivista do psicólogo Piaget e na abordagem transacional de John Dewey e Arthur Bentley.

Em “Tecnologia, globalização e (r)evoluções lingüísticas e culturais”, Décio Torres Cruz estuda o processo de mudanças lingüísticas que se opera sobre as línguas com o advento de novas tecnologias e a mudança de costumes e regras de comportamento introduzidos pelo processo de globalização. A abordagem se efetua em três etapas: na primeira, observa as mudanças lingüísticas trazidas pela nova tecnologia do computador e pela expansão da informática, tanto na língua inglesa como na língua portuguesa falada no Brasil; na segunda, destaca algumas transformações culturais que ocorrem em certos hábitos e costumes regionais e nacionais resultantes do processo de globalização, verificando como essas mudanças vêm provocando transformações lingüísticas e modificando a língua portuguesa, principalmente na área de negócios, administração, comunicação e publicidade; na terceira etapa, analisa as mudanças ocorridas na língua inglesa, considerando os movimentos das “minorias” étnicas e de gênero.

A partir de um *corpus* constituído de dados extraídos do português brasileiro, de um dialeto falado em Salvador-Bahia, Ivone Afonso, em “Marcadores de negação fracos e fortes”, investiga a partícula de negação na posição sintática pós-verbal em frases curtas, no contexto de diálogo. Para desenvolver as suas reflexões, fundamenta-se principalmente nas propostas teóricas de J. Y. Pollock e Raffaella Zanuttini a respeito das línguas e dos dialetos românicos, bem como nas de Ana Maria Martins e Carlos Míoto.

Os “Aspectos da língua falada” são focalizados por Lícia Maria Bahia Heine, que pretende evidenciar que tanto a fala como a escrita são modalidades de uso da língua e, como tal, partilham das propriedades formais do mesmo sistema lingüístico, estando suas diferenças no contexto de suas condições de produção e recepção. Apoiando-se no enfoque interacionista a partir de D. Biber, Luiz Antonio Marcuschi, Ingedore G. V. Koch, pauta-se na concepção de que as diferenças entre fala e escrita se dão no contínuo tipológico das práticas sociais de produção textual, e não na relação dicotômica de dois pólos opostos.

Por sua vez, Luciano Amaral Oliveira, em seu artigo “Palavra, significado, física quântica e mediunidade”, aborda a questão do significado lexical, polarizada entre aqueles que concordam com a idéia de que a palavra possui significado *a posteriori* e os que são de opinião de que a palavra tem significado *a priori*. Considerando inicialmente as idéias de Wittgenstein, que acredita que a palavra possui significado *a posteriori*, as idéias de Ullmann e Nida, que pressupõem que a palavra tem significado *a priori*, o autor procede a uma confrontação das duas posições teóricas, fazendo uma breve incursão pelo princípio da incerteza, de Heisenberg.

Já Maria Luiza Braga e Maria da Conceição Paiva, no artigo “Dêixis locativa e categorias cognitivas”, investigam as proformas locativas *aqui, aí, ali e lá*, focalizando as categorias cognitivas que usualmente vêm associadas a

elas. Inicialmente caracterizam as mencionadas formas, salientando a especificidade do português, que as organiza em um sistema de acordo com dois eixos dêiticos: proximidade/distância em um *continuum* espacial e continuidade/distância com referência ao centro dêitico da enunciação. A seguir, consideram os usos dêiticos (exofóricos) e fóricos (anafóricos e catafóricos) de *aqui*, *aí*, *ali*, *lá*. Com relação aos usos fóricos, demonstram que *aí* e *lá* se distinguem das demais proformas por expressarem uma gama mais variada de categorias cognitivas. Finalmente, explicitam que tal comportamento se explica pelo fato de estas duas proformas serem marcadas negativamente pelos traços *locutor* e *distância*.

“As expressões do tempo” efetua um estudo comparativo das formas de expressão do tempo em línguas européias: o cronológico e o atmosférico; formas próprias de designação do tempo e indicações através de imagens. O seu autor, Mário Augusto da Silva Santos, destaca as diferentes expressões no grego ático e no grego moderno, no latim e em quatro línguas românicas, no alemão e no inglês. O artigo remete aos resultados do trabalho de tradução do livro *Wer fremde Sprachen nicht kennt...*, do lingüista Mario Wandruszka, e às reflexões por ele suscitadas.

O texto de Rosa Virgínia Mattos e Silva traça um mapeamento das pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, através de teses e dissertações concluídas ou em andamento. Ao refletir sobre “A gramaticalização numa perspectiva diacrônica: contribuições baianas”, Rosa Virgínia Mattos e Silva investiga alguns questionamentos sobre o processo lingüístico da gramaticalização, desenvolvendo um relato sobre uma das mais proíficas vertentes das pesquisas realizadas no Instituto de Letras, a partir da reconstituição do percurso histórico da gramaticalização na Bahia.

Tendo ainda como objeto de estudo os processos de gramaticalização, Rosaura Maria Galvão Fagundes Poggio, baseada na teoria do funcionalismo, estuda o processo de gramaticalização de algumas preposições que ocorrem nos *Diálogos de São Gregório*. Inicialmente, analisa as preposições cujas formas desapareceram, embora seus conceitos tenham passado a ser expressos por outras preposições ou por locuções prepositivas, para, em seguida, estudar as preposições cujas formas desapareceram, mas são empregadas na língua portuguesa como prefixos. “Aspectos da gramaticalização na história das preposições do latim ao português” apresenta aqui um complemento ao trabalho desenvolvido pela autora na sua tese de doutorado.

Dando prosseguimento aos estudos da história do português, Sônia Bastos Borba Costa, em “Espacialização de base dêitica: adverbiais portugueses no século XVI”, efetua uma releitura do texto de Paul Teyssier, *Le système des déictiques spatiaux en portugais aux XIV<sup>e</sup>, XV<sup>e</sup> et XVI<sup>e</sup> siècles*, no que concerne aos adverbiais. Para desenvolver os seus comentários, baseia-se nos dados e

nas interpretações de Rosa Virgínia Mattos e Silva sobre esses adverbiais para os *Diálogos de São Gregório*, do século XIV, no texto integral da *Lenda do rei Rodrigo*, na edição de Cintra, no texto integral da *Crónica de D. Pedro*, de Fernão Lopes, na edição de Macchi, e na análise dos dados recolhidos de nove textos do século XVI, *corpus* de tese de doutorado da autora, defendida em maio de 2003.

Takiko do Nascimento, em “Como se diz: *depuis* ou *il y a*?”, observa os vários empregos das expressões francesas *depuis e il y a*, que oferecem dificuldades aos estudantes estrangeiros. Considerando que as gramáticas morfológicas francesas não se dedicam à explicitação dessas expressões, a autora, a partir de uma série de exemplos, desenvolve suas reflexões no sentido de esclarecer a utilização dessas expressões.

Na área dos estudos literários, encontram-se, no presente volume, seis trabalhos que se caracterizam também pela diversidade de perspectivas teóricas e interpretativas. Antonia Torreão Herrera efetua “Uma leitura das imagens no conto *A menor mulher do mundo*, de Clarice Lispector”. Tomando como fundamentação o conceito de devaneios da intimidade de Gaston Bachelard e correlacionando-o com outras instâncias da imaginação criadora, a autora seleciona imagens relativas à alteridade/identidade, ao grande/pequeno e ao espaço do dentro, interpretando a percepção existencial construída pelo olhar estético e ético de Clarice Lispector.

“A Bela e a Fera na literatura infanto-juvenil” é o estudo elaborado por Doralice Fernandes Xavier Alcoforado, que verifica como as transformações socioculturais no século XVIII na Europa repercutiram na educação formal da criança, cuja formação, a partir de então, passou a ser também de responsabilidade da escola. Como demonstra a autora, a necessidade de material bibliográfico que atendesse a essa demanda fez do livro infantil um mercado economicamente atraente. Para isso recorreu-se a traduções e adaptações de textos que veiculassem valores universais orientados para uma formação humanística tradicional. Os contos populares vieram suprir essa carência, o que possibilitou a ampla divulgação dos contos de Perrault, dos Irmãos Grimm, de Andersen, de autoras francesas de contos de fadas, principalmente Madame d’Aulnoy e Madame Leprince de Beaumont.

Por sua vez, Jael Glauce da Fonseca interpreta “Dois princípios poéticos de Hugo Loetscher”, contidos em sua poética *Vom Erzählen erzählen* e em seu ensaio *How many languages does man need?*, demonstrando que esses dois textos tratam de problemas concernentes à representação de culturas, como a cultura asiática, a norte-americana, a latino-americana e a européia, e ao confronto entre a cultura européia e as demais, apresentando duas questões: a relação entre o que é próprio (*das Eigene*) e o desconhecido (*das Fremde*).

João Antonio de Santana Neto, a partir do pressuposto de que o conhecimento do contexto histórico-literário é fundamental para a compreensão de

uma obra, uma vez que o texto não está desvinculado das concepções de mundo que o norteiam, em seu artigo “O contexto histórico-literário do tratado ascético-místico *Castelo perigoso*”, apresenta uma breve visão histórico-literária do mundo medieval com o objetivo de possibilitar o entendimento de obras ascético-místicas como o *Castelo perigoso*.

Partindo da análise das obras de alguns poetas negros contemporâneos, Luciano Rodrigues Lima discute a questão da poesia negra no Brasil, sua conceituação, antecedentes e perspectivas. No estudo dos textos escolhidos, procura identificar procedimentos estilísticos e abordagens temáticas recorrentes que demonstrem uma relação entre a produção desses poetas que, na concepção do autor, escrevem a “Poesia negra contemporânea: o redescobrimto do Brasil”. Dentro dessa perspectiva, essa relação se configura como elemento significativo na direção de uma identidade estética, ressaltando-se a importância da poesia negra como instrumento de revelação da identidade nacional.

Finalmente, o trabalho de Stephan Baumgärtel, “Constructions of masculinities: fathers, men, and males in Christopher Marlowe’s *Edward II*”, relaciona as concepções de masculinidade na peça *Edward II* com três momentos históricos que dão forma ao século XVI: o feudalismo medieval, o individualismo do renascimento e o nascimento do estado moderno e secularizado. A partir dessa perspectiva, apreende a variedade das concepções de masculinidade no texto de Marlowe.

Inserem-se ainda, neste volume, duas seções: **Resenha**, que traz a leitura de Sonia Van Dick sobre o livro *Choro de homem*, de Marcos Rodríguez (São Paulo: Ateliê Editorial, 2001), e **Livros e revistas**, que relaciona o material bibliográfico doado ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia, alguns através de intercâmbio com a revista *Estudos Lingüísticos e Literários*.

A todos os colaboradores deste volume e, de maneira especial, àqueles que, ao longo dos anos, têm privilegiado o espaço da revista *Estudos* para disseminar as suas reflexões e o seu saber, apresentamos aqui os nossos agradecimentos.

*Evelina Hoisel*

Estudos  
Lingüísticos

# Breve incursão pelo léxico medieval do português: o testemunho de um manuscrito trecentista\*

Américo Venâncio Lopes Machado Filho

Universidade Federal da Bahia /Grupo PROHPOR

Resumo

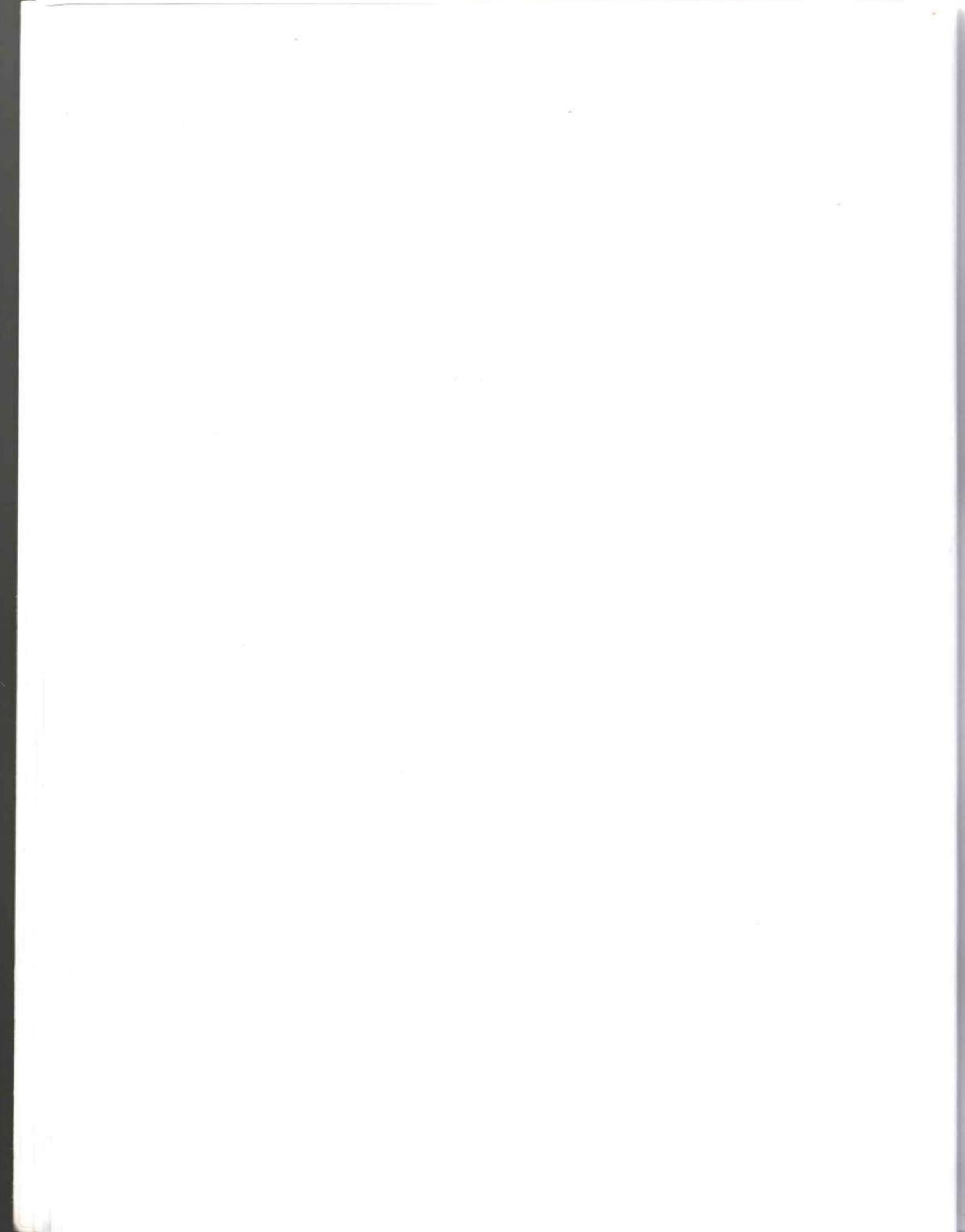
Implementa-se uma observação preliminar sobre o léxico patente em um *Flos Sanctorum* do século XIV, ainda inédito, mas cuja edição em elaboração faz parte de tese de doutoramento a ser defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia. Procura-se, a partir do estabelecimento do domínio compreendido entre o sacro e o profano, caracterizar, mesmo parcialmente, o momento histórico-cultural de produção desse manuscrito trecentista.

Abstract

A preliminary approach to a XIV<sup>th</sup> Century *Flos Sanctorum* lexicon, whose first known edition is part of a Ph.D. thesis which will be submitted to Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística of Universidade Federal da Bahia. This work tries to characterize the historical and cultural moment of production of this manuscript from the direct observation of the lexical domain that can be established during the interval that characterizes the sacred and the secular.

---

\* Trabalho originalmente apresentado em sessão de comunicação coordenada na XIX Jornada de Estudos Lingüísticos do GELNE, em Fortaleza/2002.



*(...) a história se transforma no livro dos vivos, como uma trombeta poderosa, que resuscita do sepulcro aqueles que há séculos não passavam de pó... (ECO, 2000: 17).*

## Introdução

A força poética que se esconde por trás das palavras expressas acima por Baudolino, personagem um tanto picaresco do romance homônimo de Umberto Eco, parece vaticinar o que a Linguística Histórica tem tentado recuperar no âmbito dos estudos lingüísticos nas últimas décadas: o passado ignoto.

O conhecimento, embora ainda incipiente, que se tem podido erigir sobre a história da língua portuguesa tem-se aprumado em diferentes frentes de trabalho, quer no âmbito da morfologia e sintaxe, quer no espectro da observação do léxico do português ou de sua fonologia histórica.

As mudanças lingüísticas, como se sabe, se espraiam e se difundem, a seu tempo, por todo o sistema da língua, mas é, certamente, no léxico que se evidencia de forma mais plena sua mobilidade. Veja-se o que diz Barcelos (2000: 142):

A necessidade de comunicar-se e se fazer entender obriga os falantes a se lançarem ao uso de unidades lexicais para, com elas, enunciarem seus pensamentos por meio de entidades vocabulares que, nem sempre, estiveram ou estão disponíveis para o seu uso, impondo-se, então, a urgência de criá-las ou evocá-las no fragor do ato expressivo.

Aliás, como em outro segmento afirma a autora (id. ib.):

É no léxico, ainda, que se gravam – e não raro, pirogravam – as designações que rotulam as mudanças encadeadoras dos caminhos e dos descaminhos da humanidade, além de comporem o cenário da revelação tanto da realidade quanto dos fatos culturais que permearam sua história.

Observar, portanto, o léxico de um dado período da língua é possibilitar a apreensão de sua história modelada pela dinâmica das comunidades lingüísticas em seus processos de socialização, visto ser a história do léxico, como

acredita Lüdtke (1974: 31), “uma parte da própria história”,<sup>1</sup> em que “todas as mudanças no vocabulário se relacionam, de algum modo, com mudanças políticas e culturais”.<sup>2</sup> Essa idéia é corroborada por Jordan & Manoliu (1989: 63) quando afirmam que “o léxico, precisamente por sua dependência dos aspectos mais mutáveis da vida material e espiritual, se modifica de uma maneira mais profunda e fácil que os sons, as formas gramaticais e a sintaxe”.<sup>3</sup> Foi assim que, por exemplo, se alterou profundamente o vocabulário no latim vulgar, com a difusão do cristianismo. “Em seu afã de ‘despaganizar’ o mundo romano os cristãos se opuseram a todas aquelas denominações relacionadas com outras crenças”,<sup>4</sup> propiciando uma reestruturação que não viria a atingir meramente elementos isolados, mas também “os campos significativos em que estavam inscritos” (cf. LLEAL, 1990: 98-99).<sup>5</sup>

É com essa visão que volver à documentação mais recuada disponível, para constituição de *corpora* para descrição e análises lingüísticas, tem-se, há muito, transformado numa prática corrente entre os estudiosos da língua, nomeadamente para constituição de vocabulários, glossários e índices gerais de palavras que lhes dêem suporte.

Dos mais conhecidos sobre o período arcaico do português podem-se citar os glossários do *Cancioneiro da Ajuda*, elaborado por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, da *Demanda do Santo Graal*, apresentado por Augusto Magne, ou do *Vocabulário histórico-cronológico do português medieval*, de Antônio Geraldo da Cunha, contudo inacabado.

Pelo que se tem notícia, dentre os levantamentos realizados sobre documentos medievais existentes no Brasil, encontram-se o *Glossário* que acompanha a edição do *Livro das aves*, no trabalho coordenado por Nelson Rossi, que veio a ser publicado em 1965, e o *Índice de palavras lexicais* da versão portuguesa mais antiga conhecida dos *Diálogos de São Gregório*, realizado por Rosa Virgínia Mattos e Silva, como parte de sua tese de doutoramento, apresentada à USP, em 1971, mas ainda inédita. Ambos os trabalhos foram desenvolvidos no círculo das atividades acadêmicas da Universidade Federal da Bahia.

Os dois manuscritos acima referidos formam, juntamente com um *Flos Sanctorum*, a bibliografia medieval mais antiga preservada no Brasil, compondo o conjunto documental em pergaminho, datável do século XIV, que foi trazido para o País pela eminente figura de Serafim da Silva Neto, na década de 1950, e cujas primeiras notícias são por ele dadas em alguns de seus trabalhos,

<sup>1</sup> Original: “una parte de la historia misma”.

<sup>2</sup> Original: “todos los cambios en el vocabulario se relacionan, de algún modo, con cambios políticos y culturales”.

<sup>3</sup> Original: “el léxico, precisamente por su dependencia de los aspectos más mutables de la vida material y espiritual, se modifica de una manera más profunda y fácil que los sonidos, las formas gramaticales y la sintaxis”.

<sup>4</sup> Original: “Em su afán de ‘despaganizar’ el mundo romano, los cristianos se opusieron a todas aquellas denominaciones relacionadas con otras creencias”.

<sup>5</sup> Original: “los campos significativos em que estaban inscritos”.

a exemplo de *Textos medievais portugueses e seus problemas*, de 1956, ou em *Língua, cultura e civilização*, publicado em 1960.

Dos três documentos hoje integrantes do acervo da Divisão de Coleções Especiais da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, o *Flos Sanctorum*, conquanto tenha sido algumas vezes referido e parcialmente apresentada a transcrição de uma das narrativas sobre a vida dos santos padres e mártires dos primeiros anos do Cristianismo (cf. NUNES, 1908, 1925; ASKINS 1993; 1995; entre outros), era o único que continuava inédito, mas cuja edição integral, assim como um estudo lingüístico sobre os anafóricos *hi* e *ende*, próprios do português arcaico, e um glossário exaustivo transformaram-se em tema de tese de doutoramento a ser brevemente defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal da Bahia.

Os três manuscritos anteriormente mencionados foram provavelmente elaborados em um mesmo *scriptorium*, cujas observações dos estudiosos que a eles tiveram acesso tendem a situar sua origem de produção a algum mosteiro do Norte de Portugal. Ademais as características paleográficas autorizam também relacioná-los geneticamente, no geral.

A seleção temática que resultou na composição codicológica a que, muito provavelmente, se deveriam condicionar esses documentos (contudo hoje fragmentária – já que se encontram soltos uns fólhos dos outros) não pode ter sido aleatória, em função de se voltarem todos, de certa forma e em linhas gerais, à edificação moral e religiosa, embora utilizem estratégias narrativas diferentes.

Pretende-se, pois, no presente trabalho, empreender uma observação – ademais breve – sobre o léxico patente no *Flos Sanctorum* trecentista, com vistas a uma caracterização preliminar do momento histórico cultural de sua produção. Utilizam-se, ainda, como suporte de comparação, análise e controle, o *Índice de palavras lexicais dos Diálogos de São Gregório* (MATTOS E SILVA, 1971) e o *Glossário do Livro das aves* (ROSSI et al., 1965), a que anteriormente se aludiu.

### Por que falam as palavras

Diz Pierre Guiraud, em seu trabalho *La sémantique*, que “as palavras são criações humanas e, ao mesmo tempo, como a maioria das criações do homem, têm vida própria; nós as concebemos e elas se criam (GUIRAUD, 1966: 36).<sup>6</sup>

Formam-se e se conformam à realidade sociocultural que as cerca, atendem de pronto às novas necessidades expressivas; falam, enfim, por elas.

Eugênio Coseriu (1964: 148) na formulação de um raciocínio preliminar em favor da inserção das palavras no âmbito dos estudos de natureza estrutu-

<sup>6</sup> Original: “Les mots sont des créations humaines et, en même temps, comme la plupart des créations de l’homme, ils ont leur vie propre; nous les créons et ils se créent”.

ralista, chega a hesitar diante de tão inconsistente nível de organização lingüística que se lhe parecia o léxico. Em suas próprias palavras, tinha “dúvida da existência de estruturas lexicais simples e claras, semelhantes àquelas da gramática e da fonologia”,<sup>7</sup> o que o fazia considerar, assim como se considera no geral, o léxico como o “domínio menos estruturado da língua”.<sup>8</sup>

Não obstante esse ponto de vista e mesmo sem estar plenamente de acordo com a proposta teórica dos campos léxicos – ou lexicais – desenvolvida por Jost Trier (1931), a quem Geckeler (1976: 117) atribui “uma importância decisiva para o desenvolvimento da semântica moderna”, Coseriu (1964: 157) julgou que “a teoria dos campos precisaria ser aprofundada e desenvolvida e que uma das direções prováveis seria precisamente a direção estrutural”,<sup>9</sup> haja vista nada o impedir de ser suscetível de um tratamento dessa natureza, ao menos na dimensão em que, de alguma forma ou mesmo quiçá minimamente como pensam alguns, é estruturado (id.: 148).

Sem pretensões de aqui se avançar numa perspectiva de pesquisa voltada a uma semântica puramente estruturalista em detalhes de análises, em função de o presente trabalho se inserir no âmbito de uma incursão preliminar ao léxico medieval do português, e não propriamente um exercício teórico, e sobretudo por servir como notícia de novos dados disponibilizados pela edição do *Flos Sanctorum* trecentista, optou-se por uma observação centrada na oposição de um domínio bastante evidente na obra analisada: o *sacro* e o *profano*, em que os componentes semânticos [religioso] / [profano] possam, conjuntamente com outros, configurar campos lexicais que se insiram nesse macrocampo conceitual. A própria acepção do termo campo, segundo Walter von Wartburg (1951: 276), “não deve ser tomada de uma maneira tão absoluta”, já que com “frequência surge a idéia de campo pelo fato de que dentro do espaço semântico sejam maiores ou menores os intervalos”.<sup>10</sup> Afinal, como afirma Coseriu (apud GECKELER, 1976: 232):

Um campo lexical é, desde o ponto de vista estrutural, um paradigma léxico que se origina pela distribuição de um contínuo de conteúdo lexical em diferentes unidades dadas na língua como palavras, que estão reciprocamente em oposição imediata mediante traços distintivos de conteúdo simples.<sup>11</sup>

Essa noção de contínuo que se tem desenvolvido na esfera dos estudos científicos, nomeadamente dos estudos lingüísticos, a fim de se evitarem as

<sup>7</sup> Original: “doute de l’existence de structures lexicales simples et claires, semblables à celles de la grammaire et de la phonologie”

<sup>8</sup> Original: “le domaine le moins structuré de la langue”.

<sup>9</sup> Original: “la théorie des champs a besoin d’être approfondie et développée et qu’une des directions dans lesquelles elle pourrait l’être est précisément la direction structurale”.

<sup>10</sup> Original: “El concepto de campo no debe tomarse de una manera tan absoluta (...) frecuencia surge la idea de campo por el hecho de que dentro del espacio semántico sean mayores o menores los intervalos”.

<sup>11</sup> Original: “Un campo léxico es, desde el punto de vista estructural, un paradigma léxico que se origina por la distribución de un contínuo de contenido léxico en diferentes unidades, dadas en la lengua como palabras, que están reciprocamente en oposición inmediata mediante rasgos distintivos de contenido simples”.

dicotomias estanques que impregnaram o pensamento estruturalista passado, tem suscitado novas perspectivas de abordagem.

Vanoye (1996: 34), com boa simplicidade didática, distingue duas noções reticularmente interligadas, mas fundamentais para os estudos lexicológicos: os conceitos de *campo semântico* e *campo lexical*, muitas vezes indistintamente utilizados por alguns autores ou profundamente problematizados por outros, talvez pela própria característica da semântica de se apoiar essencialmente na função metalingüística da linguagem para caracterizar ou definir seus objetos de estudo.

Para o autor, *campo semântico* seria “o conjunto das significações assumidas por uma palavra num certo enunciado”, enquanto *campo lexical* poderia ser entendido como “o conjunto de palavras empregadas para designar, qualificar, caracterizar, significar uma noção, uma atividade, uma técnica, uma pessoa”.

É com base nesse último conceito que se apresentam os dados seguintes, sem se perseguir uma exaustão classificatória sêmica de cada lexia em relação a seu campo, que, como acredita Geckeler (1976: 214), pautado nas idéias de Coseriu, embora não imputasse “nenhuma dificuldade fundamental para a investigação”,<sup>12</sup> certamente poderia acarretar em “uma dificuldade de ordem prática”,<sup>13</sup> nomeadamente se se considerar o nível de imprecisão a que se poderia chegar em relação ao próprio nível de conhecimento fragmentário que se tem da sincronia que se pretende aqui caracterizar.

### Entre o sacro e o profano

Face à dimensão textual do *Flos Sanctorum*, que se compõe de 81 fólhos, reto e verso, em duas colunas cada, numa narrativa com algo em torno de mais de 100.000 ocorrências de palavras, numa contagem automática preliminar, optou-se por restringir a presente observação aos elementos disponibilizados pelo glossário-piloto em elaboração, que, no atual estágio, se situa por volta de 2.000 entradas vocabulares, concentrando-se exclusivamente nos campos que pudessem, mais propriamente, demonstrar o domínio que se elegeu para caracterização do momento histórico e lingüístico, de que fala esse documento inédito medieval. Face à própria natureza do trabalho, apenas entidades, não eventos, foram observadas, nomeadamente nomes substantivos.

Os campos selecionados para a caracterização do contínuo entre o sacro e o profano se relacionaram com *as entidades sobrenaturais, os papéis sociais, as coletividades, os rituais, as características comportamentais humanas, os artefatos e as construções*.

<sup>12</sup> Original: “Ninguna dificultad fundamental para la investigación”.

<sup>13</sup> Original: “una dificultad práctica”.

No primeiro dos campos lexicais observado, ou seja, o *das entidades sobrenaturais*, as lexias *Deus, anjo, sancto ~ santo ~ sancta, sathanas ~ setenas* se distribuem num contínuo, cujos principais componentes semânticos são [divino], [bem] e [vida antecedente humana], numa relação claramente maniqueísta, onde sobejam ocorrências em toda a extensão do texto, que um trabalho de natureza quantitativa poderia naturalmente remeter ao emprego mais freqüente de palavras em favor dos elementos em que os componentes do divino e do bem se marcassem positivamente.

Talvez uma das mais importantes e proveitosas para a consecução do objetivo do presente trabalho, a observação do *campo dos papéis sociais* – em que se espelham as relações de poder do contínuo hierárquico de uma comunidade –, devido à distância de distribuição dos itens lexicais face a seus semas, é apresentada em dois quadros distintos. Dessarte, optou-se por empreender, inicialmente, a observação *ao campo dos papéis sociais [+ religioso]*, para depois se compor o *campo dos papéis sociais [+ profano]*. Vejam-se os resultados das duas composições nos quadros 1A e 1B, seguintes:<sup>14</sup>

Quadro 1A: Campo dos papéis sociais [+ religioso]<sup>15</sup>

	[pertencente a Ordem 1 <sup>a</sup> ]	[masculino]	[dignitário]	[detentor de título adicional]	[tonsurado]	[vida reclusa]	[serviços de apoio]	→
Abade	+	+	+	-	-	+	-	
Arcebispo	+	+	+	-	-	-	-	
Arceediago	-	+	+	-	-	-	-	
Bispo	+	+	+	-	-	-	-	
Clerigo ~ creligo	+	+	+	-	+	-	-	
Dyagaa	-	-	+	-	-	-	-	
Dyago	-	+	+	-	-	-	-	
Leygo	-	+	-	-	-	-	-	
Monja	+	-	-	-	-	+	-	
Monge	+	+	-	-	-	+	-	
Prelado	+	+	+	+	-	-	-	
Preposto	+	+	+	+	-	-	-	
Ovenças	-/+ <sup>16</sup>	-/+	-	-	-	-	+	

<sup>14</sup> Como anteriormente se informou, não se pretende neste trabalho propor uma caracterização sêmica estrutural completa de cada lexia, mas, antes, observar o *continuum* que se pode estabelecer entre os diversos campos face ao domínio circunscrito entre o sacro e o profano, a fim de se caracterizar a sincronia em questão. Nesse sentido, a coluna de linhas onduladas se refere à possibilidade de inserção de outros semas.

<sup>15</sup> Só são apresentadas as formas que ocorrem no glossário-piloto, nomeadamente no gênero e número em que aparecem.

<sup>16</sup> Os sinais “-/+” indicam que o campo não se aplica ao lexema, em função de em uma análise mais detida poder integrar preferencialmente um outro campo lexical.

Quadro 1B: Campo dos papéis sociais [+ profano]

	[dignatário]	[masculino]	[detentor de poder absoluto]	[função delegada]	[atividade intelectual]	[entretenimento]	→
Adeantado	+	+	-	+	+	-	
Cavalgador	-	+	-	-	-	-	
Físico	+	+	-	+	+	-	
Hortelam	-	+	-	-	-	-	
Jograressa	-	-	-	-	-	+	
Juiz	+	+	-	+	+	-	
Ladrom	-	+	-	-	-	-	
Lavrador	-	+	-	-	-	-	
Mandadeyro	+	+	-	+	+	-	
Príncipe	+	+	-	-	+	-	
Rey	+	+	+	-	+	-	
Sanador	+	+	-	+	+	-	

Observe-se que, embora seja o glossário-piloto um *corpus* ainda parcial de toda a riqueza vocabular presente no *Flos Sanctorum*, os quadros acima dão uma visão preliminar da composição social a que se refere esse manuscrito, delineando, com alguma clareza, um contínuo dos papéis desempenhados no âmbito da sociedade, com forte ênfase para as diversas hierarquias da Igreja, nomeadamente a cristã, para que um número menor de componentes semânticos seria necessário para caracterização de cada uma das lexias, contrariamente ao “mundo profano”, que demandaria a composição de diferentes campos lexicais para abarcar melhor estruturalmente sua diversidade.

Das palavras inventariadas, algumas não ocorrem nenhuma vez nos *Diálogos de São Gregório*, a exemplo de *arcebispo*, *dyagua*, *dyagoo*, *ovenças*, no primeiro quadro; *cavalgador* e *jograressa*, no segundo; assim como só se encontram patentes no *Livro das aves* unicamente as formas correlatas *prelado*, para o campo [+ religioso], e *princepes* e *rey* [+ profano].

A partir da observação do *campo das coletividades* se pôde compor o Quadro 2.

Juntamente com o Quadro 3 a seguir, o *campo das coletividades* é um bom exemplo de alguns aspectos de sistematização social, no tocante à forma com que se davam seus agrupamentos, não apenas os de natureza político-administrativa, na relação secular ou mundana, mas também no *continuum* religioso.

Quadro 2: Campo das coletividades

	[humano]	[área geográfico-política]	[religioso]
Aldeyas	+	+	-
Bispado	+	-	+
Cidade	+	+	-
Gaado	-	-	-
Ordem ~ ordim	+	-	+
Poboo	+	-	-
Proença	+	+	-
Provincia	+	+	-
Vila	+	+	-

Quadro 3: Campo dos séquitos religiosos

	[herético]	[fiel aos princípios do cristianismo]
Ariaaos	+	-
Cristão ~ cristaaio	-	+
Judeus	-	-

Veja-se que cristãos (de cuja estrutura eclesiástica se pôde ter uma boa noção na observação do *campo dos papéis sociais* [+ religioso]), arianos (seguidores do padre alexandrino Ário, que viveu entre o século III e IV d.C. e cuja doutrina negava a Jesus o caráter da divindade), e judeus compunham, consoante aos dados, o cenário sectário em que se debatiam as tendências teológicas relacionadas às narrativas do manuscrito. Os mesmos lexemas se encontram registrados nos *Diálogos de São Gregório* (DSG). O *Livro das aves* (LDA), todavia, não faz qualquer menção aos judeus ou aos arianos em seu texto, restringindo-se a uma única ocorrência de *cristãos*.

Observe-se que a composição do Quadro 2 é majoritariamente relacionada com a organização político-administrativa da sociedade profana, que se parecia conformar em províncias ~ *proença*, cidades, vilas e *aldeays*, não necessariamente nessa ordem de importância.

No tocante aos rituais, observe-se o Quadro 4, na seqüência:

Quadro 4: Campo dos rituais

	[público]	[musical]	[horário canônico]	→
Cantico	-/+	+	-	
Hymnos	-/+	+	-	
Laudes	-/+	+	+	
Matinhas ~ matias	-	-	+	
Missa	+	-	-	
Oração ~ oraçom	-	-	-	
Oras	-	-/+	+	
Vespera	-	+	+	

De maneira geral, se relacionam os itens com as liturgias da Igreja, estabelecendo um *continuum* de caráter eminentemente religioso. Dentre esse elementos, *matinhas*, *missa*, *oraçom*, *oras* e *vesperas* se encontram também registrados nos *Diálogos de São Gregório*, que introduz ainda o lexema *noa*, outro ofício do horário litúrgico canônico das ordens religiosas. No LDA, não há qualquer ocorrência desses lexemas.

Dentre os outros campos observados, o *das características comportamentais humanas* configurou-se como o mais profuso. Veja-se o Quadro 5.

Não apenas o mais copioso, o *campo das características comportamentais humanas* revelou-se como um dos mais complexos para o trabalho de composição sêmica – mesmo parcialmente elaborado – face ao alto grau de abstração a que se sujeita.

Uma consulta aos dicionários demonstra como a tradição lexicográfica de língua portuguesa tem, especificamente nesse aspecto, demonstrado certa imprecisão semântica para a denotação dos elementos. As definições recaem normalmente na sombra da sinonímia, comumente imperfeita, pouco se sustentando na caracterização estrutural por traços constitutivos, tornando mais árdua a tarefa de uma estruturação lexical histórica.

Apesar do caráter fugidio da difícil classificação dos elementos, observa-se quão revelador se apresenta no estabelecimento desse *continuum*, onde transitam com desenvoltura filigranada dois mundos dicotomicamente construídos, mas dinamicamente permeados pela oposição do domínio que se tem buscado configurar.

Campo profícuo dentro de qualquer sociedade, o *das características comportamentais humanas* encontra correspondência lexical em aproximadamente 74% dos casos nos *Diálogos de São Gregório* (*asperança* ~ *esperança*, *asteença*, a variante de “avaricia”: *avareza*, *castidade*, *cobiiça*, a variante de “dultança”: *duvida*, *enveja*, *falsidade*, *felonia*, *góuvio*, *humildade* ~ *homildade*, *justiça*, *lediça*, a variante *liveldade*, *mercee*, *misericordia*, *pavor*, *paixon*, *paz*,

Quadro 5: Campo das características comportamentais humanas

	[sentimento]	[virtude]	[ação]	[desejo]	[qualidade]	→
Argulho	+	-	-	-	-	
Asperança	+	+	-	+	-	
Asteença	-	+	-	-	+	
Avarícia	-	-	-	-	+	
Bevedice	-	-	+	+	-	
Castidade	-	+	-	-	+	
Cobiça	-	-	+	+	+	
Concordia	-	+	-	-	-	
Conteença	-	+	-	-	-	
Dultança	-	-	+	-	-	
Enveja	+	-	-	-	-	
Falsidade	-	-	+	-	-	
Felonia	-	-	+	-	-	
Gaança	-	-	+	+	+	
Gouvho	+	-	+	+	-	
Humildade ~ homildade	-	+	-	-	+	
Hypocresia	-	-	-	-	+	
Justiça	-	+	-	-	+	
Lediça	+	+	-	+	+	
Livhaldade	-	-	-	-	+	
Mentira	-	-	+	-	-	
Mercee	-	+	+	+	+	
Meyça	-	-	+	-	-	
Misericordia	+	+	+	+	+	
Pavor	+	-	-	-	-	
Payxão	+	+	-	+	+	
Paz	+	+	-	+	+	
Piidade ~ piedade	+	+	-	+	+	
Sobervha	+	-	-	-	+	
Tresteza	+	-	-	-	-	
Vaydade	-	-	-	+	+	

*piidade ~ piedade, sobéria, tresteza e vaidade*). Embora em menor frequência (aproximadamente 52% dos lexemas), a correlação repete-se no *Livro das aves*, a exemplo de *asperança, aste)eça*, a variante de “bevedice”: *beverage*), *cobiça, enveja, falsidade, gouvhos, omildade, justiça, lediça, mercee, misericordia, pavor, payxão, paz* e *sobervha*. Curioso é o fato de, mesmo se encontrando em fase incipiente de composição, o glossário-piloto do *Flos Sanctorum* introduzir elementos lexicais que não se encontram disponibilizados nos dois outros manuscritos, demonstrando com clareza o que os estudos histórico-diacrônicos têm afirmado: os resultados de uma pesquisa dessa natureza se

circunscvem no domínio do *corpus* e devem ser relativizados, nunca entendidos com uma verdade absoluta, que é na sua essência inapreensível. Como se sabe, no afã da descoberta do passado da língua, a Linguística Histórica, que trabalha com seu passado mais remoto, dispõe apenas de “marcas numa página”,<sup>17</sup> para se utilizar do pensamento expresso por Lightfoot (1999: 08).

Os últimos campos observados se relacionam com a vida material: os *artefatos* e as *construções*, que constituem os quadros 6 e 7.

Quadro 6: *Campo dos artefatos*

	[arma]	[usado na agropecuária]	[sonoro]	[naval]	[usado para punição]	→
Adove ~ adovas	-	-	-	-	+	
Açoute	+	-	-	-	+	
Bacio	-	-	-	-	-	
Bago	-	+	-	-	+	
Barca	-	-	-	+	-	
Barquelinha	-	-	-	+	-	
Cadeas						
Cadeira	-	-	-	-	-	
Cruz	-	-	-	-	-	
Cuytelo	+	+	-	-	-	
Gadanho	-	+	-	-	-	
Governage	-	-	-	+	-	
Livros	-	-	-	-	-	
Sêda	-	-	+	-	-	
Tromba	-	-	-	-	-	
Vara	-	-	-	-	-	
Vaso	-	-	-	-	-	

Mais uma vez se pode perceber, na leitura atenta dos lexemas e da composição de alguns dos semas propostos, o *continuum* que se estabelece entre o religioso e o profano. Os *artefatos* podem ser diretamente relacionados ao *campo dos papéis sociais*, da mesma forma que as *construções*, engendrando, dentro dos limites oferecidos pelo *corpus*, o cenário multifacetado desse momento histórico da língua portuguesa. Comparando os dois campos aos *Diálogos de São Gregório* e ao *Livro das aves*, vê-se que, aproximadamente, 41% dos itens do *campo dos artefatos* e 83% do *das construções* se encontram patentes naquele documento (*açoutes, cadeas, cadeira, cruz, livro, seeda, vara* e *vaso*) e (*altar*, a variante de “astrago”(?): *estrado, carcer, casa, castelo*, a

<sup>17</sup> Original: “marks on a page”.

Quadro 7: Campo das construções

	[habitação]	[religioso]	[parte do todo]	[usado para reclusão]	→
Adro	+	+	+	-	
Albergaria	+	-	-	-	
Altar	-	+	+	-	
Astrago	-/+	-/+	+	-	
Carcer	-	-	+	+	
Casa	+	-	-	-	
Castelo	+	-	-	-	
Castra	-	+	+	+	
Cela	+	+	+	+	
Choça	+	+	-	-	
Curral	+	-	+	+	
Egreja ~ eigreja ~ eygreja ~ eigrejas	-	+	-	-	
Moesteyro ~ moesteiros	+	+	-	-	
Moymento ~ muymento	-	+	-	-	
Muro	-/+	-/+	+	+	
Paaço	+	-	-	-	
Poço	-/+	-/+	-	-	
Templo	-	+	-	-	

variante de “castra”: *clastra, cela, curral, egreja ~ eigreja ~ igreja, moesteiro, moimento ~ muimento, muro, paaço, poço, templo*), contra apenas 23% (*açoute, cruz, livro e vaso*) e 22% (*casa*, a variante de “castra”: *claustra, eigreja e moêsteiro*), no *Livro da aves*.

## Conclusão

Fruto da vontade de se dar notícia sobre a disponibilização de novos dados sobre o português arcaico, que começam a emergir a partir da edição do *Flos Sanctorum* (manuscrito Serafim da Silva Neto), quis o presente trabalho apresentar uma primeira incursão aos estudos léxico-semânticos no âmbito da investigação histórica da língua portuguesa.

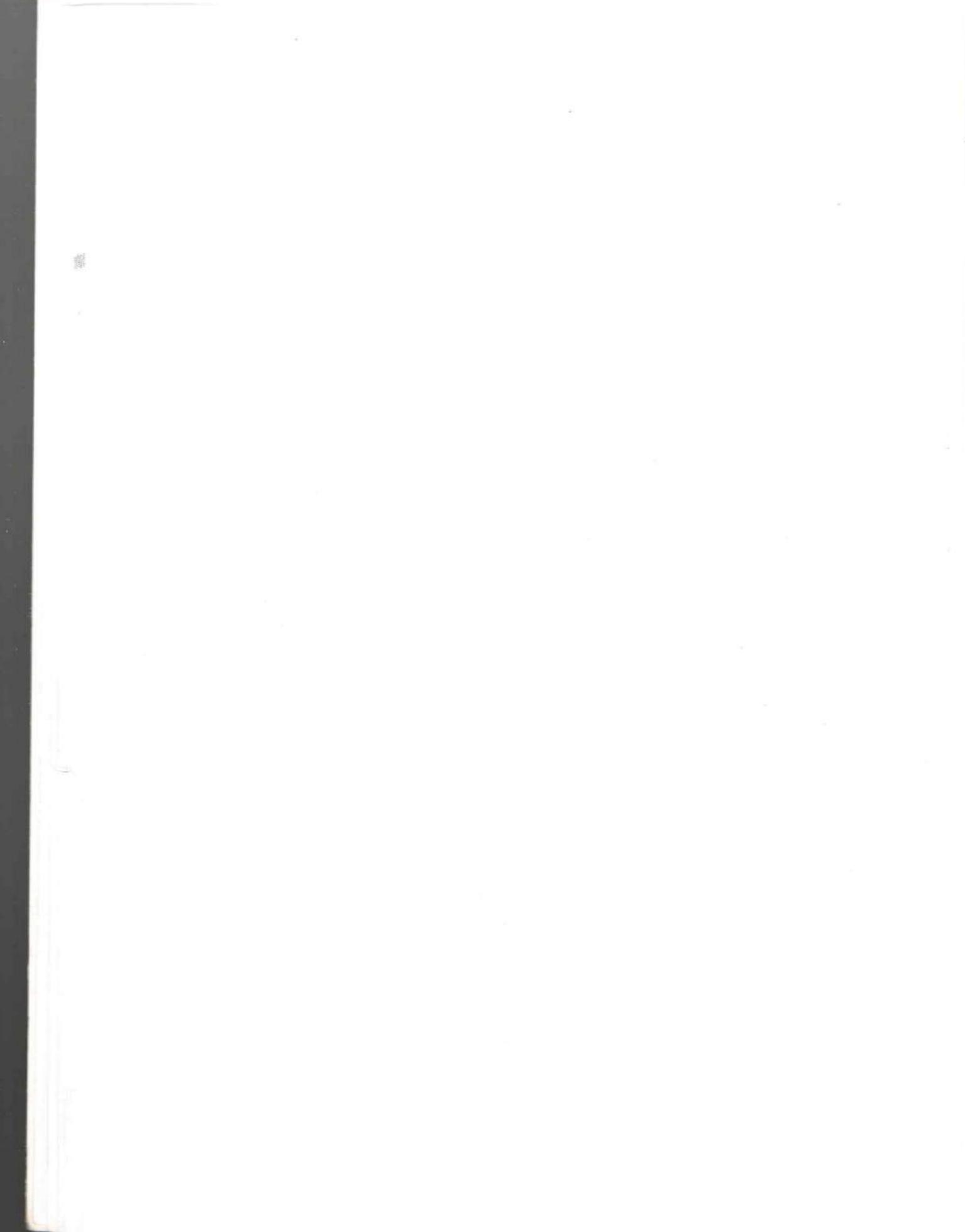
Partindo-se do pressuposto de que “os vocábulos se desgastam tais como os seres humanos nas vicissitudes de suas vidas”, como afirma Mattoso Câmara Jr. (1975: 102) (ao interpretar a teoria da mutação de Jules Gilliéron), e que esse relativo desgaste faz com que a língua mude, nomeadamente no uso ativo de seu léxico, procurou-se oferecer uma pequena amostra de como pareciam o sagrado e o profano condicionar as seleções lexicais dos falantes da época, de que o *Flos Sanctorum* bem serve de testemunho. Mas como “não há prova

melhor para a verdade (...) do que a continuidade da tradição” (ECO, 2001: 89), como diz novamente Baudolino – com quem se começou este trabalho –, permanece a vontade de uma investigação mais ampla.

## Referências bibliográficas

29

- ASKINS, Arthur. A medieval vision of paradise and hell through double lens: two early Portuguese translations of Valerio del Bierzo's "Visão de Máximo". Separata da *Revista Estudos Universitários de Língua e Literatura* (Homenagem ao Prof. Dr. Leodegário A. de Azevedo Filho). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. p. 489-500.
- ASKINS, Arthur. The MS "Flos Sanctorum" of the Universidade de Brasília: an early reflex in Portuguese of the hagiographic compilation of Valerio del Bierzo. In: SANTOS, J. & WILLIAMS, F. (eds.). *Amor das gentes e das letras*. (In honor of Maria de Lourdes Belchior Pontes) California: University of California at Santa Barbara, 1995. p. 39-50.
- BARCELOS, Maria Emília. O dinamismo lexical: o dizer nosso de cada dia. In: AZEREDO, José Carlos (org.) *Língua portuguesa em debate: conhecimento e ensino*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 142-146.
- CÂMARA JR, J. Mattoso. *História da lingüística*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- COSERIU, Eugenio. Pour une sémantique diachronique structurale. *TLL*, 2, 1:139-186. 1964.
- CUNHA, Antônio G. *Dicionário etimológico Nova Fronteira de língua portuguesa*. 8. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- GECKELER, Horst. *Semántica estructural y teoría del campo léxico*. Versión española de Marcos Martínez Hernández. Madrid: Gredos, 1976.
- GUIRAUD, Pierre. *La sémantique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1966.
- IORDAN, Iorgu; MANOLIU, Maria. *Manual de lingüística románica*. Madrid: Gredos, 1989.
- ECO, Umberto. *Baudolino*. Trad. de Marco Lucchesi. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LIGHTFOOT, David. *The development of language: acquisition, change and evolution*. Oxford: Blackweel, 1999.
- LLEAL, Coloma. *La formación de las lenguas romances peninsulares*. Barcelona: Barcanova, 1990.
- LÜDTKE, Helmut. *Historia del léxico románico*. Versión española de Marcos Martínez Hernández. Madrid: Gredos, 1974.
- MAGNE, Augusto. *Demanda do santo graal*. Rio de Janeiro: INL, 1944. v. III (glossário).
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1971). *A mais antiga versão portuguesa dos "Quatro livros dos diálogos de São Gregório"*. Edição crítica com introdução e índice geral das palavras lexicais, 1971. 4 v. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN-CM, 1989.
- NUNES, José Joaquim. Vida de Tarsis. *Revista Lusitana*, Lisboa, XI: 211-212, 1908.
- NUNES, José Joaquim. Textos antigos portugueses. *Revista Lusitana*, Lisboa, 25: 231-250, 1925.
- ROSSI, N. et al. *Livro das aves*. Edição crítica, introdução e glossário. Rio de Janeiro: INL, 1965.
- SILVA NETO, Serafim da. *Textos medievais portugueses e seus problemas*. Rio de Janeiro: MEC / Casa de Rui Barbosa, 1956.
- SILVA NETO, Serafim da. *Língua, cultura e civilização: estudos de filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1960.
- VASCONCELOS, Carolina M. de. *Cancioneiro da Ajuda*. Lisboa: IN-CN, 1946.
- VANOYE, Francis. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- WARTBURG, Walter v. *Problemas y metodos de la lingüística*. Trad. de Damaso Alonso y Emilio Lorenzo. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1951.



# Motivação e cognição: aspectos intersemióticos

Célia Nunes Silva

Denise Chaves de Menezes Scheyerl

Sílvia Maria Guerra Anastácio

Universidade Federal da Bahia

Resumo

A atividade perceptiva do indivíduo tem sido estudada dentro do campo da psicologia cognitiva. Este trabalho aproxima aspectos cognitivos e motivacionais dentro do processo da aquisição de uma segunda língua, de tal forma que se privilegie o papel da intersemiose, em que signos provenientes de linguagens diversas possam estimular os sentidos do aluno.

Abstract

The individual's perceptual activity has been studied within the field of the cognitive psychology. This work aims to approach the intersection between motivation and cognition in second language acquisition, in such a way as to privilege the role of the intersemiosis, where signs coming from different languages stimulate the pupil's senses.



## Introdução

O trabalho se propõe a lidar com narrativas para que se possa refletir sobre o processo de aquisição do conhecimento, mais especificamente de uma segunda língua. No bojo dessas reflexões sobre aquisição, estariam: a abordagem construtivista do psicólogo Piaget, centrada no modo como o aprendiz constrói o sentido do próprio conhecimento, e a abordagem transacional de John Dewey e Arthur Bentley, que enfatizam uma situação de aprendizagem em que os seres humanos estão sempre envolvidos em transações ou negociações recíprocas com o ambiente.

## Uma narrativa como ponto de partida – a abordagem construtivista

Piaget enfatiza o papel do jogo e do faz-de-conta no processo de aquisição da linguagem, pois a capacidade lúdica e imaginativa do indivíduo precede o pensamento lógico. Segundo a autora Mary Kato, pode-se traçar um paralelo entre o jogo e as histórias ficcionais, levando-se em conta que estas são capazes de ampliar a experiência do aprendiz, na medida em que este explora alternativas diferentes e faz as suas escolhas ao posicionar-se através da argumentação (KATO, 1999: 116-7). Como ponto de partida desta pesquisa, segue uma narrativa que sugere reflexões sobre o processo de aprendizagem.

*Era Uma Vez...*

*Um menino que gostava muito de desenhar. Uma manhã, a professora lhe disse:*

*– Hoje, iremos fazer um desenho.*

*– “Que bom!” – pensou o menino, pois ele gostava de desenhar leões, tigres, galinhas. Pegou a sua caixa de lápis de cor e começou a desenhar.*

*A professora, então, disse:*

*– Esperem, ainda não é hora de começar! Esperou até que todos estivessem prontos.*

*– Agora, – disse a professora, – nós iremos desenhar flores. E o menino começou a desenhar bonitas flores com seu lápis rosa, laranja e azul. Então, a professora disse:*

– Esperem! Vou mostrar como fazer. – E a flor era vermelha, com o caule verde.

– O menininho olhou para a flor da professora, então olhou para sua flor. Gostou mais da sua flor, mas não podia dizer isso... virou o papel e desenhou uma flor igual a da professora. Era vermelha, com o caule verde.

No outro dia, quando o menininho estava em aula, ao ar livre, a professora disse:

– Hoje, nós iremos fazer alguma coisa com o barro.

“Que bom!” – pensou o menininho. Ele gostava de trabalhar com barro. Podia fazer com ele todo o tipo de coisas. Começou a juntar e amassar a sua bola de barro.

Então, a professora disse:

– Esperem! Não é hora de começar! – Ela esperou até que todos estivessem prontos.

– Agora, disse a professora – nós vamos fazer um prato.

“Que bom!” – pensou o menininho. Ele gostava de fazer pratos de todas as formas e de todos os tamanhos. A professora disse:

– Esperem! Vou mostrar como se faz. Agora vocês podem começar. Era um prato fundo.

O menino olhou para o prato da professora, olhou para o próprio prato, e gostou mais do seu, mas ele não podia dizer isso. Amassou o seu barro numa grande bola, novamente, e fez um prato fundo, igual ao da professora.

E muito cedo, aprendeu a esperar, a olhar e a fazer as coisas exatamente como a professora. Logo, ele não fazia mais coisas por si próprio.

Então, aconteceu que o menino mudou para outra escola, maior que a primeira.

Um dia, a professora disse:

– Hoje, nós vamos fazer um desenho.

“Que bom!” – pensou o menino, e esperou que a professora dissesse o que fazer. Ela não disse. Apenas andava pela sala. Indagou, então, ao menino:

– Você não quer desenhar?

– Sim, e o que é que nós vamos fazer?

– Eu não sei, até que você o faça.

– E como eu posso fazê-lo?

– Da maneira que você gostar.

– E de que cor?

– Se todo mundo fizer o mesmo desenho e usar as mesmas cores, como eu posso saber qual o desenho de cada um?

– Eu não sei...

Então, o menino desenhou uma flor vermelha com o caule verde...

Helen Buckley

O que se pode refletir sobre essa situação de sala de aula? Quem sabe os pressupostos construtivistas de Piaget pudessem ser úteis nesta discussão. Recorrendo aos seus postulados, sabe-se que a conquista da inteligência é uma tarefa penosa, um árduo processo de auto-superação (PIAGET, 1974: 31). O processo evolutivo é um processo inteligente, enquanto que o comportamento instintivo, não. Este não varia, é estereotipado (PIAGET, 1990: 62).

Voltando à narrativa transcrita, trata-se não de ensino, mas de pura imitação do modelo da primeira professora. Todo o ensino que depende de fórmu-

las impostas não é um ensino inteligente. Um ensino inteligente enfatiza ensaio e erro, a pesquisa, a solução de problemas, projetos e tarefas sem fórmulas prontas. Implica na concepção de um sujeito emergente, o qual se vai construindo no exercício da própria criatividade, “que é o exercício da inteligência”. Tal como a inteligência, a “criatividade consiste em fazer *combinatórias*” (LIMA, 1980: 56).

Ter criatividade é, pois, combinar de modo não previsível certas idéias, formas que não se supunha pudessem ser articuladas (PIAGET, 1958: 32). É criar novos espaços onde não parecia haver mais nenhum ou buscar soluções inusitadas para velhos problemas. Para Piaget, os problemas podem ser resolvidos com criatividade, ativando desde o sistema sensório-motor do aprendiz até o mental, e perfazendo um caminho que vai das formas concretas às abstrações (LÓPEZ, 1974: 97).

No conto em questão, o que ocorreu foi o embotamento da criatividade e, conseqüentemente, da autoconfiança, da auto-estima, porque não houve respeito pela individualidade do aprendiz. A primeira professora agiu como um elemento rígido, formatador de padrões sem flexibilidade alguma, que demandava apenas uma simples cópia ou imitação, um comportamento instintivo, fixo. E tudo o que é rígido não é inteligente.

Além disso, essa professora não soube valorizar cada aluno em particular como um ser humano singular, único, com as suas idiossincrasias e preferências. Não soube ouvi-lo, sequer olhá-lo ou considerar as suas opiniões. Conseqüentemente, não se estabeleceu um *rapport*, a afetividade do aprendiz não foi estimulada e, por isso, ele não se sentiu motivado.

Piaget traduzia *afetividade* por *interesse por uma pessoa, coisa ou animal* (AULT, 1978: 143) e, para ele, o interesse guarda dois aspectos essenciais: o aspecto intelectual, que significa querer conhecer o objeto, e o aspecto afetivo, que se traduz por uma forma de amor, por um grau maior de empatia por uma pessoa do que por outra (PIAGET, 1958: 24). Se alguém se interessa mais por alguém ou por alguma coisa é porque o objeto do interesse satisfaz uma necessidade da pessoa que se interessa. Se a necessidade for essencial ao indivíduo, o interesse será maior; haverá, então, maior afetividade, maior amor e, “para Piaget, maior grau de interesse ou de motivação porque ele equipara interesse à motivação” (LIMA, 1980: 68-9).

Segundo Piaget, para manter o interesse no processo de aprendizagem, é preciso que o professor seja “uma fonte de desequilíbrio”, individualizando os desafios dirigidos aos alunos, a fim de atender aos diversos níveis de inteligência dos aprendizes, enfim, levando em conta o *background knowledge* de cada um (PIAGET, 1958: 24), (LIMA, 1980: 70), (FURTH & WACHS, 1995: 79). Para isso, o mesmo tem que ser um perguntador, um questionador, um desafiador, um complicador, para que o aprendiz continue interessado ou motivado. O professor tem que estar sempre lançando perguntas motivadoras,

propondo situações-problema, como a atitude assumida pela segunda professora do conto, que formulava perguntas, uma atrás da outra, esquivando-se de fornecer respostas prontas ou modelos. O problema é que o aluno, iniciado em um tipo de educação não inteligente, parecia estar bloqueado para novos comportamentos; não conseguia dar o salto sozinho, não se sentia motivado para inventar, refugiando-se em um tipo de resposta instintiva, rígida, pronta, habitual.

Na segunda situação, buscou-se, portanto, estimular o aluno a inventar novas maneiras de resolver a questão, entendendo-se por inventar a capacidade de levantar hipóteses, experimentar novas formas sucessivas de combinações, até que uma determinada articulação resolva o problema. Quando se consegue este *insight*, “houve invenção: *funcionou a inteligência*. É o que se chama de *educação pela inteligência*” (LIMA, 1980: 61).

Ora, qualquer ato de inteligência pressupõe uma interpretação da realidade, uma *assimilação* ou uma incorporação de situações novas ao conhecimento existente (PIAGET, 1974: 326). A assimilação implica no processo de aplicação de velhos esquemas a novos esquemas. Entende-se por *esquemas* “um padrão organizado de comportamento”, levando-se em conta que o indivíduo tem padrões de comportamento ou hábitos que fazem parte do cotidiano de todos (AULT, 1978: 24-5). O esquema é uma certa disposição cognitiva organizada que se atualiza à medida que novos estímulos são assimilados pela estrutura mental. Uma das características mais importantes do esquema é incorporar novos atos assimilatórios (LÓPEZ, s.d.: 28-33).

Segundo Piaget, o equilíbrio das operações mentais é um processo circular constante de assimilações e acomodações em que se busca um contínuo equilíbrio, a *adaptação*, que ocorre quando se adquire um conhecimento. Os progressos no desenvolvimento cognitivo são mais importantes quando a *acomodação* desempenha um papel maior que a assimilação porque o repertório do aprendiz se expande. A acomodação envolve a mudança de alguns elementos de um velho esquema que seja mais apropriado ao novo objeto (PIAGET, 1971: 348).

Retomando mais uma vez a narrativa em foco, na primeira situação o aprendiz apresenta, inicialmente, um esquema cognitivo mais criativo, menos rígido, mais aberto, mais espontâneo, mais inventivo. Recebendo a instrução da primeira professora, que lhe incute um tipo de educação não inteligente, acaba incorporando este modelo. Ocorre, então, uma reorganização, onde o novo comportamento adquirido tem a seguinte consigna: “produzir um modelo igual ao da professora é o desejado”.

No segundo momento, o esquema cognitivo do aluno encontra-se tão preso à consigna anterior que ele não consegue incorporar um novo conceito para reorganizar e flexibilizar o padrão rígido adquirido. Não acontece, então, uma nova acomodação. Ao invés disso, o aprendiz se fixa no esquema endure-

cido, cristalizado, repetindo o comportamento habitual, instintivo, mas não inteligente. Afasta-se, então, do tão desejado sentido de autonomia, preconizado pelo construtivismo de Piaget, cuja meta é ajudar o aprendiz na construção da própria autonomia. Atingir esta meta pressupõe a capacidade de promover transformações, tomar decisões próprias, buscar novas soluções para os problemas, negociar o seu ponto de vista com as demais pessoas envolvidas no processo de decisão. Implica em um processo ativo de interação entre o sujeito e o objeto, que remete à capacidade do sujeito de adaptar-se à realidade num processo dinâmico de transformações, no qual o sujeito modifica os objetos e é modificado por eles.

Quanto à abordagem de Piaget, embora ela contemple a questão relevante da construção de sentido pelo indivíduo, na medida em que cada um forma o seu próprio senso de mundo a partir das experiências que o circundam (PIAGET, 1974: 330), poder-se-ia referir, dentre as críticas a este modelo, à pouca relevância atribuída ao ambiente social dentro do processo de aprendizagem.

### Uma visão semiótica do processo educativo: a abordagem transacional

Passando de um processo de aprendizagem centrado mais no indivíduo, como o de Piaget, para um outro em que as negociações e as relações humanas passam a ter um papel preponderante, vem à baila a abordagem transacional, com as suas implicações semióticas tão bem pontuadas por Louise Rosenblatt no seu artigo “The transactional theory of reading and writing” (ROSENBLATT, 1994:1.059). Propõe-se, então, um novo paradigma nas ciências, que passa a ter ampla influência nos estudos de aquisição da linguagem.

O paradigma proposto rompe com o dualismo sujeito – objeto ou indivíduo – sociedade. O ser humano é visto como parte da natureza, em contínua transação com o meio ambiente. Quanto às relações humanas, estas são vistas como transações ou negociações em que o indivíduo e os elementos sociais se fundem com os elementos culturais e naturais.

*Cada ato de leitura é uma transação* que envolve um leitor em particular e um conjunto de signos sintaticamente articulados, capazes de ser interpretados, ocorrendo a leitura em um determinado contexto específico. O leitor e o texto são dois aspectos de uma situação dinâmica conjunta, sendo que o significado do texto não se acha pronto ou estabelecido no interior do próprio texto, nem sequer no leitor. Emerge dessa transação entre leitor e texto. O significado é o que acontece nessa transação complexa, não linear, autocorretiva, sendo uma falácia pensar texto e leitor como entidades distintas.

Ler é, segundo o psicólogo William James, “uma atividade que envolve escolhas” (ROSENBLATT, 1994:1.064). Inclui expectativas e hipóteses, cons-

tantemente testadas, como também a delimitação de objetivos, a seleção de idéias, a capacidade de síntese, organização, reorganização e revisão. E na interface do texto se interpõe o reservatório de experiências passadas e presentes do leitor, incluindo os seus interesses e as suas motivações, como também o seu reservatório lingüístico, as experiências semânticas, os contatos com tantos outros textos. Todos esses fatores levam o aprendiz a fazer expectativas que refletem a história cultural, social e pessoal de cada um.

*Na abordagem transacional, a leitura é uma atividade* em que a atitude adotada preferencialmente pelo leitor pode ser estética ou eferente. O termo *eferente* (ROSENBLATT, 1994:1.066), do latim *efferre*, que significa “extrair”, “retirar”, designa o tipo de leitura em que a atenção se encontra centrada, predominantemente, nas informações quantitativas que se pode extrair e reter do texto. O interesse do leitor privilegia o analítico, o referencial, o lógico.

Quando, por outro lado, o leitor adota uma atitude *estética*, focaliza a sua atenção para o que está sendo vivenciado durante a leitura. O termo estético foi escolhido porque, segundo a sua origem grega, sugere a percepção através dos sentidos, sentimentos e intuições. Logo, o que se refere a sensações, imagens, sentimentos reporta-se ao resíduo psicológico do leitor, e a sua atenção se aguçará para os sons, para o ritmo das palavras; enfim, para o “ouvido interior”, que busca captar as imagens evocadas pelos signos do texto interpretado.

Portanto, aqui se sugere não apenas a representação do *conhecimento verbal, como também do não verbal*. Quanto ao *sistema de imagens não verbais*, este inclui toda a sorte de formas sensoriais, tais como a visão, o cheiro, o som, além de se poder evocar no leitor fortes emoções e múltiplas construções semânticas através das imagens. O leitor estético presta atenção e saboreia as qualidades de sentimentos, idéias, situações, cenas, personalidades e emoções evocadas pelo texto, participando de tensões, conflitos suscitados pelas imagens, idéias e cenas por ele descritas. Esse tipo de resposta ou interpretação ocorre, com frequência, em textos literários. A atenção volta-se para o sensual, o afetivo, o qualitativo.

É importante enfatizar na situação da aprendizagem que os seres humanos estão sempre envolvidos em transações, numa relação recíproca com o meio ambiente, com um contexto, uma dada situação. Quer este contexto seja o ambiente de sala de aula, ou uma atmosfera propiciada pelo professor, ou, de modo mais amplo, quando os alunos interagem entre si, com toda a instituição, com o contexto social, cultural. Recomenda-se que o contínuo estético-eferente, ou seja, as duas maneiras de ver o mundo, faça parte do repertório do aluno.

Segundo a autora Louise Rosenblatt (ROSENBLATT, 1994:1.059), *o novo paradigma transacional* tem implicações profundas para os estudos lingüísticos, estando este paradigma *em conformidade com o modo como o semioticista americano Charles Sanders Peirce* fala de percepção. Para ele, o conhecimento passa pelos sentidos até chegar ao racional.

O primeiro passo é aprender a ver o fenômeno, de modo a experimentá-lo como algo espontâneo. É a chamada *primeiridade*, que expressa uma percepção fugaz em que o observador se compraz em sentir a qualidade do objeto. É um saber intuitivo, fundamentado no aqui e agora. Esse tipo de percepção remete ao momento em que o sujeito se depara com um objeto pela primeira vez, isento de qualquer análise, juízo de valor ou preconceito. É nesse patamar perceptivo que se fazem previsões, hipóteses. Tais suposições geram quase sempre uma situação que proporciona a descoberta que permite ao sujeito inferir ou extrair uma determinada informação pelas próprias evidências. Desse modo, propicia-se o *insight* de uma idéia inusitada. É uma percepção mais regida pelo instinto, pelo *feeling*, em que o homem sonha. É um estado de poesia que anda lado a lado com a criatividade.

Para Peirce, o segundo modo de captar o objeto, que ele chama de *secundidade*, traz no seu bojo a idéia de haver um segundo em relação ao primeiro, instaurando uma noção de alteridade. Requer, pois, um segundo momento, que implica na vinculação de um passado, o qual se projeta sobre o instante presente. Sugere um movimento binário de ação e reação. Este segundo modo de olhar é munido de um objetivo específico, pois explora algum aspecto determinado do fenômeno observado. É um momento de ação, compulsão e resistência. Significa olhar algo com atenção, observar pistas do processo, que se deixam revelar.

Finalmente, a terceira etapa ou *terceiridade* implica numa projeção para o futuro e se traduz em formas mentais, em razão, análise, raciocínio, juízo de valor. É o domínio da representação, em que uma impressão percebida de modo fugaz, e que quase instantaneamente se incorpora num objeto, pode ser, afinal, mediada, representada, analisada. Trata-se do momento em que o sujeito é capaz de atingir sínteses, inferir leis advindas do próprio processo cognitivo. Esta síntese interpretativa ocorre, portanto, no terceiro modo de encarar o fenômeno. É a categoria da representação, o momento de estabelecer a mediação entre duas idéias ou conceitos para daí sintetizar uma terceira idéia, capaz de representar o fenômeno. É o modo de generalizar conceitos, implicado em qualquer processo cognitivo.

Esta terceira categoria, sinônimo de representação, remete ao reino do simbólico, da cognição. O signo simbólico é fruto de regras convencionais, normas, leis, que implicam na formação de novos hábitos e numa regularidade de comportamento que se estabelece em decorrência do processo de aprendizagem. Na apreensão do fenômeno, o pensamento ocupa, portanto, um papel de destaque, pois é ele que converte o fenômeno em signo (sinal) para que este possa ser representado. Percebe-se, ainda, que nesta terceira categoria estão urdidadas as duas primeiras, pois a percepção do fenômeno passa pelos três modos de apreensão da realidade, pelas três categorias universais identificadas por Peirce na sua Fenomenologia.

Com efeito, partindo do *feeling* embutido na primeiridade, é a razão da terceiridade que vai resgatar a apreensão cognitiva do fenômeno, gerando sínteses inusitadas após um embate com o próprio objeto de conhecimento, o que ocorre no nível de secundidade. Os sentidos servem como portas de entrada para a razão chegar até a realidade, com o intuito de vasculhá-la e tentar explicá-la. Inere-se que *a semiótica de Peirce é uma teoria sígnica que leva a descobertas*, as quais culminam no bojo da terceiridade.

### Considerações finais

Pode-se compreender, portanto, todo o *processo educativo semiótico* como fruto dessa percepção tríplice do objeto, estando o aprendizado de uma língua também inserido nos três patamares, que fenomenologicamente se distinguem e ao mesmo tempo vão se imbricando um no outro. Assim, no processo cognitivo acham-se aninhados os três momentos: o instante flagrante e presente da primeiridade; a experiência do passado, que contempla a secundidade, e, finalmente, a projeção para o futuro, da terceiridade.

### Referências bibliográficas

- AULT, Ruth. *Desenvolvimento cognitivo da criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- FLAVELL, John H. et alii. *Desenvolvimento cognitivo*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- FURTH, H. G. & WACHS, H. *Piaget na prática escolar: A criatividade no currículo integral*. 6<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ibrassa, 1995.
- GARDIN, Carlos & OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte. Semiótica e educação. In: *Arte e linguagem. Língua e Literatura na Educação*. São Paulo: Educ, [s.d.] v. 14, p. 45-55.
- LIMA, Lauro de Oliveira. *Piaget para principiantes*. São Paulo: Summus, 1980.
- LÓPEZ, Rafael Ernesto. *Introdução à psicologia evolutiva de Jean Piaget*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- PIAGET, J. *O nascimento da inteligência na criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Psicologia da inteligência*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958.
- \_\_\_\_\_. *A construção do real na criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Epistemologia genética*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- \_\_\_\_\_. *A formação do símbolo na criança. Imitação, jogo e sonho. Imagem e representação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- ROSENBLATT, Louise. The transactional theory of reading and writing. In: RUDDELL, Robert et alii. *Theoretical models and processes of reading*. Delaware: International Reading Association, 1994. p. 1.057-1.090.

# Tecnologia, globalização e (r)evoluções lingüísticas e culturais

Décio Torres Cruz

Universidade Federal da Bahia  
Universidade do Estado da Bahia  
Faculdade Ruy Barbosa

Nesta conferência, será abordado o processo de mudanças lingüísticas que se opera sobre as línguas a partir da introdução de novas tecnologias e da mudança de costumes e regras de comportamento introduzidas pelo processo de globalização da sociedade e economia modernas, que, por sua vez, provocam mudanças lingüísticas. A conferência está dividida em três partes: na primeira, serão abordadas as mudanças lingüísticas trazidas pela nova tecnologia do computador e pela expansão da informática, tanto na língua inglesa como na língua portuguesa falada no Brasil, a partir de usos e abusos de empréstimos e adaptações de palavras e sons do inglês; na segunda parte, serão destacadas algumas transformações culturais que ocorreram em certos hábitos e costumes regionais e nacionais resultantes do processo de globalização e como essas mudanças vêm provocando transformações lingüísticas e modificando a nossa língua portuguesa, principalmente na área de negócios, administração, comunicação e publicidade; na terceira parte, serão destacadas, ainda, mudanças ocorridas na língua inglesa a partir de movimentos das assim chamadas "minorias" étnicas e de gênero.

In this conference we will approach the linguistic changes after the introduction of new technologies and the change of customs and behavior rules dictated by the globalization of the modern society and economy. The conference is divided into three parts. In the first we will investigate the linguistic changes that came of the new computer technology in English and Portuguese. In the second we will point out some cultural transformations resulting from the globalization process and how these changes affect the Portuguese language, especially in business, administration, communication and publicity. In the third part we will study the changes in English caused by minorities' movements.



Personagem A (negro, cercado de letreiros em língua inglesa): – Puxa, eu me sinto perdido.

Personagem B (loura, mesma situação): – Não entendo nada!

Personagem C (branco): – Calma! Eu tenho uma porta para o mundo!

Personagens A e B: – Uma porta para o mundo?

Personagem C (de mãos dadas com A e B, sobre um globo terrestre): – Sim! Um mundo

imenso que fala a sua língua.

Personagem C (com chapéu nordestino): – É a porta para o mundo você encontra no . . .

(Anúncio em forma de cartum de curso de idiomas em lista telefônica de Fortaleza.)

A Babel escondida no emblema da nave espacial pode revelar ainda mais nitidamente o que há de trágico no modo pelo qual se dá a globalização. Nesta altura da história, paradoxalmente, todos se entendem. Há, até mesmo, uma língua comum, universal, que permite um mínimo de comunicação entre todos. A despeito das diversidades civilizatórias, culturais, religiosas, lingüísticas, históricas, filosóficas, científicas, artísticas e outras, o inglês tem sido adotado como a vulgata da globalização. Nos quatro cantos do mundo, esse idioma está no mercado e na mercadoria, na imprensa e na eletrônica, na prática e no pensamento, na nostalgia e na utopia. É o idioma do mercado universal, do intelectual cosmopolita, da epistemologia escondida no computador, do Prometeu eletrônico.

Octavio Ianni, "Metáforas da globalização". In: *Teorias da globalização*. p. 22.

## O computador e mudanças lingüísticas

O inglês tem sido promovido com sucesso e tem sido avidamente adotado no mercado lingüístico global. Um sintoma do impacto do inglês é o empréstimo lingüístico. O inglês se impõe a todas as línguas com as quais entra em contato.

Robert Phillipson, *Linguistic imperialism*. p. 7. (apud IANNI, 2000)

As línguas nascem, evoluem, transformam-se e às vezes morrem, deixando ou não vestígios de sua existência.

No início deste século, assistimos a uma tendência à total informatização do mundo. Deparamo-nos, então, com um fenômeno interessante: a linguagem da computação desloca-se do seu corpo para transformar a linguagem humana através da influência sobre as línguas – o criador passa a ser dominado pelo seu invento. Ficção científica? Não, é apenas a realidade diária daqueles que lidam com essa maquininha fantástica que veio expandir a memória e os métodos de cálculo humanos. Embora isso pareça *déjà vu*, não assistimos a esse filme. Nos nossos tempos supermodernos, há menos distância entre ficção e realidade do que possa imaginar o mais mirabolante dos nossos sonhos.

A ciência e o avanço tecnológico criam a necessidade de novos termos e vocábulos para denominarem o novo, as novas criações, ou fazem palavras esquecidas renascerem com novos significados. Muitas vezes essas palavras ficam restritas ao mundo do jargão; outras vezes, o jargão ganha mundo e se expande pela linguagem cotidiana. Uma palavra como *hardware*, composta do adjetivo inglês *hard* (“duro”, “difícil”) com o substantivo *ware* (geralmente usado no plural para designar produtos manufaturados ou no singular para se referir a uma determinada classe de mercadoria), já existia desde 1505 ou 1515 significando “ferragens”, “artigos de metal à venda”. Entre 1955 e 1960, ela adquiriu um novo significado: os dispositivos mecânicos, eletrônicos e magnéticos (a parte física) do computador, opondo-se a *software* (de *soft* [suave, macio] + *ware*), que é um conjunto de programas, procedimentos e a documentação relativa à operação de um sistema de processamento de dados. Palavra criada entre 1955–60, *software* também significa qualquer coisa que não seja *hardware*, mas que seja usado com *hardware*, especialmente materiais audiovisuais como filme, fitas, discos, etc., ou como gíria televisiva referente a materiais pré-empacotados, tais como filmes ou mostras requeitadas, usadas para preencher a maior parte de uma programação de uma estação, de acordo com a definição do dicionário *Random House Webster's*. Por expansão, surgiu o termo *liveware* (de *live* [viver, vivo] + *ware* = “artigos vivos”) para designar os profissionais da área (GALANTE, 1996: 15-6), embora o termo ainda não conste dos dicionários.

Outros exemplos: *interface* originalmente possuía as seguintes acepções: 1) comunicação ou interação; 2) uma superfície considerada como um limite comum de dois corpos, espaços ou fases; 3) práticas, problemas, teorias, considerações e fatos compartilhados por duas ou mais disciplinas, procedimentos ou campos de estudo; 4) uma fronteira comum ou interconexão entre sistemas, equipamentos, conceitos ou seres humanos; 5) coisa ou circunstância que habilita a coordenação efetiva de elementos separados e às vezes incompatíveis. O jargão computacional introduziu um novo significado: “equipamentos ou programas projetados para comunicar informação de um sistema de dispositivos ou programas computacionais para outro, ou qualquer arranjo para tal comunicação”. O verbo *interface* também já existia com o sentido de “levar a

uma comunicação, conectar, mesclar, funcionar como uma interação, encontrar ou comunicar diretamente, interagir, coordenar, sincronizar ou harmonizar”. No Vale do Silício, os usuários de computador passaram a substituir o verbo *talk* (“conversar”) por *interface*, e esse uso começa a se expandir. Do mesmo modo, a expressão técnica *ROM*, acrônimo de *Read Only Memory* (“Memória Somente de Leitura”), que indica memória permanente do computador sem interferência do usuário, passou a ser usada para se referir a pessoas que possuem uma memória curta ou que são intelectualmente limitadas.

Os verbos *download* (de *down* [“para baixo”] + *load* [“carga”, “carregar”] = baixar arquivos, *software* ou dados de um computador maior, central ou distante para outro menor ou para um terminal) e *upload* (de *up* [“para cima”] + *load* = transferir dados de um computador menor para um maior ou central), que se referem à transferência de dados de um computador para outro, também surgiram após a tecnologia computacional de *FTP*, ou seja, *File Transfer Protocol* [“Protocolo de Transferência de Arquivos”, que em português seria *PTA*], através da Internet [“rede internacional”].

A palavra *browse* já existia na língua inglesa com o sentido de pastar, folhear um livro, passar as vistas em prateleiras de uma loja. O jargão computacional introduz a forma *browser* com um novo sentido: um programa aplicativo que permite ao usuário ler materiais da *World Wide Web* ou *WWW* [“Teia Ampla Mundial”, cuja sigla em português seria “*TAM*” ou “*Ampla Teia Mundial*”, “*ATM*”], ou seja, a rede mundial da Internet. Do mesmo modo, *mainframe* (de *main* [“principal”] + *frame* [“estrutura”] = computador central, de grande porte) só ganhou vida com a computação, na década de 1960.

A palavra *input* (“entrada”), que remonta a 1745, originalmente era um substantivo com os significados de: 1) algo que é colocado para dentro; 2) ato ou processo de colocar para dentro; 3) força ou energia suprida para uma máquina; 4) corrente ou voltagem aplicada a um circuito ou dispositivo elétrico. Com a expansão da informática, ela passa a significar “dados de entrada em um computador para processamento” ou “o processo de introduzir dados no armazenamento interno de um computador” e também adquire uma função verbal significando “entrar dados para processamento”. Nessa nova função, ela chega a modificar a regra de formação de passado e particípio passado. Como verbo, *input* seria conjugado como *put* (já que se trata de uma derivação) em suas formas de passado (*put*) e particípio passado irregular (*put*). Contudo, profissionais dessa área criaram uma nova forma verbal para o passado e o particípio passado, regularizando o neologismo: *inputted*.

Da mesma forma, o desconhecimento de que a palavra *data* (“dados”) na realidade é o plural da palavra latina *datum* levou muitos usuários a adotar o verbo no singular achando que a palavra também o fosse. A mania se espalhou e hoje temos as duas possibilidades de concordância em língua inglesa: *The data is/are*, que em português soa de forma estranha: “os dados é/são”. Assim,

a partir das inovações na língua inglesa, essas palavras vão se espalhando pelo mundo afora.

Ao importarmos tecnologia, junto com ela importamos também as palavras a ela associadas, como o *e-book* (“livro eletrônico”), *CD* (*Compact Disk* [“Disco Compacto”]= DC), *CD-ROM*, *disk drive* (unidade de disco, que alguns usuários chamam equivocadamente de *floppy* [forma abreviada de *floppy disk*, um adjetivo que se tornou substantivo], que na verdade se refere a “disco flexível” em oposição a *HD*, *hard disk* [“disco rígido”]), *driver* (literalmente, “motorista”, “guia”, “direcionador”, refere-se a software ou hardware que controla a interface entre um computador e um dispositivo periférico), *scanner* (leitor ótico de imagens), *hardware*, *software*, *hacker* (que possui acepções positivas e negativas, passando da gíria que designa pessoa sem talento, assim como um aficionado por computadores, até criminosos violadores de sistemas computacionais), *spam* (correspondência indesejada através do e-mail), etc. Algumas dessas palavras se adaptam à fonética do português, outras mantêm uma mistura de sistemas fonéticos de ambas as línguas (em “e-mail”, por exemplo, o “e” inicial é pronunciado como em inglês /i/, o ditongo “ai” como /ey/, mas o “l” final é aportuguesado para a semivogal /w/).

Contudo, além desses empréstimos, no Brasil, verdadeiros mostrengos lingüísticos vêm sendo criados, que deixam qualquer Frankenstein de cabelos arrepiados. Usuários de computador e técnicos criam um jargão próprio que pode se denominar *computês*, ou seja, uma linguagem técnica onde inglês e português se fundem, um idioma semelhante à *Newspeak*, a *novilíngua* criada por George Orwell em 1984. Eles adicionam uma terminação portuguesa a verbos ingleses, tais como *printar*, *startar*, *linkar*, *plugar*, *atachar* etc., quando existem verbos em nossa língua que traduzem muito bem essas palavras inglesas: “imprimir”, “iniciar”, “conectar”, “ligar”, “anexar”. Alguns desses verbos perderam a condição periférica de jargão e ganharam *status* de palavras dicionarizadas, como *plugar* (1970), *escanear* (1964) e *acessar* (1962), por exemplo. O verbo *deletar* (1975) também já se tornou parte de uma edição atualizada de dois famosos dicionários brasileiros e do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, lançado pela Academia Brasileira de Letras. Ele entrou na língua portuguesa não através de sua raiz latina *delere*, como seria esperado de uma língua românica (derivada no Latim), mas através do uso de palavras inglesas relacionadas à computação. Contudo, a palavra *delir* já existia em português com o mesmo sentido de *apagar* ou *destruir*, formas cujo uso é ainda aconselhado pelo Dicionário Houaiss.

Algumas formas verbais foram adaptadas pelo simples desconhecimento da correspondência do termo em português, talvez por brasileiros que moram em país de fala anglófona requisitados a traduzir determinados programas de computador. *Hifenizar* e sua forma substantiva *hifenização* aparecem em programas de editor de texto como tradução de *hyphenate/hyphenation*, que sim-

plesmente se refere à separação silábica e não simplesmente a escrever uma palavra com hífen, como é o significado em português. *Customizar* é outra invenção descabida a partir de *customize*, “modificar ou construir de acordo com as especificações do cliente, fazer ao gosto do freguês”, que em inglês se chama *custom*.

Outras palavras vão sendo introduzidas diariamente sem que haja a mínima necessidade delas, por mais justificativas que se busquem: *mouse* é “camundongo”, “rato” mesmo, e o seu inventor assim o denominou devido à semelhança com o bicho. Até hoje, ele próprio se arrepende desse nome, como declarou em entrevista em um programa televisivo. *Site* significa “lugar”, “local”, “sítio”, *homepage* é “página original” ou “página de base”, *web* é “teia”, “rede”, *backup* (ou sua forma aportuguesada *becape*) significa “apoio, substituto, reserva” e *backbone* é “espinha dorsal”, como define o *Aurélio Século XXI*. A palavra *randômico*, também, já está incorporada em nossos dicionários a partir da palavra inglesa *random*, que aparece na área de Estatística (“números randômicos”) e na sigla *RAM* (*Random Access Memory*) e significa simplesmente *aleatório, ao acaso*. A palavra *e-mail* nada mais é do que a forma abreviada das palavras *electronic mail*, que em bom português traduz-se como “correio eletrônico”. *CPU* é a sigla de *Central Processing Unit*, que em português deveria ser *UCP, Unidade Central de Processamento*, ou *UPC, Unidade de Processamento Central* (por sinal, essa palavra vem sendo equivocadamente empregada por usuários para se referir ao gabinete e não ao processador). *E game* é simplesmente “jogo”. Os exemplos são inúmeros.

Qual seria a razão desse uso indiscriminado? Preguiça mental, má tradução, desconhecimento do significado original do termo em inglês, um artifício mnemônico para facilitar a memorização da função de determinados vocábulos ou simplesmente esnobismo.

É necessário esclarecer, contudo, que empréstimos lingüísticos existem e sempre existirão em todas as línguas. Não se está defendendo aqui uma atitude xenófoba ou de querer impedir o enriquecimento da língua portuguesa através de empréstimos, ou que se deva controlar o uso da língua através de decretos, como é o caso do projeto de lei do deputado Aldo Rebelo, bastante criticado por lingüistas e que resultou no livro *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*, organizado por Carlos Alberto Faraco. Não é este o caso. Embora saibamos que é a aceitação através do uso que vai consolidar ou não a permanência desses empréstimos, é aconselhável que se tenha bom senso no uso e abuso que se faz deles, principalmente nos meios de comunicação, para que não cheguemos a uma situação como a demonstrada no cartum da epígrafe, em que os falantes não entendem nada da língua ao seu redor e aparece um personagem para vender “uma porta para o mundo”, um mundo “que fala a sua língua”, naturalizando-se a necessidade de se conhecer a língua inglesa, que, pela lógica do cartum, passa naturalmente a ser a “língua dos brasileiros” e que

todas as pessoas, independentemente de profissão, necessidade ou condição social ou financeira, têm de saber. Afinal, foi o estranhamento dos usuários e o bom senso dos criadores que levaram dois bancos nacionais a modificar os seus letrados de caixa eletrônica da língua inglesa para o português. Da mesma forma, foi a aceitação de palavras que faltavam na língua através do uso que consolidou expressões como *joystick* (literalmente significa “vara-da-alegria” em alusão informal ao pênis e refere-se à alavanca de comando, ou seja, ao controle manual de jogos eletrônicos, equivalente ao “manche” aeronáutico), *ferry-boat*, *recall* (ainda não dicionarizada), *hacker*, *drive-in* e agora parece consolidar *drive-thru*.

Sabemos que a própria língua inglesa tornou-se uma das línguas mais ricas em termos lexicais devido aos empréstimos de outras línguas (latim, francês, espanhol, italiano e outras, até mesmo do português) que foram sendo incorporados ao seu vocabulário. Muitos desses empréstimos devem-se ao escritor William Shakespeare, que contribuiu grandemente para a expansão do vocabulário inglês na era elizabetana (século XVI) e cuja influência se faz sentir até hoje. Os empréstimos são necessários para todas as línguas, mas quando eles são feitos de maneira justificada, quando não há equivalentes na nossa língua, as chamadas *lacunas funcionais*, “a falta de uma palavra conveniente para o falante expressar aquilo que quer falar” (LEHRER, 1974: 105), ou quando o equivalente não possui a força do empréstimo ou seu uso é bastante limitado. Segundo Lehrer, “o único tipo de lacuna que um falante tem consciência é a *lacuna funcional*” e “fazer empréstimos de outras línguas é um modo comum de preencher lacunas funcionais” (LEHRER, 1974:105).

Ao passo que estamos progredindo cientificamente, se não nos cuidarmos com a terminologia estaremos fadados a deixar de sermos seres pensantes e criadores para nos tornarmos robzinhos indefesos no antigo “Planeta dos Macacos” com uma *Read Only Memory*. Ou, pior ainda, papagaios repetidores ou macaquinhos sem qualquer vestígio de memória. Aí, sim, a ficção tornar-se-á definitivamente realidade, e então surgirá um HAL (lembram-se de *2001, uma odisséia no espaço?*) para nos controlar totalmente, assim como já controlam os nossos desejos, pensamentos e votos pela teletela do *Big Brother* (não me refiro ao recente programa televisivo, mas ao personagem de *1984*, de George Orwell) da aldeia global – tudo através do fácil, do digerível e do fascínio da palavra e da imagem devidamente ideologizadas. E é preciso muito cuidado, pois esse supercomputador já existe com outros nomes: globalização, política neoliberal, FMI, Banco Mundial. Eles se aproveitam da ingenuidade (ou estupidez) humana para disseminar a sua ideologia.

Revoluções e evoluções se justificam quando se prestam a verdadeiras mudanças para o aprimoramento e o bem-estar do homem, mas não quando elas visam ao embotamento do pensamento crítico.

## Globalização e mudanças lingüísticas e culturais

De repente, nessa nave espacial, uma espécie de babel-teatromúndi, instala-se um *pathos* surpreendente e fascinante. Arrasta uns e outros numa travessia sem fim, com destino incerto, arriscada a seguir pelo infinito. Algo inexorável e assustador parece ter resultado do empenho do indivíduo, singular e coletivo, para emancipar-se. A razão parece incapaz de redimir, depois de tanta promessa. Mais que isso, o castigo se revela maior que o pecado. A utopia da emancipação individual e coletiva, nacional e mundial, parece estar sendo punida com a globalização tecnocrática, instrumental, mercantil, consumista. A mesma razão que realiza o desencantamento do mundo, de modo a emancipá-lo, aliena mais ou menos inexoravelmente todo o mundo.

Octavio Ianni, "Metáforas da globalização". In: *Teorias da globalização*. p. 23.

Pode-se argumentar, justificadamente, que não é somente o mundo da computação o responsável pela importação ou criação de termos desnecessários na língua portuguesa. Realmente, o fenômeno da globalização vem criando neologismos em diversas áreas, mais notadamente nos setores de comércio, negócios e telecomunicações. A área administrativo-financeira abunda em termos ingleses, utilizados por executivos emproados e esnobes que, mal conhecendo a sua própria língua, sentem-se importantes utilizando anglicismos perfeitamente dispensáveis. A começar pelo nome de alguns cursos: *MBA* é a abreviatura de *Master in Business Administration*, que é simplesmente um "mestrado em administração de empresas" (negócios). *Ph.D.*, título que alguns desses executivos adoram exibir, é apenas a abreviatura das palavras latinas *Philosophiae Doctor* ou *Doctor of Philosophy* em inglês, ou seja, *Doutor em Filosofia*, e corresponde perfeitamente ao nosso "doutorado". Até o nosso alfabeto vem se modificando. Ninguém pronuncia mais as letras *MBA* e *PHD* como deveria se pronunciar em português, e sim imitando-se a fonética inglesa. Acrescente-se aí toda uma terminologia que eles denominam técnica, quando na verdade trata-se de palavras em língua inglesa perfeitamente traduzíveis para a nossa: "negócio" é *business*, "oficina" virou *workshop*, "intervalo" agora é *coffee break* e por aí vai. Chegou-se ao cúmulo de se criar uma expressão estranha em português ("estado da arte") a partir da tradução literal de uma expressão inglesa *state of the art*, quando a palavra, geralmente associada a tecnologia, significa "atualizada/o", "de ponta", "mais recente".

As áreas de comunicações e publicidade são outras esnobes e colonizadas. Pronuncia-se *MTV* como se fosse a palavra *emítivi*, em vez de *emítevê*. A própria palavra *mídia* entrou na língua portuguesa via pronúncia inglesa da palavra latina *media* (pronunciada *mídia*), que é simplesmente o plural da palavra latina *medium* (também usada em inglês), e significa "meios". Profissionais da comunicação vêm utilizando a palavra *mídias* indiscriminadamente em português, ou seja, plural do plural para designar diferentes meios. Um canal de televisão parece ter assumido o desaparecimento da palavra "notícias" em português ao denominar um de seus programas "Band news". Nesse mesmo canal,

“adivinhas” virou *quiz*, um arremedo da palavra inglesa. Um jornal famoso tem um caderno *teen*, uma escola em Salvador chama-se “Integral Kids” e existe um programa de televisão que também se chama *kids*. As palavras “adolescente” e “criança” não existem mais em português? Não satisfeitos com os *shopping centers*, importam-se agora os *shopping malls*. Nesses centros de consumo, “liquidação” virou *sale*, “desconto” virou *off*, “entrega” virou *delivery* e “lanche” virou *fast food*. Para quê? Talvez essas pessoas se sintam mais importantes utilizando palavras estrangeiras, e os estabelecimentos que delas se utilizam vendam mais ao ganhar maior credibilidade por parte de uma população que, por desconhecer ou desvalorizar sua cultura e as regras, a estrutura e a formação de sua língua nativa, passa a mitificar a língua e a cultura estrangeira. Ou talvez, sem dinheiro para viagens ao exterior, elas se sintam além-mar, consumindo em inglês. Ou talvez por quererem ser mais importantes que os seus conterrâneos de fala lusófona, ou por qualquer outra justificativa. O desejo de ser o “outro” possui várias outras razões facilmente explicáveis pela psicanálise.

Alguns empréstimos, contudo, são anteriores à famigerada globalização. O engraçado é que alguns desses “empréstimos” só possuem o sentido que lhe foi atribuído em português. A publicidade importou a palavra *outdoor*, que significa “do lado de fora”, para designar “cartaz publicitário”, que em língua inglesa se chama *billboard* e não tem nada que ver com *outdoor*, a não ser uma aproximação com *outdoor advertising*, isto é, “publicidade externa”. Por analogia, dessa palavra equivocadamente emprestada, surgiu uma outra palavra em inglês que só existe no Brasil: *outbus*, que em inglês não significa nada e em português brasileiro significa publicidade externa nos ônibus para se referir àqueles cartazes colocados nas partes externas desses veículos. Da mesma forma, a palavra *smoking* só existe com o sentido de traje de cerimônia em português, porque em inglês o termo é *tuxedo*. Mas em inglês também existem empréstimos de uso equivocado. A palavra francesa *entrée*, que significa “entrada”, é usada nos Estados Unidos como se fosse a refeição principal. Do mesmo modo, em francês, apesar dos esforços da Academia Francesa de banir todos os anglicismos, existe a expressão *faire l'auto stopping* para “pedir carona”, que em inglês é completamente diferente (*ask for a ride/lift, hitchhike*).

Até a estrutura de nossa língua vem sendo influenciada, com adjetivos sendo antepostos a substantivos, como em inglês. Basta verificar anúncios de produtos e logotipos existentes em qualquer cidade brasileira: “Mortal Combat” e “Universal Fotos”, por exemplo. Sem falar no famigerado *'s* (apóstrofo mais o *s* do caso genitivo indicador de posse em língua inglesa), que é usado e equivocadamente abusado pelo Brasil afora, principalmente em nomes de estabelecimentos comerciais ou para indicar “drinks”.

O processo de globalização pelo qual passa a economia do nosso país apenas corrobora o fenômeno da americanização do mundo. Importamos não só tecnologia, mas também características culturais dos Estados Unidos que se

impuseram em nossa cultura e nos usos e costumes ditos nacionais e regionais. Alguns desses aspectos estão sendo ou já foram assimilados pouco a pouco e sutilmente se disseminam e se naturalizam entre nós sem qualquer questionamento de seu teor ideológico: as festas de *Halloween* foram importadas para o nosso território pelos institutos de ensino de inglês; a música e a dança do forró junino foram transformadas em estilos texanos; a música *techno* invadiu o terreno do samba e dos trios elétricos no carnaval; o *rap* e a música *gospel* se propagam entre nossos cantores, que agora se travestem de negros americanos, importando até a gordura e explorando-a como artigo de venda em *fat families*; os *rodeos* americanos são imitados nas vaquejadas do interior, em estilo, música e moda; depois do *surf*, a moda *piercing* invadiu a praia dos adolescentes; as nossas salas de cinema foram substituídas por conglomerados *multiplex* da indústria cinematográfica hollywoodiana, com poltronas adaptadas com suportes para enormes copos de Coca-Cola no estilo de consumo americano; nesses complexos, pequenos sacos de pipoca foram substituídos por enormes baldes de *popcorn*, nos tamanhos do padrão americano, para transformar todos em *fat families*; a total automação dos serviços de telefonia e chamadas em espera e os serviços de *telemarketing* vêm criando expressões estranhas aos nossos ouvidos por serem traduções ao pé da letra de normas de conduta telefônica originalmente escritas em inglês (“é a senhora/senhorita Maria?” em vez de “dona Maria”, em uma tradução literal de *Mrs.* ou *Miss*), além de um forçado uso do gerúndio desnecessário (“vou estar enviando”, em vez de “vou enviar” em uma tradução errônea de *I'll be sending*) etc. E na área esportiva, estamos até importando um esporte do gelo para o nosso calor tropical: o *hockey*.

Todas essas mudanças vieram seguidas da introdução de um vocabulário em língua inglesa. A televisão a cabo e via satélite introduziram o uso da pronúncia do alfabeto inglês para denominar determinados canais de televisão: *AXN*, *HBO*, *MTV*, etc. Acrescentem-se a isso determinadas mudanças culturais que não influenciaram a língua diretamente, mas que vêm mudando os nossos costumes e introduzindo novos termos a cada dia: a importação de modelos de programas televisivos de nível questionável onde predominam aberrações humanas, a instalação de emissoras brasileiras nos Estados Unidos para transmitir programas de lá para cá, a inserção de trechos de programas de rádio de emissoras americanas em emissoras de rádio locais, o modelo de educação imposto com os parâmetros curriculares baseados no modelo americano, a competição nos meios acadêmicos, a exigência desenfreada por órgãos governamentais de publicações nas universidades, etc. Tudo isso demonstra o processo de uma assimilação passiva de costumes e valores que nos são transmitidos através de diversos meios que disseminam uma ideologia de dominação cultural não só pela televisão, cinema e rádio, mas também nas escolas, nos institutos de línguas, nas universidades e no próprio Ministério da Educação.

Assim, assistimos passivamente à importação e imposição de um vocabulário desnecessário para a língua portuguesa e de modelos culturais em nome de uma política neoliberal com a falsa promessa de uma inserção em patamares da economia mundial. Entretanto, essa política só visa a ratificar o estabelecimento do poderio econômico dos bancos e empresas americanos que espoliam não só a economia, mas, principalmente, a língua e a cultura nacionais. Afinal, como já dizia o bispo de Ávila para a rainha Isabel de Castela em 1492, “a língua é o instrumento perfeito do império”.

### Língua na guerra dos sexos

Passemos agora a uma análise das mudanças lingüísticas ocorridas na língua inglesa nos Estados Unidos. Lá, como aqui ou em qualquer lugar, língua e política estão ideologicamente ligadas. Noções de sexo e etnia perpassam o uso lingüístico de expressões corriqueiras por onde preconceitos são disseminados e/ou naturalizados.

O movimento feminista americano não se ocupa apenas com padrões de comportamento, questões machistas ou a posição da mulher na sociedade moderna. Uma vez que foram resolvidos alguns problemas sociais, tais como a igualdade de direitos para homens e mulheres no mercado de trabalho, até mesmo nas Forças Armadas, e já que o homem agora ocupa o lugar de símbolo sexual no antigo território exclusivo das mulheres – quando a mídia descobriu que o homem-objeto também dá ibope, cresceu a exploração do nu masculino em filmes, novelas de televisão, anúncios publicitários (de cuecas, perfumes, etc.) e shows de *strip-tease* em clubes *gays* ou de mulheres –, a guerra dos sexos volta-se agora para a linguagem, não apenas nas famosas “cantadas” indesejáveis (ou não) de chefes *nas* secretárias e/ou companheiras de trabalho, mas naquilo que se denominou “falar politicamente correto” na linguagem do dia-a-dia. Isso implica utilizar uma linguagem sem “sexismo”, ou seja, sem a predominância do masculino sobre o feminino.

Esse fato vem provocando uma verdadeira revolução na língua inglesa, a começar pelas formas de tratamento. O tratamento formal que antecede o nome e o sobrenome de uma pessoa do sexo masculino é *Mr.* (forma abreviada da palavra *mister*, “senhor”), não importando se esta pessoa seja casada ou não, enquanto a forma que antecede os nomes das mulheres traz a marca do estado civil: *Miss* [“senhorita”] para as solteiras, *Mrs.* [“senhora”] para as casadas. Considerando que essa marca revela um traço sexista, portanto, discriminatório (por que as mulheres precisam identificar o seu estado civil e os homens não?), o movimento feminista americano introduziu na linguagem a forma *Ms.* (pronuncia-se /mIz/), tão neutra quanto *Mr.* De acordo com Gloria Steinem, editora da revista *Ms.*, na década de 80, uma pesquisa realizada pela revista revelou que 30% das mulheres americanas aderiram à nova forma de tratamento, *Ms.* Segundo ela, essa forma de tratamento já existe registrada com esse significado no

dicionário Oxford desde o século XVII, embora somente agora tenha-se conseguido recuperar o seu uso. Entretanto, para o dicionário *Random House Webster's, Ms.* passou a ser incorporada ao sobrenome de mulheres quando o seu estado civil era desconhecido ou irrelevante já na década de 50. Na década de 70, seu uso foi adotado e encorajado e desde então vem ganhando mais adeptos, embora algumas mulheres ainda prefiram as formas tradicionais. Os editores de jornais tendem a rejeitar essa forma, a não ser em material citado, enquanto outros preferem usar qualquer um dos títulos que a mulher preferir. Ainda de acordo com esse dicionário, há uma tendência crescente no meio jornalístico a evitar os três títulos e utilizar o nome completo das mulheres sem nenhuma forma de tratamento. Contudo, se você quiser ser PC (politicamente correto), principalmente no mundo profissional e dos negócios, *Ms.* é a forma a ser utilizada.

Mas a guerra não pára por aí. Determinadas palavras marcadas pela presença masculina, principalmente aquelas relacionadas a profissões antes só ocupadas por homens, estão sendo banidas da língua inglesa. Algumas palavras terminadas em *man* ["homem"] estão sendo substituídas por palavras neutras em termos de categoria sexual (o antigo "gênero"), uma vez que as mulheres passaram a ocupar essas funções. Assim, palavras como *person* ("pessoa"), *people* ("pessoas"), *worker* ("trabalhador/a"), *officer* ("oficial") e *fighter* ("lutador/a", "combatente") substituem as terminações *man/men* ("homem/homens"). Alguns exemplos: *policeman* ("policial") é agora *police officer* ("oficial da polícia"); *chairperson* ("diretor/presidente de uma organização") substitui *chairman*; *mailman* ("carteiro") tornou-se *postal worker* ("trabalhador postal"); *fireman* ("bombeiro") transformou-se em *firefighter* ("combatente do fogo"); *working man* ("trabalhador") passou a ser *worker*. Para as palavras *man* (que tanto em inglês como em português refere-se à espécie humana, ao *homo sapiens*) e *mankind* ("humanidade", "espécie humana" – literalmente significa "homem-tipo", "homem-espécie" ou ainda "tipo de homem", "tipo humano") as feministas preferem a palavra neutra *people* ("pessoas").

Apesar de essas palavras ainda constarem nos dicionários, elas não aparecem mais nos livros editados a partir da década de 80. Qualquer pessoa que esteja aprendendo inglês agora já encontrará essas novas palavras nos seus livros-textos. Entretanto, outras palavras, tais como *manhole* ("bueiro", "boca-de-lobo" – literalmente, "buraco de homem"), *freshman* ("calouro/a") e outras ainda não foram substituídas, mas provavelmente o serão em breve. Da mesma forma que o mapa-múndi teve de ser refeito para o estabelecimento de uma nova ordem mundial a partir das novas mudanças político-geográficas, os dicionários da língua inglesa terão de ser revistos em novas edições para o estabelecimento de uma nova ordem social via palavra.

A luta dos sexos ultrapassa o nível lexical e se espalha pela estrutura frasal. A concordância nominal inglesa também é sexista. Quem concorda mais em inglês, o homem ou a mulher? Antes era só o homem, agora os dois concor-

dam igualmente. O pronome possessivo que acompanha a palavra *everybody* (“todos”, “todo o mundo”) era sempre o pronome *his* (“seu”, “dele”). Embora as gramáticas mais tradicionais ainda insistam nessa regra de uso como a correta, a linguagem culta cotidiana já impôs a forma politicamente correta *his or her* (“seu”, “sua”, “dele”, “dela”) ou a forma popular neutra *their* (“deles”, “delas”), menos acadêmica, mais democrática e já consagrada pela mídia. Essa forma, antes considerada um erro crasso, hoje é encontrada em anúncios de revistas conceituadas, como a *Time*, em frases do tipo “Everybody must think about *their* problems” (“Todo mundo deve pensar sobre seus [*deles, delas*] problemas”). Em um livro de metodologia de ensino de línguas para professores de inglês, o autor, preocupadíssimo em utilizar a linguagem PC, chegou ao cúmulo de alternar os capítulos com pronomes diferentes, prática que agora vem se difundindo no mundo da editoração. Ao se referir à palavra *teacher* (“professor/a” – em inglês a palavra é neutra), em um capítulo ele utilizava os pronomes *helhis* (“ele/dele”), em outro *shelher* (“ela/dela”), explicando em nota introdutória o porquê da sua atitude, uma vez que essa é uma profissão ocupada por homens e mulheres.

Essas preocupações geram piadas entre os mais conservadores. Segundo Robert MacNeil, comentarista da série *The Story of English* (“A história do inglês”), algumas feministas mais radicais estão querendo mudar a palavra *history* (“história”) para *herstory* (“a história dela”), argumentando que a palavra *history* traz implícita nela o pronome masculino *his*. História ou histeria feminista? Embora etimologicamente esse argumento não se justifique, elas estão certas ao reclamarem que a história sempre foi escrita por homens, dentro de uma perspectiva masculina.

Piadas à parte, os lingüistas admitem que realmente existe sexismo na linguagem, com a preponderância do masculino sobre o feminino. É verdade que, no âmbito lexical, não só as mulheres batalham pelas palavras corretas. O movimento negro americano (assim como o movimento de gays e lésbicas e de latinos) também possui a sua luta lingüística/ideológica.

A autodenominação do negro americano passou pelas formas *colored* (“de cor” – literalmente, “colorido”, ultrapassado e ofensivo), *dark-skinned*, *Negro/Negress*, *Negroid* (uso antropológico para se referir aos povos de origem africana, hoje consideradas ofensivas e em desuso), no final dos anos 50 mudou para *black* com o *Black Power*, movimento de afirmação da negritude, depois transformado em *Afro-American*, palavra que existe desde 1860, e hoje substituído por *African American* para marcar a força etnológica. Ai de quem se atreva a chamar um negro americano de *nigger* (“nego”, “negrinho”), forma altamente ofensiva. O mínimo que lhe pode acontecer é pagar uma multa vulgosa ou ir parar na cadeia.

Por sua vez, os índios deixaram de ser “peles-vermelhas” para se transformarem em *natives* (“nativos”). Com isso, e com os movimentos ecológicos, mudou-se a carga negativa da ideologia hollywoodiana que sempre privilegiava o mocinho cara-pálida e mostrava os indígenas como seres abobalhados ou cruéis.

A comunidade de latinos nos Estados Unidos também reivindica um melhor tratamento. Palavras ofensivas, como *spic* ou *spik* (provavelmente uma alusão à maneira errônea dos latinos pronunciarem a palavra inglesa *speak* [“falar”]), para se referir à comunidade hispânica são condenadas. Na Universidade de Buffalo, o presidente de uma associação de alunos, uma espécie de diretório acadêmico, teve que se demitir do cargo após se dirigir dessa forma a um latino. Da mesma forma, os poloneses deixaram de ser chamados ofensivamente de *Polack* [“polacos”] para termos mais politicamente corretos como *Pole* ou *Polish*.

A antiga denominação ofensiva para os homossexuais, *queer* (“bicha”, “afeminado” – literalmente, “estranho”), passou a ser incorporada pelos grupos *gays* como forma de desestabilizar a sua carga negativa e já faz parte de estudos acadêmicos. Nas grandes universidades americanas, existem disciplinas denominadas *queer theory* (“teoria da homossexualidade” – literalmente, “teoria do estranho” ou “teoria da bicha”) dedicadas ao estudo da literatura produzida sobre e/ou por *gays*, travestis e lésbicas. A própria palavra *gay*, que antes significava tanto “alegre”, “contente”, “feliz” como “colorido”, “espalhafatoso/a”, “licencioso/a”, foi incorporada pelo movimento homossexual com um novo significado. Em português, ela gerou traduções como “rapaz alegre”, “entendido”, até se aporuguesar como “guei”. Essa palavra possui uma história interessante. De acordo com o dicionário *Random House Webster's*, desde o século XVII a palavra *gay* tem tido várias acepções associadas à conduta sexual: *gay woman* era uma prostituta, *gay man* era um “mulherengo”, “ganhão”, e *gay house* era um bordel. Este mundo sexual também incluía os homossexuais. O adjetivo *gay* com referência a homossexuais data de 1900. Após a Segunda Guerra Mundial, com as mudanças nas atitudes em relação à sexualidade, a palavra *gay* começou a ser usada abertamente por homossexuais do sexo masculino para se auto-referirem, inicialmente como adjetivo, depois como substantivo. Hoje deixou de ser gíria e se incorporou ao vocabulário cotidiano, passando radicalmente para o lado oposto: de “mulherengo” para “homossexual masculino”.

Algumas pessoas argumentam que essa preocupação com uma linguagem politicamente correta é perda de tempo, pura bobagem, fruto de uma sociedade altamente desenvolvida que não tem (ou não quer ver) outros problemas com que se preocupar, tais como fome e miséria. Será por isso que nada similar foi tentado no Brasil, que sempre se espelha nos Estados Unidos? Será que uma militância lingüística funcionaria neste país, com tantos analfabetos e outros tantos problemas a resolver? Por que as mulheres brasileiras ainda não se pronunciaram sobre este assunto de forma mais contundente? Desconheço algum trabalho neste sentido, embora nós, cá embaixo, tenhamos os nossos sexismos em língua portuguesa. Tenho conhecimento de uma gramática do jornal *A Folha de S.Paulo* que inclui um pequeno glossário de palavras politicamente corretas para serem utilizadas pelos seus redatores. Entretanto, são palavras de uso geral, não especificamente sobre o universo feminino. Existem alguns poucos estudos limi-

A comunidade de latinos nos Estados Unidos também reivindica um melhor tratamento. Palavras ofensivas, como *spic* ou *spik* (provavelmente uma alusão à maneira errônea dos latinos pronunciarem a palavra inglesa *speak* [“falar”]), para se referir à comunidade hispânica são condenadas. Na Universidade de Buffalo, o presidente de uma associação de alunos, uma espécie de diretório acadêmico, teve que se demitir do cargo após se dirigir dessa forma a um latino. Da mesma forma, os poloneses deixaram de ser chamados ofensivamente de *Polack* [“polacos”] para termos mais politicamente corretos como *Pole* ou *Polish*.

A antiga denominação ofensiva para os homossexuais, *queer* (“bicha”, “afeminado” – literalmente, “estranho”), passou a ser incorporada pelos grupos *gays* como forma de desestabilizar a sua carga negativa e já faz parte de estudos acadêmicos. Nas grandes universidades americanas, existem disciplinas denominadas *queer theory* (“teoria da homossexualidade” – literalmente, “teoria do estranho” ou “teoria da bicha”) dedicadas ao estudo da literatura produzida sobre e/ou por *gays*, travestis e lésbicas. A própria palavra *gay*, que antes significava tanto “alegre”, “contente”, “feliz” como “colorido”, “espalhafatoso/a”, “licencioso/a”, foi incorporada pelo movimento homossexual com um novo significado. Em português, ela gerou traduções como “rapaz alegre”, “entendido”, até se aportuguesar como “guei”. Essa palavra possui uma história interessante. De acordo com o dicionário *Random House Webster’s*, desde o século XVII a palavra *gay* tem tido várias acepções associadas à conduta sexual: *gay woman* era uma prostituta, *gay man* era um “mulherengo”, “ganhão”, e *gay house* era um bordel. Este mundo sexual também incluía os homossexuais. O adjetivo *gay* com referência a homossexuais data de 1900. Após a Segunda Guerra Mundial, com as mudanças nas atitudes em relação à sexualidade, a palavra *gay* começou a ser usada abertamente por homossexuais do sexo masculino para se auto-referirem, inicialmente como adjetivo, depois como substantivo. Hoje deixou de ser gíria e se incorporou ao vocabulário cotidiano, passando radicalmente para o lado oposto: de “mulherengo” para “homossexual masculino”.

Algumas pessoas argumentam que essa preocupação com uma linguagem politicamente correta é perda de tempo, pura bobagem, fruto de uma sociedade altamente desenvolvida que não tem (ou não quer ver) outros problemas com que se preocupar, tais como fome e miséria. Será por isso que nada similar foi tentado no Brasil, que sempre se espelha nos Estados Unidos? Será que uma militância lingüística funcionaria neste país, com tantos analfabetos e outros tantos problemas a resolver? Por que as mulheres brasileiras ainda não se pronunciaram sobre este assunto de forma mais contundente? Desconheço algum trabalho neste sentido, embora nós, cá embaixo, tenhamos os nossos sexismos em língua portuguesa. Tenho conhecimento de uma gramática do jornal *A Folha de S.Paulo* que inclui um pequeno glossário de palavras politicamente corretas para serem utilizadas pelos seus redatores. Entretanto, são palavras de uso geral, não especificamente sobre o universo feminino. Existem alguns poucos estudos limi-

tados ao mundo acadêmico que não chegaram à grande população. Embora existam alguns livros tratando do assunto de gênero e etnia publicados recentemente, tais como *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*, *Tempos e lugares de gênero*, *Homens e masculinidade: outras palavras* e *Racismo e anti-racismo no Brasil* (cf. bibliografia), nenhum deles enfoca a linguagem. O movimento negro brasileiro também tentou incluir determinadas expressões copiadas do movimento americano, como “afro-brasileiro” ou “afro-descendentes” para se referir aos negros, mas parece que as novas palavras não tiveram a aceitação desejada, até mesmo pela comunidade assim designada.

Quer concordemos ou não com as posições das feministas (e das chamadas “minorias”) americanas, e se estas preocupações facilitarão ou não o convívio entre homens e mulheres neste mundo plural, uma coisa é certa: essas questões nos ajudam a refletir e a repensar o nosso uso automatizado da linguagem e o nosso papel social. Para as pessoas que utilizam a língua inglesa como meio de comunicação em negócios ou em viagens de lazer, é aconselhável observar essas novas regras de uso para uma comunicação mais harmoniosa não só com as novas mulheres, mas, também, com os novos seres do século XXI.

### Referências bibliográficas

- ARILHA, Margareth, UNBEHAUM, Sandra & MEDRADO, Benedito (Orgs.) *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS/Editora 34, 1998.
- BRUSCHINI, Cristina; HOLLANDA, Heloísa Buarque (Orgs.) *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- \_\_\_\_\_, PINTO, Céli Regina (Orgs.). *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo, FCC/Ed. 34, 2001.
- CLARKE, Arthur C. *2001 A Space Odyssey*. Based on a screenplay by Stanley Kubrick and Arthur Clarke. New York: New American Library, 1982.
- CRUZ, Décio Torres et al. *Inglês.com.textos para informática*. Salvador: Edição do autor, 2001.
- FARACO, Carlos Alberto (Org.). *Estrangeirismos: guerra em torno da língua*. São Paulo: Parábola editorial, 2001.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3 ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GALANTE, Terezinha Prado, POW, Elizabeth. *Inglês para processamento de dados*. São Paulo: Atlas, 1996.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- HOUAISS, Antonio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.1 CD-ROM.
- IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEHRER, A. *Semantic fields and lexical structure*. Holanda: North-Holland Publishing Company, 1974. p. 105.
- THE STORY of English. Produced by MacNeil Lehrer Productions & WNET. [S.l.]: BBC TV, 1986. 1 fita de vídeo (60min), VHS, son., color.
- ORWELL, George. *1984*. Afterword by Erich Fromm. New York: Dutton Plume, 1983.
- OXFORD dictionary of computing for learners of English. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- RANDOM House Webster's Unabridged Dictionary. New York: Random House, 1999. 1 CD-ROM.

# Marcadores de negação fracos e fortes\*

Ivone Afonso

Universidade Federal da Bahia

Resumo

**E**ste trabalho investiga a partícula de negação na posição sintática pós-verbal em frases curtas, contexto de diálogo. Apóia-se, principalmente, nas propostas teóricas de J. Y. Pollock (1989), Raffaella Zanuttini (1995; 1997) e Carlos Miotto (1998). O *corpus* é constituído de dados extraídos do português brasileiro, dialeto falado em Salvador, Bahia.

Abstract

**T**his paper deals with the scope and syntactic position of the negation – não – in short sentences and in the context of the dialogue. It is based, mainly, on the theory of J. Y. Pollock (1989), Raffaella Zanuttini (1995; 1997) and Carlos Miotto. The corpus is taken from PB, dialect spoken in Salvador, Bahia.

---

\* Dedico este trabalho ao Prof. Dr. Fernando Afonso de Almeida, da Universidade Federal Fluminense.

100  
100  
100

## Introdução

A operação semântica de negar tem sido analisada sob diferentes enfoques na linha do tempo. Zanuttini (1995: 57), ao investigar sentenças com polaridade negativa em línguas e dialetos românicos, registra uma série de questionamentos que levam ao desenvolvimento de novas pesquisas sobre o tema:

- *Todos os marcadores de negação ocorrem na mesma posição sintática?*
- *Negação pós-verbal tem a mesma força que a pré-verbal?*
- *Quando uma língua tem dois ou mais marcadores de negação na sentença, qual a diferença entre eles?*
- *Se existe uma diferença, essa diferença se deve ao significado lexical da palavra ou à sua posição sintática?*
- *Como poderíamos fazer uma descrição gramatical sistemática das diferentes formas de negar das línguas românicas?*

Este trabalho tem por objetivo principal investigar sentenças negativas curtas, no contexto de diálogo, portadoras de apenas um item de polaridade negativa, na posição pós-verbal.

O *corpus* é formado por dados retirados do português brasileiro, doravante **PB**, dialeto falado na cidade do Salvador, Bahia.

Tendo em vista que a posição canônica dos marcadores de negação sentencial em **PB** é a posição pré-verbal, investiga-se várias posições sintáticas desses marcadores, com a intenção de rastrear as regras gramaticais que estão permitindo o uso desses marcadores na posição pós-verbal como único elemento de polaridade negativa em sentenças do **PB**.

Investiga-se também o motivo pelo qual o sujeito lexical é proibido em todas as pessoas verbais em algumas estruturas de sentenças negativas, nas quais apenas o sujeito nulo é permitido.

São consideradas propostas teóricas de J. Y. Pollock (1989), Raffaella Zanuttini (1995; 1997), a respeito de línguas e dialetos românicos, Ana Maria Martins (1994) e Carlos Míoto (1998), entre outros.

Na primeira parte, **Pressupostos Teóricos**, faz-se uma exposição de princípios teóricos pertinentes aos objetivos desta pesquisa; na segunda, **Constatação Empírica**, o *corpus* é apresentado, ao tempo em que as análises em torno são desenvolvidas; na terceira parte, **Considerações Finais**, comentam-se os resultados alcançados.

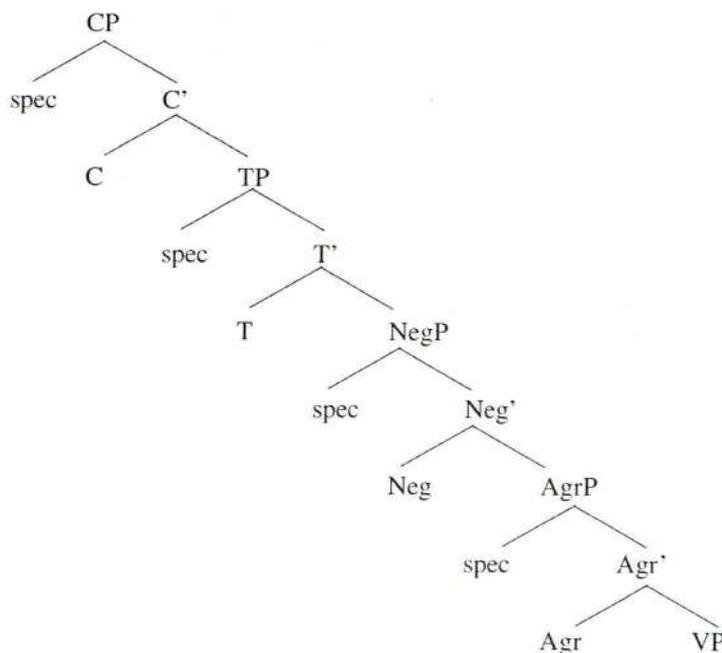
## 1 Pressupostos teóricos

### 1.1 O constituinte de negação

A partir de Pollock (1989), a categoria funcional **IP** passa a ser expandida e os dois núcleos que ela continha ( $[\pm Tense, \pm Agr]$ ) passam a encabeçar a sua própria projeção máxima: **TP** e **AgrP**, sendo **AgrP** complemento do **T**, ou seja, **TP** dominando **AgrP**.

Esta cisão foi uma consequência dos estudos comparativos entre inglês e francês desenvolvidos pelo autor ao observar sentenças negativas, interrogativas, advérbios e quantificadores na sintaxe dessas duas línguas. Assim como ele propôs que *Tempo* e *Concordância* sejam cada qual o núcleo da sua própria projeção máxima, **TP** e **AgrP**, propôs também uma projeção máxima **NegP**, que tem por núcleo a negação **Neg**. Desse modo, aumenta-se o elenco das categorias funcionais organizadas pelos princípios da teoria **X'**, **CP**, **TP**, **NegP** e **AgrP**, assim distribuídas na estrutura interna das línguas:

(1)



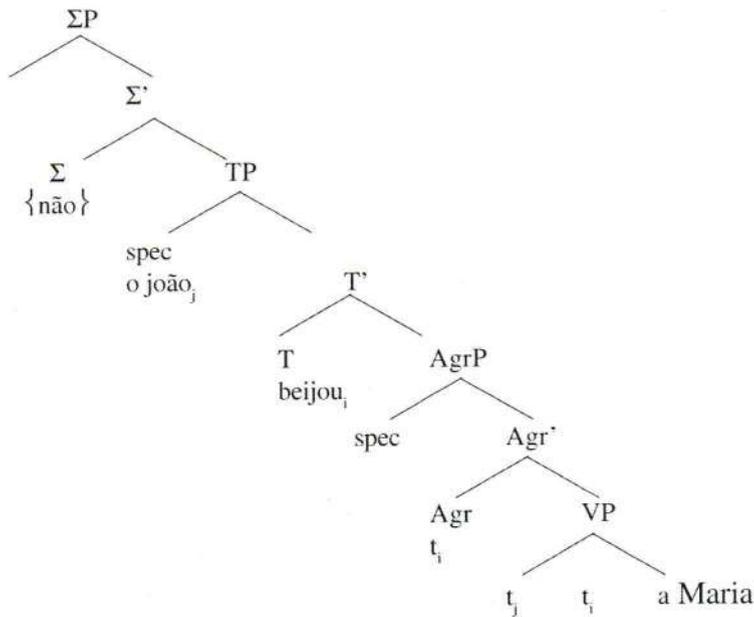
De acordo com Pollock (1989: 414), o que distingue as sentenças negativas das afirmativas é a presença ou ausência da categoria **NegP**.

Entretanto, outra proposta gerativista, pela qual uma mesma categoria contém a afirmação e a negação concomitantemente, é feita por Laka (1990) ao observar semelhanças entre a negação e a afirmação enfática na sintaxe do inglês e na do basco. Propõe, então, a categoria **SP**, podendo conter dois núcleos:

These two heads (**Neg** and **Aff**) are further argued to belong in the same syntactic category which I will call **f**. Thus, both **NegP** and **AffP** are claimed to be different instantations of more abstract projections: **ΣPhrase**.

Assim, **ΣP** é a projeção responsável pelos operadores de negação e afirmação enfática, **Neg** e **Aff**, que ocorrem sempre em distribuição complementar. A natureza da categoria funcional **S**, morfologicamente forte ou fraca, vai condicionar o movimento dos elementos para a verificação de traços. O modelo de Laka tem a seguinte estrutura (apud MIOTO, 1998: 107):

(2)



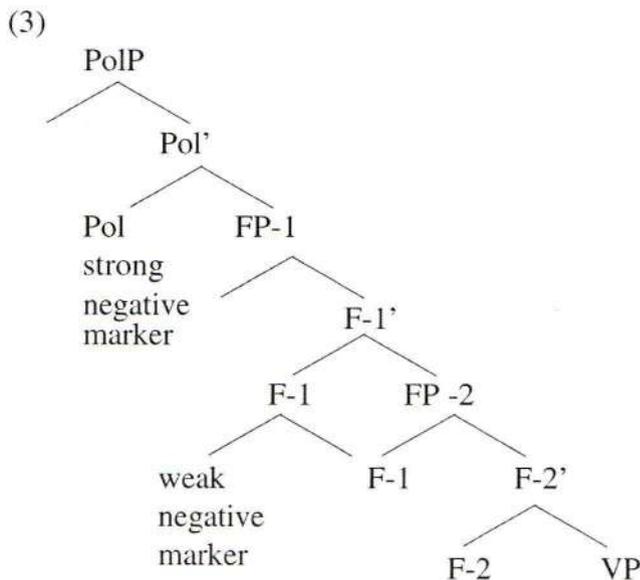
De certa forma, ao constituinte **ΣP** é associada uma função como “valor de verdade” da sentença. Esta função tanto pode ser estabelecida por considerar a negação e a afirmação como um constituinte **ΣP**.

Para o presente trabalho é relevante observar as análises de Zanuttini (1995) sobre as línguas românicas, nas quais ocorrem vários marcadores de

negação em diferentes posições sintáticas, pré ou pós-verbais. A autora separa esses marcadores em fracos e fortes e propõe a existência de uma projeção funcional **PolP**, a qual pode conter um marcador de afirmação enfática em distribuição complementar com o marcador de negação forte, em concordância com a proposta de Laka apresentada em (2). Desse modo, os marcadores de afirmação fortes são os que convivem com os de afirmação enfática na mesma posição sintática, núcleo de **PolP**, e são eles que têm a responsabilidade da negação, podendo ocorrer sozinhos na sentença. Conforme essa autora, os marcadores de negação fracos não ocupam o núcleo de **PolP**. E eles não podem ocupar a posição núcleo de **PolP** pelo fato de os traços fortes de **PolP** não poderem ser checados por marcadores de negação fracos.

Em outras palavras, **PolP** é uma projeção funcional cujos traços podem ser checados não só por um marcador de negação forte, como também por um marcador de afirmação enfática. Como os traços de **PolP** são fortes, eles devem ser checados na sintaxe.

Entretanto, existem línguas nas quais os traços de PolP são fracos, e por isso são checados em FL (forma lógica). Esta afirmação de Zanuttini (1995: 16), que se repete no original, será de extrema valia para as conclusões *a posteriori*: "In other languages, the features of PolP are weak and can be checked at LF"



Este modelo teórico, proposto por Zanuttini, estará subjacente às análises a serem desenvolvidas, por registrar diferenças entre marcadores de negação fracos e fortes.

## 1.2 O parâmetro *pro-drop*

A morfologia verbal do **PB** é rica até ao ponto em que pode tornar os pronomes do caso reto das primeiras pessoas verbais redundantes e recuperáveis. Nessas circunstâncias, o sujeito é representado morfologicamente na desinência verbal, e a posição sintática que ele ocupa, regida pela concordância, pode estar vazia foneticamente:

63

(4) a.	eu amo	b.	amo	(1ª pess. sing.)
	você ama		você ama	(2ª pess. sing.)
	ele ama		ele ama	(3ª pess. sing.)
	nós amamos		amamos	(1ª pess. pl.)
	vocês amam		vocês amam	(2ª pess. pl.)
	eles amam		eles amam	(3ª pess. pl.)

Apenas nas primeiras pessoas (singular e plural) em (4a) e (4b) o pronome sujeito está representado morfematicamente, ocorrendo uma neutralização morfológica envolvendo as segundas e terceiras pessoas, singular e plural.<sup>1</sup> O pronome do caso reto nestas pessoas, (2<sup>as</sup> e 3<sup>as</sup>), tem que vir explícito porque tornou-se irrecuperável:

(5) a.	Amo as crianças.	(1ª pess. sing.)
b.	Amamos as crianças.	(1ª pess. pl.)
c.	*Ama as crianças.	(2ª/3ª pess.sing.)
d.	*Amam as crianças.	(2ª/3ª pess.pl.)

Apesar da agramaticalidade das sentenças em (5c) e (5d), nas quais o sujeito não é recuperado pela morfologia, existem determinados contextos em nível de diálogo nos quais a posição do sujeito, nessas mesmas pessoas (2<sup>as</sup> e 3<sup>as</sup> sing. e pl.), pode estar vazia, isto é, o sujeito pode ser nulo, pois é recuperável pelos traços do sujeito na frase antecedente. Veja-se em:

(6) a.	i João chegou?	
	ii Chegou não.	(3ª pess. sing.)
b.	i. Acho que João chega amanhã.	
	ii Chega não	(3ª pess. sing.)
c.	i Os meninos vão chegar amanhã?	
	ii Vão não.	(3ª pess. pl. )
d.	i Eles precisam de dinheiro?	
	ii Precisam não.	(3ª pess. pl.)

<sup>1</sup> Se se considerar a variação na primeira pessoa do plural, "*a gente ama*", muito freqüente em PB, reduz-se mais ainda o quadro de morfemas de pessoa, restando apenas a primeira pessoa do singular com marcas morfológicas características.

As sentenças em (6ii), que contêm o verbo na 3ª pess. singular ou plural, têm a posição sintática do sujeito foneticamente vazia, o que não é permitido nas sentenças (5c) e (5d). Os sujeitos das sentenças (6ii) são recuperados pelos traços do sujeito das sentenças anteriores, as sentenças (6i). Como o regente do sujeito é a concordância, e como a concordância não informa se é segunda ou terceira pessoa do singular em (6ii) “*Chegou não/Chega não*”, então é a posição sintática que vai interpretar os traços do sujeito explícito na sentença anterior<sup>2</sup>: “*João chegou?/Acho que João chega amanhã*”, respectivamente. As sentenças em (7) são agramaticais, pois os seus sujeitos são irrecuperáveis:

- (7) a. \*Chegou não.  
 b. \*Chega não.  
 c. \*Vão não.  
 d. \*Precisam não.

As estruturas sintáticas das sentenças (5), (6) e (7) foram observadas com a intenção de mostrar, posteriormente, a ocorrência *pro-drop* em **PB**, com vistas a trabalhar no *corpus* de negação pós-verbal em que ocorrem tais estruturas. Demais ocorrências de sujeito nulo não são aqui pertinentes.

## 2 Constatação empírica

### 2.1 Levantamento e análise dos dados

O *corpus*, constituído de dados retirados do dialeto falado na cidade do Salvador, apresenta sentenças negativas curtas contendo o marcador de negação nas posições pré ou pós-verbal e, ainda, em ambas.

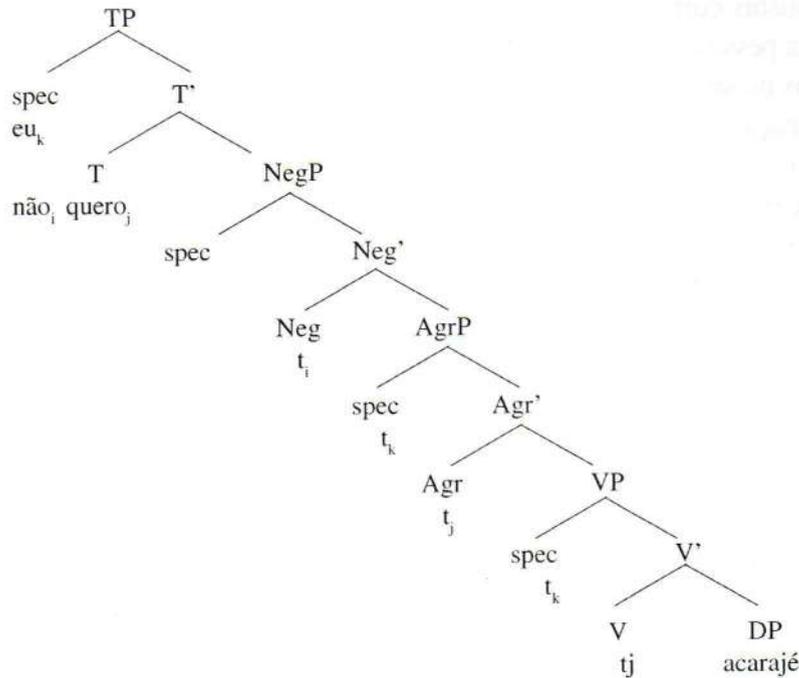
Nas sentenças em (8), o marcador de negação encontra-se na posição sintática canônica em **PB**, ou seja, antes do verbo:

- (8) a. Eu não quero acarajé. (1ª pess. sing.)  
 b. Você não pode sair. (2ª pess. sing.)  
 c. Maria não está em casa. (3ª pess. sing.)  
 d. Nós não freqüentamos candomblé. (1ª pess. pl.)  
 e. Vocês não podem sair. (2ª pess. pl.)  
 f. Eles não jogam capoeira. (3ª pess. pl.)

Tomando por base as propostas apresentadas por Pollock (1989: 414), Moritz e Valois (1994: 670) e Zanuttini (1997: 216), no que se refere à operação semântica de negar, as sentenças em (8) poderiam ter a seguinte estrutura:

<sup>2</sup> Nesse momento fica a indagação sobre a noção de *pro(zinho)*, tendo em vista que os morfemas de pessoa encontram-se no núcleo funcional Agr. que pode ser então forte ou fraco (morfologia rica ou pobre). Agr forte não só é um regente apropriado, como licencia *pro(zinho)*, mas Agr fraco não.

(9)



Nesta estrutura (9), o verbo sai do seu lugar de origem, pousa no núcleo de **AgrP** para receber concordância e segue depois seu percurso até alcançar as marcas de tempo no núcleo de **TP**. Mas ocorre que, pelo fato de a negação ter traços fortes e de estar no caminho percorrido pelo verbo, esta negação adere-se ao verbo e segue com ele até ao pouso final do verbo, núcleo de **TP**. Aqui, a posição sintática do não é canônica, esperada de ocorrer, por ser esta a posição freqüente em que este não ocorre como marcador de negação sentencial em **PB**.

Em (10) estão sentenças que portam dois marcadores de negação, um na posição pré-verbal e outro na pós-verbal, simultaneamente.

- |        |                              |                  |
|--------|------------------------------|------------------|
| (10) a | Eu não quero acarajé não.    | (1ª pess. sing.) |
| b.     | Você não pode sair não.      | (2ª pess. sing.) |
| c.     | Maria não está em casa não.  | (3ª pess. sing.) |
| d.     | Nós não viajamos de trem.    | (1ª pess. pl.)   |
| e.     | Vocês não podem sair não.    | (2ª pess. pl.)   |
| f.     | Eles não jogam capoeira não. | (3ª pess. pl.)   |

É bastante relevante aqui a noção de marcadores de negação fracos e fortes, tendo em vista que este segundo *não* sequer porta entonação enfática de nível prosódico nas sentenças em (10), e seu escopo não alcança nenhum constituinte especificamente. Assim, define-se este segundo não como fraco, sendo um elemento de nível prosódico, interpretado na **FL**.

As sentenças apresentadas a seguir, (11) a (16), ocorrem em situações de diálogo, respostas curtas a *yes/no questions*. A cada conjunto de 'a' a 'f' corresponde uma pessoa verbal, singular e plural, e os marcadores de negação encontram-se nas mesmas posições sintáticas, ou seja, 11a, 12a, 13<sup>a</sup>, etc., têm a mesma organização sintática, assim como estão organizadas as demais sentenças do *corpus*.

As sentenças mais interessantes ao presente trabalho são aquelas contidas em todos os itens 'c' e 'f', porque tais sentenças têm apenas um marcador de negação, estando este na posição depois do verbo.

- (11) P: Você quer acarajé?  
 a. Eu não quero acarajé. (1<sup>a</sup> pess. sing.)  
 b. Eu não quero acarajé não.  
 c. Quero não.  
 d. \*Quero não acarajé.  
 e. \*Eu quero não.  
 f. Quero acarajé não.
- (12) P: Eu posso sair?  
 a. Você não pode sair. (2<sup>a</sup> pess. sing.)  
 b. Você não pode sair não.  
 c. Pode não.  
 d. \*Pode não sair.  
 e. \*Você pode não.  
 f. Pode sair não.
- (13) P: Maria está em casa?  
 a. Ela não está em casa. (3<sup>a</sup> pess. sing.)  
 b. Ela não está em casa não.  
 c. Está não.  
 d. \*Ela está não em casa.  
 e. \*Ela está não.  
 f. Está em casa não.
- (14) P: Vocês viajaram de trem?  
 a. Nós não viajamos de trem. (1<sup>a</sup> pess. pl.)  
 b. Nós não viajamos de trem não.  
 c. Viajamos não.  
 d. \*Nós viajamos não de trem.  
 e. \*Nós viajamos não.  
 f. Viajamos de trem não.
- (15) P: Nós podemos sair?  
 a. Vocês não podem sair. (2<sup>a</sup> pess. pl.)

- b. Vocês não podem sair não.
- c. Podem não.
- d. \*Vocês podem não sair.
- e. \*Vocês podem não.
- f. Podem sair não.

(16) P: Eles jogam capoeira?

- a. Eles não jogam capoeira.
- b. Eles não jogam capoeira não.
- c. Jogam não.
- d. \*Eles jogam não capoeira.
- e. \*Eles jogam não.
- f. Jogam capoeira não.

(3ª pess. pl.)

Existe uma sistematicidade que define um paradigma sintático que se organiza por regras e condições a serem investigadas. Essas regras e condições que determinam a boa formação dos itens em 'c' e 'f' impedem as sentenças nos itens 'd' e 'e'<sup>3</sup>, entretanto, as sentenças 'c', 'd', 'e' e 'f' têm, todas elas, o marcador de negação na mesma posição pós-verbal, embora 'c' e 'f' sejam aceitáveis e 'd' e 'e' não o sejam.

Construções sintáticas como as de 'c' ocorrem em outro contexto, como se segue:

- (17) a. Eu acho que João viajou ontem.
- b. Viajou não.
- (18) a. Ele precisa comprar um carro novo.
- b. Precisa não.

## 2.2 Levantamento de problemas

Alguns problemas se levantam em face do *corpus* formado pelas sentenças nos itens contidos de (11) a (16).

**Primeiro:** nas sentenças em 'b', tipo "Eu não quero acarajé não."/"Você não pode sair não.", qual a natureza dos dois *nãos* e qual o papel que desempenham?

**Segundo:** quais as posições sintáticas definidas para que os dois *nãos* co-ocorram nas sentenças?

**Terceiro:** considerando as sentenças em 'c' e 'f' desse *corpus*, "Quero não"/ "Quero acarajé não.", por que é que esse *não* pós-verbal, até então definido como fraco, é o único elemento de negação na sentença, estando na posição pós-verbal?

<sup>3</sup> As sentenças nos itens 'a' e 'b' de (11) a (16) têm a estrutura prevista com marcador de negação na posição sintática pré-verbal, logo, não carecem de comentários.

**Quarto:** por que o sujeito não pode vir explícito quando a negação é apenas pós-verbal, como nos itens 'd' e 'e', “\*A Maria está não.”/ “\*Vocês podem não.”, sendo que a recuperação do sujeito, aqui obrigatoriamente nulo, não se dá na própria sentença? Se **PB** não é uma língua *pro-drop* em todas as pessoas verbais, como se mantém esta exigência de sujeito nulo em todas as pessoas verbais nos itens 'c' e 'f'?

### 2.3 Investigação dos problemas levantados

#### Primeiro problema

Qual a natureza dos dois *nãos* e qual o papel que desempenham numa mesma sentença?

De acordo com Zanuttini (1995), marcadores de negação co-ocorrentes numa mesma sentença têm diferentes funções (ou papéis sintáticos diferentes). Propôs ela que apenas um é o forte, ocupando o núcleo de **PolP**, e o outro é o fraco, ocupando o núcleo de **FP-1**, conforme gráfico (3).

Nas sentenças 'b' do *corpus*:

- (11) b. Eu não quero acarajé não.
- (12) b. Você não pode sair não.
- (13) b. Ela não está em casa não.
- (14) b. Nós não viajamos de trem não.
- (15) b. Vocês não podem sair não.
- (16) b. Eles não jogam capoeira não.

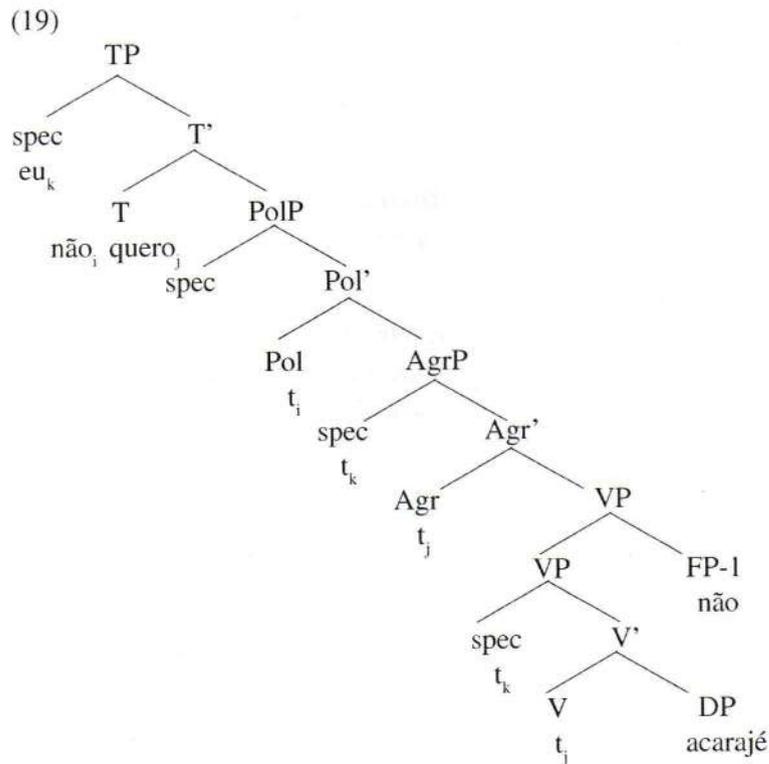
co-ocorrem dois *nãos*: um pré e o outro pós-verbal.

Na estrutura (19), o *não* forte está ocupando o núcleo de **PolP** e o *não* fraco, o núcleo de **FP-1**, que está adjungido à direita de **VP**. O verbo “querer” é alçado para as categorias funcionais para receber marcas de tempo e concordância, e esse movimento provoca também o alçamento do núcleo de **PolP**. Entretanto, o complemento de **V**, o **DP** ‘acarajé’, permanece no lugar de origem, em estrutura **P**.

Ao analisar a negação de sentenças nas quais a posição de sujeito é preenchida por clíticos de 3ª pessoa, Zanuttini (1995:32) afirma que não se deve propor movimento de descida de constituintes, tampouco de adjunção à direita:

*Moreover, it would involve lowering of the negative marker and right-adjunction, two operations which we want to rule out for theoretical reasons.*

Obviamente, se um constituinte fizesse movimento de descida, o vestígio de tal movimento não seria apropriadamente regido.



Em (19), o verbo subcategoriza um argumento interno, o **DP** ‘acarajé’, o qual se encontra na posição sintática antes da segunda negação. Como o constituinte de negação não faz movimento de descida, tampouco ocorre o alçamento do **DP** ‘acarajé’, então, propõe-se a adjunção à direita de **VP**. Por se tratar de **FP-1**, ou seja, negação fraca, e, por conseguinte, elemento prosódico, este constituinte (**FP-1**) é interpretado em **FL**, e não na sintaxe. Por esse motivo, embora não *c-comande* o verbo ‘querer’, este constituinte **FP-1** é gerado por adjunção à direita de **VP**, em estrutura **P**.

### Segundo problema

*Quais as posições sintáticas para que os dois **nãos** possam co-ocorrer nas sentenças?*

A posição sintática definida pela gramática vai estabelecer a diferença entre os dois *nãos* co-ocorrentes nas sentenças dos itens ‘b’. A posição pré-verbal, como já foi dito, é a de maior responsabilidade para definir o escopo da negação sentencial, mas existem princípios regulando essas posições, porque jamais os *nãos* podem vir adjacentes [(20a) e (20b)], ou antes do sujeito (20c) ou alternados após o verbo (20d):

- (20) a. \* Eu quero não não acarajé.  
 b. \* Eu não não quero acarajé.  
 c. \* Não eu quero acarajé não.  
 d. \* Eu quero não acarajé não.

Com base na solução do **Primeiro problema** (gráfico 19), observam-se as posições em que esses *nãos* podem co-ocorrer, definindo as condições em (21) impostas pela gramática:

- (21) i. o *não* forte ocorre imediatamente antes do verbo;  
 ii. o *não* fraco ocorre após VP projeção máxima do verbo.

A condição (21ii) seria violada numa sentença como a de (22):

- (22) \* Eu não quero não acarajé.

porque '*acarajé*' em (22) faz parte do **VP** na posição de complemento do verbo *querer*, e esse constituinte **VP** foi fraturado para receber a negação entre o verbo e seu complemento. Isso não é gramatical.

### Terceiro problema

*Por que é que o não pós-verbal, por definição fraco, assume papel semântico da negação sentencial, sendo que esse papel se destina a marcadores de negação fortes?*

As sentenças '*c*' e '*f*', de (11) a (16) no *corpus*, são as que portam o marcador de negação sentencial na posição pós-verbal.

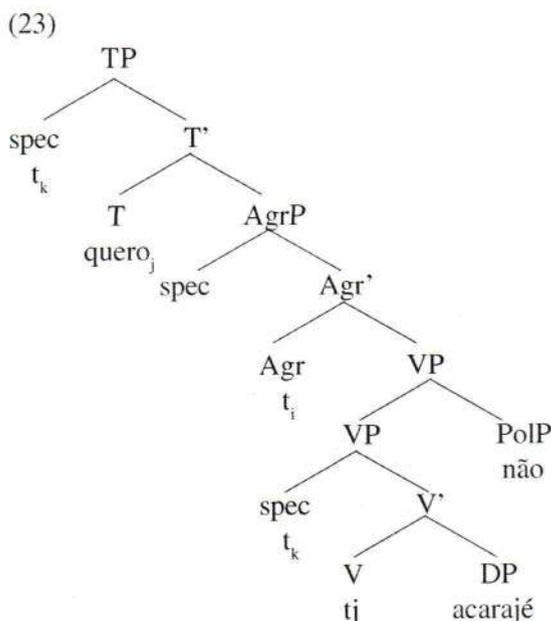
Sendo o constituinte de negação uma categoria funcional (POLLOCK, 1989; ZANUTTINI, 1995; LAKA, 1990), como projetá-la depois de verbos que subcategorizam argumentos internos?

Propõe-se, em lugar de **FP-1**, que seja gerado o constituinte **PolP**, projeção máxima do *não* forte, na posição pós-verbal em estrutura **D** destas sentenças, por adjunção à direita do constituinte **VP**, contrariando as afirmações de Zanuttini.

As sentenças em '*f*', (11) a (16), que têm o argumento interno do verbo realizado foneticamente e que portam apenas um elemento de negação, estando este na posição pós-verbal, são explicadas pelo gráfico (23).

- (11)f. Quero acarajé não.  
 (12)f. Pode sair não.  
 (13)f. Está em casa não.  
 (14)f. Viajamos de trem não.  
 (15)f. Podem sair não.  
 (16)f. Jogam capoeira não.

Em (23) faz-se a proposta da ocorrência do *não* pós-verbal como núcleo de **PolP** porque, conforme Zanuttini, existem línguas nas quais os traços de **PolP** podem ser fracos e, por esta razão, podem ser checados em **FL**. Isto é, em (23), a categoria **PolP**, projeção máxima da negação forte, contém traços



fracos, motivo pelo qual será interpretada na **FL**. Assim, por ser **PolP** e não **FP-1**, este constituinte, adjungido à direita de **VP**, pode negar a sentença.

Assim sendo, é necessário alterar as condições estabelecidas em (21) para as condições em (24) porque o *não* forte pode ocorrer também depois do verbo, desde que obedeça às restrições impostas:

- (24)
- i. o *não* forte co-ocorre com o *não* fraco estando o *não* forte na posição pré-verbal e o *não* fraco, na posição pós-verbal;
  - ii. o *não* forte, núcleo de **PolP**, ocorre imediatamente antes do verbo ou adjungido à direita de **VP**;
  - iii. o *não* forte, adjungido à direita de **VP**, ocorre se for o único elemento de negação na sentença.

Nas sentenças dos itens 'f' do *corpus*, o *não* pós-verbal tem escopo de negação sentencial, pois é o único elemento de negação nestas sentenças, obedecendo à condição (24iii), logo, é o *não* forte. Assim, a variação de forte/fraco depende da posição na sentença apenas quando dois *nãos* são co-ocorrentes porque, conforme (24ii), o forte pode ocorrer antes ou depois do verbo. Esta questão de forte/fraco não se define só pela posição sintática, mas, sim, pelas condições expostas em (24) e também por interpretações em **FL**.

<sup>4</sup> Na primeira frase não se sabe ao certo se o Flamengo está ou não está no primeiro lugar, e essa dúvida desfaz-se no componente prosódico. Na segunda, a informação sobre o escopo da negação, "*Matar o rei, não, é crime*", também não é fornecida pela sintaxe, e sim pelo nível prosódico. Em língua escrita a ambigüidade se resolve colocando a negação entre vírgulas.

As línguas definem os seus parâmetros para a formação de frases negativas empregando um pequeno conjunto de elementos de acordo com as regras que determinam o escopo da negação, em consonância com suas próprias gramáticas. Por vezes, essas regras permitem ambigüidade, como na frase citada por Lobato (1986:30): “*O Flamengo não está em primeiro lugar por acaso.*” Por outras vezes, a gramática gera frases como “*Matar o rei não é crime*”, evidenciando a relevância do componente prosódico interpretado pela **FL**<sup>4</sup>. Existe, pois, uma interface da **FF** (forma fonética) com a **FL**, do que resulta a interpretação adequada de sentenças portadoras de partículas de negação.

Desse modo, a ocorrência da negação na posição pós-verbal como único elemento de negação na sentença dá-lhe um estatuto de forte, uma vez que, sozinho, está negando a sentença e, se está sozinho negando a sentença, não depende necessariamente dos princípios de domínio<sup>5</sup>, pois sua interpretação será feita em **FL**, pela posição sintática em que **PolP** se encontra.

Nas sentenças dos itens ‘c’ de (11) a (16) do *corpus*, a posição do argumento interno dos verbos não tem o item lexical foneticamente realizado:

- (11)c. Quero não.
- (12)c. Pode não.
- (13)c. Está não.
- (14)c. Viajamos não.
- (15)c. Podem não.
- (16)c. Jogam não.

É a partir das sentenças em ‘f’, do gráfico (23), que são derivadas as sentenças dos itens ‘c’ pelo apagamento do **DP**, complemento do verbo. Nestas sentenças como em (11c) “*Quero não.*”, o objeto não tem representação em **FF**, entretanto, a estrutura sintática das sentenças ‘c’ obedece à projeção dos seus itens lexicais satisfazendo as exigências do Princípio de Projeção<sup>6</sup>, pois a posição argumental vazia de objeto<sup>7</sup> guarda um remanescente que preserva traços semânticos do argumento interno nulo (ausente), pragmaticamente identificado no contexto discursivo.

Desse modo, todas as sentenças ‘c’ do *corpus*, repetidas a seguir, conservam em estrutura **S** as marcas semânticas na categoria vazia (*cv*), o que lhes garante a interpretação do complemento do verbo no contexto do discurso, obedecendo ao Princípio de Projeção nas exigências argumentais e temáticas de todos os seus verbos.

<sup>5</sup> Se a partícula tem a força para negar a sentença, então, tal partícula tem interferência no verbo, apesar de não *comandá-lo*, o que deve ainda ser trabalhado.

<sup>6</sup> O Princípio de Projeção é um dos mecanismos teóricos mais importantes da **TRL**. A idéia fundamental deste princípio é de que as estruturas sintáticas são diretamente determinadas pela estrutura argumental dos itens lexicais. Isto é, as representações em cada nível sintático (estrutura **D**, estrutura **S** e **FL**) são projetadas do léxico observando as propriedades temáticas e de subcategorização dos itens lexicais. (Ver RAPOSO, 1992:290).

<sup>7</sup> O sujeito nulo será considerado no próximo item.

- (11) c. Quero *cv* não.  
 (12) c. Pode *cv* não.  
 (13) c. Está *cv* não.  
 (14) c. Viajamos *cv* não.  
 (15) c. Podem *cv* não.  
 (16) c. Jogam *cv* não.

É interessante observar as sentenças em (18), que se repetem por comodidade:

- (18) a. Ele precisa comprar um carro novo.  
 b. Precisa não.

A sentença (18b) tem estrutura idêntica às dos itens 'c' de (11) a (16) e tem a seguinte estrutura em superfície:

- (25) a. Precisa *cv* não.

Em (25), *cv* representa o objeto direto oracional "comprar um carro novo". Tal sentença é plenamente explicada através do gráfico (23) substituindo-se **DP** complemento de **V** por **CP**.

[ [ V, Compl ] PolP]  
 VP VP VP

É muito interessante observar o comentário de Zanuttini (1995:43) afirmando que se um constituinte negativo ocorre na posição canônica do objeto, dentro do **VP**, ele não pode ser o único elemento de negação na sentença, citando como mal formadas as sentenças:

- (26) a. \*Ho visto nessuno. (Italiano)  
 b. \*He visto a nadie. (Espanhol)  
 c. \*He vist ningú. (Catalão)  
 d. \*Vi ninguém. (Português)  
 e. \*Am vazut pe nimemi. (Romeno)

Os exemplos de 'a' a 'e' são apresentados como sentenças malformadas, pela ausência de outro elemento de negação. Entretanto, o item 'd' "\* Vi ninguém" corresponde à estrutura das frases 'c' do *corpus* em **PB**, tipo "Quero não".

Para a pergunta

- (27) Você viu alguém aqui?

a resposta poderia ser

- (28) Vi ninguém.  
 (29) Vi não.

<sup>8</sup> Em (28) o pronome ninguém é o objeto direto, tornando esta estrutura diferente daquelas dos itens 'c' e 'f', que ora se investigam, porém trata-se em (28) de uma única negação, estando esta na posição pós-verbal e de igual interpretação semântica de (29).

As estruturas em (28)<sup>8</sup> e (29) estão dentro dos parâmetros que definem a operação semântica de negar na gramática do **PB**, sendo que a (29) é idêntica àquelas em todos os itens 'c' do *corpus*. Esta constatação corrobora a proposta de adjunção do constituinte de polaridade negativa como único elemento de negação, à direita de **VP**, evidenciando ter havido mudanças na gramática do **PB**, porque o que é permitido em **PB** é proibido para o italiano, espanhol, catalão e romeno, conforme os exemplos citados. Provavelmente, a autora refere-se ao português europeu, o que não invalida a proposta ora apresentada para **PB**. Como essa é uma diferença entre o **PB** e as demais línguas e dialetos românicos, tais sentenças em **PB** têm, em estrutura **P**, diferenças gramaticais em relação às línguas consideradas pela autora. Em **PB**, (28) tem um único elemento de polaridade negativa estando este na posição pós-verbal, na posição sintática de objeto direto e é gramatical; na (29), a negação não está na posição de objeto direto, mas é idêntica à sentença (28) e a todas as sentenças 'c' do *corpus*. Assim, o que afirma a autora para as outras línguas românicas não se adequa ao **PB** por diferenças gramaticais; houve mudanças na gramática do **PB** de modo a permitir as sentenças 'c' e 'f' do *corpus* analisado.

#### Quarto problema

*Por que o sujeito não pode vir explícito em nenhuma pessoa verbal nas sentenças dos itens 'c' e 'f' de (11) a (16) se **PB** não é uma língua pro-drop em todas as pessoas verbais?*

Considerando que o **PB** tem estabelecido que apenas as primeiras pessoas verbais, singular e plural, podem ter o sujeito nulo "Amo a Deus"/ "Amamos a Deus", é necessário explicar os motivos pelos quais o sujeito é obrigatoriamente nulo em todas as pessoas verbais nas sentenças 'c' e 'f' do *corpus* em questão:

- (11) c. Quero não.
  - e. \*Eu quero não.
  - f. Quero acarajé não.
- (12) c. Pode não.
  - e. \*Você pode não.
  - f. Pode sair não.
- (13) c. Está não.
  - e. \*Ela está não.
  - f. Está em casa não.
- (14) c. Viajamos não.
  - e. \*Nós viajamos não.
  - f. Viajamos de trem não.

- (15)c. Podem não.  
 e. \*Vocês podem não.  
 f. Podem sair não.
- (16)c. Jogam não.  
 e. \*Eles jogam não.  
 f. Jogam capoeira não.

As sentenças dos itens 'c' e 'f' têm boa formação apesar de apresentarem categorias vazias em posições temáticas e argumentais, ou seja, apesar de apresentarem um ou dois argumentos nulos.

Por outro lado, as sentenças dos itens 'e', que portam pronome lexical na posição de sujeito em todas as pessoas verbais, são agramaticais<sup>9</sup>

O motivo principal da proibição do pronome lexical sujeito nas sentenças em 'c' e 'f' está na posição do elemento de negação sentencial. Quando o elemento de negação está na posição pré-verbal, pronomes lexicais e pronomes nulos são ambos toleráveis na posição de sujeito:

- (30) a. *cv* Não quero.  
 b. Eu não quero.

Mas quando a negação com traços fortes está depois do verbo, a posição sintática de sujeito não pode ser preenchida com pronome lexical como nas sentenças 'e' do *corpus*, tipo “\**Eu quero não.*”

Considerando que as marcas morfológicas de pessoa estão desaparecendo na conjugação verbal em **PB**, é preciso investigar o motivo pelo qual a gramática está proibindo sujeito lexical em todas as pessoas verbais, em sentenças nas quais a única negação está na posição sintática pós-verbal.

Como **PolP** é, originalmente, projeção máxima de marcadores fortes, quando este constituinte tem por núcleo um marcador fraco, o sujeito tem que ser nulo porque **PolP** não *c-comanda* os verbos nessas estruturas. Desse modo, para que os marcadores pós-verbais neguem a sentença, eles têm que assumir algumas características dos fortes, ocorrendo isso em sentenças curtas, contexto de diálogo, e exigindo sujeito nulo.

Logo, marcadores fortes em posição pós-verbal não admitem sujeito lexical, a não ser em situações de ênfase no sujeito, ou no contexto de tópico, porque pronome nulo veicula uma leitura de sujeito sem ênfase nesse dialeto de **PB**.

Deve ser ressaltado, porém, que esta constatação da obrigatoriedade do sujeito nulo em **PB** refere-se apenas ao contexto que ora se esboça em sentenças do *corpus* analisado neste trabalho, pois, como afirma Ferreira (2000: 29):

<sup>9</sup> Deve-se considerar, entretanto, que as sentenças em 'e' que portam pronome lexical na posição de sujeito como em *Eu quero não*, poderiam ser aceitáveis em casos de ênfase no pronome sujeito, com entonação de tópico. Trata-se da diferença entre sujeito neutro e sujeito enfático.

... espera-se que uma língua que tenha sofrido um enfraquecimento em sua morfologia verbal apresente uma perda paralela de sua capacidade de permitir sujeitos nulos.

Finalizando o item sobre pronome nulo em posição de sujeito, é pertinente, ainda, a citação de Ferreira (2000: 29), como se segue:

76

A ocorrência de sujeitos nulos, entretanto, não está necessariamente atrelada à riqueza flexional da língua. O chinês, por exemplo, é o exemplo clássico de uma língua que permite sujeitos nulos apesar de não apresentar qualquer marca flexional indicando concordância em seu verbo (cf. HUANG, 1989).

#### 2.4 Proposta de resolução comum para os problemas levantados

Considerando que as sentenças gramaticais do *corpus*, (11) a (16), portando uma ou duas partículas de negação, expressam o mesmo valor de verdade, como em:

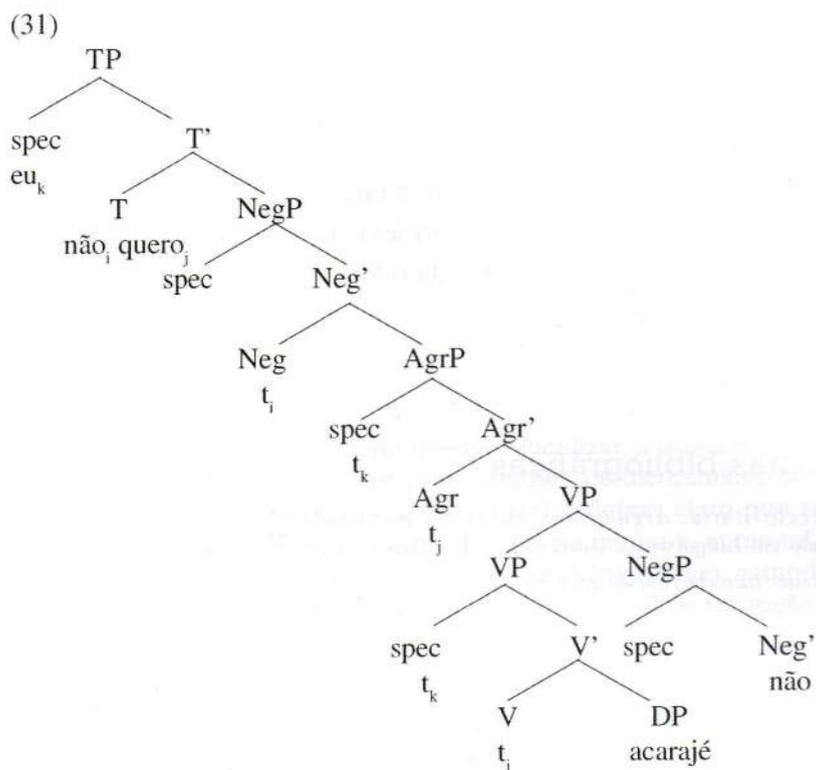
- (11) a. Eu não quero acarajé.
- b. Eu não quero acarajé não.
- c. Quero não.
- f. Quero acarajé não.

então, têm elas a mesma organização em estrutura **D**, sendo que as diferenças entre elas em estrutura **S** resultam de regras de apagamento.

Tendo em vista a afirmação de Zanuttini, já citada, de que **PolP**, projeção máxima de marcadores fortes, pode conter, em algumas línguas, traços de marcadores fracos, e que a interpretação desses últimos se faz em **FL**, propõe-se, então, que todos os marcadores de negação, indiscriminadamente, sejam interpretados em **FL**. Se a **FL** tem condições de interpretar **PolP** com traços fracos, então, terá também condições de interpretá-lo com traços fortes, por se tratar de operação semântica. Assim, todos os marcadores de negação projetarão suas categorias máximas, de igual modo, **NegP**, cabendo à **FL** interpretar as propriedades de seus traços. Mantém-se a noção de marcadores fracos e fortes porque, em caso de vários numa mesma sentença, os papéis que desempenham são diferentes na operação semântica de negar. A posição sintática em que os marcadores de negação se encontrarem será relevante à interpretação em **FL**.

Na frase citada “*Matar o rei não é crime*” a ambigüidade não se desfaz na sintaxe, e sim em nível prosódico, interpretado pela **FL**. Nesta frase, a posição sintática da negação é a mesma em ambas interpretações apresentadas na nota de rodapé nº 4.

O gráfico (31), a seguir, apresenta duas projeções **NegP**, sendo a segunda por adjunção à direita de **VP**. Quando só há uma negação, apenas um constituinte **NegP** é projetado, e isto quer dizer que serão projetados tantos **NegPs** quantas forem as partículas de negação na sentença. Em sentenças afirmativas não haverá projeção de **NegP**.



O gráfico em (31) dá cobertura a todas as sentenças do *corpus* investigado, oferecendo margens à interpretação do sujeito nulo, quando for projetado apenas o constituinte NegP, adjungido à direita de VP, como único elemento negativo da sentença, ou seja, quando o primeiro constituinte NegP for apagado. Assim, o apagamento do NegP pré-verbal implica sujeito nulo, sem preenchimento lexical.

Prevalecem as condições expressas em (24) no contexto então considerado.

### 3 Considerações finais

A investigação do corpus considerado neste trabalho permite fazer as seguintes afirmações:

- Quando duas partículas de negação ocorrem numa mesma sentença, elas têm escopo diferente, e cada qual projeta o seu constituinte **NegP**.
- Em caso de duas negações, o constituinte pré-verbal terá traços fortes e o pós-verbal, fracos.
- A negação pós-verbal com traços fortes só ocorre quando não existe outro elemento de negação na sentença, ou seja, esse constituinte pós-verbal só passa a ser forte pelo apagamento do constituinte **NegP** pré-verbal.

- d. Não é a posição sintática que, exclusivamente, define a natureza dos traços dos constituintes de negação, pois à sintaxe escapam soluções para interpretar frases com apenas um item de polaridade negativa e que são portadoras de ambigüidade.
- e. Quando **NegP**, como único constituinte de negação na sentença, está adjungido à direita de **VP**, o sujeito lexical não é tolerado porque, nesta posição, **NegP** não c-comanda o verbo, sendo interpretado em **FL**.

### Referências bibliográficas

- FERREIRA, Marcelo Barra. *Argumentos nulos em português brasileiro*. 150 f. 2000. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, S.P.
- HAEGEMAN, Liliane. *Introduction to government and binding theory*. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1994.
- \_\_\_\_\_. *The new comparative syntax*. New York: Addison. Wesley Longman, 1997.
- LOBATO, Lúcia. *Sintaxe gerativa do português. Da teoria padrão à teoria de regência e ligação*. Belo Horizonte. Vigília, 1986.
- MARTINS, Ana Maria. *Clíticos na história do português*. 1994. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa), Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa Portugal. Lisboa.
- MIOTO, Carlos. Tipos de negação. *Caderno de estudos lingüísticos*. Campinas, (34): 103-107, jan/jun. 1998.
- MORITZ, Luc, VALOIS, Daniel. *Pied – Piping and specifier – Herda agreement*. *Linguistic Inquiry*, v. 25, n.º 4, The Massachusetts Institute of Technology, 1994.
- POLLOCK, J. Y. Verb movement. UG and the structure of IP. *Linguistic Inquiry*, 20 (3:365-424), 1989.
- RAPOSO, Eduardo Paiva. *Teoria da gramática*. A faculdade da linguagem. Lisboa: Caminho, 1992.
- ZANUTTINI, Raffaella. *Reflexes of clausal structures in the syntax of negation*. A comparative study of romance languages. Georgetown University, 1995.
- \_\_\_\_\_. Negation and Verb movement. In: HAEGEMAN, Liliane. *The new comparative syntax*. New York: Addison Wesley Longman, 1997.

# Aspectos da língua falada

Lícia Maria Bahia Heine

Universidade Federal da Bahia

Resumo

**E**ste trabalho tem como objetivo focalizar a questão das relações entre fala e escrita para evitar posicionamentos dicotômicos ou avaliativos em relação ao problema. A idéia central é deixar claro que tanto fala como escrita são duas modalidades de uso da língua e, como tal, partilham das propriedades formais do mesmo sistema lingüístico, estando suas diferenças no contexto de suas condições de produção e recepção.

Abstract

**T**his paper aims to focus on the relationship between speech and writing in order to avoid dichotomies or judgments. The main idea is to make clear that both speech and writing are ways of language usage, and, as such, share the formal properties of the same linguistic system, differing only in the context of their conditions of production and reception.

100

## 1 Considerações iniciais

Na história da lingüística, a língua falada<sup>1</sup> só veio, de fato, a constituir-se objeto de estudo de forma sistemática, principalmente no Brasil, a partir dos anos 70, por ocasião da instauração do Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta — NURC<sup>2</sup>. Esse cenário, segundo Castilho (1998:23), que se volta para a língua em sua realização efetiva, *vem refazer a caminhada da reflexão gramatical no Ocidente*<sup>3</sup>, já que a gramática surgiu da Retórica, do estudo dos processos de argumentação e de articulação do texto. Entretanto, apesar das raízes discursivas dessa reflexão gramatical, o que a história registra é que esta realmente se desenvolveu alicerçada nos princípios gramaticais de Dionísio da Trácia<sup>4</sup> (170-90 a. C.), cujo conceito de gramática se atém *ao conhecimento prático do uso lingüístico comum aos poetas e prosadores* (ROBINS, 1979:23), o que revela uma admiração dos antigos gregos pelas grandes obras literárias do passado, marginalizando a fala usada efetivamente no processo comunicativo. Essa admiração gerou o que Lyons (1979:9) denominou de *erro clássico*<sup>5</sup> no estudo da língua, em que a língua falada era vista como dependente da língua escrita, e os textos literários, em especial os de Homero, escritos provavelmente durante o século IX<sup>6</sup> a. C., eram considerados “puros” e “corretos” em face da fala coloquial dos interlocutores da época. Este perfil gramatical foi retomado pelos gramáticos romanos que o codificaram para a posteridade, determinando, ainda no século XX, a forma dos manuais escolares tradicionais (TODOROV; DUCROT, 1977:55). Embora a

<sup>1</sup> Neste trabalho, seguindo Marcuschi (1998), usam-se as expressões língua falada e fala como equivalentes para identificar o texto falado produzido naturalmente ou espontaneamente.

<sup>2</sup> O NURC foi implantado no Brasil desde 1969, objetivando descrever, de cinco cidades brasileiras (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), os padrões de uso da língua falada.

<sup>3</sup> Essa reflexão refere-se aos estudos lingüísticos greco-romanos realizados durante a Antiguidade Clássica.

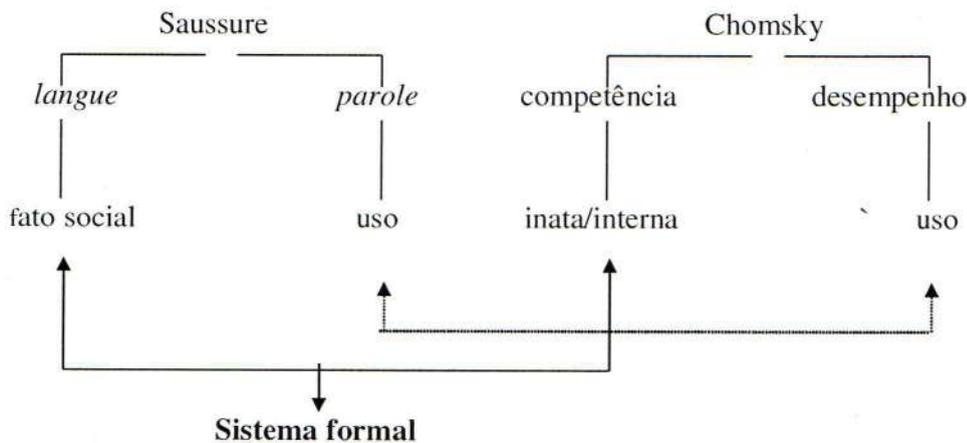
<sup>4</sup> Dionísio da Trácia sistematizou, em grande parte, os estudos lingüísticos dos seus predecessores.

<sup>5</sup> Insere-se também no erro clássico a maneira como a língua evoluiu para os gregos (LYONS, 1979: 9-10).

<sup>6</sup> Segundo Aranha e Martins (1991:31), há controvérsias sobre a época em que Homero viveu e até se ele teria existido.

tradição lhe confira certa credibilidade, parece que esta abordagem lingüística não representa fidedignamente as suas origens, pois, em verdade, estas estão vinculadas à oralidade.

Nos primórdios do século XX, como é sabido, Saussure, ao estabelecer os seus princípios e posturas metodológicas, priorizou a língua enquanto sistema abstrato, definindo-a como o objeto de estudo da ciência da linguagem, não obstante postular que se devesse estudar a fala. De igual modo procedeu Chomsky (1965), ao propor a competência lingüística como seu objeto de estudo, ou seja, *o conhecimento mental "puro" de uma língua particular por parte do sujeito falante, isto é, a sua gramática interiorizada* (RAPOSO, 1992:21) e não o desempenho, *o uso concreto da linguagem em situações de fala concretas* (CHOMSKY, 1965:3). Essa postura de ambos os lingüistas, Saussure<sup>7</sup> e Chomsky, retirou dos estudos da lingüística científica as pesquisas de cunho semântico-pragmático, conseqüentemente, toda produção textual-discursiva, centrando-se no chamado sistema formal. O esquema a seguir ilustra os referidos posicionamentos, lembrando que a *langue* e a competência não se equivalem do ponto de vista de suas propriedades, pois Saussure não era inatista. Também *parole* e desempenho não são a mesma coisa, pois para Saussure a *langue* é um fato social e a competência, para Chomsky, é inata.



É somente nos anos setenta, conforme já se registrou anteriormente, que se afigura de fato uma ova perspectiva de análise lingüística, centrada nos aspectos discursivos da língua, voltando-se naturalmente a atenção para o falante real e não para o falante ideal. Esta nova linha de pesquisa tem como

<sup>7</sup> Ao se examinar a obra de Saussure, pode-se também encontrar sementes do funcionalismo, como, por exemplo, a asserção de que a essência da língua é a comunicação.

pano de fundo os princípios do paradigma funcional da linguagem, que, segundo Neves (1997:15), abre um leque para teorias globais, nas quais a língua passa a ser analisada na *interface* linguagem-interação social. Aí, a competência lingüística na perspectiva *chomskiana*, vinculada sobretudo aos conhecimentos lingüísticos inatos, e a língua, na perspectiva *saussuriana*, limitada ao sistema lingüístico em si mesmo e por ele mesmo, cedem lugar à competência comunicativa de Hymes (1974), cuja tese central é a de que o falante possui uma habilidade plural, permitindo-lhe, entre outras, selecionar a variação lingüística adequadamente apropriada a cada contexto de realização. Assim, a língua não é mais vista como um sistema homogêneo, supra-individual e abstrato, como concebera Saussure, mas, sim, um sistema heterogêneo com muitas formas de manifestação, tornando desnecessária a clássica dicotomia saussuriana entre língua (*langue*) e fala (*parole*), já que a língua é analisada dentro do próprio uso na sua totalidade. Assim, pode-se considerar o que diz Marcuschi, ao definir em que sentido toma a noção de língua neste contexto teórico:

A língua é tomada como fenômeno heterogêneo (com múltiplas formas de manifestação), variável (dinâmico, suscetível a mudanças), histórico e social (não é uma imposição de formas), indeterminado sob o ponto de vista semântico e sintático (submetido às condições de produção) e situado (que se manifesta em situações de uso concretas). ... a língua é uma atividade dos interlocutores de texto, situados em contextos reais e submetidos a decisões que seguem estratégias nem sempre dependentes apenas do que se convencionou chamar de sistema lingüístico.

(MARCUSCHI, 1995:2)

Ao conceituar a língua, tal como postulada acima, Marcuschi (1995:15) desvincula a concepção de sistema da noção de língua, tão defendida pelos estruturalistas, para quem *a noção de sistema deve ater-se à noção de constructo abstrato e teórico, desenvolvido como objeto da teoria e não tomado como uma realidade empírica*. Para ele, a língua não pode ser entendida como um sistema único e abstrato, pois é essencialmente heterogênea e variada.

### 1.1 Algumas considerações sobre a relação fala e escrita

Geralmente, a língua falada (LF) tem sido focalizada, tendo como ponto de partida a língua escrita (LE), *fundada numa gramática codificada e não na língua escrita enquanto texto e discurso* (MARCUSCHI, 1995:11). Esse olhar sobre a fala, visto como enviesado e até mesmo preconceituoso, pode ser responsável pela caracterização da relação fala-escrita, enquanto modalidades lingüísticas estanques, uma vez que suas pesquisas restringem-se apenas a relações prototípicas de cada modalidade, gerando o que se costuma denominar de abordagem dicotômica da relação fala/escrita. Este ponto de vista

tende a supor que fala e escrita realizam-se por dois sistemas lingüísticos diversos — um para a fala, outro para a escrita. Contudo, para Berruto (1985:121), *a existência de um novo sistema lingüístico só se processa quando a diversidade ocorre no núcleo da estrutura e não nas margens do sistema*. Uma gramática específica da língua falada deveria apresentar *um bloco significativo de regras distintas daquelas presentes na escrita, o que não ocorre com a fala* (MARCUSCHI, 1995:11). De fato, o que se tem é uma variação lingüística de um mesmo sistema, aqui concretizada em termos de modalidades — a modalidade falada e a modalidade escrita —, e não uma variação sistêmica.

A visão dicotômica postula a longínqua tradição de que a escrita é superior em relação à fala, apesar de sua tardia entrada na humanidade, cerca de 3.000 anos antes de Cristo, e, no Ocidente, por volta de 600 anos a.C. (GRAFF, 1995: 38). Além disso, a tradição sugere a fala como primária e a escrita secundária, existindo, por isso mesmo, culturas que sequer desenvolveram a escrita como meio de comunicação. A escrita desenvolveu-se assustadoramente, constituindo-se ponto de partida e parâmetro lingüístico idealizado, carregado de valores intrínsecos e de fortes preconceitos, tal como se mostra nesta passagem de Ong:

Um conhecimento mais profundo da oralidade primitiva ou primária permite-nos compreender melhor o novo mundo da escrita, o que ele verdadeiramente é e o que os seres humanos funcionalmente letrados realmente são: seres cujos processos de pensamento não nascem de capacidades meramente naturais, mas da estruturação dessas capacidades, direta ou indiretamente, pela tecnologia da escrita. Sem a escrita, a mente letrada não pensaria e não poderia pensar como pensa, não apenas quando se ocupa da escrita mas normalmente, até mesmo quando está compondo seus pensamentos de forma oral. Mais do que qualquer outra invenção individual, a escrita transformou a consciência humana.

(ONG, 1982: 93)

Para Marcuschi (1995:1-2), um dos fatores determinantes dessa prioridade é o fato da escrita ser adquirida em contextos formais — na escola — o que a torna um bem cultural desejável; isso sem se falar na função que desempenha em sociedade, tornando-a indispensável para enfrentar o dia-a-dia. Há, contudo, alguns lingüistas que se posicionam contrários à questão de se escolher uma modalidade superior em relação à outra. Biber (1988:8), por exemplo, atribui para os falantes um conhecimento extenso, que envolve a competência gramatical, constituída pelos componentes fonológico, sintático e semântico, e a competência comunicativa, ligada às condições e ao modo do uso tanto da língua falada como da língua escrita. Portanto, a exclusão de uma pela outra não é pertinente, embora reconheça o *status* primário que a fala detém, já que o homem fala antes de escrever. Não obstante, isto não é razão para se considerar a escrita como secundária. Ambas, assim, merecem ser pesquisadas e fundamentadas numa base eminentemente empírica, não limitadas numa vi-

são dicotômica, mas dentro de uma perspectiva que as veja num *continuum* tipológico de diferentes gêneros textuais. Contudo, reconhece-se a contribuição valiosa que a escrita imprimiu às sociedades em que foi adotada — a criação de novas formas de expressão, a institucionalização rigorosa de ensino formal e os avanços tecnológicos. Porém, *não se reconhece a ela algum valor intrínseco em absoluto — trata-se sobretudo do lugar especial que as sociedades ditas letradas reservaram a essa forma de expressão que a tornou tão relevante e quase imprescindível na vida contemporânea* (MARCUSCHI, 1997:8).

A perspectiva do *continuum* tipológico representa a posição teórica que se insere na visão interacionista da linguagem, uma das linhas de pesquisa do paradigma funcional que, ao abordar a relação fala — escrita, trata-a dentro de dimensões da variação lingüística, representadas pelos diferentes gêneros textuais de cada modalidade lingüística. Assim, posiciona-se contra a tradicional visão imanentista, cujo trabalho se limita, ao abordar essa mesma relação, a cotejar apenas os dois textos prototípicos de cada modalidade lingüística, ou seja, a conversação, em sua versão face a face, para a língua falada, e o texto científico, para a língua escrita. Segundo Biber (1988:9-21), essas dimensões da variação são parâmetros situacionais/funcionais e lingüísticos, considerados na perspectiva de um *continuum* tipológico; os parâmetros funcionais *incorporam as variações formal/informal, interativo/não-interativo, culto/não-culto, restrito/elaborado; os lingüísticos, nominal/verbal e estruturalmente complexo/estruturalmente simples*. O que significa que esta nova visão transcende o limite do enfoque tradicional, não só porque transcende a abordagem dicotômica da relação fala — escrita, mas sobretudo porque substitui alguns dos seus conceitos nucleares, tais como a noção de língua e o conceito de texto. Com relação a este último, considere-se o posicionamento de Marcuschi (1996:73-74):

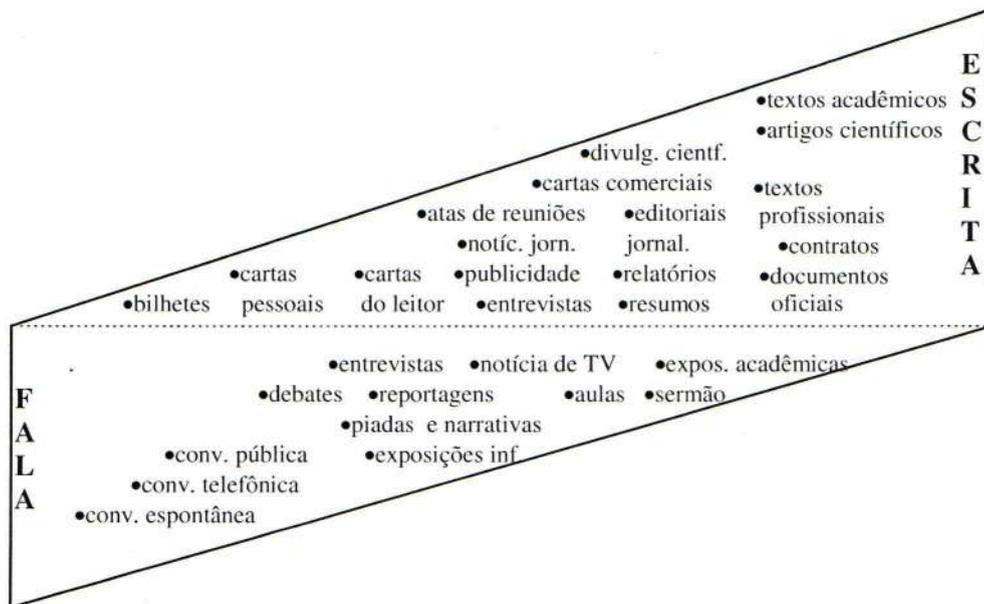
O texto não é um produto nem um simples artefato pronto, ele é um processo. Assim não sendo um produto acabado, objetivo, como uma espécie de depósito de informações, mas sendo um processo, o texto se acha em permanente elaboração e reelaboração, ao longo de sua história ao longo das diversas recepções pelos diversos leitores. ...eles (os textos) sempre estão contextualizados numa determinada situação, cultura, momento histórico, campo ideológico, crença e assim por diante.

(MARCUSCHI, 1996:26-27)

Adota-se, neste trabalho, o enfoque interacionista a partir do Biber (1988), Marcuschi (1994, 1995, 1998) e Koch (1998), entre outros, pautando-se na hipótese de que *as diferenças entre fala e escrita se dão no contínuo tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois pólos opostos* (MARCUSCHI, 1997:13). Em oposição à visão dicotômica, limitada em comparar apenas dois conjuntos textuais, é aconselhável contemplar a idéia de que *a fala varia e a escrita também e ambas variam numa*

*relação mútua* (MARCUSCHI, 1995:14). Assim, ao colocar a relação fala/escrita no âmbito das práticas sociais, Marcuschi possibilita, entre outras, a desmistificação da tão argüida superioridade da escrita em face da fala, deixando claro que a preferência de uma ou outra modalidade tem a ver com aspectos funcionais, determinados dentro de uma sociedade. Para ilustrar essa variação lingüística, apóia-se, ainda consoante este lingüista, na sugestão do Quadro 1, onde se procura exemplificar, sem pretender esgotar a variabilidade tão inerente às línguas humanas, alguns dos diferentes gêneros textuais (MARCUSCHI, 1996).

Quadro 1: Alguns gêneros textuais do contínuo tipológico



Uma abordagem, através das matrizes tipológico-textuais deste quadro<sup>8</sup>, vai permitir a identificação de traços semelhantes e/ou diferentes entre as duas modalidades lingüísticas. Assim, reconhece-se, por exemplo, a existência de pontos comuns entre a conversação espontânea e a carta pessoal, assim como traços distintos entre o bilhete e a carta comercial ou ainda entre a conversação e o sermão, o que evidencia que as características das modalidades lingüísticas não se dão de forma estanque e dicotômica, como postula a visão imanentista da linguagem, mas sim num *continuum* de gêneros textuais.

\* Este quadro provém de Marcuschi (1996).

A expressão “gêneros textuais”, consoante Marcuschi (1994, 1995, 1998), refere-se às formas textuais realizadas empiricamente, provenientes do saber lingüístico adquirido de modo assistemático, à medida que o indivíduo cresce no seio social; daí o porquê do seu alto grau de estereotípiã, no qual gera um quadro comum de gêneros textuais que reflete o conhecimento textual de uma determinada sociedade. Exatamente por designarem textos empíricos, são abertos quanto ao número e relativamente vagos. Quanto à noção de tipo textual, tem-se *uma classificação abstrata, não empírica — um constructo teórico* (MARCUSCHI, 1999:1-8). Em outras palavras, a noção de tipo representa um conceito teórico que procura classificar os textos com a exclusão da preocupação empírica, tendo em vista conceitos puramente apriorísticos. Marcuschi (1995) diz que a distinção entre gêneros textuais e tipos textuais pode equivar-se a *uma distribuição entre classificação empírica e uma classificação teórica*, respectivamente. A classificação tipológica, constante nos livros didáticos, muitas vezes apoiada em textos literários, refere-se a tipos textuais, enquanto que o conhecimento de uma criança sobre uma história (era uma vez...), ou de uma piada, ou de uma senhora a respeito de uma receita de bolo representa o que se está denominando de gêneros textuais.

A visão dicotômica apresenta costumeiramente diferenças estãnes entre fala e escrita, entre as quais destacam-se as registradas no quadro a seguir:

Quadro 2: Características da relação fala/escrita na visão dicotômica

Fala	Escrita
1. contextualizada	1. descontextualizada
2. não-autônoma	2. autônoma
3. implícita	3. explícita
4. redundante	4. condensada
5. não-planejada	5. planejada
6. predominância do “modus pragmático”	6. predominância do modus sintático
7. fragmentada	7. não-fragmentada
8. incompleta	8. completa
9. interativa	9. não-interativa
10. pouco elaborada	10. elaborada
11. menor densidade lexical	11. maior densidade lexical

(KOCH, 1998:62)

As características do Quadro 2, entretanto, vistas na linha do *continuum* tipológico, não retratam o perfil da modalidade falada nem o da escrita, sobretudo porque resultam de uma comparação extremamente limitada a gêneros prototípicos opostos, dando, conseqüentemente, a impressão de que essas

modalidades estão restritas a isto. Neste sentido, Biber (1988:36-37) ressalta que *não há uma caracterização lingüística da fala e da escrita que seja válida para todos os gêneros falados ou escritos*. Koch (1998:62-63), discordando do posicionamento dicotômico, registra o seguinte:

Tais características foram sempre estabelecidas tendo por parâmetro o ideal da escrita (isto é, costuma-se olhar a língua falada através das lentes de uma gramática projetada para a escrita) o que levou a uma visão preconceituosa da fala. (KOCH, 1998: 62-63)

Destas características, discorrer-se-á, em linhas gerais, sobre (a) contextualização; (b) explicitude; (c) autonomia; (d) interação; (e) modo pragmático.

#### (a) Contextualização

No que tange aos traços da contextualização atribuídos apenas à fala e aos da descontextualização atribuídos à escrita, Marcuschi (1994:1), Sinclair (1993:532-533), entre outros, posicionam-se contra esta asserção, afirmando que ela só pode ser aceita caso o contexto seja tomado como o espaço puramente físico onde se efetiva a comunicação, esta realizada por elementos paralingüísticos (o olhar, o sorriso, os gestos, a mímica). Por outras palavras, esses lingüistas postulam uma noção de contexto mais ampla, em que se considera não só o contexto de produção, mas também as condições pragmáticas e cognitivas que constituem o ato comunicativo na sua totalidade.

Segundo Marcuschi (1994:3), diversas disciplinas vêm usando o conceito de contexto, porém, para ele, falta-lhes uma construção teórica explícita que o insira num espaço mais genérico, compatível com a produção textual na sua totalidade. A Sociolingüística, por exemplo, disciplina que tem como foco o estabelecimento da relação entre as variações lingüísticas e os diferentes níveis sociais, concebe o contexto inadequadamente como variáveis sociais (idade, sexo, classe social, escolaridade, procedência etc.). Neste caso, tem-se um conceito de contexto *a priori*, exterior, pois, à linguagem. A Pragmática, preocupada principalmente em estudar o valor dos significados lingüísticos adquiridos a partir do uso, postula uma noção de contexto relacionada às extensões referenciais, em especial aos dêiticos espaciais e/ou temporais e aos conhecimentos partilhados dos interlocutores do discurso. A Etnometodologia, linha de pesquisa centrada nas ações humanas diárias que embasam a interação, interpreta-o como dados culturais que contribuem com a instauração de atividades interacionistas.

Os diversos posicionamentos a respeito da noção de contexto sinalizam que essa noção não pode estar limitada a aspectos puramente físicos. Biber (1988: 29-33), ao abordar os componentes da situação de fala, concebe a referida noção como uma entidade genérica constituída de oito componentes, a saber: (a) *os papéis e características dos participantes*: o participante é aquele

que envia a mensagem, ou que a recebe, ou ainda aquele que a ouve; (b) *as relações entre os participantes*: abarcam questões como poder social, *status*, relação pessoal entre os participantes; (c) o *cenário*: comporta o contexto físico e temporal; (d) o *objetivo*: diz respeito aos resultados a que se aspira alcançar; (e) o *tópico*: é o tema da mensagem; (f) a *avaliação social*: inclui atividades dos participantes em relação ao ato comunicativo; (g) *as relações dos participantes com o texto*: referem-se às diferentes interações com o texto; (h) o *canal*: é o meio usado para veicular a mensagem.

A partir de Gumperz (1982:230), a noção de contexto torna-se mais dinâmica, *vista em sua propriedade de mão dupla*, na medida em que ela passa a ser ao mesmo tempo o reflexo de uma situação comunicativa e o resultado desse processo. Esse novo enfoque o levou a que *a contextualização deva ser entendida com referência a uma teoria da interpretação*.

Sinclair (1993:32) ressalta que é necessário considerar a noção *contexto de produção*, isto é, distinguir os aspectos puramente físicos de produção discursiva dos processos cognitivos. Sinclair (1993:534) diz que a noção de contexto deve estar ligada a algum tipo de suposição que os falantes representam internamente, ou seja, a elementos cognitivos não oriundos necessariamente de uma situação física onde o texto é produzido. Daí posicionar-se contrário à asserção de que a escrita se apresenta descontextualizada, visto que tal posição se basearia numa concepção de contexto físico de produção discursiva.

Marcuschi (1994:8-9), ao tratar da contextualização na relação entre fala e escrita, conclui que:

Contexto é aqui visto na acepção de processamento, compreendendo, além do contexto físico de produção, também os contextos cognitivos de produção e de interpretação da fala. Esses contextos são dinâmicos e multifacetados, de modo que as condições de produção têm ali um papel parcial. Assim, as ações praticadas no discurso, as crenças dos indivíduos, seus conhecimentos enciclopédicos e os contextos prévios, bem como o domínio de normas comunicativas etc. constituem contextos de interpretação.

Para Marcuschi (1994:14), *fica claro que a noção de contexto como contexto físico e situacional é reducionista e só contempla um aspecto do problema*, mascarando as relações que nela se processam e levando a crer que *contextualizar é dar coordenadas de ordem física (espaço e tempo)*, quando, em verdade, contextualizar envolve diversos componentes, a saber: componentes físicos, cognitivos e sociopragmáticos.

Prince (1981:253), trilhando nesta mesma linha, mostra que os textos acadêmicos, bem como os textos orais, são contextualizados, e, ao referir-se aos textos acadêmicos, em especial aos literários, ressalta que eles exigem do leitor muitos processamentos inferíveis que o levam a concluir que a escrita é mais contextualizada do que a fala.

Diante do exposto, adota-se aqui a noção de contexto na sua acepção genérica, o que permite desmistificar a velha informação dicotômica de que apenas os textos falados são contextualizados; o que se pode admitir é que, em decorrência de características próprias de cada gênero textual, há textos que exploram mais determinados componentes contextuais do que outros. Assim, as pistas paralingüísticas e o contexto físico de produção discursiva, caracterizadores da alta dependência de partilhamento contextual, ocupam papel central na língua falada, haja vista constituírem fatores contextuais mais explorados nesta modalidade lingüística, enquanto que a escrita explora mais fatores ligados aos aspectos inferenciais do texto, mas todos os textos são contextualizados.

#### (b) Explicitude

O traço mais saliente da noção de explicitude é em geral identificado *num discurso que tende a constituir um todo, a tornar-se completo e preciso, a dizer tudo, sem exigir para ser interpretado a elucidação de um "não dito" ou o recurso a elementos situacionais extralingüísticos* (GALLISSON; COSTE, 1983:292). Assim, tem estado diretamente associada à linguagem explícita a idéia de uma linguagem autônoma, no geral realizada pela escrita. Esta correlação encontra-se apoiada na tese de que o texto escrito é descontextualizado e, como tal, teria de suprir esta lacuna através de um texto bem elaborado em termos lingüísticos, tornando-o explícito e autônomo. Já a língua falada, por depender acentuadamente do contexto físico de produção discursiva, deteria o traço da implicitude, o da rarefação lexical e o da não-autonomia semântica. Esse posicionamento pode ser visto em Chafe (1982), que postulou ser a escrita explícita e livre de contexto, ao passo que a fala seria implícita e contextualizada. Da mesma forma, Tannen (1982:3-4), ao caracterizar fala e escrita, registra que aquela estaria mais ligada a estratégias que explorariam o uso máximo do contexto, com um máximo de significação implícita do que asseverada, enquanto que esta exploraria mais as suas informações de base explicitada.

Para Marcuschi (1994:2-10), estas asserções representam uma grande utopia, pois ele não considera que as condições físicas de produção discursiva sejam equivalentes de elaboração textual, por não concordar com a tese central de que os textos escritos são semanticamente autônomos e sobretudo por entender que *a explicitude não corresponde à precisão, eficiência e clareza informacional manifestas em verbalização de um texto escrito*. Trata-se de uma propriedade de um enunciado relacionada ao processamento de identificação de referentes com controle informacional imediato. Para este lingüista, explícito é o texto que consegue estabelecer estas condições para prover a sua interpretação. O estabelecimento dessas condições transcende o limite do código lingüístico. Veja-se a seguir o que dizem Nystrand e Wiemelt (1991:31, apud MARCUSCHI, 1994:11) a respeito desse assunto:

um texto é, pois, explícito não quando trabalha independentemente do contexto; Ao contrário, um texto é explícito precisamente quando ele é sintonizado e funciona adequadamente em termos de seu contexto de uso *vis-à-vis* aos respectivos propósitos, situações e cultura do leitor. Quanto mais plenamente o texto funciona nesses níveis, tanto mais explícita sua significação. Daí porque explicitude não se acha simplesmente relacionada à elaboração textual, nem é adequadamente explicada pelas propriedades formais do texto, apenas. Antes, explicitude é fenomenal — uma qualidade da interação sustentada pelo texto entre um escritor e leitor, ocorrendo não quando o texto manifesta plenamente seu *conteúdo semântico*, mas sim quando o leitor pode de fato realizar seu *potencial semântico*. Em suma, um texto não é explícito porque — ele diz tudo, mas sim porque ele elabora precisamente aqueles pontos que são importantes no seu contexto de uso.

Portanto, como se observa pelas colocações acima, o texto escrito por si só não representa o gatilho para a determinação da explicitude, não estando então necessariamente ligado à densidade lexical ou a estruturas lingüísticas complexas. O foco da explicitude se situa na sintonia do texto com o seu contexto de uso imediato, com vistas a seu pleno funcionamento, o que a coloca diretamente relacionada com os processos de referenciação, com os objetivos do leitor e sobretudo com os conhecimentos partilhados entre leitor e produtor do texto. Por isso é que Marcuschi (1999:5) nega qualquer possibilidade de se considerar a explicitude como uma propriedade inerente ao sistema lingüístico.

É o resultado de uma operação de uso da linguagem e não uma característica da língua como tal, resultando de uma inserção sócio-pragmática dos usuários de uma língua em contextos e não uma força imanente da língua... a explicitude comunicativa não é um ato unilateral da língua ou de um usuário da língua, é sim uma atividade realizada por habilidades referenciais e inferenciais em situações sócio-culturais específicas.

(MARCUSCHI, 1999:5)

### (c) Autonomia

A tese da autonomia lingüística e defendida pela visão formal diz respeito à independência semântica, que seria própria do texto escrito. Entre os autores que advogam esta tese, menciona-se Olson (1977:257-281), para quem a escrita é a tecnologia da explicitude e que a sua autonomia ocorre em função da ausência do seu autor no tempo e no espaço realizando-se sensivelmente através de construções nominais<sup>9</sup>. Outro a ser mencionado é Chomsky, que embora não esteja centrado em pesquisas situadas na relação fala—escrita, em *Aspectos da teoria da sintaxe* (1965), a partir dos trabalhos de Katz e Fodor (1963, apud MARCUSCHI, 1994), incorporou o componente semântico à sua gramática, cuja tarefa seria a de apenas interpretar o sentido, *que foi interpre-*

<sup>9</sup> Em 1991, após ter recebido críticas acentuadas pela defesa desta tese, minimiza a sua posição dizendo que o sentido só é detectável por quem o olha a partir de conhecimentos prévios. Em sua obra de 1997:174, Olson muda decididamente sua posição da autonomia da escrita.

tado como correspondendo à soma dos sentidos das diversas unidades de que ela se compõe (SILVA, 1978:47); assim procedendo, restringiu a significação aos constituintes de uma sentença.

Segundo Nystrand e Wiemelt (1991:28), *a doutrina que postula a autonomia do texto escrito é tendenciosa e privilegia os objetivos do autor em relação aos do leitor*, tendo este um comportamento passivo cuja meta seria a simples decodificação, isto é, a extração da significação objetiva do texto, graças exclusivamente ao conhecimento do sistema lingüístico.

Marcuschi (1994:4), apesar de reconhecer que um texto possui um núcleo informacional mínimo, estável e independente das crenças do leitor, não sendo completamente aberto a qualquer tipo de interpretação, discorda da tese da autonomia textual, afirmando que *um texto constitui uma base para a negociação de compreensões possíveis*, isto é, a significação textual, em qualquer situação, não depende simplesmente do código lingüístico, mas também dos conhecimentos prévios do leitor. Sugere também uma revisão na teoria da comunicação, alicerçada na relação dicotômica codificação *versus* decodificação, por considerá-la superada, já que se restringe ao sistema lingüístico, excluindo os aspectos cognitivos e interativos que permeiam o processo comunicativo, quer se trate de língua falada ou de língua escrita. Marcuschi (1999:9) observa que a noção de autonomia não deve estar atrelada à fala e à escrita, mas sim ao conceito de língua, tomado por ele *como uma atividade sócio-cognitiva e não como um sistema de regras apenas*. Neste sentido, a língua não é autônoma, porque, quando alguém a usa para tratar a realidade, o faz de forma indireta, visto que é mediado pela sua experiência, resultante de aspectos sociocognitivos. E é por isso que *as significações surgem quando relacionamos conhecimentos encapsulados em palavras situadas em contextos de uso* (MARCUSCHI, 1999:5), e a cultura<sup>10</sup> adquire papel importante na produção da significação.

Isto nos joga, como vimos, na contra-mão de uma semântica composicional. Na realidade, podemos dizer que, apesar das muitas sugestões neste sentido, a significação de um enunciado não é composicional, ou seja, não é o simples resultado da soma do conjunto de significações dos elementos componentes de uma cadeia lingüística. Isto seria assim se fôssemos autômatos ou constructos do tipo computacional, mas, infelizmente para a teoria, temos sentimentos, afetos, crenças, cultura e outras coisas mais que atrapalham a operação computacional linear.

(MARCUSCHI, 1999:5)

<sup>10</sup> Entende-se a cultura como o conjunto complexo das representações, dos juízos ideológicos, dos sentimentos que se transmitem no interior de uma comunidade (DUBOIS et al., 1982:163)

#### (d) Interação

Outra característica, desta vez associada apenas à língua falada, é a da interatividade — considerada o traço que marca as relações interpessoais entre os interlocutores do discurso. Esta idéia se apóia no fato da língua falada ter como seu protótipo a forma conversacional, essencialmente dialogada, e, por isso, detendo alto grau de envolvimento com o interlocutor; e a escrita, por efetuar-se distanciada do seu produtor, possuiria alto grau de envolvimento com o conteúdo. Para Marcuschi (1997:01), essa caracterização deve-se ao fato de a interatividade praticamente só ter sido investigada no âmbito da língua falada, levando muitos autores a postular que a escrita não apresentaria esse traço. Não obstante esses posicionamentos, e observando que *a interatividade é uma propriedade geral de todo e qualquer uso da língua e não de uma de suas modalidades*, Marcuschi (1997) defende a proposta de que a escrita também apresenta marcas interativas, pois quando alguém escreve, escreve para outrem, ainda que seja um leitor genérico, o que caracteriza a interlocução — princípio básico do dialogismo, com presença também na escrita. Assim, nesta modalidade, toma *a interatividade como o movimento típico e explícito do escrevente<sup>11</sup> direcionado a um leitor específico*, vendo como *indícios de interatividade expressões ou formas lingüísticas que subentendem a presença de um leitor ao qual o escrevente está se referindo de maneira clara e inambígua naquele momento*. Ressalta que o que diferencia as marcas da interatividade da língua falada das marcas da língua escrita são as estratégias de sua realização e os elementos lingüísticos usados. Na fala, têm-se sobretudo os marcadores conversacionais, a entonação e as estratégias de repetição e referenciação pronominal; na escrita, ocorre por unidades lingüísticas de diferentes formas e de acordo com os diversos gêneros textuais, que sugerem relações diretas e intencionais do autor com o suposto leitor, estando marcada na superfície textual e fazendo parte do próprio texto. Trata-se de uma especial relação do sujeito com a linguagem e por isso mesmo produz efeitos de sentido, mas não do ponto de vista do conteúdo formal, e sim um movimento específico no processo da textualização em que a presença do interlocutor está marcada na própria realização textual. Certamente, a depender do gênero de texto, a intensidade das marcas da interatividade terá grau menor ou maior. As cartas pessoais são exemplos típicos de interatividade, nas quais se observa a ocorrência de expressões que denotam relações interpessoais, tais como: o uso de pronomes 1ª e 2ª pessoas (eu, tu) e de pronomes de tratamento (você, a gente); expressões de cumprimento (olá, oi, tudo bem); a suposição de conhecimentos partilhados; a presença de marcadores conversacionais (*sabia, compreende, viu, ok?*) e de expressões diretas (*Você*

<sup>11</sup> Marcuschi usa o termo escrevente para designar o autor de um texto escrito.

*já se inscreveu no GELNE? Ou você já defendeu a tese?*), entre outros. Quanto aos textos jornalísticos, bem como os científicos, embora se reconheça a existência de um baixo teor de traços interativos em função do seu foco na informação e principalmente da suposta neutralidade do autor e ausência de referência específica a um determinado leitor, pode-se reconhecer o trabalho que o autor realiza em tornar um texto explícito, como um vestígio de relações interpessoais; isso representaria um convite ao leitor para partilhar de algo que ele ainda não conhece.

(e) Modo pragmático

Quanto à predominância do *modus* pragmático na língua falada e a predominância do *modus* sintático na língua escrita, têm-se também a fazer algumas considerações, especialmente ligadas à pragmática.

O Quadro 2, ao apresentar as características dicotômicas, dá a entender que a pragmática, concebida como o estudo da linguagem que permite explicar como os textos, a partir do uso, podem adquirir diferentes interpretações, representa um plano de observação lingüística que ocorre de forma isolada dos níveis lingüísticos sintático, semântico e fonológico. Estas sugestões distorcem o processo lingüístico em seu funcionamento, porque trata a pragmática como a sintaxe realizam-se nas duas modalidades lingüísticas, diferenciando-se apenas pelas características a elas inerentes.

Dascal (1982:8-9) ressalta que a concepção moderna de uma disciplina com o nome de pragmática está relacionada a uma disciplina que tem dupla origem — a semiótica de Charles Sanders Peirce<sup>12</sup> e a semiologia de Ferdinand de Saussure, que, apesar das distintas terminologias, representam, grosso modo, uma mesma disciplina<sup>13</sup>, cujo objeto de estudo é a teoria geral dos signos<sup>14</sup>, da qual a lingüística faz parte, já que trabalha com uma das modalidades de signos. Segundo ele, esta dupla origem da semiótica e a influência dos seus mentores no desenvolvimento da lingüística explicam, pelo menos em parte, o problema da pragmática na teoria lingüística.

Na tradição peirciana, *a semiótica é o estudo das propriedades essenciais e dos tipos fundamentais da semiosis, sendo esta qualquer processo em que alguma coisa funciona como sinal para alguém* (DASCAL, 1982:8). A *semiosis* envolve, então, uma relação de três elementos, a saber: (a) o próprio sinal — que parece recobrir o próprio signo lingüístico, com as duas faces — significante e significado; (b) a designação — refere-se àquilo que o sinal representa, ou seja, ao seu referente; (c) o intérprete — a pessoa para quem ele

<sup>12</sup> Faz-se aqui uma menção à semiosis de Peirce, sem pretender-se pesquisá-la em profundidade.

<sup>13</sup> Segundo alguns lingüistas americanos (GALISSON; COSTE, 1983:642) e o próprio Dascal (1982:8), tomam-se os termos semiótica e semiologia como sinônimos. Há outros lingüistas, contudo, que as consideram distintas: a semiologia seria uma ciência mais geral e a semiótica teria um campo de estudo mais particular.

<sup>14</sup> Todos os sistemas de signos (línguas naturais), códigos (estrada, marítimos etc), ritos, costumes etc.

funciona como sinal. Essa relação, envolvendo também o usuário da língua, configura a possibilidade do texto, durante o uso efetivo no processo de comunicação, adquirir novas interpretações, compatíveis com os propósitos dos seus interlocutores naquele momento.

Inicialmente, esta relação triádica foi sistematizada por Morris e reformulada por Carnap (DASCAL, 1982: 23) em três subdisciplinas: (a) *a sintaxe — estudo das relações entre os próprios sinais*; (b) *a semântica — estudo das relações entre os sinais e aquilo que eles designam*; (c) *a pragmática — estudo das relações entre os sinais e aqueles que os utilizam*.

Como se pode observar anteriormente, a proposta de Carnap segmenta essas três subdisciplinas, atribuindo-lhes graus distintos de autonomia: para a sintaxe, a autonomia diz respeito à abstração dos aspectos semânticos e pragmáticos; para a semântica, a exclusão dos dados pragmáticos; para a pragmática, contudo, a renúncia ao traço da autonomia. Surgiram, então, alguns questionamentos que puseram em dúvida, por um lado, os tratamentos semânticos, centrados apenas no significado apriorístico de um enunciado, excluindo, pois, os aspectos pragmáticos, e, por outro, os tratamentos sintáticos que faziam abstração de dados semânticos. Essa assimetria da autonomia entre as disciplinas deu margens aos defensores da pragmática para se posicionarem contra a autonomia da semântica em relação a ela. Entre eles, está Benveniste (1995:283), que com a sua pesquisa sobre a natureza dos pronomes, demonstra a necessidade de se considerar também os interlocutores do discurso para explicar a contento a referência e o sistema de oposição dos pronomes pessoais, e Bar-Hillel (1982:23-48), que, ao pesquisar sobre expressões indiciais, *expressões cuja referência e valor de verdade variam com o contexto de enunciação* (por exemplo, eu trabalho aqui<sup>15</sup>), ressalta a importância do contexto pragmático de produção na interpretação dessas expressões, ficando demonstrada a necessidade da pragmática para explicação das unidades lingüísticas trabalhadas por estes lingüistas e, sobretudo, a não-autonomia da semântica (DASCAL, 1982:12-13).

Pensou-se, então, numa semântica ampliada em que se levasse em consideração não apenas a relação sentença e a sua referência, mas a relação sentença-contexto-referência<sup>16</sup>, objetivando dar conta sobretudo de elementos lingüísticos que dependem do contexto físico de produção discursiva. Esta solução não foi aceita pela grande maioria dos defensores da pragmática por implicar a sua absorção pela semântica, uma vez que *a investigação e descrição teórica dos fatores contextuais, que contribuem para a interpretação dos*

<sup>15</sup> A interpretação do pronome *eu* e do advérbio *aqui* depende do contexto de produção onde as expressões foram proferidas. Assim sendo, a cada emprego que se fizer desses elementos, ter-se-ão referências compatíveis ao interlocutor e ao local onde se está processando a comunicação.

<sup>16</sup> Propostas nesse sentido foram feitas por Ricard Montague (1968, 1970<sup>a</sup>), Stanaker (1982).

*enunciados* (DASCAL, 1982:13), passariam a constituir uma das áreas de pesquisa da semântica. Nestes termos, essa ampliação dissolveria a fronteira entre a semântica e a pragmática.

Para Dascal (1982:16-17) o *problema da necessidade de se incluir um componente pragmático na teoria lingüística está vinculado ao problema da definição do objeto da lingüística, da demarcação de suas fronteiras "externas"*. De fato, as pesquisas têm mostrado que as questões sobre a consideração ou não da Pragmática como um dos componentes da lingüística estão associadas a discussões relacionadas com o escopo teórico de cada corrente lingüística contemporânea. Estes questionamentos são extremamente complexos porque estabelecem relações diretas com as posturas teórico-ortodoxas<sup>17</sup> que representam o fazer lingüístico do século XX e seus respectivos objetos de estudo.

Como já se focalizou anteriormente, o paradigma formal, seja representado pelo estruturalismo, através da *langue* (língua), ou pelo gerativismo, por meio da competência, centrado numa gramática constituída de componentes gramaticais (sintático, semântico, fonológico), delimitados entre si de forma estanque, conduziu as suas pesquisas sem focar o uso lingüístico, ou seja, a língua em pleno exercício comunicativo. Daí estar sempre situado na abstração, apresentando, por isso mesmo, na questão fala—escrita, considerações distorcidas que não conferem com as referidas modalidades lingüísticas, tal como é o caso da asserção de que apenas a língua falada detém o aspecto pragmático da linguagem.

No paradigma funcional, voltado para as preocupações discursivas, a consideração da pragmática é um fato incontestável já que se trata da ciência do uso lingüístico. Nesta perspectiva, a língua é analisada na sua totalidade, não considerando, pois, a clássica dicotomia saussuriana entre *langue* e *parole*, estando a pragmática, portanto, vinculada não somente à modalidade falada, mas também à modalidade escrita.

<sup>17</sup> Essas posturas são comumente representadas pelo paradigma formal e pelo paradigma funcional da linguagem.

## Referências bibliográficas

- ABDON, I. de N. S. *O processo de referência na redação de Alunos concluintes do 2º Grau*. 1981. 193 fls. Dissertação (Mestrado) — Centro de Artes e Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- BAR-HILLEL, Yehoshua. Expressões indiciais. In: DASCAL, Marcelo (Org.). *Fundamentos metodológicos da lingüística*. Campinas, SP: Unicamp, 1982. v. 4. p. 23-49.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luísa Néri. revisão do Prof. Isaac Nicolau Salum. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Universidade, 1995.
- BERRUTO, Bosch, P. *Agreement and anaphora: a study of the role of pronouns in syntax and discourse*. Londres: Academic Press, 1985.
- BIBER, D. *Variation across speech and writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp. 1998. v. 1.
- CHOMSKY, Avram Noam. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Trad. de José Antônio Meireles e Eduardo Paiva Raposo. Coimbra: Armênio Armado, 1965.
- DASCAL, Marcelo (Org.). *Fundamentos metodológicos da lingüística*. Campinas, SP: Unicamp, 1982. v. 4.
- DILLINGER, Mike. Forma e função na lingüística. *Delta*. v. 7, n. 1, p. 395-407, 1991.
- DUBOIS, J. et al. *Dicionário de lingüística*. Trad. de Francisco Pessoa et al. São Paulo: Cultrix, 1973.
- GALLISSON, R.; COSTE, D. *Dicionário de didática das línguas*. Coimbra: Almedina, 1983.
- GRAFF, Harvey J. *Os labirintos da alfabetização*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo (Org.). *Fundamentos metodológicos da lingüística*. pragmática: problemas, críticas, perspectivas da lingüística. Campinas, SP: Unicamp, 1982. v. 4. p. 81-103.
- GUMPERZ, John. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- HYMES, Dell. Acerca de la competência comunicativa. In: LLOBERA, M. et al. *Competencia comunicativa: documentos básicos em la enseñanza de lenguas extranjeras*. Madrid: Edeselsa 1995. p. 27-46.
- \_\_\_\_\_. *Foundations in sociolinguistics: an ethnographic approach*. Filadelfia: University of Pennsylvania Press, 1974.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. Trad. de Beatriz Vianna Boeira e Néilson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- LYONS, John. Introdução à lingüística teórica. Trad. de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Nacional, 1979a.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Cognição, explicitude e autonomia no texto falado e escrito In: MOURA, Denilda (Org.). *Os múltiplos usos da língua*. Maceió: Editora UFAL, p. 38-48, 1999.
- \_\_\_\_\_. Atividades de compreensão na interação verbal. In: PRETI, Dino (Org.). *Estudos de língua falada: variações e confrontos*. São Paulo: Humanitas/FFCH/USP, 1998. p.15-48.
- \_\_\_\_\_. Oralidade e escrita. *Signótica*. Goiânia, v. 9, p.119-145, 1997.
- \_\_\_\_\_. Exercícios de compreensão ou cópiação nos manuais de ensino de língua. *Em Aberto*, Brasília, ano 16, n. 69, p. 63, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A dêixis discursiva como estratégia de monitoração cognitiva*. Recife: UFPE, 1996. mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Perspectivas teóricas na análise do discurso*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1995. mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Relações entre texto falado e texto escrito: semelhanças e diferenças*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1994. mimeo.

- \_\_\_\_\_. *O problema da variação lingüística no texto falado e escrito*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1994a. mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Análise da conversão*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- \_\_\_\_\_. *O texto no ensino da língua: sugestões teóricas e práticas*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1986. mimeo.
- MILANEZ, Wânia. *Pedagogia do oral: Condições e perspectivas para sua aplicação no português*. Campinas, SP: Sama, 1993.
- NASCIMENTO, Milton do. Teoria gramatical e mecanismos funcionais do uso da língua. *Delta*, v. 6, nº 1, p. 83-98, 1990.
- NEVES, Maria Helena de Moura. A gramática de uso é a gramática funcional. *ABRALIN: Boletim da Associação Brasileira de Lingüística*. Maceió: Imprensa Universitária, v. 1, UFAL, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NYSTRAND, Martin; WIEMELT, Jeffrey. When is a text explicit? Formalist and dialogical conceptions. *Text*, 11, p. 25-41, 1991.
- ONG, Walter. *Orality and literacy: the technologizing of the word*. London: Methuen, 1982.
- OLSON, David R. *O mundo no papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. São Paulo: Ática, 1977.
- POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- PRETI, Dino (Org.). *A análise de textos orais*. São Paulo: FFLCH, 1983.
- RAPOSO, Eduardo Paiva. *Teoria da gramática. A faculdade da linguagem*. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.
- ROBINS, R. H. *Pequena história da lingüística*. Trad. de Luís Martins Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye, colaboração de Albert Riedlinger. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1961.
- SILVA, Carly. *Gramática transformacional: uma visão global*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987.
- SINCLAIR, Melinda. Are academic texts really decontextualized and fully explicit? A pragmatic perspective on the role of context in written communication. *Text*, 13, 1993.
- TODOROV, T.; DUCROT, O. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. Trad. de Alice Kyoko Miyashiro et al. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- VOTRE, Sebastião; NARO, Anthony, J. Mecanismos funcionais do uso da língua. *Delta*, v. 5, n. 2, p. 169-184, ago. 1989.

# Palavra, significado, física quântica e mediunidade

Luciano Amaral Oliveira

Universidade Estadual de Feira de Santana

Resumo

**E**ste artigo analisa a questão do significado lexical, polarizada entre aqueles que concordam com a idéia de que a palavra possui significado *a posteriori* e os que são de opinião de que a palavra tem significado *a priori*. Inicialmente, são analisadas as idéias de Wittgenstein, que acredita que a palavra possui significado *a posteriori*. Em seguida, são abordadas as idéias de Ullmann e Nida, que são de opinião que a palavra tem significado *a priori*. Finalmente, confrontam-se as duas posições teóricas, com uma breve incursão pelo princípio da incerteza, de Heisenberg, para que se possa chegar a uma conclusão acerca dessa controvérsia.

Abstract

**T**his article analyzes the issue of lexical meaning, which is polarized between those who agree with the idea that the word has an *a posteriori* meaning and those whose opinion is that the word has an *a priori* meaning. First, the ideas of Wittgenstein, who believes that the word has an *a posteriori* meaning, are analyzed. Next, the ideas of Ullmann and Nida, who believe the word has an *a priori* meaning, are approached. Finally, these two theoretical positions are confronted, with a brief incursion into Heisenberg's principle of uncertainty, so that a conclusion about this controversy can be reached.



## Novelo teórico

Há séculos, discussões sobre o significado têm ocupado o tempo de muitos filósofos. No século passado, elas também passaram a figurar na agenda de muitos lingüistas. Participar de uma discussão sobre o significado é emaranhãr-se em um novelo bastante enrolado, formado por fios teóricos de cores diferentes. Isso porque todos admitem a existência de algo chamado “significado”, mas ninguém conseguiu, até hoje, oferecer uma definição de significado com a qual todos concordem. A existência do significado é tão indiscutível que se criou um termo para o seu estudo, criação essa que foi levada a cabo, segundo Bouquet (1997: 214), por Michel Bréal, que propôs o termo *semântica* em 1883.

A falta de uma definição pacífica de significado tem conseqüências epistemológicas sérias para a semântica. Sendo o significado o objeto de estudo da semântica, é necessário delimitá-lo para que se possa estudá-lo; e, para delimitá-lo, é necessário defini-lo. Mas como não há uma definição pacífica, os estudiosos do significado acabam por propor definições diversas, o que implica objetos de estudo diversos e, conseqüentemente, semânticas diversas. Assim, alguns definem o significado de um ponto de vista empirista, como Bloomfield e outros positivistas. Há outros que fornecem uma definição conceptualista do significado, como Locke. Há também filósofos que vêem o estudo do significado como um meio de se chegar a outros conhecimentos. Assim, ao definir o significado da sua maneira, cada estudioso acaba contribuindo para enrolar ainda mais aquele novelo teórico e pulverizar a semântica em especializações interessantes: semântica dos atos da fala, semântica lexical, semântica formal, semântica textual e outras semânticas.

Muitos dos fios teóricos do novelo do significado foram enrolados, e bem enrolados, pelos filósofos da Grécia Antiga, como Platão, Demócrito e Aristóteles. Este último foi quem primeiro se preocupou com a unidade mínima do significado. De acordo com Ullmann (1964: 11), Aristóteles definiu a palavra como a unidade mínima de significado. Isso significa que a palavra, mesmo quando isolada, possui significado, como as palavras que se encontram

em estado de dicionário. No século XX, o filósofo alemão Ludwig Wittgenstein apresentou uma visão diferente para a relação entre a palavra e o significado: a palavra possui significado *a posteriori*. Assim, para Wittgenstein, a palavra não possui significado até o momento em que ela é usada. Eis aí estabelecida uma das muitas controvérsias que giram em torno do significado e que enrolam o seu novelo: a palavra tem significado *a priori* ou *a posteriori*?

As palavras *porta*, *banana*, *farofa*, *fome*, *futebol*, *abrir* e *bonito*, dentre muitas outras, fazem parte do léxico do português brasileiro, o que significa que essas palavras integram o vocabulário ativo internalizado de todos os falantes-ouvintes nativos do português brasileiro. O corolário disso é que esses indivíduos sabem o que essas palavras significam. Assim, intuitivamente, pode-se afirmar que qualquer um desses falantes-ouvintes sabe muito bem o que *porta* e *futebol*, por exemplo, significam. Afinal, que brasileiro não sabe o que *porta* significa? Perguntar se a palavra tem significado *a priori* parece ter uma resposta óbvia: sim.

Entretanto, nem tudo que é óbvio é incontroverso – principalmente em questões relacionadas à linguagem. No que diz respeito a questões relativas ao significado, então, as controvérsias são muitas; o novelo é muito enrolado. Polarizando uma dessas controvérsias, portanto, há pessoas para quem a palavra possui significado *a priori* e há aquelas pessoas para quem a palavra só possui significado *a posteriori*. Assim, verificar se a palavra tem ou não significado *a priori* é o objetivo deste texto. Inicialmente, a posição de Wittgenstein, segundo a qual a palavra tem significado *a posteriori*, é analisada. Em seguida, analisam-se as idéias de Ullmann e Nida, dois teóricos que partem do pressuposto de que a palavra tem significado *a priori*. Finalmente, uma posição é tomada em relação à questão do significado lexical, fazendo-se uma breve incursão pelo princípio da incerteza, de Heisenberg.

### A palavra e o significado *a posteriori*

No século passado, Wittgenstein (1999: 43) afirmou que a significação de uma palavra é o uso que se faz dessa palavra na linguagem:

Pode-se para uma *grande* classe de casos de utilização da palavra significação – se não para *todos* os casos de sua utilização – explicá-la assim: a significação da palavra é seu uso na linguagem.

Mais especificamente, o significado de uma palavra é o uso que se faz dela nos jogos de linguagem. Eis o que Wittgenstein (1999: 35-36) fala a respeito dos jogos de linguagem:

O termo “*jogo* de linguagem” deve aqui salientar que o falar da linguagem é *uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida*. Imagine a multiplicidade dos jogos de linguagem por meio destes exemplos e outros:

Comandar, e agir segundo comandos –  
 Descrever um objeto conforme a aparência ou conforme medidas –  
 Produzir um objeto segundo uma descrição (desenho) –  
 Relatar um acontecimento –  
 Conjeturar sobre o acontecimento –  
 Expor uma hipótese e prová-la –  
 Apresentar os resultados de um experimento por meio de tabelas e diagramas –  
 Inventar uma história; ler –  
 Representar teatro –  
 Cantar uma cantiga de roda –  
 Resolver enigmas –  
 Fazer uma anedota; contar –  
 Resolver um exemplo de cálculo aplicado –  
 Traduzir de uma língua para outra –  
 Pedir, agradecer, maldizer, saudar, orar.

Portanto, a palavra é um instrumento usado nos atos da fala, e o seu uso é o seu significado. É isso que importa para Wittgenstein. Essa postura do filósofo alemão implica que o significado de uma palavra só pode ser determinado no momento em que ela é usada. Além disso, implica também que o significado de uma palavra varia de acordo com o uso que se faz dela no ato da fala. Wittgenstein (1999: 66) reforça essa idéia criticando aqueles que acreditam que a palavra possui sempre uma significação central:

Alguém me diz: “Você compreende esta expressão? Ora, eu também a uso na significação que você conhece”. Como se a significação fosse uma espécie de halo que a palavra leva consigo e que fica com ela em qualquer emprego.

O teórico da comunicação Hayakawa (1972: 47) adota uma posição semelhante à de Wittgenstein, enfatizando a importância do contexto na determinação do significado de uma palavra:

Afirmar dogmaticamente que sabemos o que significa uma palavra *antes de empregá-la* é coisa que não tem sentido. Só podemos saber com antecedência o que ela significará *aproximadamente*. Depois de enunciá-la, interpretá-la-emos à luz dos contextos verbais e físicos, e agiremos de acordo com a interpretação.

Seguindo a linha de raciocínio de Wittgenstein e de Hayakawa, a palavra *porta* não possui significado até o momento em que é colocada em uso, dentro de um contexto. Para se ter uma idéia de como o significado de *porta* varia de acordo com o contexto em que ela é usada, segundo a visão desses dois teóricos, imaginem-se as quatro situações abaixo:

[1] Um menino entra em casa, deixa aberta a porta da rua, e sua mãe diz:

– Joãozinho, a porta.

[2] Um homem comenta para a sua amiga que foi despedido, e ela diz:

– Fecha-se uma porta, abrem-se outras.

[3] Uma professora encontra-se com um professor no corredor da escola e comenta:

– Rapaz, não sei o que fiz na outra vida. Aquele aluno novo é uma porta.

[4] Um locutor esportivo narrando um jogo comenta:

– E é mais um gol tricolor! A defesa do Flamengo abriu a porta.

Na primeira situação, a mãe do menino usa a palavra *porta* para dar um comando: ela quer que Joãozinho feche a porta que dá acesso à rua. Na segunda situação, *porta* está sendo usada pela mulher para conjeturar a respeito da futura situação profissional do seu amigo: ela acredita que o amigo ingressará, como funcionário, em outra empresa. A professora da terceira situação usa a palavra *porta* para maldizer seu aluno: os conhecimentos que ela transmite durante as aulas não entram na cabeça do estudante. Finalmente, a última situação ilustra a palavra *porta* sendo usada para relatar um acontecimento e, ao mesmo tempo, para criticar a fragilidade dos zagueiros flamenguistas, que estão facilitando a entrada dos atacantes do time adversário (provavelmente, o Fluminense).

As idéias de que a palavra não possui significado *a priori* e de que o significado da palavra só pode ser determinado a partir do uso da palavra em um contexto são compartilhadas por teóricos da análise do discurso, como atesta Brandão (1995: 92):

*Sentido:* para a Análise do Discurso, não existe um sentido *a priori*, mas um sentido que é construído, produzido no processo da interlocução, por isso deve ser referido às condições de produção (contexto histórico-social, interlocutores...) do discurso. Segundo Pêcheux, o sentido de uma palavra muda de acordo com a formação discursiva a que pertence.

Aceitar a idéia de que a palavra tem significado *a posteriori* tem implicações importantes. Em primeiro lugar, a tarefa de elaboração de dicionários torna-se questionável. Afinal, se a palavra não possui significado *a priori* e se seu significado varia de acordo com o contexto no qual a palavra é usada, como justificar as definições fornecidas pelos dicionaristas? As palavras em estado de dicionário então são apenas ilusões? Uma segunda implicação está relacionada à competência lexical dos falantes-ouvintes de uma língua natural. Essa competência é o conhecimento que eles possuem das palavras que integram o léxico de sua língua. Como as palavras não possuem significado *a priori*, a competência lexical desses indivíduos também engloba um conjunto de regras de interpretação contextual que possibilitam a esses falantes-ouvintes produzirem e entenderem os significados das palavras no momento em que são faladas/escritas e ouvidas/lidas. Entretanto, essa competência lexical não possui nenhum tipo de significação estabelecida de antemão para as palavras. Em conseqüência, se alguém perguntar a um falante nativo do português brasileiro, por exemplo, “O que significa *porta*?”, o falante não poderá responder, a não ser que seja fornecido o contexto no qual a palavra *porta* foi usada.

Mas será que essas implicações se sustentam? Será que o dicionário é uma empreitada insana e sem sentido? Será que o falante-ouvinte nativo do português não sabe mesmo o que as palavras significam de antemão? Na seção

seguinte, a posição segundo a qual a palavra possui significado *a priori* é abordada para que essas implicações possam ser analisadas e, assim, uma posição ser tomada a respeito da relação entre a palavra e o significado.

### A palavra e o significado *a priori*

Como já se comentou, os filósofos da Grécia Antiga discutiram muito sobre o significado, contribuindo profundamente para o entendimento que hoje se tem sobre muitos fenômenos semânticos. Um desses filósofos foi Aristóteles, que, ao definir a palavra como a unidade mínima de significado, deixou transparecer um pressuposto importante: a palavra tem significado *a priori*. O próprio Ullmann (1957: 30) afirma que as unidades significativas que formam os segmentos do discurso são as palavras. Depreende-se, portanto, que Ullmann também pressupõe que a palavra possui significado *a priori*. Por isso é que a palavra é considerada por eles uma unidade de significação.

É importante assinalar que mesmo aqueles teóricos que acreditam na existência de unidades mínimas de significação menores do que a palavra pressupõem que a palavra possui significado *a priori*. Ullmann (1964: 60-61) lembra que o estruturalista americano Leonard Bloomfield considera o morfema a menor unidade de significação. Sendo a palavra formada por morfemas que possuem significado *a priori*, a palavra também tem significado *a priori*. Além de Aristóteles, Ullmann e Bloomfield, outros lingüistas pressupõem que a palavra possui significado *a priori* para elaborarem seus métodos de investigação.

Lingüistas da Escola de Praga, como Trubetzkoy, realizaram muitos estudos fonológicos e criaram o método dos traços distintivos, que permite a decomposição dos sons de uma língua natural em unidades mínimas. Esse método influenciou antropólogos e lingüistas que estavam interessados em estudar o significado das palavras. Fez-se, então, uma adaptação do método dos traços distintivos para que se pudesse realizar a decomposição do significado das palavras em unidades mínimas, surgindo, assim, o método da análise componencial. Ora, só se pode pensar em uma decomposição do significado das palavras em componentes semânticos (ou traços mínimos) se as palavras possuírem significado *a priori*.

Lehrer (1974: 46) explica o que são os componentes semânticos:

Componentes (ou traços) semânticos são construtos teóricos que podem caracterizar o vocabulário de uma língua; cada item lexical será definido em termos dos componentes. De uma certa forma, uma definição de dicionário é uma análise componencial informal, na qual cada parte da definição é um componente. Entretanto, em contraste com a lexicografia tradicional, a análise componencial tenta ser sistemática.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Cf. Lehrer, 1974: 46: Semantic components (or features) are theoretical constructs which can characterize the vocabulary of a language: each lexical item will be defined in terms of the components. In a sense, a dictionary definition is an informal componencial analysis, in which each part of the definition is a component.

Nida (1975) fornece orientações importantes para a utilização do método da análise componencial. Com base nessas orientações, elaborou-se o quadro abaixo, que ilustra a decomposição semântica de duas palavras do português, as quais são escritas da mesma forma, mas possuem significados distintos: *porta* e *porta*. Essa diferença de significação está indicada pelo número subscrito em uma delas:

	Porta	Porta <sub>2</sub>
Entidade	+	+
Inanimada	+	+
Manufaturada	-	+
Usada para dar entrada ou saída	+	+
Construída	+	-
Abertura em parede	+	-
Artefato	-	+
Usada para fechar abertura na parede	-	+

Observa-se, a partir do quadro, que as palavras PORTA e PORTA<sub>2</sub> possuem três componentes semânticos comuns: [+ ENTIDADE], [+ INANIMADA] e [+ USADA PARA DAR ENTRADA OU SAÍDA]. Os outros componentes determinam o significado de cada uma delas. Enquanto PORTA pertence ao campo lexical de “partes de construção”, PORTA<sub>2</sub> pertence ao campo lexical “artefatos”. Na sentença (a) abaixo, *porta* possui o significado de PORTA e, na sentença (b), *porta* possui o significado de PORTA<sub>2</sub>:

- (a) **Por favor, feche a porta.**  
 (b) **Precisamos comprar uma porta de madeira maciça.**

Sob a luz das informações fornecidas pelo quadro acima, pode-se ainda analisar o significado da palavra *porta* em cada uma das quatro sentenças-exemplos da seção anterior, reproduzidas aqui por comodidade:

- [1] **Joãozinho, a porta.**  
 [2] **Fecha-se uma porta, abrem-se outras.**  
 [3] **Rapaz, não sei o que fiz na outra vida. O aluno novo é uma porta.**  
 [4] **E é mais um gol tricolor! A defesa do Flamengo abriu a porta.**

Pode-se observar que *porta*, em todas as sentenças, está relacionada com a idéia de “passagem” e, conseqüentemente, todas as ocorrências de *porta* compartilham o componente semântico [+ USADA PARA DAR ENTRADA E SAÍDA]. Em [3], o uso metafórico de *porta* igualou o aluno ao próprio artefato, indicando que a passagem de conhecimentos para o cérebro está fechada.

Independentemente do uso que se faz de *porta* em cada um dos exemplos acima, independentemente do contexto em que *porta* ocorra, determina-

dos componentes semânticos sempre farão parte do significado de *porta*: [+ ENTIDADE], [+ INANIMADA] e [+ USADA PARA DAR ENTRADA OU SAÍDA]. Em outras palavras, é impossível negar a conexão existente entre os significados da palavra *porta* em cada uma das situações acima. Como lembra Nida (1975: 11):

Na maioria dos casos, uma palavra parece ter um significado central do qual um número de outros significados são derivados. E nós geralmente podemos reconhecer ou imaginar algum tipo de conexão entre cada um desses significados e o aparente significado central.

Depreende-se daí que se pode usar uma palavra em qualquer ato de fala e em qualquer contexto, e essa palavra sempre terá um determinado conjunto central de componentes semânticos formando o seu significado. O que o uso e o contexto podem fazer é dar um colorido diferente ao significado da palavra, i.e., podem adicionar algum componente semântico aos componentes semânticos já existentes nessa palavra, estendendo seu significado.

Uma analogia pode ser traçada com objetos que o ser humano usa no dia-a-dia. Por exemplo, uma caneta é um artefato usado para escrever, mas pode ser usada como uma arma. O fato de uma caneta poder ser usada como uma arma não nega, de forma alguma, que ela é um artefato usado para escrever. Simplesmente, uma pessoa pode adicionar mais um uso à *raison d'être* da caneta. E qualquer pessoa a quem se peça para definir *caneta* dirá que ela é um objeto (pois artefato não é uma palavra de alta frequência) usado para escrever – ninguém dirá que é um objeto que pode ser usado como uma arma. Da mesma maneira, o primeiro significado que vem à mente de um falante quando se pede que ele defina *porta* não é uma pessoa que não consegue aprender um assunto acadêmico.

### Palavra, significado, física quântica e mediunidade

Do exposto até aqui, uma coisa fica bem clara: a palavra possui significado *a priori* e significado *a posteriori*. Ullmann (1964: 102-104) alerta que, apesar de ninguém poder negar a importância do contexto na determinação do significado da palavra, não se deve superestimar o papel do contexto na determinação do significado da palavra:

“Quando uso uma palavra”, dizia Humpty Dumpty, “ela significa exactamente o que pretendo que signifique – nem mais, nem menos”. Alguns lingüistas, no desejo de sublinhar a importância do contexto e de demolir a crença de que existe um significado “próprio”, inerente a cada palavra, vão quase tão longe

<sup>2</sup> Cf. Nida, 1975: 11: In most instances, a word seems to have a central meaning from which a number of other meanings are derived. And we can usually recognize or imagine some kind of connection between each of these meanings and the apparent central meaning.

quanto Humpty Dumpty nas suas expressões dogmáticas. Afirmarções como “le mot n’est que par le contexte et n’est rien par lui-même”, que se ouvem freqüentemente nos nossos dias não são exactas nem realistas. É perfeitamente certo, e constitui mesmo um truísmo, que as palavras se encontram quase sempre encastoadas em contextos específicos, mas há casos em que um termo subsiste inteiramente por si só, sem qualquer suporte contextual, e continuará, assim mesmo, a fazer sentido. (...) Se as palavras não tivessem significado para lá dos contextos seria impossível compilar um dicionário.

A lucidez das palavras de Ullmann ajuda a desenrolar alguns fios do novelo do significado: a palavra tem significado *a priori*, que é influenciado pelo contexto em que se encontra. Essa relação entre a palavra e o contexto acaba conferindo à palavra um significado *a posteriori*, no qual o significado *a priori* está contido. Dito de outra forma: uma palavra possui sempre um significado central que pode sofrer algum tipo de influência do ambiente lingüístico circundante, e essa relação entre a palavra e o ambiente lingüístico pode dar tonalidades novas ao significado central da palavra.

Afirmar que a palavra não possui significado *a priori* é afirmar que as palavras em estado de dicionário são meras ilusões. Wittgenstein (1999: 57) critica as pessoas que não concordam com a idéia de que a palavra não possui significado *a priori*, abordando a questão da ilusão:

Deve-se dizer que eu uso uma palavra cuja significação não conheço, e que digo, pois, um absurdo? – Diga o que quiser dizer, contanto que isto não o impeça de ver o que ocorre. (E quando você vir isto, deixará de dizer muitas coisas).

(...)

Digo: “Lá está uma poltrona”. Que aconteceria se eu fosse lá buscá-la e ela desaparecesse repentinamente da minha vista? “Não era, portanto, uma poltrona, mas uma ilusão qualquer.” – Mas em alguns segundos vemo-la outra vez e podemos pegá-la etc. – “A poltrona estava lá, pois, e seu desaparecimento foi alguma ilusão qualquer.” – Mas suponha que depois de algum tempo ela desapareça outra vez – ou que pareça desaparecer. Que diremos então? Você tem regras prontas para tais casos – que digam se se pode ainda chamar a isto de “poltrona”? Mas elas nos escapam quando usamos a palavra “poltrona”; e devemos dizer que não ligamos a esta palavra nenhuma significação, uma vez que não estamos equipados com regras para todas as possibilidades de seu emprego?

O discurso de Wittgenstein sobre ilusão e sobre o significado da palavra penetra na questão da existência do mundo físico. Essa questão faz parte dos ensinamentos de religiões orientais há séculos e, no século passado, passou a fazer parte da agenda de muitos cientistas ocidentais. O físico alemão Heisenberg elaborou o princípio da incerteza em 1927, e suas teorias parecem ter influenciado o trabalho de Wittgenstein, principalmente seu livro *Investigações filosóficas*. Wolf (apud TOBEN e WOLF, 1998: 127) esclarece o princípio da incerteza:

Aprendemos, por intermédio da física quântica, que *nenhum* objeto tem contornos bem-definidos. Se pudéssemos imaginar, só por um momento, que a cadeira existe sem nós, seus contornos tornar-se-iam, igualmente, indistin-

tos! Sua "flocosidade", entretanto, só ficaria evidente após um tempo muito longo. Seriam necessários mais de 10 bilhões de anos para a cadeira ficar "turva". Mas um átomo é uma coisa bem diferente. É algo tão minúsculo que um bilionésimo de segundo é o bastante para ele difundir-se na indistinção. E continuará difundindo-se até que você chegue perto dele e o observe. Nesse instante, dependendo do experimento que você realize, ele ficará reduzido ao seu tamanho "normal". Pense nisso: sem você, todos os átomos espalhar-se-iam pelo universo numa taxa alarmante. Deixando de olhá-los muito de perto, você permitirá que seus contornos fiquem indistintos o bastante para comporem uma cadeira. É por isso que eu digo: os átomos não existem até o momento em que se decide olhar para eles. E é por isso que dizemos: o universo físico não existe sem os nossos pensamentos sobre ele. Sem as nossas observações e sem os nossos pensamentos sobre o fato de esse objeto ser uma cadeira, ele se dispersaria no esquecimento. Mas não se preocupe: dez bilhões de anos é um tempo de espera demasiadamente longo.

Percebe-se a semelhança entre a citação de Wittgenstein, que usa a poltrona para ilustrar seu ponto, e a ilustração tradicional do princípio da incerteza, a qual é feita tomando-se por base uma cadeira. Ora, se os átomos da poltrona a delineiam apenas quando uma pessoa olha para ela, o significado também só vai estar na palavra quando a pessoa "olhar" para ele. Em outras palavras, o significado da palavra não existe *a priori*: ele surge por causa do falante-ouvinte. Por extensão, um dicionário, enquanto está fechado, não possui nenhum significado. Mas quando uma pessoa o abre e olha uma palavra, o significado perde sua indistinção e aparece diante da pessoa. O princípio da incerteza é a única saída possível para um defensor da idéia de que a palavra não possui significado *a priori*. O problema é que um argumento dessa natureza transcende os limites científicos da lingüística, os quais Saussure tanto se esforçou para estabelecer. Discutir fenômenos lingüísticos (afinal, Wittgenstein fala de significado e jogos de linguagem) com construtos teóricos da física quântica é epistemologicamente problemático.

Além disso, afirmar que a palavra só possui significado *a posteriori* é equiparar a palavra a um médium que permite ser incorporado por uma entidade etérea que precisa de um corpo físico para se manifestar. A palavra seria então um médium e o significado a tal entidade em busca de uma palavra na qual se incorporar. O estudo do significado seria, assim, feito não apenas por filósofos e lingüistas, mas também por religiosos e parapsicólogos ansiosos para descobrir o processo de incorporação dos significados pelas palavras.

A discussão *lingüística* sobre a palavra e o significado nada tem a ver com mediunidade ou com física quântica. Do ponto de vista lingüístico, a palavra tem significado e continuará tendo (pelo menos por mais uns dez bilhões de anos), mesmo que haja pessoas que acreditem que o significado só existe quando elas olharem para ele.

## Referências bibliográficas

- BOUQUET, Simon. *Introdução à leitura de Saussure*. Trad. por Carlos Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2000. *Introduction à la Lecture de Saussure*.
- BRANDÃO, Helena. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- HAYAKAWA, Samuel. *A linguagem no pensamento e na ação*. Trad. por Olivia Krähenbühl. 2. ed. rev. São Paulo: Pioneira, 1972. *Language in thought and action*.
- LEHRER, Adrienne. *Semantic fields and lexical structure*. Holanda: North-Holland Publishing Company, 1974.
- NIDA, Eugene. *Componential analysis of meaning – an introduction to semantic structures*. The Hague: Mouton, 1975.
- TOBEN, Bob, WOLF, Fred. *Espaço-tempo e além – rumo a uma explicação do inexplicável*. Trad. por Hernani Andrade e Newton Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 1998. *Space-time and beyond*.
- ULLMANN, Stephen. *Principles of semantics*. 2. ed. Grã-Bretanha: Philosophical Library, 1957.
- ULLMANN, Stephen. *Semântica – uma introdução à ciência do significado*. 2. ed. Trad. por J. A. Osório Mateus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1964. *Semantics – an introduction to the science of meaning*.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Trad. por José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1999. *Philosophical Investigations*.

# Dêixis locativa e categorias cognitivas

Maria Luiza Braga

Maria da Conceição Paiva

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

Neste artigo investigamos as proformas locativas **aqui**, **aí**, **ali** e **lá**, focalizando as categorias cognitivas que usualmente vêm associadas a elas. Inicialmente caracterizamos as mencionadas formas, salientando a especificidade do português, que as organiza em um sistema de acordo com dois eixos dêiticos: proximidade/distância em um *continuum* espacial e continuidade/distância com referência ao centro dêitico da enunciação. A seguir, consideramos os usos dêiticos (exofóricos) e fóricos (anafóricos e catafóricos) de **aqui**, **aí**, **ali**, **lá**. Com relação aos usos fóricos, mostramos que **aí** e **lá** se distinguem das demais proformas por poderem expressar uma gama mais variada de categorias cognitivas. Sugerimos que tal comportamento se explique pelo fato de estas duas proformas serem marcadas negativamente pelos traços *locutor* e *distância*.

Résumé

Dans cet article, nous analysons les catégories cognitives qui sont repérables par les adverbs locatifs *aqui* (*ici*), *aí*, *ali* e *lá* (*là*). D'abord nous mettons en relief les particularités du portugais, une langue qui organise le système de locatifs à partir de deux dimensions déictiques: la dimension géographique et la dimension énonciative. La première distingue des différents points dans un continuum spatial. La deuxième permet de distinguer la proximité par rapport au locuteur ou par rapport à l'interlocuteur. Ensuite, nous analysons l'usage déictique et l'usage endophrorique (anaphorique et cataphorifique) des formes locatives. En ce qui concerne l'emploi endophrorique, l'analyse permet de dégager les spécificités des formes *aí* e *lá* qui peuvent être associées à un plus grand nombre de catégories cognitives. Nous avançons l'hypothèse que ces différences découlent du fait que ces deux formes sont marquées négativement par rapport aux traits *locuteurs* et *distances*.



## 1 Introdução

O reconhecimento, na lingüística, de que categoria cognitiva *espaço* é relativamente básica e de que os termos que a exprimem podem ser utilizados como um recurso para a expressão de outras categorias cognitivas não é recente. Assim, a título de exemplo, veja-se o que sustentava Lyons, já em 1977:

Spatial expressions are linguistically more basic, (...), in that they serve as structural templates, as it were, for other expressions; and the reason why this should be so, it is lausibly suggested by psychologists, is that special organization is of central importance in human cognition. (p. 718)

O fato de que os elementos lingüísticos que codificam espaço e movimento podem ser a fonte para a expressão de categorias como *tempo*, *posse*, *existência*, *duração*, *causa* e *condição* investe o estudo das proformas adverbiais locativas de um interesse particular, visto que essa análise pode fornecer argumentos acerca dos processos de transferência metafórica e metonímica que estão na origem de diversas trajetórias de gramaticalização nas línguas humanas.

Neste artigo, procuramos mostrar, a partir da análise dos diversos empregos de **aqui**, **aí**, **ali**, **lá** no português brasileiro, a multiplicidade de categorias de categorias cognitivas que podem estar associadas a essas formas dêiticas e as diferenças entre elas quanto ao grau de abstração das categorias que codificam.

A análise desenvolvida permite acentuar que, embora as diferentes formas locativas compartilhem aspectos de um *continuum*, no que diz respeito à expressão de categorias cognitivas e propriedades gramaticais, as proformas **lá** e, mais particularmente, **aí** apresentam especificidades que permitem levantar algumas questões acerca da trajetória que percorrem no português falado.

Este artigo compreende quatro partes: na primeira, caracterizamos, em linhas gerais, as proformas locativas; na segunda, consideramos os usos dêiticos (exofóricos) e endofóricos (anafórico e catafórico) das mencionadas proformas; a conclusão e as referências bibliográficas são apresentadas, respectivamente, na terceira e quarta seções.

## 2 As proformas locativas

Num número expressivo de línguas humanas, as proformas locativas se distribuem em um sistema organizado a partir de uma oposição mínima entre proximidade/distância do centro dêitico de referência. O português, além de apresentar um sistema tripartido de proformas adverbiais locativas, mantém duas séries de formas: uma série em [i] e uma série em [a], como mostra o quadro 1.

Quadro 1– Proformas Locativas

Pessoa do discurso	Série em [i]	Série em [a]
1ª pessoa	Aqui	Cá
2ª pessoa	Aí	
3ª pessoa	Ali	Lá

O quadro acima mostra que as proformas se ordenam segundo duas dimensões dêiticas: o eixo proximidade/distância em um *continuum* espacial-geográfico e o eixo pessoa do discurso, cujo ponto de referência é o contexto enunciativo (cf. PONTES, 1992). Com referência ao primeiro, opõem-se **aqui** (menor distância), **ali** (distância média) e **lá** (maior distância). Essas coordenadas constituem apenas pontos de referência cujas fronteiras são negociadas no ato interacional, a partir da avaliação do falante e do ouvinte (cf. LAURY, 1997). Com respeito ao eixo proximidade/distância em relação à pessoa do discurso, distinguem-se **aqui** (o que está próximo do falante), **aí** (o que está próximo do ouvinte) e **ali** (o que está fora da esfera de ambos os participantes do discurso). Com respeito a essa dimensão dêitica, as proformas adverbiais apresentam correspondência com o sistema de pronomes demonstrativos (este/esse/aquele) e com o sistema de pronomes pessoais (eu, tu, ele).

Outras distinções podem ser estabelecidas em relação às duas séries; com respeito ao discurso falado no português brasileiro, a série em [i] constitui um conjunto completo e equilibrado, o que não se verifica a propósito da série em [a]. Dado o uso menos freqüente da forma **cá** e a não-ocorrência da forma **acolá**, a série em [a] é defectiva. Além disso, as duas séries se distinguem no que se refere à maneira como procedem à localização de estados de coisas: a série em [i] é mais pontual, enquanto a série em [a] parece estar mais associada à indicação de direcionalidade em relação ao centro dêitico, ou seja, é menos pontual. Quanto a esse aspecto, o sistema do português aproxima-se do espanhol, em que as formas adverbiais terminadas em [a] parecem exprimir, de acordo com Villegas (1992), a idéia de amplitude ou de extensão.

### 3 Usos das proformas adverbiais

De acordo com o esquema 1, a função primeira e mais fundamental das proformas adverbiais parece ser a de orientação dêitica. As proformas adverbiais situam estados de coisas no contexto comunicativo, considerando a distância relativa entre um determinado ponto e o centro dêítico (EU). Ou seja, elas focalizam ou orientam a atenção do ouvinte para pontos espaciais, como nos exemplos protótipos (1), (2), (3) e (4).

115

(1) F: (Falando com a neta) Vem **aqui**, vem **aqui** falar com o vovô. (Edu14)

(2) F: eu tenho uma nítida impressão que eles (os paulistas) pensam que eu, eu... que eu saí do traba-... que eu vim da praia, fui trabalhá, que eu vô pará de trabalhá, tô de bermuda e vô voltá pra praia quando, entendeu? Eles ... eu acho que eles têm essa noção que eles sempre perguntam se tá sol, eles têm muita curiosidade disso. Como é que tá o tempo **aí**? (Adr63)

(3) F: “A senhora quer um peixe de agora?” “Mas esse peixe é de agora. Só se eu for **ali** e pescar ele agora, porque esse peixe veio de manhã,” ou veio ontem, ou veio antes de ontem, mas está aqui na freezer e ele está conservado. (Jan03)

(4) F: ...mas às vez eu – ah, com preguiça de ir **lá** comprar o pão, – sobrou meia bisnaga de ontem, eu pego aquele pão – e torro na frigideira, ou boto ele para esquentar, ele fica – mas há pessoas que fazem aquilo até no gás. (Jan03)

Graças a um processo de transferência metafórica do espaço físico para o espaço textual, as proformas locativas assumem funções fóricas, remetendo a entidades mencionadas previamente (usos anafóricos) ou apontando para o discurso subsequente (usos catafóricos), permitindo a recuperação de porções discursivas de natureza sintática distinta: SNs, SPreps, orações e seqüências de orações.

Os trechos a seguir ilustram usos anafóricos das proformas locativas:

(5) F: Esse menino, quando nós regressamos ao Brasil, ele veio, como titular, e continuou como titular, e eu, reserva. Eu, para entrar no time mesmo, tive que **aqui** me-me esmerar nos treinamento, sabe? Mas, quando chegou **aqui**, esse menino no- no cartaz- veio com muito cartaz e jogando bem mesmo aqui- a sorte minha foi que o clube vendeu ele para o Palmeiras e eu... (Edu14)

(6) F: E isso não é só na Rural não, na Fundação Getúlio Vargas, eu já vi muita coisa, mas eu trabalhei tudo quanto foi a... Na *Fundação Getúlio Vargas*, **aí** você vê muita coisa. (Dav42)

(7) F: Eu morava no Méier nessa época, não é? Mas eu estudava Sampaio. Nem que eu esqueci o nome da estação. Para **lá** de *Sampaio*. Eu tinha uma amiga que morava **ali**, não é? Então, eu fui para o Colégio, aí... o dia eu saía dez e meia do colégio, nunca tinha sido assaltada. (Sue05)

(8) F: Fui morar em *São Paulo*. Fiquei **lá** três ano. (Ed14)

Os trechos de (9) – (12), por sua vez, ilustram usos catafóricos:

(9) F: Eu fico maior parte do tempo aqui no bairro. (CaB02)

(10) F: ...eu tê um... criá esses bicho tudo que você vê **aí** na rua, esses que ninguém quer. (AF)

(11) E: Como é que é o carnaval aqui em Camorim?

I: Aqui em Camorim, naturalmente não tem nada?

Não. Tem... carnaval **ali** no- no Taquara, dali em diante, para lá.

Por aqui não tem não. (CaB02)

(12) F: Ele mora **lá** em *Jacarepaguá*. Ela me convidou pra eu ir ao casamento, aí eu fui com ela, ela estava lá. (Adr61)

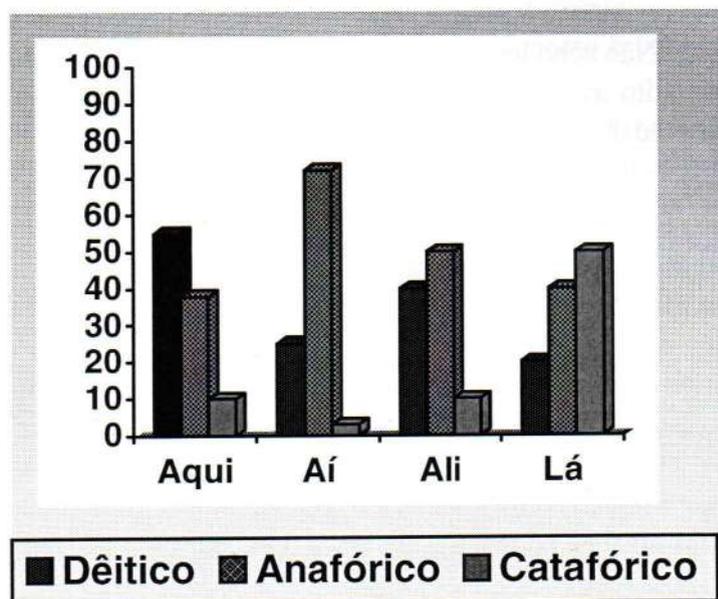
Evidentemente, a distinção entre função exofórica (dêitica) e função fórica não é isenta de problemas e pode até mesmo não se justificar, a depender da posição teórica que se assuma. A dificuldade para definir com precisão a função dêitica ou anafórica de uma determinada proforma decorre da imbricação necessária entre o contexto extralingüístico e contexto lingüístico. Como lembra Kleiber (1995), as duas relações se distinguem apenas pelos diferentes << sites >> de localização de um referente ou de um estado de coisas.

Uma análise preliminar de dados do discurso oral permite mostrar que as proformas adverbiais se diferenciam quanto à forma de remissão, como mostra o gráfico 1.

O gráfico 1 desvela uma distribuição complexa, que não se deixa explicar pela aplicação mecânica dos traços exófora vs. endófora. Se, por um lado, o quadro faz ressaltar o uso freqüente das proformas locativas em remissões anafóricas, por outro lado, deixa entrever as especificidades associadas a cada série. Assim, os índices mais elevados de **lá** para a função catafórica permitem, em um primeiro momento, uma contraposição entre a série em [a] e a série em [i]. A série em [i], por sua vez, mostra peculiaridades associadas a cada proforma: **aquí** é utilizada, preferencialmente, para remissão exofórica (dêitica); **aí** é empregada, predominantemente, com o item anafórico e **ali**, por sua vez, apresenta distribuição no que concerne aos usos dêitico e anafórico.

Quanto à categoria cognitiva à qual remetem as proformas nos seus usos endofóricos, depreendem-se diferenças significativas entre elas, como se pode verificar nos quadros 2 e 3. O quadro 2 mostra os resultados para o uso catafórico e o quadro 3, as correlações para o uso anafórico. Este último apresenta, tam-

Gráfico 1 – Distribuição de usos das proformas



bém, as preposições que encabeçam o Sprep que aparece posposto à proforma, pois elas parecem desempenhar um papel relevante na delimitação da categoria cognitiva associada à proforma.

Quadro 2 – Proformas adverbiais: uso catafórico  
Os exemplos a seguir ilustram ocorrências dessas diversas categorias

Proforma		Categoria cognitiva						
Sprep		Lugar	Posição	Inclusão/ Exclusão	Tempo	Processo	Objeto	Pessoa
Aqui	Em, por, para	X		X		X		
Aí	Em, por, para	X	X		X	X		
Ali	Em	X			X		X	
Lá	Em, de, para, por	X	X	X	X	X	X	X

cognitivas:

Tempo

(13) E: Você quer casar, alguma coisa – ter filho?

F: Quero, claro que quero casar, mas não gosto. Vou casar bem velhinha, **lá** para os trinta e três. Casar dá muito trabalho. (Adr63)

## Posição

(14) F: ... não ia aceitar o lugar não. Que sempre eu passei por baixo, sabe? Não acho legal não, o movimento é demais. Que eu não gosto de muito assalto por aí por baixo. Não aceitaria outros lugares **aí** para baixo não. (CaB02)

## Processo

(15) F: Daqui a quatro ano nós vamos ter outra (copa do mundo) e vai acontecer a mesma coisa. Enquanto eles forem para lá pensando em ganhar dinheiro, é fortuna, tirar proveito do- não acredito (“nisso”) não.

E: As coisa a gente tem que fazer porque quer fazer bem, não é?

F: Exato, exato- Então tem que ser escolhido. Quem quer ir e quem não quer. Quem quer ir jogar com amor à pátria e quem não quer. Esse é o meu raciocínio. Nisso o técnico tinha que chamar a atenção deles **aqui** na concentração, antes de viajar para lá. (Jan03)

## Inclusão/exclusão

(16) I: Uma coisa que me impressionou quando naquele dia, é que eu contei sete pessoas com bíblia na mão aqui dentro do colégio.

F: Aqui, dentro? Sabe que eu nunca reparei. Tem muita gente crente **aqui dentro**. Na nossa sala, inclusive, tem gente- esse rapazinho que estava aqui ele é crente, sabe? Mas eu acho que ele é crente da Batista. E já tem uma outra que é da Pentecostes. (Sue05)

(17) F: É uma guerra! E aqui, no Brasil, também, já fui surpreendido aí com invasão de campo, torcida querendo pegar, aquela coisa toda- mas eu sempre tive um jeito- um jeito e uma maneira, aqui- aqui - aqui na minha terra, não é? **Lá** fora não! Não conheço! Mas aqui, pela minha experiência, eu já- eu sabia como sair disso, entendeu? (Edu07)

## Objeto

(18) F: Eu é que engraxava *o sapato da minha irmã*, mas ela pagava, não é? Tinha que pagar um troquinho é- ela é- estudava lá no Instituto de Educação lá na Mariz e Barros, então, tinha que andar com o sapatinho sempre beleza e era eu quem caprichava **lá no sapato de minha irmã**. E ela ensinava a gente aquelas coisa da escola, né? (Fal07)

## Pessoa

(19) Então, aquilo passou a ser uma área militar. Uma ilhazinha pequena, não é? Então, qualquer coisa que faziam, ou que quisessem, ou para uma festa, tudo, tinha tudo que dar ciência ao quartel, **lá** ao comandante ali, (passarinhos) que aquilo ficou área militar. (Fal07)

O quadro 2 mostra que a remissão catafórica não marcada envolve a categoria de lugar e é compartilhada por todas as proformas (cf. PAIVA, no

prelo). Mostra também que a proforma **lá** distingue-se das demais, uma vez que, no seu uso catafórico, pode remeter a uma gama maior de categorias cognitivas: *posição, inclusão/exclusão, tempo, processo* e também *pessoa e discurso*.

O exame das categorias *pessoa* e *objeto* sugere que o processo metonímico responsável por esse uso envolve tanto os traços da proforma adverbial quanto da preposição que encabeça o SPrep subsequente. A preposição mais empregada é *em*, embora *para*, *por* e *de* também ocorram. O compartilhamento do traço [+ locativo] pelas proformas e pelas preposições *em* e *para* explicaria a predominância daquela preposição, mas deixa sem solução o fato de que a preposição *de*, que pare de indicar apenas uma relação, também pode iniciar o SPrep posposto.

Uma hipótese explicativa para o perfil diferenciado de **lá** remete ao fato de a série de locativos em [a] ser mais direcional do que a série em [i] e sugere que a categoria de movimento seria uma fonte rica de derivação de novos significados e usos do que a categoria localização espacial.

A distribuição para os usos anafóricos das proformas adverbiais aparece esquematizada no quadro 3.

Quadro 3 – Proformas adverbiais: uso anafórico

Proforma		Categoria cognitiva				
Antecedente		Lugar	Tempo	Condição	Causa	Modo
<b>Aqui</b>	Sprep	XX				
	Sprep					
	inferível					
<b>Aí</b>	<b>Oração</b>	X				
	Sprep					
<b>Ali</b>	<b>Sprep</b>	XX	X	X	X	
	Sprep					
	inferível					
<b>Lá</b>	Sprep	X				X

Os exemplos de (20) a (23) ilustram as diferentes categorias cognitivas que podem ser recuperadas pelo uso anafórico das proformas adverbiais.

#### Tempo

(20) F: Eles estavam estranhíssimos, quando eu me toquei (que) era assalto eu fiquei mais tranqüila. Tanto que *quando eles correram* **aí** eu já estava inteiramente, sabe? Tinha caído em mim. (Euc32)

#### Condição

(21) F: *Se tivesse dinheiro* ia sê mais fácil porque **aí** eu ia podê contratá uns veterinários pra cuidá dos meus bichos. (AdrF24)

## Causa

(22) F: O Vasco perdeu nesse dia. Uma tristeza muito grande.

E: Perdeu por quê?

F: Por falta também de entrosamento no time. *O técnico botou mais reserva pra jogar e aí* deu aquilo, né? (Isac10)

## Modo

(23) I: Interior não se interessa muito não, sabe? Em aprender assim. Não se interessa, só querem, sabe? *Se trabalha em casa de família, fica ali* bitolado toda vida naquela coisa só. Não procura tentar melhorar de vida, sabe? É isso! (Sue05)

O quadro 3 revela que há diferenças relevantes entre a distribuição de **aí**, por um lado, e a das demais proformas, por outro. **Aqui**, **ali** e **lá** são usadas não marcadamente para recuperar informação de natureza locativa, codificada sob a forma de um Sprep. **Aí**, por seu turno, remete a constituintes oracionais que podem codificar categorias como tempo, causa e condição, como foi mostrado pelos exemplos (20), (21) e (22).

A situação parece, todavia, mais complexa do que a exibida no quadro 3. Além das categorias relacionadas acima, **aí** pode recuperar outros tipos de informação, como mostram os exemplos abaixo:

(24) F: E você falou que acha que tem algumas regiões brasileiras que é difícil também de entendê. **Aí** qual que você acha que o dialeto é assim melhorzinho no Brasil? (And12)

(25) E: E o senhor disse também que não gosta de escola de samba?

F: Não.

E: Não sai?

F: Não. Fazer palhaçada pros outro.

E: Ham.

F: É palhaçada, quer dizer, você fica pulando e os outros batendo palma pra você. Ah, então procura um circo, uma televisão. Faz melhor, que aí está gostando e está ganhando. Ali, se eu trabalho, meu dinheiro só dá para minha manutenção, como é que eu ainda vou me fantasiar para sair em escola de samba?

E: Ham.

F: Aí eu teria... Agora **aí** é que eu pergunto a você, quando eu digo a você. (Seb09)

(26) E: Bom, me fala um pouco da importância de ter um grupo de amigos para uma pessoa assim da sua idade? Adolescente. Qual a importância?

F: A importância. Sei lá, eu acho que tem. Os meus amigos, alguns são sinceros, **aí** importa para mim; os que não são sincero não importa.

E: Sinceridade.

F: Isso. (Rob04)

Em (24) e (25), **aí** sintetiza informações apresentadas ao longo de várias cláusulas e poderia ser parafraseado por “nessas circunstâncias”. Em (26), **aí** é parafraseável por *isso/isto* e exemplifica, nos termos de Halliday (1976), uma referência a fato, função desempenhada no inglês por *it* e pelos demonstrativos *this/that*. Uma evidência a favor desta interpretação é fornecida pela contraposição da oração *aí importa para mim a os que não são sincero não importa*, ambas com o mesmo predicado, diferenciando-se pela polaridade e pelo tipo de constituinte que preenche a função de sujeito.

Exemplos como estes suscitam questões que dizem respeito ao estatuto categorial de **aí**: afinal, trata-se da mesma categoria ou **aí**, em certos contextos, estaria desempenhando algumas das funções dos pronomes demonstrativos neutros?

Em face da constatação de que esse deslocamento das proformas para funções outras que a dêixis ocorre principalmente com as formas **lá** e **aí**, de forma destacada com a segunda, valem algumas indagações sobre as relações entre os movimentos experimentados pelas proformas locativas e pelos pronomes demonstrativos no português brasileiro. Dado que o demonstrativo *este* apresenta uma distribuição rarefeita e a forma *esse* se generaliza, diluindo a oposição centrada na pessoa do discurso (PAVANI, 1987; RONCARATI, no prelo; CASTILHO, 1993), parece haver movimentos paralelos nos dois sistemas que visam a privilegiar a dêixis orientada para o espaço ou distância, assegurando a dicotomia próximo/distante, em detrimento da dêixis orientada para a pessoa. O fato de **aí**, assim como a forma *esse*, ser marcada negativamente (SMITH, 1992) com referência aos traços pessoa e distância, como pode ser verificado no esquema 2, explicaria sua maior adaptabilidade e sujeição aos deslocamentos funcionais que ilustramos.

Esquema 2

Aqui	aí	ali/lá
+ locutor	- locutor	- locutor
- distante	- distante	+ distante

#### 4 Conclusão

Neste artigo, tecemos algumas reflexões acerca do uso das proformas locativas **aqui**, **aí**, **ali** e **lá** no discurso oral, ressaltando as categorias cognitivas que usualmente vêm associadas a elas. Mostramos, que, a par do uso dêitico, tais itens podem ser empregados em referências catafóricas e anafóricas. Nesses dois empregos, as proformas locativas, em especial **aí** e **lá**, podem remeter

## Referências bibliográficas

- CASTILHO, Ataliba Teixeira. Os mostrativos no português falado. In: — (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1993 p. 119-47.
- CID, Odirce, COSTA, M. Cristina, OLIVEIRA, Célia Therezinha. Este e esse na fala culta do Rio de Janeiro. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, (5): 1986 p. 195-208.
- HALLIDAY, Michael Alexander, HASAN, Rugaiya. *Cohesion in English*. London: Logman, 1976.
- KLEIBER, George. Anaphore-deixis: deux approches concurrentes. *La deixis*. Puf, Paris, 1992.
- KLEIBER, George et alli. L'anaphore associative d'une conception l'autre. In: SCHNEDECKER, C. et alli (Eds.). *L'anaphore associative. Aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques*. Paris: Klincksieck, 1991. p. 5-64.
- LANGACKER, Ronald. Syntactic reanalysis. In: LEE, Charles (Ed.). *Mechanisms of syntactic change*. Austin, London: University of Texas Press, 1997. p. 57-139.
- LAURY, Ritva. *Demonstratives in interaction: the emergence of a definite article in finish*. John Benjamins, Amsterdam/Philadelphia, 1997.
- LYONS, John. *Semantics 2*. New York: Cambridge University Press, 1997.
- PAIVA, Maria da Conceição. Proformas adverbiais e encadeamento dêitico. (no prelo)
- PAVANI, Sílvia. Os demonstrativos este, esse, aquele no português culto falado em São Paulo. 1987. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- PONTES, Eunice. *Espaço e tempo na língua portuguesa*. Campinas: Pontes Editores, 1992.
- RONCARATI, (sem nome). *Os mostrativos na variedade carioca*. In: PAIVA, Maria da Conceição, DUARTE, Maria Eugênia L. *Mudança lingüística em tempo real*. (no prelo).
- SMITH, John Ch. Trait, marques et sous-spécification: application à la deixis. In: MOREL, Mary-Annick, DANON-BOILEAU, Laurent. *La deixis: colloque en Sorbonne (8-9 juin, 1990)*. France: PUF.
- VILLEGAS, Alberto. Vers un élargissement du système de la localisation dans l'espagnol du Venezuela. In: MOREL, Mary-Annick, DANON-BOILEAU, Laurent. *La deixis: colloque en Sorbonne*. Paris: PUF, 1992.

# As expressões do tempo

Mário Augusto da Silva Santos

Universidade Federal da Bahia

Resumo

**E**studo comparativo das formas de expressão do tempo em línguas europeias: tempo cronológico e tempo atmosférico; formas próprias de designação do tempo e indicações através de imagens. Abordam-se diferentes expressões no grego ático e no grego moderno; no latim e em quatro línguas românicas; no alemão e no inglês. A comunicação remete aos resultados do trabalho de tradução do livro Wer fremde Sprachen nicht kennt..., do linguísta Mario Wandruszka e a reflexões, por ele suscitadas.

Abstract

**C**omparative study of time and weather expressions in european languages. Particular ways to express time and weather through images. Different expressions in attic and modern greek, in latin and in four romanic languages, and in german and english.

This lecture is based on the result of the translation of Wer fremde Sprachen nicht kennt, written by Mario Wandruszka, and on the translator's reflections.



**S**e indagarmos a um indivíduo lusófono o que é o tempo, ele poderá responder, muito a propósito, com outra pergunta: – Que tempo, o cronológico ou o atmosférico?

O puro e simples vocábulo *tempo* na língua portuguesa e seus correspondentes em outros idiomas românicos são capazes de suscitar ambigüidades decorrentes do seu caráter polissêmico. Daí a necessidade constante de delimitação de sentido que, até mesmo dentro de um contexto, não se realiza de modo preciso. Observe-se, por exemplo, a frase seguinte:

*“Todas as tardes, na praça, os amigos falavam do tempo”.*

Poderíamos continuá-la, conferindo à palavra *tempo* significados diferentes:

“... que já não era o mesmo de sua juventude”.

Ou:

“... que estava fazendo, ultimamente, sempre muita chuva e muito calor”.

Vê-se que o contexto da oração principal não é suficiente para esclarecer sobre o sentido do *tempo*. É necessário que ele se amplie para que se possa saber do que os amigos falavam exatamente.

Essa questão acima é uma das que nos propomos a tratar aqui, apresentando as diversas formas de expressão que o *tempo*, seja meteorológico, seja cronológico, assume em algumas línguas européias. Adotamos o ponto de vista do lingüista Mario Wandruszka, de que o estudo contrastivo dos idiomas permite revelar o que há em todos eles, o que é comum a alguns e o que é peculiar a cada um. Tal conhecimento faz com que línguas aparentemente tão diversas se tornem traduzíveis entre si.<sup>1</sup>

É evidente que as várias línguas naturais resolvem a necessidade de expressar o tempo, seja ele qual for, assim como o seu movimento. Todas têm formas para revelá-lo e às vezes até encobri-lo.

<sup>1</sup> WANDRUSZKA, Mario. “*Wer fremde Sprachen nicht kennt...*”; *das Bild der Menschen in Europas Sprachen*. Piper Verlag: München, 1991. *passim*.

A noção de tempo se reflete nas observações mais antigas sobre a língua. É o caso, por exemplo, dos gregos. A palavra e sua força criativa eram tão fortes no espírito dos poetas e primeiros pensadores gregos que elas chegavam a se confundir com coisas ou ações representadas. Mas, já em Platão, a idéia de tempo aparece como elemento fundamental do discurso. Em um dos seus diálogos – *Sofista*, depreende-se a necessidade de se unirem nomes a ações para que se forme um discurso, o mais elementar:

*Estrangeiro.* Quando alguém diz ‘Um homem aprende’, você não chamaria isso de a mais simples e elementar das sentenças?

*Teeteto.* Sim.

*Estrangeiro.* Sim, pois ele agora chega a indicar algo que é, ou se está tornando, ou se tornou ou será. E não apenas nomeia, mas liga verbos a nomes e, por isso, damos a essa conexão de palavras entre si o nome de discurso”.<sup>2</sup>

*Uma indicação de algo que é, ou está-se tornando ou se tornou ou que será* reporta-se ao tempo. Não se diz explicitamente, mas é óbvio para qualquer leitor que, “ligando verbos e nomes”, dá-se uma marca de tempo ao discurso.

No grego ático, em que escreveu Platão para indicar o momento presente, havia το νυν (o agora), substantivação de um advérbio. Na sistematização gramatical, το νυν era denominado de ενεστος (tempo presente).

O que já era passado se indicava com os adjetivos διεληλυθως e παρεληλυθως. Na nomenclatura gramatical, seu nome genérico era παρακειμενον (o que jaz abandonado). O que ainda acontecerá era μελλοντα (as coisas que serão) e o tempo verbal se chamou μελλον.

O latim clássico reconhecia um tempo verbal *praesens* (aquilo que está em frente agora), um tempo *praeteritum* (aquilo que está superado) e um tempo *futurum* (aquilo que será). Essas denominações tornaram-se o modelo da gramática de línguas modernas européias para indicar a tripartição do tempo verbal.

A gramática alemã também utiliza a nomenclatura latina: *Präsens*, *Präteritum*, *Futur*. Contudo, as denominações genéricas correspondentes em vocábulos germânicos são similares às latinas: *Gegenwart* (o ponto de observação em frente: presente), *Vergangenheit* (o ido: passado) e *Zukunft* (aquilo que está por vir: futuro).<sup>3</sup>

O latim foi, assim, capaz de formar vocábulos para batizar, na sua gramática, moldada em grande parte pela grega, as partes da duração. Mas para

<sup>2</sup> PLATO. *The dialogues of Plato*. Translated by Benjamin Jowett. London: Encyclopaedia Britannica Inc, 1952. p. 576.

<sup>3</sup> A similaridade entre a nomenclatura latina e a alemã não é mera coincidência. Os três termos para presente, passado e futuro no alemão foram criados com raízes germânicas conforme o modelo latino, o que os gramáticos alemães chamam de *Lehnübersetzung* (*calco*). As palavras *Gegenwart*, *Vergangenheit* e *Zukunft* foram registradas pela primeira vez nos anos de 1808, 1813 e 1782, respectivamente. Sobre seu surgimento, ver. KLUGE, Friedrich. *Etymologisches Wörterbuch der deutschen Sprache*. Berlin: Walter de Gruyter & Co., 1957. p. 240, 815 e 893.

designá-la como um todo tinha somente uma palavra, polissêmica e muitas vezes ambígua: *tempus*.

*Tempus* podia significar a duração, em correspondência com o grego χρονος. É o que denominamos em português de *tempo cronológico*, valendo-nos de um substantivo latino e de um adjetivo de raízes gregas para formar um qualificativo que não deixe margem a dúvidas quanto ao tempo a que nos referimos: à duração e não à meteorologia.

A esse respeito é interessante um rápido exame do estoque vocabular do grego ático.

A palavra χρονος sempre significava a duração. Mas tanto podia ser o tempo indeterminado quanto uma parte definida. Podia ser o tempo de vida, toda a vida, a idade, perda de tempo, atraso. Daí o adjetivo χρονιος (antigo, tardio, prolongado e indeciso) e o verbo χρονιζω (passar o tempo, durar muito, tardar; na voz passiva: envelhecer). Havia o substantivo ωρα e suas formas alternativas ωρα, ωρη e ωρη também com o significado de duração em geral ou sua divisão em ano, mês, dia e noite, hora, estação do ano, primavera e verão. Derivado de ωρα era o adjetivo ωραιος (relativo à estação, ao tempo de colheita, ao verão e maduro). Ainda havia o substantivo καιρος, que designava: tempo presente, tempo conveniente, tempo particular, oportunidade, ocasião, vantagem, utilidade, as circunstâncias (no plural: οι καιροι), estação do ano, sítio conveniente, ponto vital do corpo.

A polissemia do grego ático era tão grande que, além de cruzar as noções de tempo cronológico e tempo atmosférico na estação do ano, chegava a sobrepor as noções de tempo e lugar.

O estado atmosférico ainda era expresso pelo substantivo αηρ: tempo atmosférico, ar, neblina, bruma.<sup>4</sup>

No grego moderno podem ser citados quatro vocábulos que conservaram a forma e o conteúdo semântico básico, tendo-se este tornado mais específico: χρονος, εποχη, καιρος e ωρα.

Cronos é a duração em geral, mas é também uma divisão convencional – o ano. Εποχη provém da mesma forma ática εποχη (época) e significa época e estação do ano. Καιρος designa habitualmente o tempo atmosférico. Ωρα é a repartição do tempo: hora.

O ático αηρ sobrevive no substantivo αερας, conservado o conteúdo semântico de ar e vento.

Curiosa é a mudança de sentido que se operou com o adjetivo ático ωραιος. No grego moderno significa bonito. Com o sentido anterior se diz agora ωριμος (maduro).<sup>5</sup>

<sup>4</sup> PEREIRA, Isidro. *Dicionário grego-português e português-grego*. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa, 1990.

<sup>5</sup> BUZULAKU, P. et alii. *Dicionário griego moderno-español; español-griego moderno*. Madrid: Don Libro, 1993.

Apesar da polissemia verificada no grego clássico, dificilmente ela será equiparada à da palavra latina *tempus*.

O sentido genérico particularizava-se nas frações da duração: momento, hora, instante, ano. Ainda indicava as estações, fazendo o cruzamento de sentido com as condições atmosféricas.

*Tempus* designava também a situação moral (Cícero: “O tempora, o mores!”), a circunstância, a posição, interesses. Ganhava uma valoração positiva: oportunidade, ocasião, momento favorável.

Especificamente, geralmente usado no plural *tempora*, ainda significava as fontes (cada um dos lados da cabeça, que formam a região temporal – as tēporas). Daí se estendeu para indicar a cabeça e o rosto.

O mais ilustrativo dessa polissemia lexical é o uso de *tempus* como condição atmosférica, ao lado da duração. E tal ocorre não só com o vocábulo básico, mas também com derivados, como *tempestas*.

*Tempestas* era tempo, época, um lapso de tempo indeterminado, qualquer hora do dia, divisão do dia. Em autores clássicos como Cícero e Virgílio ou em um pós-clássico como Tácito, *tempestas* aparece como bom tempo, tempo sereno, tempo favorável. Mas no mesmo Cícero ou em César e Horácio é borrasca, temporal, tormenta.

As línguas românicas, que herdaram a palavra *tempus* com os dois significados básicos de duração e condições atmosféricas, conservaram de *tempestas* apenas o sentido de mau tempo ambiente: o português *tempestade*, o espanhol *tempestad*, o italiano *tempesta*, o francês *tempête*. Já do latim *tempestivus*, que tanto podia ser relativo à cronologia quanto à atmosfera (*tempestivum mare ad navigandum*: Cic.), ficou apenas o sentido cronológico.<sup>6</sup>

Assim, o vocábulo *tempus* foi lexical e semanticamente produtivo dentro do próprio latim (*temperare*, *temperamentum*, *temperies*, *tempestuosus* e muitos outros derivados), o que foi herdado por línguas românicas. E aqui se revela de modo eloqüente que a homofonia e a homografia não interferem na compreensão da mensagem falada ou escrita nessas línguas, apesar de uma inegável ambigüidade das palavras *tempo* no português e no italiano, *tiempo* em espanhol e *temps* no francês, se as tomarmos isoladamente.

O alemão e o inglês dispõem de vocábulos diferentes para a duração e para as condições atmosféricas, respectivamente: *Zeit* e *Wetter* no alemão; *time* e *weather* no inglês.

Tais vocábulos têm, desde suas origens, significações específicas. O *Zeit* do alemão e o *time* do inglês remontam à sílaba radical germânica *\*ti-*, presente na palavra *\*ti-di* (tempo cronológico), que, por sua vez, teria provindo do indo-europeu *\*di*: *\*da(i)* (dividir, despedaçar). À mesma raiz pertencem vocá-

<sup>6</sup> SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português*. Porto: Porto Editora. 1991.

bulos de línguas indo-européias como o grego *dhmos* (região, país, terra, povo) e o albanês *ditë* (dia), mantendo-se a idéia de divisão, seja de espaço, grupos humanos ou tempo.

*Wetter* e *weather* têm dois possíveis étimos germânicos: *\*wedhro-* (tempo atmosférico) ou *\*wetro-* (vento, tempestade).<sup>7</sup>

Mas como aquelas línguas românicas resolvem as possíveis ambigüidades geradas pela polissemia da palavra *tempo*? Pode-se responder evocando Mario Wandruszka: o sentido está encoberto pela fala, mas esta se esclarece no contexto, seja no âmbito lingüístico, seja na situação extra-lingüística.<sup>8</sup>

Dois recursos comumente usados no âmbito lingüístico são a quantificação e a qualificação do tempo.

Somente o tempo cronológico admite quantificação: os tempos, dois tempos, primeiros tempos, muito ou pouco tempo etc.

Certos verbos indicadores de relação de posse ou dominação de um sujeito sobre o tempo também revelam o sentido de duração: ter, tomar, pedir, pôr, dispor, roubar, dividir etc.

Já a qualificação não esclarece tanto e, às vezes, é necessário juntar-se algo mais ao adjetivo. As expressões *tempo bom*, *buen tiempo*, *bel tempo* e *beau temps* tanto podem significar tempo cronológico quanto atmosférico. No plural impõe-se o primeiro sentido. Considere-se ainda que, em português, italiano e francês, o qualificativo pode servir para quantificar. Em português se diz, por exemplo: levar um bom tempo. Similar é o uso do adjetivo *gut* (bom) em alemão: *gute Tage warten*. Tanto em português quanto em alemão, *bom tempo* e *gute Tage* significam duração: muito tempo e muitos dias.<sup>9</sup>

Anotado por Wandruszka é o recurso de línguas românicas para marcar o tempo atmosférico: o uso da herança do *facit* latino na forma impessoal. Assim encontram-se exemplos no espanhol, no italiano e no francês. Mas, em todos os casos, a palavra *tempo* é qualificada: *mal tiempo*, *buen tiempo*; *brutto tempo*, *bel tempo*; *mauvais temps*, *beau temps*.<sup>10</sup> Às comparações deve-se acrescentar o português: está *fazendo tempo bom*/ontem fez (um) *tempo ruim*. Aqui se tem o verbo impessoal e a adjetivação do *tempo*, ficando marcado seu sentido atmosférico, como nas demais línguas. Outro reparo que se deve registrar é quanto ao que o lingüista apresenta como exceções do italiano e do espanhol: o emprego do impessoal e do substantivo sem adjetivo – *tempo fa* e *hace tiempo* –, construção na qual o sentido passa a ser cronológico. Faltou-lhe

<sup>7</sup> TORRINHA, Francisco. *Dicionário português-latino*. Porto: Editorial Domingos Barreiro, 1939.

<sup>8</sup> KLUGE, Friedrich. op. cit.

<sup>9</sup> WANDRUSZKA, M. op. cit. p.164-165.

<sup>10</sup> “*Tancredi si dava bel tempo*”. Em traduções dessa frase da obra *Il Gattopardo* de Lampedusa lemos: “*Tancredi se donnait du bon temps*”; “*Tancredi machte sich gute Tage*” (citado em WANDRUSZKA. op. cit. p.166). No alemão, o uso do qualificativo *gut* para quantificar o tempo se faz não diante da palavra *Zeit* (tempo), como no italiano *tempo* e no francês *temps*, mas antes de *Tage* (dias).

acrescentar o português *faz tempo*, que, assim como no italiano e no espanhol, significa  *muito tempo*. Assim, dentre as línguas românicas mencionadas, a exceção é o francês.

Ainda no domínio do cronológico, quanto às frações do dia e suas mudanças, valem algumas observações.

No grego ático havia o sufixo σκ, que servia para formar verbos iterativos, mas também incoativos como γηρασκω (envelhecer) e γγνωσκω (aprender a conhecer, reconhecer etc.). Contudo, para indicar a passagem do dia, usavam-se verbos com significado próprio e que, na forma impessoal, marcavam a passagem do tempo: υποφαινω (trazer à luz; impessoalmente, assume a forma υποφαινει e significa “amanhece”); διαλαμπω (começar a brilhar; impessoalmente, na forma διαλαμπει: “amanhece”). Havia também imagens para expressar o entardecer ou o anoitecer: εσπερα γγνεται (a tarde transforma-se / passa etc.) e κεκλιεν η ημερα (caiu o dia/o dia deitou-se). O único verbo próprio para a passagem do dia era εσπεραζει, sempre impessoal, construído a partir do substantivo εσπερα (tarde) com o acréscimo do sufixo αζω.

O grego moderno também possui formas verbais que perdem o significado próprio e ganham o de indicação de mudanças do dia, se empregadas impessoalmente: φεγω (brilhar tenuemente) e φεγει (amanhece); φωτιζω (iluminar) e φωτιζει (amanhece); χαραζω (gravar, entalhar, traçar) e χαραζει (amanhece). Já exemplos de verbos específicos para indicar o amanhecer e o anoitecer são: ξημερωνει (amanhece) e βραδιαζει (entardece ou anoitece). No primeiro, percebe-se claramente a raiz ημερ, a mesma da palavra ημερα ou μερα (dia). No segundo, a mesma raiz da palavra βραδυ (tarde).

Similar ao sufixo σκ do ático, havia no latim o sufixo sc para formar verbos incoativos, como *senescere* (envelhecer), derivado de *senere* (ser velho). Essa propriedade do latim foi aproveitada para expressar a passagem do tempo durante o dia.

Para o amanhecer não havia, porém, um verbo próprio; usavam-se os verbos *lucescere/luciscere* e *dilucescere*, que tinham seu próprio significado se conjugados pessoalmente: começar a luzir, a iluminar, a brilhar. Impessoalmente é que expressavam o amanhecer. Os substantivos latinos para indicar a manhã eram *aurora* e *matutinum*, mas não geraram verbos.

Enquanto isso, aos nomes *vespera* (tarde) e *nox* (noite) acrescentou-se o sufixo incoativo sc e formaram-se, respectivamente, os verbos: *vesperascere/ advesperascere/invesperascere* (entardecer) e *noctescere* (anoitecer). São verbos impessoais, que indicam exclusivamente o fenômeno das mudanças do dia.

Dentre as línguas modernas européias capazes de indicar tais mudanças com verbos próprios, além do grego, podem ser citadas o português, o espanhol e o alemão.

O português e o espanhol se valem de uma herança do sufixo incoativo latino sc: *amanhecer, amanecer; entardecer, atardecer; anoitecer, anochecer*.

Observe-se que, no português, esses verbos impessoais, que têm um significado próprio de marcha do tempo durante o dia, podem também ser empregados de forma pessoal e são reveladores de um estado do sujeito: “ele amanheceu adoentado”; “ele amanhece, mas não anoitece”. Também se diz “pão amanhecido” como sinônimo de pão dormido, pão feito no dia anterior.

No alemão, os substantivos *Tag*, *Dämmer*, *Morgen*, *Abend* e *Nacht* geraram os verbos *tagen* (amanhecer), *dämmern* (amanhecer e anoitecer), *mörgelen* (amanhecer), *abenden* (entardecer, anoitecer) e *nachten* (anoitecer). Atualmente só os dois primeiros são usados no *Hochdeutsch*. Os três outros sobrevivem em formas dialetais, como no alemão da Suíça, onde se encontram *mörgelen* (amanhecer lentamente) e *äbendlen* (anoitecer lentamente), entre outros verbos similares. Ainda importante recurso lingüístico foi a formação do verbo *dunkeln* (escurecer, anoitecer), provindo do adjetivo *dunkel*, em pleno vigor no alemão contemporâneo.

Dos nomes alemães das estações do ano também surgiram verbos com sentido incoativo. De *Lenz* (primavera), *lenzen* (estar chegando a primavera); de *Sommer* (verão), *sommern* (estar chegando o verão); de *Herbs* (outono), *herbsten* (estar chegando o outono); de *Winter* (inverno), *wintern* (estar chegando o inverno). No alemão atual, somente as formas *lenzen* e *herbsten* são ainda usadas, sendo a primeira considerada “veraltend” (arcaizante) e mais reservada para a linguagem literária.

A plasticidade vocabular característica do alemão ainda tornou possível a criação do verbo *weihnachten* (estar chegando o Natal), a partir do substantivo *Weihnachten* (Natal).

No latim, nada havia de parecido para indicar o início das estações, mas, no português, existe o verbo *invernar* impessoal para indicar o início do inverno ou de algo que se lhe assemelhe: “invernou de repente”. O verbo *veranear* e *hibernar* são pessoais e têm outra conotação, a de alguém atravessar as estações em algum lugar ou de alguma maneira: “veranear na praia”, “o urso hiberna em cavernas” etc. No latim já existia o verbo *hibernare*, pessoal e intransitivo como o português *invernar*, mas sem uso impessoal e incoativo.<sup>11</sup>

No inglês, excepcionalmente, o substantivo *dawn* (aurora) possibilitou uma construção incoativa como: *The day will soon be dawning* (logo estará amanhecendo).

Mas, apesar disso, o alemão e o inglês, assim como o italiano e o francês, expressam normalmente as mudanças do dia por meio de certas imagens. Vejam-se os exemplos retirados de uma obra de Federico García Lorca no original espanhol e em traduções.

<sup>11</sup> WANDRUSZKA. op. cit. p. 16.

*Pronto empezará a amanecer*<sup>12</sup>  
*Vai começar a amanhecer*  
*Bald bricht der Tag an*  
*Day will soon be dawning*  
*Il fera bientôt jour*  
*Fra poco comincia a far giorno*

No original espanhol e na tradução portuguesa usaram-se os verbos incoativos *amanecer* e *amanhecer*. No alemão e no inglês se fez o recurso ao sentido figurado corrente dos verbos *anbrechen* e *to break*, cujos significados básicos são: abrir e começar (quando se trata de tempo cronológico) para o alemão; quebrar e começar (quando se trata do dia) para o inglês. No francês e no italiano, recorreu-se a formas românicas do *facere* latino conjugado impessoalmente para expressar a marcha do tempo, construção disponível nas quatro herdeiras do latim aqui mencionadas. Observem-se agora os exemplos de uma obra de Lampedusa, no original em italiano e em traduções da mesma:

*si faceva tardi*<sup>13</sup>  
*fazia-se tarde*  
*se hacía tarde*  
*il se faisait tard*  
*es wurde spät*  
*it was getting late*

Os verbos alemães *tun* e *machen* e os ingleses *to do* e *to make*, que correspondem a alguns usos dos derivados românicos do latim *facere*, não admitem o emprego na designação do tempo. Assim, por exemplo, na tradução alemã – *es wurde spät* –, o que se diz literalmente é *tornava-se tarde*, tendo-se usado o verbo *werden* no sentido de transformação, que é um de seus muitos empregos nessa língua.

Com efeito, os exemplos acima expressam a realização de algo em processo e esse algo é ser tarde, que ainda vai ser atingido. As línguas românicas são capazes de exprimi-lo, cada qual com sua forma do verbo *facere*. Observe-se que o verbo *to get* na forma do *Present Continuous* de uso muito largo e expressivo no inglês, revela muito sensivelmente o processo em realização. No português, com a mesma eficácia de comunicação, poder-se-ia dizer “estava ficando tarde”, forma verbal indicadora da progressão de algo, similar à do inglês e de uso mais comum do que a do exemplo acima. Provavelmente teria

<sup>12</sup> O verbo *hibernare* provém diretamente de *hibernus*, que não é substantivo, mas adjetivo (*hibernus, a, um*). Era o qualificativo relativo a *hiems*, o nome da estação, do qual *hibernus* é um derivado. Por sua vez, *hiems* remete-se à mesma raiz do nome grego ático para inverno: *ceimon* (cf. SARAIVA, F. R. dos S. op. cit. p. 551).

<sup>13</sup> Yerma, apud. WANDRUSZKA, op. cit. p.175.

sido a forma preferida se a tradução para o português tivesse sido feita no Brasil.

Já na tradução alemã, não foi possível indicar fielmente a realização do processo.

O verbo *werden* está empregado no *Präteritum*, que expressa apenas o passado. Apesar de se usar na gramática o termo *Imperfekt* como sinônimo de *Präteritum*, não existe aí o conteúdo de aspecto dos pretéritos perfeito e imperfeito das línguas românicas. O que se expressa com o *Präteritum* ou *Imperfekt* podetambém ser feito com o *Perfekt*, que é um tempo composto. Não se indica o aspecto, isto é, se a ação ou o fenômeno se completou ou não, ou se há referência a sua continuidade no passado. O emprego do *Imperfekt* ou do *Perfekt* depende apenas do registro ou do estilo. Assim, nas narrativas e na linguagem escrita, prefere-se o *Imperfekt* – daí o seu uso na tradução aludida. Na linguagem falada ou na escrita menos formal, usa-se o *Perfekt*. De qualquer sorte, a frase em apreço poderia ter qualquer das duas formas: “es wurde spät” (*Präteritum*) ou “es ist spät geworden” (*Perfekt*). O significado de ambas pode ser: fez-se tarde, fazia-se tarde, ficou tarde, estava ficando tarde. A idéia de progressão, de processo não se expressa na forma verbal *wurde* nem na forma *ist geworden*. Para tanto, a ambas ter-se-ia de acrescentar alguma modificação adverbial como *allmählich*, *nach und nach*, *langsam und kontinuierlich*, que significam *pouco a pouco*, *lenta e continuamente*.

Tudo isso, de certa forma, nos remete a noções de redundância e deficiências que nos são sugeridas a partir da observação das expressões lingüísticas do tempo.<sup>14</sup> Se, por um lado, línguas como o alemão e o inglês possuem denominações diferentes para o tempo atmosférico e para o tempo cronológico, tal não ocorria no latim e nas línguas românicas.

Por outro lado, a herança do sufixo incoativo latino possibilitou a criação de verbos próprios para marcar a passagem do tempo no português e no espanhol, assim como o emprego de formas românicas do *facere* impessoal comunica de modo eficaz não só a passagem do tempo cronológico, como também as condições atmosféricas.

A compreensão desses pontos similares e divergentes entre as línguas, das polissemias e ambigüidades existentes dentro delas, é que nos permite, a partir desse cotejo, a percepção das mensagens e uma mais profícua aprendizagem lingüística.

<sup>14</sup> *Il Gattopardo*. apud idem p. 175.

<sup>15</sup> A expressão “Redundanzen und Defizienzen” é utilizada por Wandruszka ao tratar de certas questões decorrentes das formas verbais pessoais diferentes entre si ou indiferenciadas (WANDRUSZKA. op. cit. p. 46). Somos de opinião de que a mesma expressão possa ser aplicada às formas lingüísticas sobre o tempo.



# A gramaticalização numa perspectiva diacrônica: contribuições baianas\*

Rosa Virgínia Mattos e Silva

Universidade Federal da Bahia/CNPq

Resumo

Apresenta-se neste text, com alguns acrescentamentos, exposição feita em mesa-redonda no Encontro da ANPOLL/2002. Seu objetivo é relatar, sinteticamente, pesquisas sobre gramaticalização realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística do Instituto de Letras da UFBA: teses de doutorado concluídas e em andamento; dissertações de mestrado concluídas e em realização. Finaliza-se com alguns questionamentos sobre o processo de mudança lingüística designado de gramaticalização.

Abstract

This paper was originally produced to be presented at a panel discussion during ANPOLL/2002 Meeting, although some modifications were here introduced. It aims to report researches produced at Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística – Instituto de Letras da UFBA, concerning to gramaticalization. It ends up with some questions about the linguistic change also called gramaticalization.

---

\* Este texto foi originalmente apresentado em mesa-redonda do GT de Sociolingüística do Encontro Nacional da ANPOLL/2002, de que participaram Ataliba de Castilho, Maria Lufza Braga e Anthony Naro. Repete-se aqui com alguns acrescentamentos.



*É preciso que nosso trabalho filtre as idéias que importamos.*  
(BORGES NETO, 1986: 82)

## 1 De como aportou a gramaticalização em São Salvador da Bahia: uma introdução

Corria o ano de 1996 e, reestruturado o nosso Programa de Pós-graduação, iniciou a nova estrutura curricular em que estava incluído o que foi designado de *Seminários Avançados*. Fiquei eu encarregada de coordenar o *Seminário III*, para as áreas de Linguística Histórica, Teórica e Aplicada.

Sendo modulares esses *Seminários*, convidei em 1996 e em 1998, para ministrar um dos módulos, Ataliba de Castilho e o tema, em ambos, foi funcionalismo e conseqüentemente gramaticalização. Voltara o referido professor de um estágio com C. Lehmann e, para o *Seminário* de 1996, nos trouxe o *Relatório* desse estágio, publicado em 1997, como artigo, na *Revista* de nosso Programa de Pós-graduação. Sintomaticamente as duas primeiras teses defendidas no Instituto de Letras da UFBA foram sobre gramaticalização (POGGIO, 1999; BARRETO, 1999). Para os *Seminários* de 1999 e 2000, convidei Maria Luiza Braga, para ministrar suas aulas sobre a temática. A influência de ambos já se fez notar nas teses em andamento de Sônia Costa, Emília Helena Monteiro e Anna Maria Macêdo, orientadas por mim, e na dissertação concluída, em janeiro deste ano, de Lucas Campos, que teve como orientadora Therezinha Barreto e na dissertação de Pascásia Costa, em andamento, sob minha orientação.

Como se pode ver foi rápida e avassaladora a entrada dos funcionalismos e da gramaticalização em nosso território.

Convidada por Maria Luiza Braga para compor esta mesa-redonda no Encontro Nacional ANPOLL/2002, direi, sem falsa modéstia, que qualquer um dos acima referidos melhor desempenharia o papel que aqui me coube, uma vez que nunca publiquei, nem pesquisei especificamente sobre gramaticalização.

Mas, confesso que, na leitura crítica das referências utilizadas e nas discussões com meus orientandos, venho construindo meu pensamento sobre esse processo instigante de mudança lingüística.

Os estudos sobre gramaticalização aportaram em um ninho de estudiosos da História da Língua Portuguesa, que compõe o Grupo de Pesquisa Programa para a história da língua portuguesa (PROHPOR) e, muito provavelmente por isso, logo deu fruto. O PROHPOR hoje tem três vertentes de pesquisa – a dos estudos sobre o português arcaico, a dos estudos sobre a história do português brasileiro e a que, de brincadeira, chamo a dos “gramaticalizados”. E eu até já estou me gramaticalizando...

Brincadeiras e metáforas à parte, o que pretendo com este texto é relatar, como solicitado por Maria Luiza Braga, o que se fez e faz sobre gramaticalização e, em seguida, levantar alguns questionamentos para debatermos.

Dedicando-me à Lingüística Histórica e, sobretudo, à História da Língua Portuguesa, a partir dos anos sessenta, já conhecia Antoine Meillet, desde a licenciatura pela mão do mestre Nelson Rossi. Lemos, eu e minhas colegas, o célebre *Les langues du monde*, mas também a coletânea *Linguistique historique et linguistique générale* (1958), em que estão os hoje tão citados estudos *L'évolution des formes grammaticales* e *Les renouvellements des conjonctions*, em que seu autor avaliza e batiza a gramaticalização.

A presença, em Salvador, desses mestres sedutores – Ataliba e Malu – reorientou muito da pesquisa que desde 1992 se desenvolve no PROHPOR e reenquadrou nos moldes do funcionalismo/gramaticalização alguns dos projetos de membros desse Grupo de Pesquisa. Sobre eles, então, passarei a relatar.

## 2 Relato sobre estudos de gramaticalização concluídos e em andamento

Comporei este relato seguindo a ordem histórica de sua elaboração e logo informo que todos eles se baseiam em *corpora* bem descritos para daí testarem as interpretações teóricas. Essa preocupação com o descritivo se deve, certamente, à minha formação estruturalista, adquirida no meu Mestrado em Brasília, entre 1963 e 1965.

A primeira tese defendida na orientação funcionalista foi a de Rosaøta Poggio (1999) – *Relações expressas por preposições no latim e no período arcaico do português*, redimensionada e já reescrita em livro. Baseou-se no original latino dos *Diálogos de São Gregório* – texto do século VI, um dos clássicos da *Patrologia Latina*, de grande divulgação na Idade Média ocidental – e na versão trecentista em português. Selecionou os dois primeiros livros dos *Diálogos* e neles recortou todas as seqüências de adjuntos adverbiais marcados por preposições em português e no latim, tanto os marcados por preposições como aqueles marcados na morfologia nominal. Aplicou a esse extenso

conjunto de dados princípios e conceitos teóricos próprios ao funcionalismo e à gramaticalização. Quanto aos processos morfossintáticos, analisou a sintatização, a morfologização e a fonologização. Para alguns desses itens preposicionais utilizou propostas de Heine, Claudi e Hünemeyer (1991: 156-158). Quanto aos processos formadores de preposições no português (raras são as preposições do latim que permaneceram como tal no português), depreendeu que as novas preposições provêm de  $N > NUM > V > ADV$ , em ordem decrescente. Fez uma acurada análise semântica com base em vários autores (Pottier, Coseriu, Lakoff, Svorou). Admitiu, segundo Svorou (1993), que nas preposições analisadas não há rigidez no *continuum* unidirecional espaço > tempo > noção abstrata, mas ressalta que, nessa seqüência canônica de um sentido espacial, uma preposição pode ampliar-se em direção a uma maior abstração, apresentando irradiações, sem, necessariamente, passar pelo sentido temporal. Sem intenção de questionamento teórico, apresenta um bom exemplo contra a tão debatida questão da unidirecionalidade no processo de gramaticalização, indicada já por Antoine Meillet, quando propõe as seqüências clássicas de *categorias maiores* para as *menores* e retomada nos estudos recentes sobre gramaticalização, como é o caso de Hopper (1991).

No dia subsequente a Rosaura Poggio, defendeu a sua tese – *Gramaticalização das conjunções na história do português* – Therezinha Barreto. Nela a autora retomou o tema de sua dissertação de mestrado, em que utilizou um *corpus* do português arcaico (sécs. XIII a XVI) e trabalhou numa abordagem descritiva. Alargou na tese o seu *corpus*, utilizando textos dos meados do século XVI e XVII, confrontando com o português contemporâneo do Brasil e de Portugal (NURC e Português Fundamental, respectivamente). Nessa base de dados, depreendeu 137 itens conjuncionais, em todas as suas ocorrências, com eles constituiu um *Glossário*, em que reuniu informações diacrônicas, do latim para o português. Com essa base de dados, desenvolveu a sua análise, a partir de subgrupos de conjunções. Utilizou a teoria funcionalista e, no estudo morfossintático, se baseou em Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) e Hopper e Traugott (1993). Para os itens conjuncionais espaciais se baseou, na análise semântica, em Soteria Svorou (1993). Dos 137 itens examinados, apenas dez já vêm gramaticalizados do latim. Na formação morfossintática dos novos itens, identificou, na trajetória da gramaticalização, a escala seguinte em ordem decrescente:  $PREP > ADV > V > N > PRON > CONJ$ . Note-se que, enquanto quatro categorias ( $N > NUM > V > ADV$ ) formam preposições, são seis as que formam os itens conjuncionais, numa ordenação seqüencial distinta. Na análise semântica, verificou-se que processos metonímicos predominam (80%) em relação aos metafóricos (14%) na formação das conjunções. Os restantes resultam de outros processos (analogia, associação, por exemplo). Considerou também a *discursivização* dos itens *e*, *ou*, *ca* (arc.), *mas*, *pois*, *ergo* (arc.), *portanto*. No que concerne à unidirecionalidade,

segundo o *cline* canônico (categorias maiores > medianas > menores), verificou que são as preposições (categoria menor) e os advérbios (categoria mediana) os mais produtivos na formação das conjunções. Quanto à trajetória semântica, destaca que está sempre presente a crescente abstratização, uma vez que conteúdos de espaço e tempo passam a expressar iferentes relações: causa, concessão, proporcionalidade, etc. No que concerne à trajetória morfossintática, são as categorias menores e medianas as principais formadoras de conjunções, o que parece levar à conclusão que, entre as “menores”, a “menor” será a conjunção. Afirma, por fim, que os processos de gramaticalização nos grupos de itens conjuncionais analisados são, na realidade, resultados de pressões pragmáticas e discursivas, que se manifestam no momento da intenção verbal. Esta síntese, tenho certeza, não dá conta da complexidade da tese realizada por Therezinha Barreto.

A tese de doutorado, em fase final de elaboração, de Sônia Costa – *Adverbiais espaciais e temporais do português: indícios diacrônicos de gramaticalização* –, resulta de um já longo tempo de reflexão sobre a categoria dos advérbios. Em face da complexidade conhecida dos chamados advérbios, recortou para a sua tese os adverbiais espaciais e temporais para neles flagrar processos de gramaticalização. O *corpus* básico da tese é um conjunto de textos dos meados do século XVI, comparando-os com o que já pesquisou e publicou em artigos e comunicações em textos dos séculos XIV e XV. No aspecto morfossintático, mostrará a composição dos adverbiais, relacionando-os com o seu étimo. Nesse aspecto constitutivo já identificou 23 processos de formação de advérbios e 22 processos para as locuções adverbiais, como se pode ler no seu artigo de 1997. Nesses processos, as categorias que podem formar adverbiais são: ADV, PREP, N, ADJ, PRON, V e SN, que podem ocorrer combinados para formar outros adverbiais. Quanto ao aspecto semântico, que, parece, o que agora nela desperta maior interesse, terá como base na análise a hipótese localista, a teoria dos protótipos e a semântica cognitiva. No texto de seu *Exame de qualificação* (2001), agrupou esses advérbios em quatro grandes classes e nelas subclasses: *Espaço* (localização, deslocamento, distância, extensão); *Tempo* (localização, ordenação, recorrência, frequência, rapidez, extensão); *Aspecto* (duração, manutenção, limite final); *Foricidade* (não-fórico, exofórico, anafórico e intrafórico, designação que criou, para quando o autor faz referência ao próprio texto que escreve). Como Sônia Costa tem uma inclinação teórica aguda e crítica, já apresentou no texto de sua *Qualificação*, na parte intitulada *Por uma teoria da gramaticalização*, um balanço do qual destacarei um aspecto, que também muito me interessa, que é o destrinchar da multiplicidade de conceitos e suas subdivisões que estão implicados nos textos teóricos sobre gramaticalização, tais como: *parâmetros, princípios, fatores, critérios, processos, mecanismos, estágios, motivações*, usados pelos teóricos que estudou.

A tese de Anna Maria Macêdo, também em fase final de elaboração – *Gramaticalização de locuções prepositivas no galego e no português*, – se centra em vasto *corpus* de textos galegos e portugueses do século XIII a meados do XVI. Já tendo analisado, em sua dissertação de mestrado, de modo descritivo, essas locuções em textos portugueses do século XIII a 1500, tem agora o objetivo de interpretar os seus dados nos contextos em que ocorrem, numa perspectiva da gramaticalização. Do ponto de vista morfossintático, já estabeleceu que as categorias formadoras do núcleo, ou centro, dessas locuções são em ordem decrescente: N > PREP > ADV > V, precedendo ou sucedendo ao núcleo, opcionalmente, duas ou mais preposições. Nesse aspecto de sua pesquisa, o que considera o mais problemático é determinar a fronteira entre uma locução prepositiva de núcleo nominal e um sintagma preposicionado, para o que estabeleceu uma pauta de critérios avaliativos. Está usando, na sua análise morfossintática, principalmente propostas de Heine, Claudi, Hünemeyer (1991) e de Hopper (1991 e 1993). Do conjunto numeroso de locuções levantadas, fez um recorte de subgrupos para aprofundar tanto a formação morfossintática quanto a análise semântica, nesta última está seguindo propostas de semanticistas como Lyons, Pottier, Coseriu e Svorou. A meu ver, é muito significativo nessa pesquisa o que se poderia designar de um dicionário de locuções prepositivas do galego e do português do século XIII ao XVI, tendo como referência o galego e o português contemporâneos, que deverá estar como *anexo* à tese. Outro aspecto da tese, já discutido nos materiais de seu *Exame de qualificação*, é a busca da definição ou conceituação dessa categoria, numa perspectiva diacrônica, que resultou, historicamente, da ampliação das preposições e das locuções prepositivas nas línguas românicas, devido à perda da marca morfológica de caso da língua-mãe, o *laim*.

Antes de prosseguir neste *Relato*, gostaria de informar que esse conjunto de quatro teses resultou de projetos iniciais do PROHPOR e que, no futuro, temos a inençã de reunir, se possível em livro, o que há de comum e de diverso na formação de preposições, advérbios, conjunções e suas respectivas locuções na história da língua portuguesa, já que essas classes de palavras estão claramente entrelaçadas e constituem uma grande, difícil e instigante família.

Prosseguindo o *Relato*, tratarei de outra tese em fase final de elaboração – *A multifuncionalidade do onde na fala urbana de Salvador* –, de Emília Helena Monteiro de Souza, de que sou orientadora, com a co-orientação de Myrian Silva. Na sua origem, supunha a doutoranda que faria um trabalho variacionista, o que se verificou impossível ao examinar os dados da língua falada. Sua tese se baseia no *corpus* PEPP, sobre o português popular falado em Salvador, década de 90, e de uma amostra do NURC-SSA, também dessa década. Os múltiplos usos do *onde* na fala levaram a doutoranda a reorientar o seu tema para o que se pode designar de ‘sociofuncionalismo’ (veja-se, por exemplo, Naro e Braga (2000) e Paiva e Gomes (2001)). A forma *onde* aparece

já no século XIV, designando ‘lugar em que’ e, nesse tempo, começava a descartar o etimológico *hu*; expressava não só *lugar e tempo*, mas também outras acepções mais abstratas, como *conclusão*. Esse processo de gramaticalização continua no presente. Do ponto de vista gramatical, chega a ser apenas um juntor, sem referência semântica, tendo apenas função de conectar orações. Do ponto de vista semântico, nesse último caso, o *onde* é vazio, perdeu seus traços de lugar/tempo/noção abstrata. Na sua metodologia está utilizando programas do pacote VARBRUL. Para tanto, definiu grupo de fatores gramaticais, semânticos e discursivo-pragmáticos e os clássicos fatores extralingüísticos (idade, escolarização e gênero). Seu suporte teórico, além da teoria da variação laboviana, no que se refere à gramaticalização, utilizará propostas de Hopper e, do ponto de vista semântico, a teoria localista, também a dos protótipos. Além disso, por ser a Doutoranda professora de Metodologia do Português e ter despertado para o tema a partir das redações de seus alunos, dedica uma parte da tese, já submetida ao *Exame de qualificação*, a uma avaliação de instrumentos pedagógicos que tratam do *onde* no português e no francês, a partir do livro de Philippe Hadermann de 1993, que analisa o *où* francês em gramáticas, dicionários e no uso falado.

Os dois últimos relatos se referem a uma dissertação de Mestrado aprovada em inícios de 2002, orientada por Therezinha Barreto e co-orientada por Dante Lucchesi, e a outra, em andamento, por mim orientada.

A dissertação de Lucas Campos (2002) – *A gramaticalização do “não” como prefixo no português* – utilizou como *corpus* o que designou de ‘registro jornalístico’ – exemplares do *Jornal A Tarde* de 1999 e de 2000, confrontando com exemplares de 1978 e o ‘registro lexicográfico’, com base no *Dicionário Aurélio*, edição de 1995. Para observar a variação do *não* com os prefixos de negação *a-*, *des-* e *in-*, utilizou o pacote de programas VARBRUL. Das sete variáveis explanatórias iniciais, o programa selecionou apenas três – classe gramatical da palavra base, a natureza do fonema inicial dessa palavra, sua constituição morfológica e a natureza do texto. Quanto à classe de palavra, é interessante destacar que, com os particípios, o *não* prefixal é mais freqüente e que os substantivos foram a classe mais refratária ao *não* prefixal. Verificou também que o *não-prefixo* é mais freqüente com palavras que não possuem antônimo de negação. Comparando o texto jornalístico com o lexicográfico, o uso do *não-prefixo* é mais usual no primeiro e está crescendo esse uso no texto jornalístico de 1978 para 1999/2000. Na interpretação da gramaticalização, utilizou os clássicos princípios de Hopper e ao seu tópico se aplicaram a *estratificação* e a *divergência*. No que considerou do ponto de vista semântico, o *não*, que só antecedia verbos, passa a ser usado com adjetivos e substantivos. Conclui com Bybee et alii (1985: 72) que um item lexical, em processo de gramaticalização, é caracterizado pela freqüência e generalização do seu uso e, com base nos seus dados, defende que a gramaticalização do *não* é um fato evidente.

A dissertação em andamento de Pascásia Coelho da Costa – *Usos do mais-que-perfeito no português arcaico (sécs. XIV e XV)* – busca, a partir da forma etimológica, em *corpora* de textos narrativos do período arcaico, a expansão desse uso para outros, como, por exemplo, o uso da forma do mais-que-perfeito nas correlações condicionais, tanto na prótase como na apódose. Fato que pode ser exemplificado no clássico verso de *Os Lusíadas* – “e se mais mundo *houvera* lá *chegara*”. Pesquisa também a variação já existente no período arcaico entre a forma simples do mais-que-perfeito e o tempo composto (*amara* : *havia* / *tinha amado*, por exemplo). Tem também comparado o que ocorre no português arcaico, quanto ao uso da forma mais-que-perfeito, com outras línguas românicas, especialmente as hispânicas, com base em estudos específicos e em gramáticas dessas línguas. No que se refere à gramaticalização, pelo menos, tratará do tempo composto, nesse clássico exemplo de reanálise, que fez com que *ter/haver*, verbos plenos, passassem a verbos auxiliares. Como vem demonstrando muito interesse pela semântica, possivelmente, tentará aplicar a teoria dos protótipos aos usos do mais-que-perfeito no período arcaico do português.

Esses trabalhos resenhados não esgotam o que se está fazendo em nosso Programa de Pós-graduação no âmbito da gramaticalização. Sob a orientação de Tereza Leal Gonçalves Pereira, do Grupo de Filologia Românica do Instituto de Letras da UFBA, e em parceria com Rosauta Poggio, se iniciam projetos de dissertação de Mestrado, que têm como foco questões de gramaticalização do latim para as línguas românicas. São os projetos de Ângela Emília Poggio Heine, orientanda também de Maria Luiza Braga, sobre algumas preposições, como, por exemplo, *desde* e *depois*; o de Jacyara Ornellas sobre as orações reduzidas de participípio; o de Gilson Magno dos Santos sobre o acusativo latino e suas conseqüências nas línguas românicas; o de Telma Araújo sobre o percurso de gramaticalização do pronome *tal*, a partir do latim em direção às línguas românicas.

Nesse contexto recente em nosso território, como disse antes, eu também já estou me gramaticalizando: como exercício de sala de aula, retomei meus dados do projeto ‘Relações semântico-sintáticas entre *ser/estar*, *haver/ter*’ do século XIII a meados do XVI. Apliquei a esses verbos, os dois primeiros nas estruturas que designei *atributivas* (descritivas e locativas) e os dois últimos nas estruturas de posse, existencial e de tempo composto, os princípios clássicos de Hopper (1991 e 1993), associados aos princípios de Castilho (2001). Os resultados desse exercício oral e didático mostraram que todos os quatro verbos passaram pela trajetória: verbos plenos > verbos funcionais > verbos auxiliares e que a eles se aplicam aspectos da teoria localista, pois expressam *lugar*, *existência* e *posse* (cf., por exemplo, CASTILHO 2001: 35-36). Sobre a gramaticalização de *ser* e *estar*, já se dispõe da dissertação de Mestrado de Verena Kewitz (2002). Quando o tempo permitir, pretendo aprofundar a análise desses quatro verbos, especialmente *haver* e *ter*. Mais isso já será outro texto, outra história.

### 3 Algumas considerações e questionamentos para finalizar

Retomando a epígrafe deste texto – “É preciso que nosso trabalho filtre as idéias que importamos” –, e concordando com o ponto de vista de Rajagopalan (1986: 85), que, na mesma mesa-redonda da ABRALIN em que Borges Neto apresentou o texto da epígrafe, discutiu a necessidade de uma “comunidade interpretativa” entre os lingüistas brasileiros, considero que, passados quinze anos dessa mesa-redonda, a Lingüística no Brasil já possui essa comunidade.

No que diz respeito à gramaticalização, aportou rapidamente no Brasil. Reativado no exterior o interesse por essa temática nas últimas décadas, segundo Campbell e Janda (2001: 93), logo vários grupos de pesquisa brasileiros se dedicaram a esse processo de constituição das gramáticas das línguas, como os da UFRJ, UFF, UNESP, USP, UFBA, UFC, PUC-MG, UFMG, UFPR...

Nas pesquisas divulgadas, já há significativa contribuição nossa, pelo menos na aplicação à língua portuguesa, do *paradigma / teoria / modelo / processo* – como se lhe queira chamar – de estudos de gramaticalização.

Essa consideração já envolve o meu primeiro questionamento. Por que seria a gramaticalização um novo paradigma na Lingüística (cf., p. ex., MARTELOTTA et alii, 1996: 45-75)? Todos sabemos que o termo *paradigma* é ambíguo, como mostraram as críticas à conhecida obra de Kuhn, *Estrutura das revoluções científicas*, e como mostra Cristina Altman (1998: 37), seguindo Swiggers. Talvez o pioneirismo do grupo de pesquisadores referido tenha levado seus membros, investigadores incansáveis sobre vários aspectos da gramaticalização (cf., p. ex., VOTRE et alii, 1999: 85-117 e 2000: 135-153), a exagerar a dimensão dos processos de gramaticalização na constituição das línguas.

O segundo questionamento se refere à concepção da unidirecionalidade no processo da gramaticalização. Proposta cara a um dos grandes teóricos da gramaticalização, J. P. Hopper, que, desde os seus primeiros trabalhos, defende o ‘*cline canônico*’ e até hoje continua a defender, como vimos recentemente na sua *Conferência* em Salvador. Afirmou então que, até agora, são raros os casos de não-unidirecionalidade. Nos estudos relatados sobre trabalhos baianos, os fatos mostram a não-unidirecionalidade no de Poggio (1999); no de Monteiro, em andamento, sobre o *onde*; em parte o de Barreto (1999). Saindo de nosso grupo baiano, pareceu-me clara a não-unidirecionalidade do *você*, expletivo, analisado por L. Vitral e J. Ramos (1999: 55-63). A trajetória *Vossa mercê > você > ocê > cê* permitiu a J. Ramos defender o caráter clítico de *cê*. Mas no artigo de 1999, detectou que não é o *cê* que é o expletivo, mas *você*. Expletivo não é mais gramaticalizado que o clítico?

Ataliba de Castilho (2002: 1) propõe a substituição do “princípio da unidirecionalidade pelo da multidirecionalidade”. Apresenta os argumentos dos

defensores do primeiro e argumenta, com base numa “teoria dinâmica da língua” (p. 3), ou seja, que as línguas são um multissistema que pode ser representado em forma radial. Como o autor referido é um dos participantes desta Mesa, não me alongarei na explicitação de sua proposta. Contudo, para encerrar esse questionamento, gostaria de dizer que, desde que comecei a ler sistematicamente sobre gramaticalização, a partir de 1996, a questão da unidirecionalidade, que pode remontar *avant la lettre* a Antoine Meillet, sempre me pareceu uma herança neogramática. Lembro que Meillet se formou ainda na tradição teórica oitocentista da mudança lingüística. A predizibilidade de categorias maiores para menores soou sempre para mim como um contraponto às leis fonéticas. Não será a teoria dos protótipos um forte argumento contra a unidirecionalidade?

Não sei se multidirecionalidade em forma radial, como propõe Ataliba de Castilho, será aplicável a qualquer caso de gramaticalização; pode-se aplicar a alguns como mostrou Kewitz (2002), na dissertação já referida, e Poggio (1999), na sua tese antes relatada. Para continuar com metáforas geométricas, não haveria casos de gramaticalização em que se poderia aplicar uma *polidirecionalidade*, como se fosse um percurso linear interrompível por linhas diagonais, por travessas inesperadas? A tese de Barreto (1999) sugere isso. Não estou querendo criar novos nomes para coisas velhas, mas quem trabalha com a mudança lingüística no tempo real de longa duração sabe que esse processo contínuo do fazer-se das línguas reserva muitas surpresas, muitas travessas e becos, até sem saída, sobretudo por pressões externas, pela criatividade dos falantes, por condicionamentos fora do alcance do analista. Ainda acho que, na trajetória do discurso para a gramática, na sincronia ou no tempo aparente, as surpresas da fala são ainda maiores. Estou vendo isso, acompanhando os dados e sua análise na tese em andamento de Monteiro de Souza.

O terceiro questionamento se refere ao conceito de *gramática emergente*, proposto por Hopper desde os anos oitenta. Na *Conferência* de Salvador, já mencionada, a partir de uma pergunta feita por um dos presentes, reafirmou sua posição e afirmou que “a gramática não tem regras como um todo” e que “não há uma gramática geral”; explicitou que falamos em “pequenos fragmentos” e admitiu que “provavelmente tenhamos capacidade de armazenar muitas expressões idiomáticas”.

A pergunta que a muitos dos presentes ficou por fazer, e que faço aqui, é a seguinte, embora a mim pareça óbvia: como explicar (se é que é explicável) a rapidez com que ao longo dos quatro primeiros anos uma criança já pode expressar o que lhe interessa? Não sou gerativista, mas, das propostas teóricas chomskianas, o célebre dispositivo para a aquisição da linguagem me parece uma proposta muito forte, difícil de ser rebatida, em face do que se observa no cotidiano das crianças na primeira infância. Não haverá um “núcleo duro” na gramática da língua, internalizado ou não, na mente/cérebro de cada ser humano? Sei que há um princípio geral do funcionalismo, que aqui apresento na

formulação de um dos decanos do funcionalismo no Brasil, Maria Helena Moura Neves: “A gramática, afinal, se molda por acomodação, sob pressão de ordem comunicativa, isto é, sobre pressão discursiva” (2002: 173). Não estou convencida disso; considero que exista algo que precede a isso. Não sendo nem gerativista, nem funcionalista, mas aceitando a rotulação que, em 1993, me deu Mary Kato de “arqueóloga estruturalista” – referia-se ela a meu livro *Estruturas trecentistas* (1989) –, sinto-me à vontade para levantar esse questionamento, uma vez que, trabalhando sobre a história de uma língua, a portuguesa, não posso deixar de admitir que qualquer língua histórica está em contínuo processo de mudança.

Para finalizar coloco aos presentes uma pergunta que me fiz ao assistir na ABRALIN de 1999 uma mesa-redonda sobre gramaticalização de orações ou sentenças. Desde então me pergunto quais os limites da gramaticalização. Depois desse evento, por acaso vi em um catálogo da John Benjamins o anúncio do livro de Ramat e Hopper (1998) sobre os limites da gramaticalização. Só há poucos dias consegui a xerox desse livro. Nele, Hopper, em um dos trabalhos que constituem o livro, apresenta um, sob o sugestivo título *The paradigm at the end of the universe* (1998: 147-157). Nesse texto diz que a gramaticalização começa “quando colocações e formas contextualmente unidas tornam-se habituais e daí se rotinizam, desvinculadas de seus contextos restritos” (p. 152, tradução minha) e que “no outro extremo do universo, a gramaticalização move-se para a fonologia” (p. 153, tradução minha). Dentro desses limites tão bem definidos no universo de Hopper, ousou dizer, muito pode acontecer.

Considero, afinal, que há muito a acontecer para a compreensão, interpretação e explicitação de processos de gramaticalização, sobretudo no que se refere ao universo da língua portuguesa. Espero, também, que, no plano teórico, novas contribuições surjam nos grupos brasileiros que pesquisam esse tema, como, por exemplo, a da referida *multidirecionalidade* de Ataliba de Castilho. Outras já devem existir, mas confesso que não estou tão bem informada quanto desejaria.

### Referências bibliográficas

- ALTMAN, Cristina. *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas, 1998.
- BARRETO, Therezinha. *Gramaticalização das conjunções na história do português*, 1999. Tese (Doutorado em Letras e Lingüística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- BORGES NETO, José. Lingüística no Brasil: mera importação de modelo estrangeiros? *Boletim ABRALIN*, 8: 77-82, 1986.
- CAMPBELL, Lyle; JANDA, Richard. Introduction: conceptions of grammaticalization and their problems. *Language Sciences*, 23: 93-112, 2001
- CAMPOS, Lucas. *A gramaticalização do ‘não’ como prefixo no português brasileiro contemporâneo*, 2002. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- CASTILHO, Ataliba de. A gramaticalização. *Estudos Lingüísticos e Literários*, 19: 25-63, 1997.
- CASTILHO, Ataliba de. (2001). *Introdução à lingüística cognitiva*. São Paulo: Fapesp. Relatório de Pesquisa. Inédito, 2001.

- CASTILHO, Ataliba de. Unidirectionality or multidirectionality? In: XII SEMINÁRIO OF FUNCTIONAL SYNTAXE, 2002, São Paulo. *Comunicação*. São Paulo: USP, Digitado.
- COSTA, Sônia Borba. *Adverbiais espaciais e temporais do português: indícios de gramaticalização*. Texto apresentado para Exame de Qualificação. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- COSTA, Sônia Borba. Adverbiais na crônica de d. Pedro. *Estudos Lingüísticos e Literários*, 19: 239-252, 1997.
- FERREIRA, Lúcia Maria. Uma abordagem pancrônica da sintaxe portuguesa. *Gragoatá*, 9: 135-153, 2000.
- FURTADO CUNHA, Angélica et alii. A interação sincronia/diacronia no estudo da sintaxe. *D.E.L.T.A.*, 15(1): 85-111, 1999.
- HEINE, Bernard; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization. A conceptual framework*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1991.
- HOPPER, Paul John; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (eds.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, v. I. p. 17-36, 1993.
- HOPPER, Paul John. The paradigm at the end of universe. In: RAMAT, A. G.; HOPPER, Paul John. *The limits of grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 148-157, 1998.
- HOPPER, Paul John. Grammaticalization. *Conferência*. Salvador: Instituto de Letras da UFBA. Inédita, 2002.
- KEWITZ, Verena. (2002). *A gramaticalização de "ser" e "estar" no período medieval e no século XIX*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MACÊDO, Anna Maria. (2001). *Locuções prepositivas no galego e no português*. Texto apresentado para Exame de Qualificação – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo et alii. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN-CM, 1989.
- MEILLET, Antoine. *Linguistique et linguistique générale*. Paris: Klincksieck, 1958.
- MONTEIRO DE SOUZA, Emília Helena. *A multifuncionalidade do onde na fala de Salvador*. Texto apresentado para Exame de Qualificação – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- NARO, Anthony Julius; BRAGA, Maria Lúzia. A interface sociolingüística/gramaticalização. *Gragoatá*, 9: 125-134, 2000.
- NEVES, Maria Helena Moura. Discurso e gramática no funcionalismo. In: NEVES, M. H. M. (org.) *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora Unesp. P. 163-173, 2002.
- PAIVA, Maria Conceição; GOMES, Cristina. Sociolingüística: um paradigma de explicação sobre o uso da língua. In: SILVA, Alacir; LINS, Maria da Penha. *Recortes lingüísticos*. Vitória/ES: Saberes, p. 137-151, 2000.
- POGGIO, Rosaura Fagundes. *Relações expressas por preposições no período arcaico do português em confronto com o latim*. 1999. Tese (Doutorado em Letras e Lingüística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- RAJAGOPALAN, Kanavilil. Comunicar é preciso. *Boletim ABRALIN*, 8: 83-86, 1996.
- RAMAT, Anna G.; HOPPER, Paul John. *The limits of grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1998.
- SVOROU, Soteria. *The grammar of space*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993.



# Aspectos da gramaticalização na história das preposições do latim ao português

Rosauta Maria Galvão Fagundes Poggio

Universidade Federal da Bahia

Resumo

**E**ste artigo, baseado na teoria do funcionalismo, apresenta um complemento ao estudo do processo de gramaticalização de algumas preposições que ocorrem nos *Diálogos de São Gregório*, realizado em minha tese de doutorado. Estudam-se, aqui: (1) preposições cujas formas desapareceram, embora seus conceitos tenham passado a ser expressos por outras preposições ou por locuções prepositivas; e (2) preposições cujas formas desapareceram, mas são empregadas na língua portuguesa como prefixos, embora seus conceitos tenham passado a ser expressos por outras preposições ou locuções prepositivas.

Abstract

**T**his work, based on the functionalism theory, completes the study of the grammaticalization process of some prepositions that occurred in the *Diálogos de São Gregório*, corpus analysed for the doctoral thesis, "Relações expressas por preposições no período arcaico do português em confronto com o latim".



## Introdução

Este trabalho é parte de um projeto coletivo do Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), sob a coordenação da Profa. Dra. Rosa Virgínia Mattos e Silva. Os *corpora* básicos analisados constituem-se da versão latina do século VI e da versão mais antiga conhecida em português arcaico (século XIV) dos dois primeiros livros dos *Diálogos de São Gregório*.

Na minha tese de doutorado *Relações expressas por preposições no período arcaico do português em confronto com o latim* (POGGIO, 1999), verifica-se que, na passagem para as línguas românicas, no processo de gramaticalização, além de se recorrer a algumas preposições existentes em latim, surgem novas formas. Procura-se estudar um grupo de preposições que se mantiveram na passagem para o português e um grupo de preposições novas, gramaticalizadas no português. A partir desse estudo, levantou-se uma série de questões sobre a história das preposições do latim ao português, que, devido à escassez do tempo, deixaram de ser investigadas, para serem elucidadas posteriormente.

Entre essas questões, citam-se: (1) há preposições cujas formas desapareceram, embora seus conceitos tenham passado a ser expressos por outras preposições ou por locuções prepositivas; (2) há preposições cujas formas desapareceram, mas são empregadas na língua portuguesa como prefixos, embora seus conceitos tenham passado a ser expressos por outras preposições ou por locuções prepositivas; (3) há preposições cujas formas sofreram mudanças na sua passagem para o português; e, finalmente, (4) há casos em que duas preposições latinas uniram-se dando origem a apenas uma forma em português. Os dois primeiros casos serão tratados neste trabalho, à luz da teoria funcionalista da gramaticalização.

1 Preposições cujas formas desapareceram, embora seus conceitos tenham passado a ser expressos por outras preposições ou por locuções prepositivas

Nesse grupo, incluem-se as preposições latinas: **apud**, **propter**, **coram** e **usque**, documentadas nos *Gregorii Magni Dialogi Libri IV*, mas que desapareceram, restando investigar como são expressos esses conceitos em português.

### 1.1 A preposição **apud**

A forma latina **apud** (latim arcaico **aput**), observa W. Lindsay (1937: 148), parece ser a preposição indo-européia **apo**, acrescida da partícula **d(e)** ou **t(i)**, devendo ter sido originariamente **\*apod** ou **\*apot**.

Conforme assinalam A. Ernout e F. Thomas (1953), emprega-se **apud** sobretudo com verbos de estado, referindo-se a pessoas. Ex.:

- (1) *Apud* populum loqui  
(‘Falar diante do povo’).

Às vezes, emprega-se **apud** no lugar de **ad** para marcar a proximidade com nomes de coisas até mesmo com idéia de movimento:

- (2) *Ille Canisturgim apud legiones uenit* (Sal., *H. I*, 119)  
(‘Aquele Canisturgim veio **para** as legiões’).

Do mesmo modo, M. Bassols de Climent (1956: 242) observa que **apud** é usada com acusativo e, geralmente, com verbos de repouso para indicar a proximidade de pessoas (‘cerca de’, ‘junto de’) e com menos freqüência de lugares. Autores não clássicos a fazem depender, às vezes, de verbos de movimento ou empregam-na para assinalar o lugar em que acontece algo, em lugar de **in** mais ablativo ou locativo. Em geral, essa preposição é mais usada na fala coloquial do que na prosa literária. Em latim vulgar, ela aparece construída com ablativo ou com a aceção de **cum** (nas Gálias).

Nos *Gregorii Magni Dialogi Libri IV*, a preposição **apud** é empregada na sua forma arcaica **aput** e, na versão portuguesa do século XIV, ela é traduzida pela preposição **ante**, como se observa no exemplo a seguir:

- (3) [...] *quod hii qui aput Dominum magni sunt meriti obtinere aliquando possunt ea etiam quae non sunt praedestinata ?* (1, 48, 21-23)  
(‘[...] aqueles que son de grande merecimento **ante** Nosso Senhor podem gaanhar [...] aquelas cousas que non foron ordinadas nen sabudas de Nosso Senhor ?’ (1, 16, 19)).

No português atual, essa forma, além de corresponder à preposição **ante**, pode ser traduzida por locuções prepositivas, como: **perto de**, **junto de**, **dian-te de**, entre outras.

Vale ressaltar que a preposição **apud** é empregada em referências bibliográficas no português atual como latinismo, quando se quer citar um autor consultado através de outro autor.

### 1.2 A preposição **propter**

Segundo W. Lindsay (1937: 151), a preposição **propter** ('perto de') é formada de **prope** acrescida do sufixo **-tero**.

Para M. Bassols de Climent (1956: 246), **propter** deriva-se de **prope** e, como essa, expressa proximidade 'cerca de', 'junto de'. Em sentido local, é usada em todos os períodos, em alguns autores, como César, Nepote, Cúrcio, entre outros. Seu uso, porém, é mais freqüente com acepção causal, pois muitos autores a preferem a **ob**. Também é muito empregada para indicar a pessoa de quem se vale para realizar algo 'por meio de'. No período pós-clássico, essa preposição assume, às vezes, um matiz de finalidade ('para') e no período da decadência, ela tem, às vezes, um significado de referência 'sobre', 'acerca de' e se constrói com genitivo e ablativo.

Nos *Gregorii Magni Dialogi Libri IV*, a preposição **propter** é empregada apenas na sua acepção mais abstrata de 'causa', sendo traduzida pela preposição **por**, como no exemplo abaixo:

- (4) [...] *sed hoc tibi notum sit, quia post mortem meam tu huic aecclesiae episcopus non eris propter avaritiam tuam* (1, 55, 16-18)  
 ('[...] mais eu ti digo por certo que, depós mha morte, non seerás bispo desta eigreja **pola** avareza que mostrasti en feito daqueste aver' (1, 19, 15)).

### 1.3 A preposição **coram**

Segundo W. Lindsay (1937: 149), **coram** 'em presença de' provém do acusativo feminino singular do adjetivo \***corus**, composto de **cum** e **os**, genitivo **oris**, 'face'.

Conforme assinala M. Bassols de Climent (1956: 262), **coram** era, inicialmente, um advérbio, sendo usado como preposição depois da época de Cícero.

Nos *Gregorii Magni Dialogi Libri IV*, a preposição **coram** é usada na acepção de 'diante de', sendo traduzida no português arcaico pela preposição **ante**, como se vê nos seguintes exemplos:

- (5) [...] *flens itaque pervenit ad corpus defuncti, seque coram lecto illius cum lacrimis in terram dedit* (1, 68, 11-12)  
 ('E viindo assi com grandes choros ata o lugar hu jazia o corpo do homen morto, deitou-se em terra **ant**'o seu leito' (1, 31, 10)).
- (6) [...] *quae coram eis, sibi invicem manus tenentes* (2, 92, 17-18)  
 ('[...] e feze-as dançar e trebelhar **ante** eles' (2, 8, 20)).

#### 1.4 A preposição *usque*

Segundo W. Lindsay (1937: 151), **usque** origina-se da preposição indo-européia **ud**.

O. Riemann (1942: 180) observa que o emprego de **usque** como preposição é desconhecido na prosa clássica, sendo usada, naquele período, apenas como advérbio.

E. Faria (1958: 260) aponta os seguintes exemplos do uso de **usque** ('até a') como preposição nos sentidos local e temporal:

- (7) [...] **usque siculum mare** (Plín., *H. Nat.* 3, 75)  
 ('[...] **até** o mar da Sicília').
- (8) [...] **usque tempora Alexandri** (Just. 2, 4, 32)  
 ('[...] **até** os tempos de Alexandre').

Como observa M. Bassols de Climent (1956: 262), **usque** como advérbio significa 'diretamente', 'ininterruptamente' e assinala a continuidade de um movimento no espaço e no tempo. Como preposição, **usque** é empregada quer isoladamente, quer combinada com preposições, ou indicando um movimento para um lugar (**ad, in** — **usque; usque** — **ad, in**) ou desde um lugar (**ab/ex** — **usque; usque** — **ab/ex**).

Nos *Gregorii Magni Dialogi Libri IV*, a preposição **usque** tanto é usada isoladamente, como seguida da preposição **ad**, como nos exemplos:

- (9) [...] *cumque in ea concavum locum fecissent, statim aqua repletus est, quae tam sufficienter emanavit [...] ab illo montis cacumine usque ad inferiora dirivetur* (2, 88, 21-24)  
 ('E pois fizeram hua cava no penedo recodio tan grande aqua que corria de cima do monte **ata** a lagoa' (2, 5, 13) ('espaço: limite final').
- (10) *Pater meus usque modo operatur, et ego operor* (1, 47, 11)  
 ('Meu padre obra **ata** ora e eu otrossi obro (1, 15, 14)') ('tempo: limite final').

Quanto à gramaticalização das preposições desse grupo, conclui-se que:

- a) a preposição latina **apud** desaparece, na passagem para o português, mas seu conceito é expresso, ou através do uso da preposição **ante** (port. arcaico), ou através do uso de locuções prepositivas (**cerca de, junto de, diante de**); observa-se, portanto, com o desaparecimento de **apud**, a ocorrência do estágio zero da gramaticalização e, ao serem empregadas locuções prepositivas para expressar o seu conceito, dá-se o aparecimento do primeiro estágio da gramaticalização de preposições;
- b) a preposição latina **propter** também chega ao estágio zero, sendo seu conceito expresso em português tanto pela preposição **por**, como por locuções prepositivas (**por causa de, por amor de**);

- c) as preposições latinas **coram** e **usque**, ambas provindas da recategorização de advérbios, também chegam ao estágio zero na língua portuguesa; o conceito de **coram** é expresso tanto pela preposição **ante** (port. arcaico), como por locuções prepositivas **perto de**, **diante de** (port. atual), enquanto o conceito de **usque** é expresso em português pela preposição **ata** (port. arcaico)/ **até** (port. atual).

Como se pode observar, as preposições desse grupo, na sua mudança para o português, passaram por alguns processos de gramaticalização, não apenas no que se refere a alterações gramaticais, como recategorização, morfologização e estágio zero, mas também a alterações semânticas.

## 2 Preposições cujas formas desapareceram, mas são empregadas na língua portuguesa como prefixos, embora seus conceitos tenham passado a ser expressos por outras preposições ou por locuções prepositivas

Nesse grupo, incluem-se as preposições latinas **a/ab**, **e/ex**, **extra**, **intra**, **juxta** e **ultra**, documentadas nos *Gregorii Magni Dialogi Libri IV*, mas que desapareceram, na passagem para o português, sendo empregadas como prefixos. Resta investigar como são expressos esses conceitos nessa língua.

Essas preposições estão distribuídas em três subgrupos: (a) formas que já eram usadas como prefixos no latim clássico; (b) formas que começaram a ser usadas como prefixos no latim tardio; e (c) formas que se tornaram prefixos no português.

### 2.1 Formas usadas como prefixos no latim clássico

Entre as formas que já eram empregadas como prefixos no latim clássico, citam-se: **a/ab**, **e/ex** e **extra**.

#### 2.1.1 As preposições a/ab e e/ex

Segundo W. Lindsay (1937: 146), a preposição **ab** origina-se do indo-europeu **ap** ('de'), forma abreviada de **apo** (grego), e a preposição **ex**, do indo-europeu **eks**, constituída de **ek** mais a partícula **se**.

De acordo com L. Rubio (1983: 177-178), embora as preposições **de**, **ex** e **ab** expressassem o 'afastamento', **ex** e **ab** acrescentam um traço peculiar a essa noção: **ex** denota 'afastamento a partir do interior' e **ab**, 'a partir do exterior' do objeto. Cícero, em seu discurso *Pro Caecina*, joga com as diferenças que opõem essas preposições entre si:

- (11) *Si qui meam familiam de meo fundo deiecerit, ex eo me loco deiecerit; si qui mihi praesto fuerit cum armatis hominibus extra*

*meum fundum et me introire prohibuerit, non ex eo, sed ab eo loco me deiecerit...*

(‘Se alguém expulsasse minha família **de** minha terra, me expulsaria a mim mesmo **dela**; se alguém se apresentasse diante de mim com homens armados, fora de minha terra e me proibisse de entrar (nela), não me expulsaria **do interior**, mas **das proximidades** desse lugar...’).

Observa-se que Cícero inicia seu discurso com o termo mais geral **de** (*de meo fundo*) e estabelece a oposição **ex/ab** em termos precisos e opostos ao impreciso **de**.

Segundo M. Said Ali (1964: 204), **de** é a preposição latina empregada com mais frequência e para diversos fins. Inicialmente, **de** exprimia ‘afastamento de cima para baixo’, diferente de **ab**, que significava ‘afastamento no sentido horizontal’. **De** começou a confundir-se com **ab** e essa última desapareceu. Para expressar o ‘movimento de dentro para fora’, o latim usava a preposição **ex**. **De** tornou-se equivalente a **ex**, e essa veio a desaparecer. Portanto, **de** passou a exprimir o sentido de ‘afastamento’ e de ‘procedência’.

J. P. Machado (1977: s.v. **de**) assinala que a preposição **de** é mais plena e tem a vantagem sobre **ab** e **ex**, devido ao fato de iniciar-se por consoante. Desse modo, **de** acabou por eliminar as duas outras preposições que com ela competiam, como se pode notar nas concorrências entre **ab**, **ex** e **de**, documentadas em textos do latim tardio.

Em resumo, a preposição **de**, em português, passou a assumir as três noções do latim representadas pelas preposições **ab**, **ex** e **de** e mais a idéia de posse encontrada no seu sentido de base, que se exprime pela relação de subordinação de um substantivo a outro.

Na versão latina dos *Diálogos de São Gregório*, há variação no uso das preposições **ab**, **ex** e **de**, não se percebendo aquela rigidez no emprego de cada uma delas, conforme foi apontado por L. Rubio (1983). Isso evidencia o início da mudança, quando as formas coexistem, havendo interferência entre seus campos semânticos.

No exemplo abaixo dos *Diálogos de São Gregório*, a preposição **ex** foi empregada na sua acepção original de ‘afastamento do interior de’:

(12) [...] *pro iniuria quam ingresserat recedere eum velle ex monasterio putabat* (1, 24, 9-11)

(‘[...] cuidou-se ca se queria ir **do** mosteiro polo torto que lhi avia feito’ (1, 5, 9).

No exemplo dos *Diálogos de São Gregório* que se segue, a preposição **ab** foi usada na sua acepção original de ‘afastamento do exterior de’:

(13) [...] *cum mane facta ad eundem locum fratres venerunt adque invenerunt molem tantae magnitudinis ab eodem loco longius recessisse* (1, 45, 8-10)

(‘E pois foi manhã veeron os frades e acharon o penedo muito alonjado **daquele** logar que eles avian mester’ (1, 13, 14)).

Entretanto, muitas vezes, na referida obra, empregou-se a preposição latina **de**, tanto para expressar o ‘afastamento do interior de’ (em lugar de **ex**), como para expressar o ‘afastamento do exterior de’ (em lugar de **ab**), conforme aparece nos exemplos abaixo:

- (14) [...] *antiquum hostem de obsessio homine protinus expulit* (2, 104, 3)  
 ([...] e logo o enmiigo saiu **do** seu corpo’ (2, 16, 4)’).  
 (15) [...] *annis singulis de loco suo ad cellam [...] venire consueverat*  
 (2, 99, 20-21)  
 ([...] viinha cada ano **do** logar en que morava ao moesteiro de San Beento’ (2, 13, 2)’).

Em latim clássico, a forma **a/ab** também está documentada como prefixo, como se observa nos vocábulos: **averto**, **absum**, **abjurare**, **abjuratio**, **abstinere**, **abstentio**, **abstrahere**, **abstratio**, entre outros. Na passagem para o português, deu-se o desaparecimento da preposição **ab** e sua manutenção como prefixo, como nos exemplos: **abjurar**, **abjuração**, **abster**, **abstenção**, **abstrair**, **abstração** e outros.

Também o prefixo **ex** está registrado em latim em inúmeras formas, como: **exeo**, **exarmo**, **exaltare**, **excurre**, **exaurire**, **explodere**, **exquisitus**, **exabruptus**, **ex-officio** etc. Do mesmo modo que **ab**, **ex** desapareceu como preposição e se conservou como prefixo, como se observa nos exemplos: **exaltar**, **exaurir**, **explodir** e outros.

No latim tardio, acentuou-se o uso de **ex** para a formação de compostos, como **ex-consul**. O português seguiu o modelo latino **ex** mais substantivo e/ou adjetivo para indicar ‘estado’, ‘profissão’, ‘emprego’, como nos exemplos: **extuberculoso**, **ex-catedrático**, **ex-presidente** etc.

### 2.1.2 A preposição extra

Segundo V. Magnien (1948: 499), a preposição **extra** provém do ablativo feminino de **exterus** (**extera**), formada do mesmo modo que outras preposições, como: **infra**, **intra**, **supra** e **ultra**.

A preposição **extra**, conforme assinala E. Faria (1958: 264), possuía os seguintes empregos: ‘fora de’ (sentido próprio): *Hi sunt extra Prouinciam* (Cés., *B.G.* 1,10,5) (‘Estes estão fora da Província’); ‘fora de’ (sentido figurado) e daí ‘sem’, ‘exceto’: *extra causam* (Cíc., *Caec.*, 94) (‘fora da causa’).

Segundo M. Bassols de Climent (1956: 244), trata-se de uma preposição empregada com acusativo, tanto com verbos de repouso como de movimento, com a acepção de ‘fora’, ‘no exterior’. Em sentido figurado, assinala a exclusão (‘exceto’) e a carência ou falta (‘sem’). No latim tardio, competiam com **extra** as preposições **foras** e **foris**, porém apenas na acepção local.

Nos *Gregorii Magni Dialogi Libri IV*, a forma latina **extra** é empregada como preposição, enquanto, na versão portuguesa, ela corresponde às preposições **ante**, na acepção de ‘espaço: diante de’, e **de**, na acepção de ‘espaço: afastamento (para fora de)’, e pela locução prepositiva **fora de**, na acepção de ‘espaço: direção (fora de)’ e ‘noção: modo’, como nos exemplos abaixo:

- (16)[...] *omnipotenti Domino ab ipso infantiae tempore dicata, ad eum semel per annum venire consueverat; ad quam vir Dei non longe extra ianuam in possessione monasterii discendebat* (2, 125, 18-20)  
 ([...] cada ano viinha veer seu irmão hua vez e seu irmão saia a ela a huu logar da clastra, a huum logar honesto que avia **ant**’a porta do moesteiro en que falava con ela’ (2, 33, 6)).
- (17)*Duobus modis [...] extra nos ducimur* (2, 82, 17)  
 (‘En duas maneiras [...] saimos nós **de** nós meesmos.’ (2, 3, 42))
- (18) [...] *eiusque mentem in extasi rapuit, extra se quidem, sed super semetipsum fuit* (2, 82, 21-23)  
 (‘E estes taaes como quer que anden **fora de** si meesmos pero non caen sô si’ (2, 3, 45)).

Em latim clássico, **extra** também era empregada como prefixo, como se vê, por exemplo, nos vocábulos **extraordinarius**, **extramundanus**, entre outros.

Em português, **extra** mantém-se apenas como prefixo que, conforme A. G. da Cunha (1991: s.v. **extra**), se documenta em inúmeros vocábulos eruditos ou semi-eruditos, como **extraordinário**, **extrapolação** etc. Em português atual, há grande vitalidade de **extra** em formações populares, particularmente, com a acepção de ‘muito bom’, ‘de muito boa qualidade’, e, como vocábulo independente, substantivado, em contextos específicos, como: ‘serviço avulso e/ou fora do horário normal de trabalho’, ‘ator figurante’ etc.

No que se refere à gramaticalização das preposições desse grupo, conclui-se que:

- após um longo período de coexistência das formas **ab**, **ex** e **de** para indicar o ‘afastamento’ e a ‘procedência’, na passagem para o português, emprega-se apenas a preposição **de**, que, como já se observou, acaba por eliminar as duas outras; assim sendo, **ex** e **ab** chegam ao estágio zero do processo de gramaticalização, sendo expressos seus conceitos através da preposição **de** ou de locuções prepositivas, como: **do interior de**, **das proximidades de**, entre outras;
- a preposição latina **extra** provém da recategorização do advérbio **extra**; na passagem para o português, essa preposição também desaparece, mas seu conceito é expresso, ou através do uso das preposições **ante** e **de**, ou através do uso de locução prepositiva (**fora de**); observa-se, portanto, com o desaparecimento de **extra**, a ocorrência

do estágio zero do processo de gramaticalização; ao ser empregada a locução prepositiva, para expressar o seu conceito, vê-se, como explica S. Svorou (1993), o estágio inicial do processo de gramaticalização.

No que diz respeito à significação, os prefixos desse grupo, na maioria das vezes, mantêm o sentido de base latina: **ab** conserva a acepção de 'afastamento', **ex** de 'afastamento com movimento de dentro para fora' e **extra** de 'fora', 'no exterior de'. Entretanto, em português, **extra** apresenta como inovação a acepção de 'muito bom', 'de muito boa qualidade'.

Como se pode observar, as preposições desse grupo, na sua transposição para o português, passaram por alguns processos de gramaticalização, chegando ao estágio zero como preposição e passando a afixos na língua portuguesa.

## 2.2 Forma que começou a ser usada como prefixo no latim tardio

No segundo subgrupo, está a forma **intra**, que passou a ser empregada como prefixo no latim tardio.

Como assinala W. Lindsay (1937: 151), **intra** é proveniente do ablativo singular feminino, tendo a mesma formação que **inter**.

M. Bassols de Climent (1956: 245) observa que **intra** é empregada com verbos de repouso ('no interior de', 'dentro') e, com menos frequência, no período pós-clássico, com verbos de movimento. **Intra** pode referir-se ao tempo 'no intervalo de', 'durante'. Em sentido figurado, usa-se, a partir da época clássica, para indicar conformidade 'dentro', 'segundo', 'conforme'. No período pós-clássico, **intra** expressa, às vezes, a inferioridade 'um pouco menos', 'debaixo de' e inclusive a carência 'sem' ou a exceção 'exceto'.

Nos *Diálogos de São Gregório*, a preposição latina **intra** é sempre empregada na acepção espacial de 'no interior de', correspondendo à preposição **en**, como nos exemplos a seguir:

(19) [...] *quae statim ad viri Dei verbum ita omnes egressae sunt ut ne una quidem intra spatium horti remanerit* (1, 56, 16-18)

('E todos aqueles beschos que **na** horta andavan [...] partiron-se do horto e nunca ende hi huu ficou [...] (1, 21, 6)').

Conforme assinala A. G. da Cunha (1991: s.v. **intra**), o prefixo **intra** não se documenta como elemento de composição no latim clássico, mas no latim tardio e modernamente é de grande emprego na formação de compostos, particularmente, no campo da biologia (**intramedular**, **intramuscular**, **intravenoso**), onde é naturalmente usado em oposição a **extra**.

No que concerne à gramaticalização, pode-se dizer que **intra**, ao desaparecer como preposição em português, chegou ao estágio zero, sendo, entretanto, empregada como prefixo, tanto no latim tardio como no português.

Quanto à significação, o prefixo **intra** conserva o sentido de base da preposição latina **intra** 'no interior de', 'dentro', 'durante', 'segundo'.

### 2.3 Formas que se tornaram prefixos no português

No terceiro subgrupo, estão as preposições **juxta** e **ultra**, que se tornaram prefixos no português.

#### 2.3.1 A preposição **juxta**

A forma latina **juxta**, conforme assinala Magnien (1948: 499), inicialmente advérbio, é empregada como preposição a partir de César e provém de \***jugista**, antigo superlativo ablativo feminino. W. Lindsay (1937: 151) observa que **juxta** vem de uma raiz **juxto-**, relacionada com **jungo** e significando 'acrescentar', 'juntar'. Segundo esse autor, a forma secundária de acusativo plural neutro **juxta** aparece em Catullo.

O. Riemann (1942: 180) afirma que **juxta**, sendo empregada, inicialmente, na acepção de 'ao lado de', sem movimento, passou depois ao sentido temporal de 'imediatamente depois' e ao sentido figurado de semelhança 'quase igual a' e conformidade 'conforme'. M. Bassols de Climent (1956: 246), além de apontar as acepções dadas por O. Riemann (1942), acrescenta que esse último uso é pós-clássico.

Nos *Diálogos de São Gregório*, a preposição **juxta** está documentada, na maioria das vezes, nos sentidos espaciais de 'diante de', tendo como correspondência a preposição portuguesa **ante**, de 'perto de', correspondendo às locuções prepositivas **cabo de** e **arredor de**, e de 'localização', equivalendo à preposição portuguesa **em**. **Juxta** também foi empregada na acepção abstrata de 'meio', correspondendo a **con**, sendo algumas dessas acepções exemplificadas abaixo:

- (20) [...] *hunc invitavit hospitio, sedere secum iuxta prunas* (1, 60, 23-24)  
( '[...] e convidô-o pera sa pousada e feze-o seer consigo **ante** o fogo' (1, 25, 7)' ).
- (21) [...] *iuxta eam namque civitatem aecclesia Beati martyris Stephani sita est* (1, 39, 9-10)  
( '**Cabo da** cidade d'Anconha ouve hua eigreja de Santo Stevan martir' (1, 10, 4)' ).

A preposição latina **juxta** desaparece na passagem para o português. Nessa língua, a forma **justa-** aparece como elemento composicional, do latim **juxta** ('perto de', 'ao lado de'), que, segundo A. G. da Cunha (1991: s.v. **justa**), está documentado em vocábulos portugueses eruditos, introduzidos a partir do século XIX: **justafluvial** (XX), **justalinear** (XX), **justapor** (XX), **justaposto** (XX) etc.

### 2.3.2 A preposição *ultra*

A preposição latina **ultra** ‘do outro lado’, segundo W. Lindsay (1937: 151), é derivada de **uls**, da raiz pronominal indo-européia **ol-**, do pronome **ille** ‘aquele’, latim arcaico **olle**, com o acréscimo do sufixo **-tero**.

Conforme salienta M. Bassols de Climent (1956: 251), usa-se **ultra** com verbos de movimento para indicar uma linha divisória ou fronteira que se traspassa (‘do outro lado’, ‘mais além’) ou com verbo de repouso para assinalar o que sucede atrás da referida linha. Autores pouco clássicos empregam-na, às vezes, em lugar de **trans**. Apenas no período pós-clássico, essa preposição é empregada com sentido temporal.

Nos *Diálogos de São Gregório*, a preposição latina **ultra** corresponde à locução prepositiva portuguesa **fora de**, como se vê no exemplo seguinte:

(22) [...] *susceptum corpus eius terratenit, nec **ultra** proiecit* (2, 116, 23-24)

(‘[...] a terra recebeu o corpo do morto e reteve-o em si e non-no deitou **fora de** si’ (2, 24, 9)).

Em português, **ultra** é elemento composicional do latim **ultra** ‘para além de’, ‘em excesso’, que se documenta em alguns derivados e compostos introduzidos, como observa A. G. Cunha (1991: s.v. **ultra**), sobretudo, a partir do século XIX, na linguagem erudita, como: **ultrajante** (XIX), **ultrajar** (XVII), **ultraje** (XIX), **ultramar** (XVII), **ultrapassado** (XIX), **ultrapassagem** (XX), **ultrapassar** (XIX), **ultra-romântico** (XX), **ultra-sensível** (XX), **ultra-som** (XX), **ultravioleta** (XIX) etc.

Quanto às preposições desse grupo, ambas desapareceram no português, chegando, portanto, ao estágio zero de gramaticalização. Entretanto, essas formas são usadas na língua portuguesa como prefixos.

No que concerne à significação dos prefixos, observa-se que, no português, eles mantêm o sentido das preposições latinas que lhes serviram de base: **juxta**, em latim, com a acepção de ‘ao lado de’, ‘logo depois’, e **justa-**, em português, ‘perto de’, ‘ao lado de’; **ultra**, em latim, com a acepção de ‘do outro lado’, ‘mais além’, e **ultra-**, em português, ‘para além de’, ‘mais além’. Entretanto, o prefixo **ultra-** possui ainda um valor de intensificação (**ultravácuo**, **ultra-radiação**).

### Referências bibliográficas

- BASSOLS DE CLIMENT, M. *Sintaxis latina*. Madrid: C. Bermejo, 1956. t. I.  
 CASTILHO, A. T. de. A gramaticalização. *Estudos: lingüísticos e literários*, Salvador, v. 19, p. 25-64, mar. 1997.  
 ERNOUT, A.; MEILLET, A. *Dictionnaire etymologique de la langue latine*. Paris: Klincksieck, 1951.

- ERNOUT, A.; THOMAS, F. *Syntaxe latine*. 2. éd. rev. et augmentée. Paris: Klincksieck, 1953.
- FARIA, E. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.
- LINDSAY, W. M. *A short historical latin grammar*. 2. ed. Oxford: Claredon Press, 1937.
- MACHADO, J. P. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Confluência, 1977.
- MATTOS E SILVA, R. V. *A mais antiga versão portuguesa dos quatro livros dos Diálogos de São Gregório*. 1971. 4 v. mimeo. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MATTOS E SILVA, R. V. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.
- MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Honoré Champion, 1948.
- MORICCA, Umberto (Ed.). *Gregorii Magni Dialogi Libri IV*. Roma: Tipografia del Senato, 1924.
- POGGIO, Rosaura M. G. Fagundes. *Relações expressas por preposições no período arcaico do português em confronto com o latim*. 1999. 620 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- RIEMANN, O. *Syntaxe latine: d'après les principes de la grammaire historique*. 7. éd. revue par A. Ernout. Paris: Klincksieck, 1942.
- RUBIO, L. *Introducción a la sintaxis estructural del latín*. Barcelona: Ariel, 1983.
- SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. melhorada e aum. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- SVOROU, S. *The grammar of space*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993.

# Espacialização de base dêitica: adverbiais portugueses no século XVI

Sônia Bastos Borba Costa

Universidade Federal da Bahia

Resumo

O trabalho apresenta comentários ao texto de Paul Teyssier, *Le système des déictiques spatiaux en portugais aux XIV<sup>e</sup>, XV<sup>e</sup> et XVI<sup>e</sup> siècles* (1981), no que concerne aos adverbiais, com base em leitura da parte relativa a esses adverbiais em Mattos e Silva (1989); do texto integral da *Lenda do rei Rodrigo*, na edição de Cintra (1964); do texto integral da *Crónica de D. Pedro*, de Fernão Lopes, na edição de Macchi (1966), e em análise dos dados recolhidos de nove textos do século XVI, *corpus* de tese de doutorado da autora, defendida em maio de 2003.

Résumé

Commentaires au texte de Paul Teyssier, *Le système des déictiques spatiaux en portugais aux XIV<sup>e</sup>, XV<sup>e</sup> et XVI<sup>e</sup> siècles* (1981), en ce qui concerne les adverbiaux, basés sur la lecture de la section relative a ces adverbiaux en Mattos e Silva (1989); du texte intégral de la *Lenda do rei Rodrigo*, dans l'édition de Cintra (1964); du texte intégral de la *Crónica de D. Pedro*, de Fernão Lopes, dans l'édition de Macchi (1966); et sur l'analyse des résultats des recherches dans neuf textes du XVI<sup>e</sup> siècle, *corpus* de thèse de doctorat de l'auteur.



**E**m 1981, Paul Teyssier publicou no nº 6 dos *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale* o texto *Le système des déictiques spatiaux en portugais aux XIV<sup>e</sup>, XV<sup>e</sup> et XVI<sup>e</sup> siècles*, com o intuito de descrever o sistema de dêiticos espaciais do português nos séculos XIV, XV e XVI, para apreender a maneira como se constituiu. O texto é riquíssimo, tanto em dados quanto em reflexões, e aborda os adverbiais **aqui, ali, acá, alá, acó, aló, hy** e **aí**, correlacionando-os aos pronomes demonstrativos e pessoais. Apresentamos aqui, no que diz respeito à abordagem dos adverbiais, comentários ao texto de Teyssier, ilustrando-os com os dados que observamos no *corpus* da nossa tese de doutorado, intitulada *Adverbiais espaciais e temporais do português: indícios diacrônicos de gramaticalização*, e as interpretações que lhes atribuímos, de par com os dados e interpretações de Mattos e Silva (1989) para os *Diálogos de São Gregório*, do século XIV.

Os *corpora* utilizados por Teyssier foram: para o século XIV, a edição de Mattos e Silva (1971) da mais antiga versão portuguesa dos *Diálogos de São Gregório*; para o século XV, a edição de Macchi (1966) da *Crónica de D. Pedro*, de Fernão Lopes, e, para o século XVI, a obra de Gil Vicente, escrupulosamente restrita aos textos de autoria incontestada, escritos em português, deles eliminados trechos em língua estrangeira e os “jargões”, como está detalhadamente explicitado (1981:25, notas 15, 16 e 17).

O *corpus* com que trabalhamos na nossa tese de doutorado, orientada pela Dra. Rosa Virgínia Mattos e Silva, é constituído por nove textos do século XVI, a saber: *A carta de Pero Vaz de Caminha* (CPVC – texto integral); vinte e três das *Cartas de D. João III* (CDJIII – de número 1 a 22); vinte e quatro das *Cartas da corte de D. João III* (CCDJ – as de número 3, 8, 9, 22, 43, 47, 50 a 57, 84, 85, 86, 106, 163, 165, 167, 169, 171 e 173); *Gramática da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira (GFO – texto integral); *Gramática da língua portuguesa*, de João de Barros (GJB – texto integral); *Diálogo em louvor de nossa linguagem*, de João de Barros (DLNL – texto integral); *Diálogo da viciosa vergonha*, de João de Barros (DVV – texto integral); *Ásia*, de João de Barros (primeira e segunda décadas – DA-I e DA-II – texto parcial),

totalizando 11.244 linhas. Para os períodos precedentes do português foram utilizados: Mattos e Silva (1989), para os registros relativos aos *Diálogos de São Gregório*, e os textos integrais da *Lenda do rei Rodrigo* (Crônica Geral de Espanha, século XIV) e da *Crônica de D. Pedro*, de Fernão Lopes (século XV).

Inicialmente, chamou-nos a atenção a caracterização apresentada por Teyssier, nas quatro primeiras linhas do referido texto, para os dêiticos espaciais: “Les déictiques spatiaux sont les morphèmes par lesquels chaque langue exprime la façon dont elle organise l’espace. Ce sont les ‘démonstratifs’ et les ‘adverbes de lieu’ de la terminologie traditionnelle”. (1981:5)

Essa formulação deve ser combinada com outro traço distintivo entre dêixis e anáfora, apresentado mais adiante: “Le déictique situe un objet dans l’univers, alors que l’anaphorique rappelle un objet dont il a été question dans le discours: le premier *pose* et le second *suppose*” (1981:6).

Esses trechos nos chamaram a atenção, primeiro porque a caracterização inicial dá a impressão de que, pelo conhecimento dos demonstrativos e dos advérbios de lugar de dada língua, poder-se-ia compreender como os seus falantes deixaram registradas no seu sistema a distribuição e a organização estrutural cognitiva do espaço que vieram a desenvolver. Embora esses elementos sejam fundamentais, achamos que o seu conhecimento não basta. Precisamos, no caso da língua portuguesa, por exemplo, de outros adverbiais, não necessariamente dêiticos, como **acima, dentro, fora, longe**; de adjetivos, como **grande, estreito, perpendicular, longitudinal, comprido, profundo, lateral, cúbico, tridimensional**; de preposições, como **para, por, até, sobre**; de substantivos, como **base, ponta, ponto, largura, altura, pedaço, distância, superfície**, incluindo distinções lexicais sutis, como **lugar, local, locação, localização, direção, destino** etc., para expressar a grande riqueza de percepção do espaço pelos seus falantes. Segundo, porque a bem achada oposição entre dêixis e anáfora, elegantemente proposta à página seis, ou seja, a dêixis *pose* e a anáfora *suppose*, não é suficiente, ao nosso ver, para a distinção. A precisa caracterização da categoria deve explicitar que a dêixis (espacial, no caso) apresenta, coloca, dispõe o objeto referido, *em relação ao falante*, pois que, se selecionada por uma língua como categoria semântica pertinente, a dêixis se esteia, em última instância, na categoria de pessoa, no **eu**, no enunciador. Essa precisa caracterização da noção de dêixis, ao lado da caracterização de anáfora, é muito importante para a compreensão do subsistema em apreço, inclusive porque, como é sabido, no português arcaico (“portugais medieval”, segundo Teyssier), havia distinção formal entre morfemas dêiticos e anafóricos (basta lembrarmos os anafóricos **hy** e **(en)de**).

Feitas essas observações iniciais, passamos ao ponto essencial que queremos aqui trazer, a saber, a discussão do papel dos adverbiais espaciais portugueses de base dêitica à época abordada por Teyssier no seu texto, confrontan-

do seus dados e suas inferências, tanto quanto os de Mattos e Silva (1989), com os dados que recolhemos e as interpretações que lhes atribuímos, sempre que possível, confrontando-os também com o seu uso no português brasileiro de hoje.

Para nossa análise, distinguimos as formas simples das locucionais, enquanto Mattos e Silva não as distingue nos seus quantitativos e Teyssier não o faz sistematicamente. Chamamos de formas simples aquelas que, por etimologia e/ou por tradição normativa, são compostas de apenas um elemento, como **lá**, **cá** ou **aqui**, enquanto as locucionais são constituídas por mais de um elemento, detectáveis por serem explícitos na grafia ou por termos ainda consciência da composição, como **de lá**, **por ali**, **para cá** ou **dali**. Isso pode justificar discrepâncias quanto à quantificação das ocorrências. Lembramos ainda que Mattos e Silva procedeu à análise nos dois primeiros livros dos *Diálogos de São Gregório*, enquanto Teyssier (1981:9-10, nota 6) completou-a, incluindo os demais livros.

### 1 Os Diálogos de São Gregório (DSG) – séc. XIV

A partir do texto de Teyssier, depreendemos um quadro de incidências, nos DSG, das formas enfocadas e respectivos traços semânticos considerados, que comentaremos com base no que depreendemos da leitura de Mattos e Silva (1989):

Quadro I. Adverbiais dêiticos nos DSG (com base em Teyssier, 1981)

		aqui	ali	aca	ala	acó	aló	hi
Pontual		+	+			+	+	
Extensivo				+	+			
Estático		+	+				+	
Dinâmico				+	+	+		+
Dêixis	1ª pessoa	+		+		+		+
	2ª pessoa							
	3ª pessoa			+		+		+
Anafórico								+
<b>Número de ocorrências</b>		<b>53</b>	<b>94</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>131</b>

Mesmo levando-se em conta que a análise de Mattos e Silva, que consultamos, atém-se aos dois primeiros livros, e que Teyssier procedeu ao levantamento completo, há coincidência quase total nas suas leituras, como também na nossa, e, conseqüentemente, na apreensão dos dados. Destacaríamos apenas o fato de que, analisando os exemplos para a forma **ali** apresentados por

Mattos e Silva (1989:234-235), consideramos que, em seis casos, o adverbial tem uso anafórico espacial e, em um caso, anafórico temporal, enquanto Teyssier registra o seu uso, ao menos no que se pode inferir, apenas como dêitico espacial de terceira pessoa:

Pour les adverbes de lieu notre tableau fait apparaître une organisation binaire parfaitement symétrique: d'un côté trois morphèmes en aqu-(ac-), de l'autre trois morphèmes en al- (...). L'opposition est donc simplement entre ce qui est présent, donc proche, et ce qui est absent, donc éloigné. (1981:13)

Observe-se que, para Teyssier, há oposição binária entre a série de três elementos **aqui/acá/acó** e a série, também de três elementos, **ali/alá/aló**. Ao nosso ver, poder-se-iam ler essas formas sob outra organização, qual seja, uma oposição entre três séries de dois elementos: **aqui/ali** x **acá/alá** x **acó/aló**, cuja marca formal seria não os elementos iniciais, mas sim a vogal final (**i** x **a** x **o**), e que, semanticamente, oporiam o ponto preciso dêitico (série em **i**) ao ponto-alvo do deslocamento, quando distanciado do falante (série em **a**), quando aproximado do falante (série em **o**). O fato é que há uma reorganização desse subsistema na passagem do português arcaico ao português moderno, como se pode depreender tanto da leitura do texto de Teyssier quanto do que aqui expomos, com base na nossa análise dos dados de Mattos e Silva (1989), na nossa leitura da *Lenda do rei Rodrigo*, da *Crónica de D. Pedro* e do nosso *corpus* do século XVI.

As duas séries triplas análogas (pelo menos, quanto ao étimo) **aqui/acá/acó** e **ali/alá/aló** foram reduzidas a séries duplas (**aqui/cá** e **ali/lá**) e assim se estabeleceram a partir do século XVI (XV?), aproximadamente. Assim, enquanto nos DSG (cf. Mattos e Silva, 1989) registram-se as seis formas, na LRR registram-se quatro: **aqui** (nove ocorrências, de sentido estático espacial, *lugar onde*); **acó** (três ocorrências, sendo duas de sentido dinâmico espacial, *lugar para onde*, e uma ambígua); **ali** (quatro ocorrências, duas de sentido estático espacial, *lugar onde*, e duas de sentido dinâmico); **aló** (quatro ocorrências, sendo três de sentido dinâmico, *lugar para onde*, e uma de sentido estático). Já na CDP registram-se seis, com a inclusão da forma **lá**: **aqui** (doze ocorrências, todas de sentido estático espacial); **cá** (uma ocorrência, de sentido dinâmico, um tanto impreciso, talvez *lugar por onde*)<sup>1</sup>; **ali** (sessenta e duas ocorrências, de sentido espacial, sendo cinquenta e três estáticas e nove de sentido dinâmico, *lugar para onde*); **alla** (quatro ocorrências, de sentido dinâmico, *lugar para onde*); **allo** (duas ocorrências, sendo uma de sentido estático e uma de sentido dinâmico, *lugar para onde*); **lá** (seis ocorrências, sendo cinco de sentido dinâmico, *lugar para onde*, e uma, também de sentido dinâmico impreciso, talvez *lugar por onde*)<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> "...começaram de correr hūnas **ca** e outras **lá**." (CDP, p. 269, l. 67)

No século XVI, com base no *corpus* que analisamos, registram-se quatro formas dessas séries: **aqui** (oitenta e nove ocorrências, sendo oitenta e uma com sentido estático, *lugar onde*, e sete com sentido dinâmico, *lugar para onde*; uma delas não é inferível pelo contexto); **cá** (vinte e uma ocorrências, sendo dezoito com sentido estático, *lugar onde*, e três com sentido dinâmico, *lugar para onde*); **ali** (cento e trinta e três ocorrências, sendo cento e doze com sentido estático, *lugar onde*, vinte, com sentido dinâmico, *lugar para onde*, e uma com sentido temporal); **lá** (noventa e sete ocorrências, sendo sessenta e quatro com sentido estático, *lugar onde*, e trinta com sentido dinâmico, *lugar para onde*). Há ainda três ocorrências de **lá** não espacial.

Assim, talvez possamos aventar a hipótese, para o português arcaico, de distinção semântico-formal *sentido estático (aqui/ali) x sentido dinâmico (acól/alla, aló, lá)*, ficando difícil uma hipótese para a forma *aca>ca*, por falta de dados. Essa distinção, embora tenha continuado a ser considerada semanticamente na língua, deixou aos poucos de ser expressa em termos morfológicos estritos, no português moderno, passando à expressão analítica (combinações com preposições) ou componencial (associação com verbos de sentido estático ou dinâmico, por exemplo).

## 2 A Crónica de D. Pedro (CDP) – séc. XV

Apresentamos a seguir o quadro de incidências desses adverbiais na CDP, depreendido da leitura do texto de Teyssier, seguido de comentários baseados na nossa leitura da *Crónica de D. Pedro*.

Quadro II. Adverbiais dêiticos na CDP (com base em Teyssier, 1981)

		<b>aqui</b>	<b>ali</b>	<b>cá</b>	<b>lá</b>	<b>aló</b>	<b>hi</b>
Pontual		+	+			+	
Extensivo				+	+		
Estático		+	+			+	
Dinâmico				+	+	+	
Dêixis	1ª pessoa	+					
	2ª pessoa						
	3ª pessoa		+				
Anafórico				+	+		+
<b>Número de ocorrências</b>		<b>14</b>	<b>98</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>38</b>

Embora não registradas por Teyssier, encontramos quatro ocorrências da forma **alla**, de conteúdo semântico espacial, dinâmico (indicando direção) e anafórico:

- (1) ...enviou rrogar a rrainha dona Maria que sse fossem pera Touro onde ella estava, rreceando-sse d'el-rrei seu filho; e foram-sse **alla**. (CDP, p. 166, ls. 180-182)
- (2) E o conde chegou a Pancurvo e assessegou hi algu)us dias, e depois se partio pera Najara; e el-rrei foi **alla** com seu poder. (CDP, p. 204, ls. 23-25)
- (3) ... e mandou **alla** [a casa do principe de Gallez] o bispo d'Evora e Gomez Lourenço do Avelaal. (CDP, p. 271-272, ls.19-20)
- (4) Estonce fizeram rrecontamento ao principe das ajudas que de Purtugall rrecebera assi per mar come per terra, e como todollos senhores e fidallos que **alla** [a Gallez] foram veherom d'ell e dos seus mui mall-contentes. (CDP, p. 273, ls. 53-57)

Quanto à forma **ali**, enquanto Teyssier registra, globalmente, noventa e oito ocorrências, porque nelas inclui formas locucionais, registramos sessenta e duas da forma simples e trinta e oito de formas locucionais (**dali**, **por ali**), totalizando cem ocorrências. E, enquanto Teyssier considera o **ali** sempre estático (1981:14, ls. 10-15), identificamos nove casos de **ali** com sentido dinâmico (direção), e o mesmo sentido em todas as formas locucionais (expressando ponto de partida ou trajeto), como se vê dos exemplos:

- (5) ...e veherom **alli** alguus capitaães das companhias. (CDP, p. 247, l.6)
- (6) ...e **alli** partirom elles logo. (CDP, p.165, l. 167)
- (7) Em outro dia partio el-rei d'**ali**. (CDP, p. 156, ls. 95-96)
- (8) E o conde partio de Galiza e foi pellas Esturas, porquanto per aquella comarca non avia mandamento d'el-rei, penssando el pouco que fosse per **alli**. (CDP, p. 167, ls. 211-214)

Enquanto Teyssier registra trinta e oito ocorrências para **hi** (forma simples) e trinta e uma para **hi** em “locutions figées”, registramos quarenta e uma ocorrências da forma simples, além de dezessete ocorrências de **desi**. E, enquanto ele registra a seguinte ocorrência como exemplo de “locution figée” em uso anafórico, nós a interpretamos como exemplo da forma simples, em uso dêitico de segunda pessoa. Observe-se o exemplo, aliás, bastante ilustrativo, por reproduzir suposta fala, ou seja, por representar o discurso direto:

- (9) E el-rrei mandou-o deitar na rrua per hu)ua janella da casa honde pousava, e disse aos bizcainhos que estavom hi muitos: “Vedes **hi** o vosso senhor de Bizcaia que vos demandava por seus!” (CDP, p. 183, ls. 61-64)

O mais curioso é que Teyssier cita especificamente esse exemplo, mas para interpretá-lo, conforme já dito, como incluindo uma “locution figée”, **vedes hi**, significando, segundo ele, ‘eis aqui’ (“voici”). Por causa dessa interpre-

tação, para ele, o subsistema adverbial é binário. Não vemos assim. Preferimos atualizar a seqüência pela forma **eis aí** ou **vede aí**, a última, aliás, perfeitamente reconhecível na atual forma **vejam aí**, em que o **aí** é nitidamente um dêitico de segunda pessoa, embora, é verdade, cada vez mais gramaticalizado e, conseqüentemente, abstratizado, pelo incremento de uso combinado com outros verbos, como **toma aí, diga aí, leia aí, sente aí, chegue aí, entre aí**. A esse respeito, observe-se o que diz Teyssier:

Il suffirait d'un emploi de hi nettement déictique, c'est-à-dire se référant à un endroit qu'on désigne et non à un endroit qu'on rappelle, pour que le "saut" qui fera de hi le troisième terme de la microstructure aqui/hi/ali soit réalisé. Il est parfaitement possible que ce "saut" se soit produit à l'époque de Fernão Lopes, et même avant... (1981:24)

Não poderia ser esse um exemplo do emprego que atestaria o "salto" do sistema de bipartido para tripartido?

De maneira semelhante, enquanto Teyssier registra, na CDP, apenas a "vocaçãõ anafórica" para o **lá** (1981:22, ls. 39-40), nós o interpretamos como dêitico de terceira pessoa, no exemplo:

- (10) Foi feito hu)u movimento no ceo des a mea noite pera adeante, o quall foi per esta guisa: correrom todallas estrellas do levante pera o poente, e depois que todas foram juntas, começaram de correr hu)uas **ca** e outras **lá**. (CDP, p. 269, ls. 64-67)

Esse exemplo é citado por Teyssier para justificar a sua classificação do **lá** como dinâmico e extensivo, ou seja, como dêitico que refere uma área espacial, mais que um ponto, com o que concordamos. Vejam-se as palavras de Teyssier, que, inclusive, explica o papel da presença ou ausência do **a** inicial nos pares pertinentes:

Non seulement la voyelle initiale de aqui/ali n'est pás tombée par aphérèse, comme celle de aca/alá, mais elle sera bientôt transférée à d'autres morphèmes. Ainsi l'aphérèse n'a pas été une force aveugle, une 'loi phonétique' fatale: elle a joué ou n'a pas joué selon les cas. Acceptée pour aca/alá, elle a été refusée pour aquí/ali. Et cette différence de traitement a pour effet d'accentuer dans le système morphologique les oppositions significatives. Alors qu'en espagnol ou en galicien les morphèmes équivalents sont restés proches, le portugais cá/lá est devenu très différent de aqui/ali. (1981:22)

Contudo, o emprego documentado no exemplo (10) parece-nos mais dêitico que anafórico, ou seja, **cá** e **lá** referem, de modo mais claro, região próxima e região afastada, respectivamente, do falante-autor do que retomam elementos já citados no discurso, no caso, **levante** e **poente**.

Outro ponto é que, para Teyssier, dentre esses adverbiais, preenchem uso anafórico o **hi**, o **lá** e o **cá**. Encontramos, contudo, uma ocorrência de **aqui**, quatro ocorrências de **alá**, como já dito, e quase todas as ocorrências de **ali**, forma simples (sessenta e uma, em sessenta e duas), que preenchem essa função.

### 3 O século XVI

Em seguida, trazemos o quadro de incidências desses adverbiais na obra de Gil Vicente, depreendido da leitura do texto de Teyssier. Como é sabido, Teyssier legou-nos estudo extraordinário da obra de Gil Vicente, e os dados que apresenta no texto ora comentado nos foram muito importantes para confronto com os nossos. Fazemos acompanhar o quadro de comentários, a partir de sua comparação com os dados que recolhemos e interpretamos do *corpus* de nossa tese:

Quadro III. Adverbiais dêiticos na obra de Gil Vicente (com base em Teyssier, 1981)

		aquí	aí~hi	ali	cá	lá	acolá~escolá
Pontual		+	+	+			
Extensivo			+		+	+	+
Estático		+	+	+			
Dinâmico					+	+	
Dêixis	1ª pessoa	+			+		
	2ª pessoa		+				
	3ª pessoa			+		+	+
Anafórico		+					
Outras noções		+					
<b>Número de ocorrências</b>		<b>405</b>	<b>20~95*</b>	<b>84</b>	<b>251</b>	<b>225</b>	<b>3~1</b>

\* e mais 61 ocorrências de **hi aver**. As 95 ocorrências incluem **per hi**, **por hi**, **d'hi**, **di**.

Como dado que mais chama a atenção, a nossa pesquisa confirma inteiramente a ocorrência de **aí** apenas a partir do século XVI. De fato, segundo todos os estudiosos a que tivemos alcance, não há registro da forma antes desse século. No *corpus* analisado para a nossa tese, não está registrada na *Carta de Pero Vaz de Caminha* (texto do limiar do século XVI) e, comparando-se sua incidência com a de **hy** (~**hi**-**i**), no conjunto dos nove textos, predomina esse último, com cinquenta e sete ocorrências, contra vinte e três de **aí**.

Quanto aos adverbiais **aquí**, **aí** e **ali**, embora Teyssier só os refira como de uso estático, encontramos sete ocorrências de **aquí**, uma ocorrência de **aí** e vinte de **ali** com sentido dinâmico, deduzido da sua combinação com os verbos co-ocorrentes. Vejam-se os exemplos:

- (11) ...o qual veo oje **aquy** vestido. (CPVC, fl. 11 v., ls. 27)
- (12) **Aí** iram de volta os defeitos da vontáde, cometidos ou permitidos? (DVV, p. 427, ls. 1-2)
- (13) )...e como Ioam Gonçalvez e Tristam Vaz descobriram a ylha do porto santo, por razam de huu temporal que os **aly** levou. (DA-I, p. 11, ls. 25-27)

Já quanto ao **cá**, enquanto Teyssier o refere apenas como dinâmico e extensivo, nós o encontramos mais em uso estático (dezoito ocorrências) que dinâmico (três ocorrências). Também encontramos, para a maioria dos usos de **lá**, o valor estático (sessenta e quatro ocorrências sobre noventa e sete de valor dinâmico).

Teyssier sugere que **aí** e **hi** são variantes, na obra de Gil Vicente. O *corpus* que analisamos só nos permite afirmar parcialmente essa variação entre **aí** e **hi**, a saber, quando são dêiticos de segunda pessoa ou quando ocorrem em alguns usos anafóricos, principalmente quando o elemento anafórico tem referente extralingüístico (espaço concreto) ou é parte componente de texto (espaço-texto). Há, contudo, dois tipos de anáfora em que não se pode falar em variação. O primeiro é a anáfora que estamos chamando de “causal”, como se vê no exemplo:

- (14) ...e suas vergonhas tam nuas e com tanta jnocência descubertas que nõ avia **hy** (nhu)ua vergonha. (CPVC, fl. 7, ls.11-13)

O segundo tipo de anáfora, de que o português atual prescinde, é aquele que retoma elemento considerado como um conjunto, do qual vem-se a fazer referência a apenas uma parte. Nesse caso, o **hi** sempre acompanha o verbo **haver**. Percebemos nesse **hi** a possibilidade de ser interpretado como **deles**, **dentre eles**, tal como o **en(de)** do português arcaico ou o **en** do francês moderno:

- (15) Desta regra acima em que disse os nomes terem dous números, singulár e plurár, se tiram os nomes irreguláres: porque [h]á **i** uns que tem sòmente singulár e nam plurár. (GJB, p. 309, ls. 16-18)
- (16) E antre éstas cousas, sei que [h]á **i** vergonha. (DVV, p.431, ls.4-5)

Uma observação curiosa é que, no nosso *corpus*, encontramos dezesseis ocorrências de **lá** como dêitico de segunda pessoa, superando, de muito, seus usos dêiticos (quatro) de referência à terceira pessoa. Na verdade, a posição de dêitico de segunda, no nosso *corpus*, pode vir preenchida por **i**, **aí** e **lá**, com predominância de **lá**. Vejam-se os exemplos:

- (17) Se, além do que por ella lhe mando, vos parecer **la** que ele deve fazer mais por meu serviço, asy pera a seguridade de se avere e cobrare os ditos mil e seiscentos cruzados, como pera qual quer outra cousa que vos la pareça que se deve fazer por meu serviço... (CDJIII, c. 10, ls. 15-19)
- (18) E Corvarão, o embaixador do emperador, me parece que sera muy bõõ ficar **hy**, Requerendo depois de nos virdes. (CDJIII, c. 13, ls. 148-149)
- (19) ... tirareis loguo os despachos, e fareys toda a deligençia na pobricaçom e execuçom d'elles, asy **ahy** como e) todos os luguares que compryr. (CDJIII, c. 6, ls. 235-237)

Para finalizar a abordagem do século XVI, uma referência à forma **acolá**. Essa forma só ocorreu uma vez no *corpus* que analisamos, na lista de “advérbios de lugar” na GJB, o que não nos permitiu inferências quanto aos demais traços semânticos.

#### 4 Uso atual

Teyssier propõe que, no português atual (“portugais moderne, au Portugal”), o quadro desses adverbiais possa ser representado como a seguir (1981:38):

Quadro IV. Adverbiais dêiticos no “portugais moderne”

Dêiticos			Anafóricos
1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa	_____
aqui	aí	ali	
cá	lá/acolá		

Quanto a esse ponto, nossos comentários se prendem ao fato de que, ao nosso ver, no português brasileiro atual, lidamos não com três, mas com quatro graus para os dêiticos, a saber: **aqui**, **cá/aí/ali/lá**. Além da já tradicional tripartição em campo do emissor (**aqui** ou **cá**), campo do receptor (**aí**), campo afastado dos dois (**lá**), utilizamos o **ali** em um sentido de distanciamento alcançável, pela visão ou ostensão, tanto pelo emissor quanto pelo receptor. Isso é, em parte, reconhecido por Teyssier:

Rappelons seulement que les oppositions ternaires este/esse/aquele et aqui/aí/ali impliquent une division de l'espace en trois domaines, et que ces trois domaines correspondent aux trois personnes du verbe, - este et aqui au moi du locuteur, esse et aí au toi de l'allocutaire, aquele et ali à un lui extérieur aux interlocuteurs. (1981:5)

Nossa discordância quanto a essa afirmação prende-se ao fato de que, para nós, o **ali** não representa o terceiro e último grau de exófora. Trata-se de uma noção dêitica a mais, grau de distanciamento compartilhado pelo emissor e pelo receptor, que não exclui as três outras. Ou seja, o **ali** indica que o campo espacial referido não é nem o do emissor nem o do receptor, estando, portanto, deles distanciados, mas a ponto de ser alcançado pela visão, compartilhadamente, por ambos. Por isso, o **ali** parece “mais perto” que o **lá**, como se pode depreender da seguinte frase, ouvida por nós, em conversa telefônica:

(20) Se sua mãe foi **ali**, dá pra esperar; se foi **lá**, não.

Também se pode observar essa característica semântica do **ali** no uso da expressão **logo ali** (observe-se que não se usa **logo lá**), em frases como:

(21) Minha casa fica logo **ali**.

Quanto ao **aqui** e ao **cá** parecem funcionar como variantes, embora não tenhamos certeza se em todos os casos. Por exemplo, preferimos dizer:

(22) Vem pra **cá**.

a

Vem pra aqui.

(23) Dê **cá**.

a

Dê **aqui**.

(24) Eu disse **cá** comigo: isso **aqui** não está certo.

a

Eu disse **aqui** comigo: isso **cá** não está certo.

Ainda quanto ao **cá**, concordamos com Teyssier que, em alguns casos, parece ter uso mais extensivo, expressando área mais abrangente que o **aqui**, este mais pontual. Por exemplo, se dizemos:

(25) Ele esteve **aqui**,

signalizamos o espaço como um ponto preciso, bem mais determinado que quando dizemos:

(26) Ele vive viajando de **cá** para **lá**.

Não temos certeza, contudo, se isso ocorre em todos os casos.

Importante, também, a respeito da situação atual, é a leitura do seguinte trecho:

A mon ami João qui me téléphone de Lisbonne je demande, moi qui suis à Paris: "A Manuela está aí contigo?" (Manuela est-elle là-bas avec toi?): c'est un dêictique. Puis, dans la même conversation, mon interlocuteur m'ayant dit qu'il avait fait la veille une excursion à Evora, je demande: "A Manuela esteve aí contigo?" (Manuela y a été avec toi?): c'est un anafórico. (1981:6)

No nosso entender, não usaríamos **aí** em ambas as perguntas. Usaríamos o **aí**, dêítico, para perguntar se Manuela esteve com o interlocutor em Lisboa, mas usaríamos **lá**, anafórico, para perguntar se Manuela teria ido a Évora, lugar afastado do interlocutor no momento da comunicação.

Para concretizar nossa interpretação desses adverbiais quanto ao seu uso na atualidade, pelo menos quanto ao português do Brasil, propomos o quadro a seguir, inspirado no de Teyssier:

Quadro V. Adverbiais dêíticos no português brasileiro atual (nossa proposta)

	Dêíticos				Anafóricos
	1ª pessoa	2ª pessoa	Distância Média	3ª pessoa	Todos
Pontuais	aqui~cá	aí	ali	lá	
Extensivos	cá			lá	

A tese que elaboramos apresenta nossa análise detalhada de todos os advérbios espaciais e temporais, não só os dêiticos, detectados no *corpus* que selecionamos para o século que nos trouxe a língua portuguesa – nossa modesta contribuição para o estudo de uma época que já contou com estudiosos do porte de Paul Teyssier, ao lado de outros, entre os quais colegas do nosso grupo de pesquisa do Instituto de Letras da UFBA, o PROHPOR, mas que ainda representa território misterioso, em grande parte, por explorar.

### Referências bibliográficas

- BAIÃO, A. (Ed.). *Ásia de João de Barros: primeira década*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932.
- \_\_\_\_\_. *Ásia de João de Barros: segunda década*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932.
- BARROS, J. de. *Gramática da língua portuguesa: cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Ed. crítica de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.
- CINTRA, L. F. L.. *A lenda do rei Rodrigo*. Lisboa, Verbo, 1964.
- FORD, J. D. M. (Ed.). *Letters of John III, king of Portugal: 1521-1557*. Cambridge: Harvard University Press, 1931.
- \_\_\_\_\_; MOFFAT, L. G. (Eds.). *Letters of the court of John III, king of Portugal*. Cambridge: Harvard University Press, 1931.
- LOPES, Fernão. *Crônica de D. Pedro*. Ed. crítica con introduzione e glossario a cura di Giuliano Macchi. Roma: Edizione dell'Ateneo, 1966.
- MATTOS E SILVA, R.V. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN – CM, 870 p. 1989.
- OLIVEIRA, Fernão de. *Grammatica da lingoagem portuguesa* Ed. crítica de Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia de Ciência de Lisboa, 2000.
- PEREIRA, SB. *Vocabulário da cartaüde Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1964.
- TEYSSIER, Paul. Le système des dêictiques spatiaux en portugais aux XIV, XV et XVI siècles. In: *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, n. 6, Séminaire d'études médiévales hispaniques de l'Université de Paris – XIII, Paris, p. 5-39, mar.1981.

# Como se diz: *depuis* ou *il y a*?

Takiko do Nascimento

Universidade Federal da Bahia

**E**ste trabalho tem como objetivo expor os vários empregos das expressões francesas *depuis* e *il y a*, que oferecem dificuldades aos estudantes estrangeiros, por não se encontrarem explicações claras e completas nos manuais. Através de exemplos, procura-se fazer refletir sobre as razões dos empregos de uma ou de outra.

**C**e travail aborde l'emploi des expressions *depuis* et *il y a*, qui présentent des difficultés aux étudiants étrangers, qui ne trouvent pas d'explications claires et complètes dans les manuels. On cherche au moyen d'exemples à faire réfléchir sur les raisons des emplois de l'une ou de l'autre.



O emprego das expressões *depuis* e *il y a* oferece dificuldades aos estudantes estrangeiros porque não se encontra uma explicação simples e completa nos manuais. As gramáticas morfológicas francesas não consagram muitos comentários sobre o emprego de *depuis* / *il y a*, certamente porque para um nativo não há dificuldades de emprego de um ou de outro. Por exemplo, Grevisse (1964) apenas cita *depuis* como sendo um advérbio de tempo (p. 784; 828) sem comentários; ou assinala que *depuis* é uma preposição (p. 870) empregada como advérbio (p. 873); ou como indicando uma relação de lugar (p. 944). A *Grammaire Larousse du français contemporain* (CHEVALIER et alii, 1964) também cita *depuis* como sendo um advérbio que tem a função de preposição (p. 394); assinala a distinção entre *depuis* e *dès*, que marcam o tempo e o espaço, mas esclarece que o segundo marca somente o ponto de partida enquanto o primeiro marca o espaço ou a distância percorridos. Cita também o uso de *depuis* em correlação com *jusqu'à*: *depuis Paris jusqu'à Lyon*; e que *depuis* é empregado sozinho para marcar o ponto de partida no tempo: *La Côte d'Azur a bien changé depuis mon enfance*. A *Grammaire du Français classique et moderne* (WAGNER & PINCHON, 1962) apenas cita que a preposição *depuis* serve para construir o complemento que evoca o termo inicial de uma distância ou de um lapso de tempo: *Je n'ose parler de Paris, que j'habite depuis vingt ans*. (p. 478).

Em Francês Língua Estrangeira (FLE), os autores de manuais e gramáticos sentiram a necessidade de explicar aos estudantes estrangeiros as nuances de emprego entre as expressões de tempo *depuis*, *il y a*, *ça fait... que*. Os manuais de FLE consagram explicações bastante rápidas sobre a distinção entre essas expressões. *Tempo 1* explica que quando um fato perdura no momento em que se fala, utilizam-se sem distinção *depuis*, *cela (ça) fait + que*, *il y a + que* com um verbo no *présente*, quando se precisa a duração (BÉRARD et alii, 1996:181).

Ex.: Se alguém continua a dormir no momento da fala % 12 horas:

Il dort **depuis** 11 heures.

Il dort **depuis** une heure.

**Cela (ça) fait** une heure **qu'**il dort.

**Il y a** une heure **qu'**il dort.

Se a ação terminou no momento em que se fala, utiliza-se um tempo do passado (*passé composé*) e **il y a** (p. 181).

Ex.: Momento da fala % 15 horas:

Il s'est réveillé à 14 heures.

Il s'est réveillé **il y a** une heure.

Quando no momento da fala uma situação continua a não existir, usa-se um verbo no passado (*passé composé*) na forma negativa com **depuis, il y a ... que e cela (ça) fait ... que**:

Ex.: Je n'ai pas mangé **depuis** deux jours.

**Il y a** deux jours **que** je n'ai pas mangé. (= continuo sem comer.)

**Cela fait** deux jours **que** je n'ai pas mangé.

O manual explica que, para situar uma ação no tempo, para o *passado* usam-se **il y a, il y a ... que, cela (ça) fait ... que, depuis** associados a um tempo do passado e para o *presente* usam-se **il y a... que, ça fait... que, depuis** associados ao tempo do presente (p. 197).

Outro aspecto abordado por *Tempo 1* (p. 204), em forma de exercícios, é a questão do *accompli/ inaccompli* (ação acabada/ não acabada).

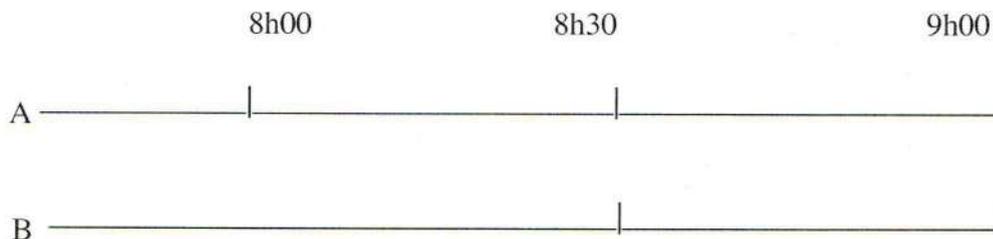
Quando **depuis/ ça fait... que, il y a** estão associados a um tempo *presente*, indicam uma ação não acabada. Se vêm associados a um tempo passado (*passé composé*), indicam uma ação acabada.

Ex.: Il est malade **depuis** mardi dernier. (ação não acabada)

J'ai connu André **il y a** vingt ans. (ação acabada)

Os manuais *Le Nouveau sans frontières 2* (GIRARDET et alii, 1989:115) e *Panorama 2* (GIRARDET et alii, 1996:44), de mesma orientação, mostram com figuras como se expressa a duração (*expression de la durée*).

Apresenta-se um rapaz esperando uma moça, às 9 horas, que é o momento em que se fala:



A. O rapaz chegou às 8 horas e agora são 9 horas:  
 Il est 9 heures. Il attend **depuis** 8 heures.  
**Il y a** une heure **qu'**il attend.  
**Ça fait** une heure **qu'**il attend.  
 Il attend **depuis** une heure.

B. A moça partiu às 8h30 e às 9h00 ainda não chegou:  
 Elle est partie **il y a** une demi-heure.  
 Elle est partie **ça fait** une demi-heure.  
 Elle est partie **depuis** une demi-heure.

Em relação a um momento passado, para expressar a mesma situação, basta utilizar o imperfeito:

Il était 9 heures. **Il y avait** une heure **qu'**il attendait.  
**Ça faisait** une heure **qu'**il attendait.  
 Il attendait **depuis** une heure.

O manual *Le Nouvel Espaces 3* (CAPELLE et alii, 1996:28) aborda a expressão da duração em relação ao momento em que se fala:

**Il y a** deux mois **qu'**ils travaillent.  
**Ça fait** deux mois **qu'**ils travaillent.  
 Ils travaillent **depuis** deux mois.

ou em relação a um momento do passado:

**Il y avait** deux mois **qu'**ils travaillaient.  
**Ça faisait** deux mois **qu'**ils travaillaient.

Como se vê, os principais manuais de FLE apresentam as expressões **il y a**, **ça fait**, **depuis** correlacionando com o momento em que se fala ou com um momento do passado, através de exemplos.

É necessário, todavia, consultar as gramáticas dirigidas aos estudantes estrangeiros para se obter explicações mais aprofundadas e poder decidir como se diria em francês, por exemplo, uma frase como:

“Há sete anos não temos reajuste de salários.”

ou por que se diz:

“Ils habitent à Paris **depuis** vingt ans.”

“**Il y a** vingt ans **qu'**ils habitent à Paris.”

porém, não se diz:

\* “Ils habitent à Paris **il y a** vingt ans.”

Charaudeau (1992), que procura apresentar a gramática de uma nova maneira, propõe explicações *semânticas* das questões gramaticais, conservando tanto quanto possível a nomenclatura tradicional (p. 5).

Para o assunto que nos interessa, a situação no tempo, Charaudeau declara que é preciso determinar a referência temporal em relação à qual se determina a ação (p. 483). A ação pode representar o momento do “tempo da palavra”, um “ponto de partida” ou um “ponto de chegada”. Quanto à referência “tempo de palavra”: utilizam-se **il y a**, **voilà**, **ça fait** + **indicador temporal**.

Ex.: **Il y a** dix ans on n'aurait pas osé faire cela.

**Voilà** un siècle, ce valeureux vieillard venait au monde.

Não vem ao caso citar exemplos das referências “ponto de partida” e “ponto de chegada”, que implicam em outras expressões. Quanto às expressões que estamos estudando neste artigo, Charaudeau apresenta-as como indicando **uma duração a partir de uma origem**, que corresponde a uma perspectiva “retrospectiva” (p. 479):

• **depuis** (du jour de):

**Depuis** son départ, je n'ai cessé de penser à elle.

• **il y a (voici, ça fait) + indicador temporal + que:**

**Il y a** vingt ans **qu'**on ne s'était vu.

**Ça fait** trois ans **que** je ne cesse de demander une augmentation.

**Voici** quarante ans **qu'**ils vivent ensemble.

**Depuis** pode também indicar a extensão do movimento de afastamento:

Je t'attends **depuis** deux heures. (p. 438)

Para Boularès e Frérot (1997), a expressão da duração corresponde à questão: *Combien de temps?* (quanto tempo?) (p. 136).

Para expressar o tempo durante o qual uma ação **continua** ou **acabou**, usam-se as expressões: **il y a... que, voilà... que, ça fait... que, depuis, avant, plutôt.**

Ex.: **Il y a** huit jours **qu'**il est dans le coma. (= il est dans le coma **depuis** huit jours — duração.)

**Ça fait** trois jours **qu'**il a eu son accident. (= il a eu son accident **il y a** trois jours — ação pontual.)

**Depuis** indica uma ação que continua:

— **Depuis** quelque temps, il faisait des affaires un peu louches. (p. 135)

— Est-ce que vous avez toujours habité là?

— Non, j'y habite **depuis** deux mois.

— Il y a longtemps que vous ne travaillez plus?

— Non, je ne travaille plus **depuis** deux mois. (p. 137)

**Depuis** serve também para situar um fato no tempo, em relação a um outro fato; um é a origem do outro:

Ex.: **Depuis** le 15 août la chasse est ouverte; **désormais** vous pouvez y aller. (p. 134)

Grégoire e Thiévenaz (1995:188) apresentam por sua vez um quadro bastante didático e sucinto, em que **il y a** aparece como expressão que indica um ponto no passado:

— J'ai rencontré Pierre **il y a** dix ans.

Enquanto que **depuis** indica uma duração, da origem até o momento presente. É utilizado com o presente:

— J'habite à Paris **depuis** six mois.

e com o passado negativo com valor de presente:

— Je n'ai pas vu Marie **depuis** un mois.

Acrescentam que **il y a... que** e **ça fait... que** são utilizados em início de frase:

— **Il y a** deux heures **que** je suis là.

— **Ça fait** deux heures **que** je suis là.

Esta apresentação é clara, mas não aborda as razões desses empregos. A *Gramática* da Sorbonne (DELATOUR & JENNEPIN et alii, 1991), que é dirigida a estrangeiros, esclarece que **il y a** se usa com um tempo do passado (p. 263):

— Pierre est rentré **il y a** une semaine. (= une semaine avant aujourd' hui)

— referência “tempo de palavra”, isto é, momento em que se fala.

— Il était en Italie **il y a** trois mois. (= trois mois avant aujourd' hui) — anterior ao momento da fala.

**Depuis** indica o ponto de partida de uma ação que dura ainda. É empregado com o presente e o imperfeito.

— Est-ce que tu es là **depuis** longtemps?

— Non, je ne suis là que **depuis** dix minutes.

— Il neigeait **depuis** trois jours; toutes les routes étaient bloquées.

**Depuis** se emprega com o passé composé quando este indica uma ação passada que tem conseqüências no presente:

• Com verbos conjugados com o auxiliar être:

— Il est parti **depuis** 3 semaines. (= Il est absent = Ele continua ausente.)

• Com verbos em geral na forma negativa:

— Je n' ai pas fait de ski **depuis** trois ans. (= Aujourd' hui encore je ne fais pas de ski = Continuo sem esquiar.)

• Com verbos indicando uma progressão (*grandir, augmenter, progresser*) ou implicando em mudança (*partir, quitter*):

— Mon fils a beaucoup grandi **depuis** six mois. (= Il est plus grand aujourd' hui qu' il y a six mois).

— Ils ont quitté la France **depuis** dix ans. (= Ils sont à l' étranger depuis dix ans).

Quando a ação continua a durar, a *Grammaire* explica que **il y a... que** e **ça fait... que** equivalem a **depuis**, sem, no entanto, precisar a razão do emprego do verbo no presente ou no passado:

— **Il y a / ça fait** dix minutes **que** je suis là. (= Je suis là **depuis** dix minutes.)

— **Il y avait / ça faisait** trois jours **qu' il** neigeait. (= Il neigeait **depuis** trois jours.)

— **Il y a / ça fait** dix ans **qu' ils** ont quitté la France. (= Il ont quitté la France **depuis** dix ans.)

— **Il y aura / ça fera** bientôt cinq ans **que** M. Dulong est maire de notre ville. (= M. Dulong est maire de notre ville **depuis** bientôt cinq ans.)

Como os outros, Anne-Marie Berthonneau (1994:61) informa que no momento da fala **depuis** e **il y a... que** podem ser usados com o verbo no presente:

- J'habite Lille **depuis** dix ans.
- **Il y a** dix ans **que** j'habite Lille.

Com o verbo no imperfeito (momento do passado), também podem ser usados sem distinção:

- J'habitais Lille **depuis** dix ans (à ce moment-là).
- **Il y avait** dix ans (à ce moment-là) **que** j'habitais Lille.

Trata-se da “perspectiva retrospectiva” de Charaudeau (1992:479).

Mas **il y a** não pode ser usado com o presente:

- \* J'habite Lille **il y a** dix ans. (frase incorreta)

Quando há defasagem entre o momento da enunciação e o fato, utilizam-se **il y a** e **il y a...** **que** com o *passé composé*:

- J'ai habité Lille **il y a** dix ans.
- **Il y a** deux jours, il est venu me voir et il m'a dit...
- Je l'ai vu **il y a** deux heures.
- **Il y a** deux heures **que** je l'ai vu.

mas é incorreto dizer:

— Je l'ai vu **depuis** deux heures. Porque **depuis** deve vir acompanhado do *presente*.

Por outro lado, pode-se usar **depuis** com o *passé composé* quando o verbo está na forma negativa:

- Je ne l'ai pas rencontré **depuis** dix ans.

É que não se fala de uma ação que se está praticando, mas de uma ação que não foi feita. Nega-se esta ação em diferentes momentos do passado:

= Não o encontrei no ano passado, há 5 anos, há 8 anos, etc.

Se é incorreto dizer \* Je suis venu **depuis** dix minutes, por que se pode dizer: — Je suis arrivé **depuis** dix minutes.

ou: — Paul a quitté l'armée **depuis** deux ans?

É porque, como vimos na página anterior (*Grammaire de la Sorbonne*), verbos como *partir*, *arriver* e outros que são conjugados com o auxiliar *être*, assim como verbos que indicam mudança (*finir*, *quitter*), podem ser empregados com **depuis** quando a ação deles continua no momento da fala.

Estas três frases:

- Paul a quitté l'armée **depuis** deux ans.
- **Il y a** deux ans **que** Paul a quitté l'armée.
- Paul a quitté l'armée **il y a** deux ans.

estão corretas, querendo significar: “Paul não está mais no exército”, no momento da fala.

Berthonneau explica que **depuis** implica em um intervalo, enquanto **il y a** se contenta em situar o processo no passado.

Assim, pode-se dizer:

— Paul a quitté l'armée **il y a** deux ans mais il s'est rengagé **il y a** six mois.

Porém, não se diz:

— \* Paul a quitté l'armée **depuis** deux ans, mais il s'est rengagé il y a six mois.

nem: — \* **Il y a** deux ans **que** Paul a quitté l'armée, mais il s'est rengagé il y a six mois.

É porque **il y a... que** não define um intervalo:

— **Il y a** dix ans **qu'**il s'est occupé des enfants.

implica em: "il ne s'est pas occupé des enfants depuis dix ans. (= faz dez anos que ele não cuida das crianças.),

enquanto que:

— Il s'est occupé des enfants **depuis** dix ans.

implica em: "il s'occupe des enfants depuis dix ans." (= ele cuida das crianças há dez anos.)

Para Berthonneau, portanto, **il y a** se contenta em localizar um processo num momento do passado; seu trabalho consiste estritamente em dar a referência temporal, enquanto **depuis** estabelece uma relação de natureza temporal entre o início do intervalo e o seu fim (por exemplo, no momento da fala), mas não unicamente. Donde a necessidade que o intervalo seja ocupado pelo processo, inclusive no *passé composé*. Quanto a **il y a... que**, trata-se não de relação entre momentos, mas entre situações extralingüísticas vistas em sua singularidade experiencial. (p. 91)

Benamou e Carduner (1974:93) abordam de maneira clara a diferença entre **depuis** e **il y a**. Quando se se coloca no presente para falar de uma ação que se está fazendo, utiliza-se **depuis** com um verbo no presente:

— J'attends le car **depuis** une heure.

Se nos colocamos num momento do passado para falar de uma ação que fazíamos, utilizamos o imperfeito:

— J'attendais le car **depuis** une heure, quand vous m'avez offert une place dans votre auto.

Em resumo, utiliza-se **depuis** para responder a uma pergunta do tipo: "Depuis quand...?" ou "Depuis combien de temps...?"

Ex.: — Depuis quand attendez-vous le car?

— J'attends **depuis** ce matin. | indica uma duração

— J'attends **depuis** vingt minutes. |

Utiliza-se **il y a** para responder a pergunta do tipo: "Il y a combien de temps...?"

Ex.: — Le car est passé il y a combien de temps? | indica uma

— Il est passé **il y a** un quart d'heure. | ação pontual

Portanto, **depuis** indica a duração, enquanto **il y a**, um fato pontual.

Confronte-se:

— J'attends le car **depuis** midi/ **depuis** 6 heures du matin. (duração)

e:

— Quand le car est-il passé?

— **Il y a** une heure/ deux jours/ à peine cinq minutes. (fato pontual)

Apenas estes autores (BENAMOU & CARDUNER, 1974:94) observam que **il y a... que** coloca em destaque a expressão do tempo pela entonação:

J'attends ↑ depuis une heure. ↓

Il y a une heure ↑ que j'attends. ↓

O mesmo se dá no imperfeito:

J'attendais ↑ depuis une heure. ↓

Il y avait une heure ↑ que j'attendais. ↓

A gramática de Annie Monnerie (1996:158-160), voltada aos estrangeiros “que desejam completar o conhecimento do francês por um estudo mais sistemático dos fatos de língua” (prefácio), apresenta um estudo bastante amplo e claro sobre a “Expressão do tempo”.

**Il y a** expressa a anterioridade do fato em relação ao momento do locutor ou a um ponto de referência:

— **Il y a** une semaine, j'ai vu un bon film.

— **Il y a** trois ans, j'ai fait la connaissance d'un pianiste.

— L'année dernière, il est allé en province. **Il y avait** deux ans **qu'**il n'avait pas vu ses parents.

Se o momento que serve de referência é o momento do locutor, usa-se em geral o presente:

— Pierre téléphone **depuis** une demi-heure.

— **Ça fait** une demi-heure **que** Pierre téléphone.

— **Il y a** une demi-heure **que** Pierre téléphone.

Isso quer dizer que desde que Pierre começou a telefonar, por exemplo, às 10h30, até o momento do locutor (11h00) decorreu meia hora.

Se o momento tomado como referência está situado no passado do locutor, usa-se geralmente o imperfeito:

— Pierre téléphonait **depuis** une demi-heure quand Paul est arrivé.

— **Ça faisait** une demi-heure **que** Pierre téléphonait quand Paul est arrivé.

— **Il y avait** une demi-heure **que** Pierre téléphonait quand Paul est arrivé.

Por exemplo, se Pierre começou a telefonar às 6h30, e Paul chegou às 7h00, o momento do locutor é posterior a 7h00.

Para Monnerie, **depuis** introduz um complemento que marca que uma ação ou um estado dura há algum tempo; ele é geralmente acompanhado de um tempo simples:

— **Il dort** **depuis** une heure.

**Il y a** introduz um complemento que indica que uma ação teve lugar um certo tempo antes. É acompanhado, em geral, de um tempo composto:

— **Il a téléphoné** **il y a** une heure.

Quando **il y a** surge como um ponto de referência no passado, pode ser acompanhado do imperfeito e vem no início da frase:

— **Il y a** vingt ans, on ne vivait pas comme aujourd'hui.

Quando o verbo aparece numa frase negativa, é usado geralmente no passé composé:

— Je n'ai pas vu ma soeur **depuis** deux ans.

Porém, se a negação é **ne... plus**, utiliza-se em geral o présente:

— Je ne vois plus ma soeur **depuis** deux ans.

Há certos verbos, como **partir**, para quem o *passé composé* pode marcar:

• um fato pontual:

– Il est parti hier à 7 heures.

• um estado que dura atualmente:

– Pierre habite toujours ici?

– Non, il est parti.

Um verbo como *partir* pode funcionar, portanto, no *passé composé* com **depuis** e **il y a**:

— Il est parti **il y a** une heure. (Insiste sobre o caráter pontual da ação)

— Il est parti **depuis** une heure. (Insiste sobre o estado; o particípio passado aqui equivale a um adjetivo).

Entre os verbos que funcionam desse modo, pode-se citar: **retourner, partir, arriver, rentrer, sortir, naître, mourir, monter, descendre, décéder, repartir, revenir, parvenir**. São verbos que se conjugam geralmente com o auxiliar **être**. A esses, pode-se acrescentar também verbos como: **décoller, déménager, disparaître, atterrir**, que funcionam com o auxiliar **avoir**.

Por exemplo:

— L'avion a décollé **il y a** vingt minutes. (= já decolou)

— L'avion a décollé **depuis** vingt minutes. (= indica o tempo decorrido, o estado).

Verbos que indicam uma **progressão**, como **baisser, augmenter, diminuer**, podem aparecer tanto no *passé composé* como no *présente* quando estão acompanhados de um complemento de tempo introduzido por **depuis**:

— **Depuis** deux ans, la vie **augmente**.

— **Depuis** deux ans, la vie **a augmenté**.

No primeiro exemplo, a progressão é sentida na sua continuidade. No segundo exemplo, trata-se de uma simples constatação.

Concluindo, podemos resumir o emprego de **depuis** e **il y a** deste modo:

**Depuis** se usa geralmente com o verbo no présente:

— Il téléphone **depuis** une heure.

— Il ne téléphone plus **depuis** deux mois.

— **Depuis** deux ans, la vie augmente.

**Depuis** se usa com verbo no *passé composé* quando na forma negativa:

— Il n'a pas mangé **depuis** deux jours.

ou com verbos exprimindo uma progressão:

— **Depuis** deux ans, la vie a augmenté.

ou com certos verbos como *partir*, *arriver*, *sortir*, etc. (que se conjugam com o auxiliar *être*):

— Il est sorti **depuis** une heure.

**Il y a** se usa em geral no *passé composé* quando situa um fato no passado:

— Il a téléphoné **il y a** une heure.

— Il est parti **il y a** une heure.

— **Il y a** deux ans, la vie a beaucoup augmenté.

4. **Il y a... que**: emprega-se com verbo no presente ou no passado e coloca em destaque o indicador temporal pela entonação:

— **Il y a** deux heures **que** j'attends.

Respondendo enfim à questão colocada *supra* (p. 3), temos que:

Ils habitent à Paris **depuis** vingt ans. correta

**Il y a** vingt ans **qu'**ils habitent à Paris. correta

As duas frases acima estão corretas porque o verbo *habiter* está no presente.

— \* Ils habitent à Paris **il y a** vingt ans. incorreta

Esta frase não está correta porque **il y a** se usa com verbo no passado, não no presente.

Finalmente, a frase:

— Não temos reajuste de salários há sete anos.

poderia ser dita assim:

— **Il y a** sept ans **que** nous n'avons pas de rajustement de salaires. (= colocando em evidência o indicador temporal *sept ans*)

ou:

— Nous n'avons pas de rajustement de salaires **depuis** sept ans. (= insistindo sobre a *duração*).

## Referências bibliográficas

- BENAMOU, Michel, CARDUNER, Jean. *Le moulin à paroles*. Paris: Hachette, 1974.
- BÉRARD, Evelyne, CANIER, Yves, LAVENNE Christian. *Tempo I*. Paris: Didier/Hatier, 1996.
- BERTHONNEAU, Anne-Marie. Comment *depuis* et *il y a que* parlent-ils du temps? In: FLAMENT-BOISTRANCOURT, Danièle. *Théories, données et pratiques en français langue étrangère*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1994. p. 61-91.
- BOULARÈS, Michèle, FRÉROT, Jean-Louis. *Grammaire progressive du français - niveau avancé*. Paris: CLE International, 1997.
- CAPELLE, Guy, GIDON, Noëlle, MOLINÉ, Muriel. *Le Nouvel Espaces 3*. Paris: Hachette, 1996.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- CHEVALIER, Jean-Claude, BLANCHE-BENVENISTE, Claire, ARRIVÉ, Michel, PEYTARD, Jean. *Grammaire Larousse du français contemporain*. Paris: Larousse, 1964.
- GIRARDET, Jacky, DOMINIQUE, Philippe, VERDELHAN, Michèle, VERDELHAN, Michel. *Le nouveau Sans Frontières 2*. Paris: CLE International, 1989.
- GIRARDET, Jacky, CRIDLIG, Jean-Marie. *Panorama 2*. Paris: CLE International, 1996.

- GRÉGOIRE, Maïa, THIÉVENAZ, Odile. *Grammaire progressive du français* - niveau intermédiaire. Paris: CLE International, 1995.
- GREVISSE, Maurice. *Le bon usage*. Paris: Hatier, 1964.
- MONNERIE, Annie. *Le français au présent*. Paris: Didier/Hatier/Alliance Française, 1996.
- WAGNER P.L., PINCHON, J. *Grammaire du français classique et moderne*. Paris: Hachette, 1962.
- DELATOUR, Y., JENNEPIN, D. et alii. *Grammaire du français*. Paris: Hachette, 1991.



Estudos  
Literários



Leitura de imagens  
no conto  
*A menor mulher do mundo,*  
de Clarice Lispector

Antonia Herrera

Universidade Federal da Bahia

Resumo

**E**studo de imagens presentes no conto *A menor mulher do mundo*, de Clarice Lispector, de acordo com o desenvolvimento do conceito de devaneios da intimidade material em Bachelard, correlacionado com outras instâncias da imaginação criadora. Selecionam-se imagens relativas à alteridade/identidade, ao grande/pequeno e ao espaço do dentro, no intuito de ler a percepção existencial construída pelo olhar estético e ético de Clarice Lispector, com apoio da fenomenologia da imaginação de Gaston Bachelard, em sua vertente poética de estudo.

Abstract

**T**his work presents an analysis of images in the short story *A menor mulher do mundo* by Clarice Lispector. It is in keeping with Bachelard's conception of daydreams of material intimacy, linked to other aspects of creative imagination. The article selects images related to alterity/identity, big/small and to the inner space in order to interpret the existential perception built by Clarice Lispector's aesthetic and ethical look, based on Gaston Bachelard's imagination phenomenology.



No universo ficcional de Clarice Lispector, está presente, de modo bastante peculiar, uma plethora de imagens que são pertinentes ao universo poético, sendo esse um traço lírico de sua narrativa. Todavia, se emergem imagens novas, fortes e dinâmicas o suficiente para fazer detonar o encadeamento de uma narrativa, como ocorre em diversos contos, não é pelo lirismo. Não é por essa via que se estruturam as tramas ficcionais. Mais seria pela força impactante de uma imagem do cotidiano, um incidente ou uma rápida pegada no ar, no noticiário ou num rosto, ou na natureza, que desencadeia uma espécie de devaneio vertiginoso, abissal, que desestrutura a personagem, que remete a uma seqüência de pensamentos, a outras imagens, a especulações acerca da existência, da condição humana, aos desejos, às dimensões oníricas vividas em estado de vigília.

Proponho-me aqui a analisar o conto de Clarice Lispector, *A menor mulher do mundo*<sup>1</sup>, pontuando aspectos relativos ao conceito de devaneio da intimidade material, desenvolvido por Bachelard.

O conto é estruturado em três perspectivas, nas quais há uma aproximação máxima do narrador, a cada tomada. Trata-se do encontro de um explorador em plena floresta, na África, com uma mulher da tribo dos pigmeus, medindo 45 cm. E habitando em árvores. E grávida. Primeiramente, o narrador, em terceira pessoa, nos aproxima do espanto do explorador francês, em plena floresta, e nos faz acompanhar seu devaneio diante daquela realidade inusitada. Segundo, o narrador nos leva ao interior de diversos lares citadinos, que são informados do fenômeno mediante notícia *no suplemento colorido dos jornais de domingo*, com foto em tamanho natural, e recolhe as reações da perspectiva do senso comum, formuladas em opiniões, registrando o devaneio que a notícia, com suas imagens, provoca em cada um daqueles seres. Por último, voltamos à floresta e o narrador penetra na perspectiva da mulher, objeto de observação, para acompanhar seus devaneios diante daquele ser estranho: o explorador francês.

<sup>1</sup> LISPECTOR, Clarice. A menor mulher do mundo. In: —. *Laços de família: contos*. 12.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1982.

Dessas três perspectivas: 1) a do cientista que se desloca da cidade para o coração da África em busca de novidade, 2) a dos seres protegidos em seus lares e que têm como referência uma imagem – a da foto; 3) a da menor mulher do mundo, pode-se examinar como Clarice Lispector, no conto, dimensiona a intimidade de cada ser, revelando em seus devaneios, no dinamismo de suas imaginações, seus esconsos desejos.

Retomo o conto, trazendo um pouco da estória, acompanhado de algumas reflexões, para, em seguida, pontuarmos os elementos referentes a imagens e devaneios.

O início do conto nos remete de imediato, metaforicamente, para as duas vertentes do pensamento de Bachelard: a vertente científica, constituída por uma análise eminentemente epistemológica, e a vertente poética, mediante uma fenomenologia da imaginação, ou mesmo uma ontologia da imaginação. O homem diurno da Ciência e o homem noturno da poesia, de acordo com terminologia usada por Hilton Japiassú,<sup>2</sup> emergem no explorador Marcel Petre. A sua busca científica é paralela a uma busca do seu devaneio poético, dinamizado pelo imaginário que ele vai experimentar. O elemento surpresa e o método científico de busca da novidade, do raro, coadunam com o encontro poético por estarem motivados por uma unidade **transcendental**, que, no pensamento de Bachelard, é a imaginação criadora. Assim começa o conto:

Nas profundezas da África Equatorial o explorador francês Marcel Petre, caçador e homem do mundo, topou com uma tribo de pigmeus de uma pequenez surpreendente. Mais surpreso, pois, ficou ao ser informado de que menor povo ainda existia além de florestas e distâncias. Então mais fundo ele foi.

No Congo Central descobriu realmente os menores pigmeus do mundo. E – como uma caixa dentro de uma caixa, dentro de uma caixa – entre os menores pigmeus do mundo estava o menor dos menores pigmeus do mundo, obedecendo talvez à necessidade que às vezes a Natureza tem de exceder a si própria.

Entre mosquitos e árvores mornas de umidade, entre as folhas ricas do verde mais preguiçoso, Marcel Petre defrontou-se com uma mulher de quarenta e cinco centímetros, madura, negra, calada. “Escura como um macaco”, informaria ele à imprensa, e que vivia no topo de uma árvore com seu pequeno concubino. Nos tépidos humores silvestres que arredondam cedo as frutas e lhe dão uma quase intolerável doçura ao paladar, ela estava grávida.

Ali em pé estava, portanto, a menor mulher do mundo. Por um instante, no zumbido do calor, foi como se o francês tivesse inesperadamente chegado à conclusão última. Na certa, apenas por não ser louco, é que sua alma não desvairou nem perdeu os limites. Sentindo necessidade imediata de ordem, e de dar nome ao que existe, apelidou-a de Pequena Flor. E, para conseguir classificá-la entre as realidades reconhecíveis, logo passou a colher dados a seu respeito.

Daí seguem alguns dados sobre os escassos likoualas que vivem *por defesa estratégica* nas árvores mais altas para fugir dos selvagens bantos que os

<sup>2</sup> JAPIASSÚ, Hilton. *Para ler Bachelard*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

caçam com rede e os comem, *como fazem com os macacos*. Possuem uma *linguagem breve e simples*. *Como avanço espiritual têm um tambor*. Para defender-se dos bantos, um machado pequeno.

O achado, fruto de suas pesquisas, o faz se defrontar com a zona fronteira entre o humano e o inumano. O que o desconcerta, mas também o faz exultar diante da raridade. Para o imaginário do pensamento que se estrutura, buscando conhecer um determinado objeto de seus estudos, o encontro com uma novidade assume a proporção de um grande tesouro. Aquele ser-objeto de análise representa a preciosidade de um achado, de um acréscimo aos dados de uma ciência, etnografia, certamente. O narrador, aproximando-se do ponto de vista do explorador, dimensiona a sua satisfação diante do encontro e, em seu imaginário, o avanço de seus estudos. O remarque é dado para ambição de sua imaginação. Vejamos o texto:

Foi, pois, assim que o explorador descobriu, toda em pé e a seus pés, a coisa humana menor que existe. Seu coração bateu porque esmeralda nenhuma é tão rara. Nem os ensinamentos dos sábios da Índia são tão raros. Nem o homem mais rico do mundo já pôs olhos sobre tanta estranha graça. Ali estava uma mulher que a gulodice do mais fino sonho jamais pudera imaginar.

A presença das imagens da floresta, aliadas às de profundidade e de centro, bem como as sensações imagéticas de morno, úmido, tépidos, doçura e as formas arredondadas das frutas e da gravidez conduzem a um dinamismo de imagens-símbolo que se associam ao conceito de devaneio material estudado por Bachelard, alinhando-se, pois, à idéia de busca de interioridade, de espaços fechados, de lugares aconchegantes, de volta à ancestralidade do útero materno. Além do mais, esses pequeninos seres refugiam-se nos topos das árvores, no coração da floresta. A imaginação passeia pelo infinitamente pequeno e o desmesuradamente grande. Tudo isso resumido na imagem expressa das caixinhas chinesas que se reproduzem em tamanhos cada vez menores, sendo a anterior receptáculo da seguinte, até o minúsculo do que se possa realizar ou imaginar. As imagens materiais da intimidade consideram os valores do sonho e da profundidade. Remarque-se que a busca do menor está *além*, o que faz o explorador ir *mais fundo* na floresta.

Ao sonhar a profundidade, sonhamos a nossa profundidade. Ao sonhar com a virtude secreta das substâncias, sonhamos com nosso ser secreto. Mas os maiores segredos de nosso ser<sup>3</sup> estão escondidos de nós mesmos, estão no segredo de nossas profundezas.

A imagem do comer e ser comido atende aos princípios do encaixamento natural que estão em ação no complexo de Jonas.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> BACHELARD, Gaston. *A terra e os devaneios do repouso*; ensaio sobre as imagens da intimidade. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p.39.

<sup>4</sup> Idem. p.107.

Atente-se ainda para o procedimento de construção de imagens metafóricas que desembocam num dado, numa idéia. Trata-se do caráter realizante das metáforas de que fala Bachelard. Os tópicos humores silvestres arredondam cedo as frutas, do que resulta uma intolerável doçura. A conclusão sem aparente logicidade é ela estar grávida. O vínculo da gravidez com o clima e as frutas também aproxima a menor mulher do mundo do mais Natural equivalendo ao menos Civilizacional, demarcando fronteiras entre o Humano e Inumano. As sensações se associam à imaginação, conferindo qualidade inusitada às coisas. Atente-se ainda para a imagem-idéia: *entre as folhas ricas do verde mais preguiçoso*, que, aliada *aos mosquitos e árvores mornas de umidade*, recria no imaginário do leitor uma atmosfera de processar-se da vida, vida primária, primeira, espontânea, que liga fruto maduro a gravidez, no mesmo plano, remetendo uma a outra. Também a metáfora *no zumbido do calor* lida com sensações e imagens auditivas e táteis, conferindo qualidade de uma sensação à outra. E a imagem literária nos faz viver o calor e a protuberância da vida em nosso imaginário. Para Bachelard, o calor é o signo de uma profundidade, o sentido de uma profundidade. O texto registra, como foi pontuado, as profundezas da África e o ato do explorador de ir mais fundo.

Só então a intensidade de uma qualidade se revela numa sensação renovada pela imaginação. Só se vive as qualidades revivendo-as com todas as contribuições da vida imaginária.<sup>5</sup>

Um explorador francês depara-se, no interior da África, com uma pequenina mulher de 45cm e grávida, de uma tribo de pigmeus que vive nas árvores igual aos macacos, fugindo de serem comidos por outra tribo. O espanto e o choque fazem-no apelar para uma necessidade de pôr ordem, de classificar, nomear: *... apenas por não ser louco, é que sua alma não desvairou nem perdeu os limites.*

Diante do fato, em face da realidade, o cientista é desconstruído para emergir o poeta. Somente à poesia é dado resgatar o inusitado, apelando para uma ordem íntima que possibilita uma aproximação real com o extraordinário. A curiosidade do narrador sobrepõe-se à sensibilidade do homem que aflora diante do encontro com a coisa rara: “foi então que o explorador disse timidamente e com uma delicadeza de sentimentos de que sua esposa jamais o julgaria capaz: - Você é Pequena Flor.”

A imagem daquele ser que *era escura como um macaco* e que na foto posteriormente publicada pelo jornal *parecia um cachorro* desordena a percepção da ordem do mundo, das fronteiras do humano e não-humano. E, de repente, torna-se poeticamente *Pequena Flor*.

Além do mais estava grávida: *Nos tópicos humores silvestres, que arredondam cedo as frutas e lhes dão uma quase intolerável doçura ao paladar,*

<sup>5</sup> Idem, p.69.

*ela estava grávida; Ali estava uma mulher que a gulodice do mais fino sonho jamais pudera imaginar.*

As imagens da gravidez, do redondo, associadas a fruto, a dentro, a casa, a interior remetem ao devaneio do repouso e da miniatura. Tudo isso ainda explicitamente mediado pela metáfora: *que a gulodice do mais fino sonho jamais pudera imaginar*, significativa do ideal de ciência que se alimenta do sonho e da imaginação, em sua busca. A *gulodice* associada a *sonho* confere-lhe uma dimensão concreta, material. O maravilhamento, o espanto, que não são da ordem da metodologia da ciência, entram como elemento construtor no texto literário, que absorve a subjetividade do sujeito observador diante de seu objeto de estudo:

Nesse instante Pequena Flor coçou-se onde uma pessoa não se coça. O explorador – como se estivesse recebendo o mais alto prêmio de castidade a que um homem, sempre tão idealista, ousa aspirar –, o explorador, tão vivido, desviou os olhos.

O interesse de Clarice pela vida, em espanto constante diante do vivo, destaca-se nessa concepção aguda da vida no interior da África, no coração do mundo, palpitando no sentimento de um ser humano que é usado como alimento por outros seres e que carrega em si outro ser. A imagem do devorar/ser devorado perpassa a realidade existencial daqueles seres.

O narrador cataloga, em seguida, uma série de reações das pessoas, em seus apartamentos e casas, onde chegou a imagem do fenômeno pelo periódico. São visões corriqueiras, avaliações sentimentais, pessoais, interessadas nos seus pequenos projetos de vida, que dão a dimensão de seus sonhos, seus desejos. A menor mulher do mundo desencadeia nesses corações imaginações perversas ou tristes, frustrações e desejos que se consubstancializam em suas manifestações. De modo sutil, pelo recurso da ironia, Clarice Lispector desmistifica o mundo de cada indivíduo, da família e põe a nu os condicionamentos culturais. O olhar que se poussa sobre Pequena Flor é um olhar de fora, estrangeiro, que separa o que é diferente, que oscila entre as marcas do humano e não-humano.

O olhar estético recolhe todas as percepções, numa tônica de avaliação ética, apanhadas das manifestações corriqueiras do cotidiano e deflagradas pelo imaginário. O conto parece se estruturar a partir de uma notícia de jornal sobre a existência da menor mulher do mundo, acompanhada de sua imagem numa foto. As diversas avaliações de Pequena Flor convergem todas para uma única: o outro que difere, que espanta, que incomoda e é achatado numa visão cultural, pessoal e, conseqüentemente, desumana, mas que se expressa com rótulos sentimentais do humanismo. A curiosidade, o sentimento de posse, a idéia do possível são uma tentativa de neutralizar o incômodo que se revela no que é a vida, no que é também o ser humano. A ironia clariceana denuncia os equívocos nos valores que circulam na família, sociedade e cultura e nos expõe em

cheio a encarar uma realidade fora dos modelos em que nos situamos. A percepção artística corresponde a uma revelação cruel, de teor nietzscheano, dos escossos desejos. O autor oferece a dimensão dessa realidade na perspectiva do tamanho: se o grande assusta e incomoda, o pequeno comove, mas também assusta, porque desestabiliza os parâmetros pelos quais medimos a vida. Ambos os pólos – o pequeno e o grande – processam o fenômeno da imaginação que devaneia diante da matéria. “A imaginação é mais curiosa pelas novidades do real, pelas revelações da matéria.”<sup>6</sup> A transgressão é imputada à natureza, acumulada de sinais que reafirmam esse motivo expresso nos axiomas:

A desgraça não tem limites; ... numa Natureza que errou uma vez já não se pode confiar; Mas na unidade da floresta não há desses refinamentos cruéis, e amor é não ser comido.

Pequena Flor é um ato de transgressão da vida, um *erro da natureza*? Ou a ética da vida inscreve-se numa perspectiva que nossa ótica subjetiva não alcança? No universo ficcional, as palavras e os conceitos, como na filosofia, constroem seu universo de idéias, todavia o que marca e impressiona é o universo imagístico, desencadeado pelo devaneio que acomete cada ser diante daquela realidade. O poético em sua tarefa de pôr ordem artística, em *enformar*, apreende no dinamismo das imagens o teor cognitivo do mundo. “As imagens que são forças psíquicas primárias são mais fortes que as idéias, mais fortes que as experiências reais.”<sup>7</sup>

No painel de depoimentos, uma mulher sente *aflição*, não quis olhar por uma segunda vez; outra foi presa de *tal perversa ternura*, traduzida pela narradora por ameaça: *Quem sabe a que escuridão de amor pode chegar o carinho... Aliás era primavera, uma bondade perigosa estava no ar*; outro a vê sob o signo da desgraça sem limite; desperta *êxtase de piedade* numa moça noiva que a percebe *tristinha*, contracenando com a mãe, que é taxativa: *mas é tristeza de bicho, não é tristeza humana*; é vista como possibilidade de brinco, de jogo, de posse, de falsa caridade, de possível serviço.

Em uma outra casa, junto a uma parede, deram-se ao trabalho alvoroçado de calcular com fita métrica os quarenta e cinco centímetros de Pequena Flor. E foi aí mesmo que, em delícia, se espantaram: ela era ainda menor que o mais agudo da imaginação inventaria. No coração de cada membro da família nasceu nostálgico o desejo de ter para si aquela coisa miúda e indomável, aquela coisa salva de ser comida, aquela fonte permanente de caridade. A alma ávida da família queria devotar-se. E, mesmo, quem já não desejou possuir um ser humano só para si?

As forças imaginadas são maiores que as forças reais. O sadismo e o masoquismo da imaginação são apreendidos pelas imagens literárias, regidas

<sup>6</sup> Idem. p.41.

<sup>7</sup> Idem. p. 17.

pelo princípio da coexistência de opostos, as quais dão conta do realismo do imaginário, em sua ambivalência, bem definido pela frase de Bachelard: “O homem é um drama de símbolo”. “O verdadeiro psicólogo encontrará no coração humano uma união dos contrários afetivos que modificará as grosseiras ambivalências”<sup>8</sup>

Nas expressões afetivas, no desencadeamento de imaginações de posse e de sentimentos diversos, emerge a violência como elemento ambivalente nos devaneios de posse. A visão de Pequena Flor desencadeia uma percepção de escuro/claro que faz parte do ser humano no campo de possibilidades de atos e sentimentos diversos.

... é pelas imagens que se pode obter o diagnóstico mais seguro dos temperamentos.<sup>9</sup>

A senhora já pensou, mamãe, de que tamanho será o nenenzinho dela? – disse ardente a filha mais velha de treze anos.

O pai mexeu-se atrás do jornal.

– Deve ser o bebê preto menor do mundo – respondeu a mãe, derretendo-se de gosto. – Imagine só ela servindo a mesa aqui em casa! E de barriguinha grande!

– Chega dessas conversas! – engrolou o pai.

– Você há de convir – disse a mãe inesperadamente ofendida – que se trata de uma coisa rara. Você que é insensível.

Neste conto, o sentido de amor é deslocado dos padrões culturais da civilização para receber o viés do outro, do diferente. A mudança de perspectiva do olhar desmascara os valores sentimentais institucionalizados que prefiguram um sentido romântico e cristão do amor.

Cumpra portanto bem distinguir em literatura entre o adjetivo que se limita a designar mais precisamente um objeto e o adjetivo que envolve a intimidade do sujeito.<sup>10</sup>

As possibilidades de manifestação de amor estão presentes na integridade da alma humana, como dimensão da vida. Amor foge aos padrões morais estratificados. Cabe, assim, denunciar o que se esconde atrás do que se nomeia amor: *quem sabe a que escuridão de amor pode chegar o carinho*. Ao avaliar a carência inerente ao ser humano, conta uma estória dentro da estória. Ao ouvir o filho dizer que queria Pequena Flor para assustar o irmão, a mãe lembra do que a cozinheira lhe contara de seu tempo de orfanato: as órfãs esconderam o cadáver de uma menina para brincar de boneca com ela: dar banho, comidinha, pôr de castigo – *a maternidade já pulsando terrível no coração das órfãs...* O amor maternal apresenta sua face de horror, de carência e necessidade. Esse motivo deflagra considerações pungentes postas na ótica da mãe, como

<sup>8</sup> Idem. p. 66.

<sup>9</sup> Idem. p. 2.

<sup>10</sup> Idem. p. 66.

projeção da ótica do artista: *e considerou a cruel necessidade de amar. Considerou a malignidade de nosso desejo de ser feliz. Considerou a ferocidade com que queremos brincar. E o número de vezes em que mataremos por amor.*

Da perspectiva da menor mulher do mundo, Pequena Flor sente amar um estrangeiro e também sua bota e seu anel que brilha. São postos como equivalentes: o ser e seus pertences materiais, dando expressão à autenticidade do sentimento da pequena mulher, que se circunscreve numa outra ótica e outra ética, para avaliar a vida e os sentimentos. O aparente é igual ao não-aparente, o que aproxima não apenas coisas, mas coisas e sentimentos, desmistificando a dualidade ocidental de corpo/espírito. Não tem pejo de se deixar atrair tanto pela cara branca do homem para quem sorri como para seus objetos. *Mas na umidade da floresta não há desses refinamentos cruéis, e amor é não ser comido.* Também é com espontaneidade que Pequena Flor se coça no sexo e deixa ruborizado o explorador. A transgressão do tabu moral da civilização é a vida se manifestando. Não há falta de ética em gostar do homem pelo que ele tem de posses; há um ângulo diferenciado de valores, no qual a imaginação é motivada. Por outro lado, os sentimentos de piedade, caridade, amor, aliados a curiosidade, posse, preconceito, utilitarismo, fazem parte do imaginário de seres detentores de uma visão parcial e pessoal do mundo, que, no entanto, julgam única e capaz de legislar tudo por ela. Não avaliam que o diferente, o estranho, para eles é o espontâneo no acontecer da vida.

A autenticidade de Pequena Flor também não é valorizada como “algo bom” em contraste com “algo ruim” do painel de atitudes que caracterizam os seres selecionados pelo narrador para opinar sobre o fenômeno que é *Pequena Flor*. Não há uma visão privilegiada; a visão primitiva não se sobrepõe como melhor porque mais autêntica. Nem a visão dos civilizados, pelo domínio cultural, econômico, social. Os imaginários deflagrados ante a matéria visualizada e qualificada remetem para a intimidade do sujeito. O sujeito procura na matéria, no objeto, o correspondente a seu anseio íntimo, pessoal.

O poeta busca ao mesmo tempo a intimidade e as imagens. Quer exprimir a intimidade de um ser do mundo exterior. ....Ele nos põe diante dos mais simples motivos de devaneio.<sup>11</sup>

Assim, no imaginário literário de Clarice Lispector, o conceito de amor participa de uma ética que podemos chamar de ética da vida. Dessa perspectiva, amor corresponde ao sentido intenso e abrangente do que é a vida, representada em imagens fortes e intensas que dão conta de um dinamismo voraz, no sentido da vida que come a vida.

No conto *Amor*, em **Laços de família**, maquete estrutural e temática do universo ficcional de Clarice Lispector, pode-se apreender uma episteme do amor, que se configura na expansão do sentimento da personagem Ana,

<sup>11</sup> Idem. p. 41.

deflagrada pela visão de um cego mascando chicles. Ao olhar o cego, é chamada para participar do *trabalho secreto* da vida que se expandia no Jardim Botânico em negras raízes, numa dimensão que ultrapassa o humano, retirando-o da segurança do cotidiano. Pela piedade, no sentido que se especifica pelo sintagma: *A piedade era tão crua como um amor ruim*, ou ainda quando diz ... *não era só piedade: seu coração se enchera com a pior vontade de viver* e por um sentimento de amor ilimitado que transgride as fronteiras da ordenação pessoal e leva a sentir a tentação de não retornar.

Amor é equiparado a Inferno: *E, se atravessara o amor e o seu inferno...*, pela potencialidade e possibilidade de viver numa expansão sem medida, que reside em si e é despertada pela natureza vegetal: *um cego me levou ao pior de mim mesmo. A vida do Jardim Botânico chamava-a como um lobisomem é chamado pelo luar*. A ética da vida como premência do amor afirma potência de seus valores, sinalizada pela inquietação e pela tentação desencadeadas no imaginário do sujeito. Nessa direção, “amor é perdição” e, no dizer de Bachelard, a imagem literária é uma imagem polêmica.

A saída pela imaginação para a plenitude orgiástica do Reino Vegetal produz um delírio de imagens excessivas e intensas presentes nesse conto. A seiva, as raízes, a proliferação das plantas, *o trabalho secreto da vida* que, obediamente, se processa no Jardim Botânico representam o mesmo apelo do devaneio da matéria, de Eros, da vida.

Os signos artísticos adquirem um estatuto emblemático – registro do movimento provável do querer, sentir, pensar, imaginar do sujeito que se reverte em marca maior da humanidade.

É que as qualidades materiais, bem ocultas nas coisas para serem não só bem expressas, mas bem exaltadas, exigem o domínio de toda a linguagem, um estilo. O conhecimento poético de um objeto, de certa maneira, implica todo um estilo.<sup>12</sup>

Quero concluir essa breve incursão pelo mundo das imagens tão detalhadamente estudadas por Bachelard citando uma frase dele que considero fundamental: “À sua maneira, a imaginação é objetiva”.<sup>13</sup>

E essa objetividade, podemos sentir no deflagrar das diversas imagens construídas e construtoras do conto *A menor mulher do mundo*.

## Referências bibliográficas

BACHELARD, Gaston. *A terra e os devaneios do repouso*; ensaio sobre as imagens da intimidade. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

JAPIASSÚ, Hilton. *Para ler Bachelard*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976

LISPECTOR, Clarice. *A menor mulher do mundo*. In: \_\_\_\_ . *Laços de família: contos*. 12.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1982.

<sup>12</sup> Idem. p.71.

<sup>13</sup> Idem. 42.



# “A bela e a fera” na literatura infanto-juvenil

Doralice Fernandes Xavier Alcoforado

Universidade Federal da Bahia

Resumo

As transformações socioculturais operadas no século XVIII na Europa repercutiram na educação formal da criança, cuja formação, a partir de então, passou a ser também da responsabilidade da escola. A necessidade de material bibliográfico que atendesse a essa demanda fez do livro infantil um mercado economicamente atraente. Para isso recorreu-se a traduções e adaptações de textos que veiculassem valores universais orientados para uma formação humanística tradicional. Os contos populares vieram suprir essa carência. Isso possibilitou a ampla divulgação dos contos de Perrault, dos Irmãos Grimm, de Andersen, de autoras francesas de contos de fadas, principalmente os de Madame d'Aulnoy e Madame Leprince de Beaumont.

Résumé

Dans l'Europe du XVIIIe, les transformations culturelles ont repercuté sur l'éducation formelle de l'enfant, dont la formation, à partir de cette période, est devenue aussi responsabilité de l'École. Le besoin de matériel bibliographique capable de répondre à cette demande a fait du livre pour enfants et adolescents un marché économiquement attrayant. Pour cela, des traductions et des adaptations de textes ont vu le jour et ont été capables de faire circuler les valeurs universelles, tournées vers une formation humanistique traditionnelle. Les contes populaires sont venus combler ce manque. Cela a permis une grande diffusion des contes de Perrault, des frères Grimm, d'Andersen, des auteures françaises du conte de fées, surtout, ceux de Madame d'Aulnoy et de Madame Leprince de Beaumont. Au Brésil, la littérature pour enfants et adolescents, en tant qu'objet de consommation sous forme de livre, a débuté à partir des années soixante-dix du XIX e siècle, avec l'emploi de matériel folklorique d'origine étrangère, traduit et adapté à notre réalité et venu généralement du Portugal, au lieu des sources orales brésiliennes.



No Brasil, a literatura infanto-juvenil, como objeto de consumo em livro, teve início a partir da década de setenta do século XIX, utilizando matéria folclórica não recolhida diretamente de fontes orais brasileiras, mas de origem estrangeira que geralmente aqui penetrava via Portugal, traduzida e adaptada à nossa realidade.

Entre nós, a condição de Colônia permitiu a transplantação de valores europeus que aqui foram adaptados, assimilados e só posteriormente recriados numa expressão brasileira diferenciada. Nesse processo histórico-cultural da nossa formação, a tradição oral ibérica foi trazida para cá não apenas na memória do português, mas também por meio de textos escritos da chamada “literatura do povo” e do cordel, entre outros textos permitidos pela política colonizadora da Metrópole, restritiva a atividades culturais no Brasil-Colônia.

As transformações socioculturais operadas no século XVIII na Europa repercutiram, sem dúvida, na educação formal da criança, criando uma nova mentalidade a respeito do seu papel na sociedade, passando a escola a adequar o currículo às novas necessidades da criança, introduzindo nele assuntos antes relegados à responsabilidade das famílias. Com isso, esse segmento da população passou a ser encarado como um mercado economicamente atraente para a indústria editorial do livro infantil.

Referindo-se às transformações processadas na sociedade brasileira no entre séculos com o processo de acumulação de capitais e o conseqüente aumento do complexo de atividades em torno das cidades e do aparato burocrático, Nelly Novaes (1985: 166) informa que o sistema escolar nacional passou por reformas de real alcance, repercutindo também na produção literária para crianças e jovens. Com isso, ampliou-se o volume de traduções e adaptações de textos que difundiam valores universais orientados para uma formação humanística tradicional. Paralelamente cresce a consciência por uma literatura infanto-juvenil firmada em elementos da tradição cultural brasileira.

A carência de material didático especialmente direcionado para essa faixa etária obrigou, no primeiro momento, a recorrer-se à literatura oral para

suprir o emergente e ávido mercado. Traduções e adaptações de contos populares possibilitaram a ampla divulgação dos contos de fada de Perrault, Madame d'Aulnoy, Leprince de Beaumont, Andersen, Irmãos Grimm, entre outros, graças ao processo de veiculação desses textos em edições baratas, como os textos volantes, as coleções de brochuras, as edições populares de cordel e os livros infanto-juvenis.

A moda dos contos de fada franceses, que atingiu o seu apogeu no século XVIII, repercutiu em toda a Europa e mesmo em outros países não europeus, extrapolando as fronteiras geográficas e as barreiras lingüísticas. Muito embora tenha havido restrição da leitura indiscriminada desses contos para crianças,<sup>1</sup> esse tipo de texto era bastante utilizado para o público infantil. O conto do ciclo de "A Bela e a Fera", conjunto de narrativas pertencentes ao tema do **noivo-animal**, classificado por Aarne e Thompson no *Types of the folktale* entre os contos numerados de 425 a 449, estão entre os textos preferidos para as coleções infantis.

A literatura infanto-juvenil, como objeto de consumo em livro, teve início na Europa no final do século XVIII. Em Portugal, a difusão de contos do tema do **noivo-animal** está documentada em adaptações ilustradas em várias coleções.<sup>2</sup> No final do século XIX, as traduções da Condessa de Ségur e de Andersen eram os textos mais editados, competindo com publicações do tipo *Contos para nossos filhos*, *Para as crianças*, *Biblioteca para crianças* que, além de contos populares portugueses, divulgavam também contos de Perrault e dos Irmãos Grimm.<sup>3</sup> Esses textos tiveram significativa penetração entre as crianças, comprovada pelas várias coleções destinadas a esse público em formação.

A escritora Natércia Rocha (ROCHA, 1987: 46), ao falar do surgimento da literatura infantil em Portugal, destaca a importância da inclusão de contos populares portugueses nas publicações destinadas a crianças. Informa ainda que, em 1774, teve início não só o contacto da criança portuguesa com o livro, ao ser lançado o título *Tesouro de meninas*, como também a penetração do conto de fada francês em Portugal, com a tradução de *Le magasin des enfants*, de Madame Leprince de Beaumont, de que "A Bela e a Fera" faz parte, que na tradução portuguesa intitulou-se *Tesouro de meninas ou Diálogos entre uma sábia aia e suas discípulas*. O estudioso da etnografia portuguesa Leite de Vasconcelos (1963:160) faz referência a semelhanças encontradas entre o conto "A Bela e a Fera", dessa publicação, e o conto "Belhita", recolhido por ele. Comenta ainda tê-lo ouvido, quando criança, de uma prima que aprendera dessa mesma fonte escrita. Admite a possibilidade de procedência espanhola, em razão do título, afirmando que as pessoas lhe transmitiam os contos "com frequência em espanhol, no todo ou em parte, e não raro os traduzissem daquela língua".

Pelo que se depreende da afirmação do etnólogo português, a versão francesa pode ter penetrado em Portugal também por mediação do espanhol.

Para Rocha (1982: 41), apesar da vizinhança, a penetração do livro francês só foi permitida em Portugal após o período pombalino, que criou barreiras para evitar a disseminação dos ideais liberais apreçados pela Revolução Francesa, ocasionando o isolamento desse país. Dessa forma, os livros de Perrault só tardiamente puderam ser introduzidos no mercado português. A produção literária infantil dessa época, contudo, continua alimentada principalmente por textos traduzidos do francês.

No Brasil, a veiculação da literatura infantil em livros inicia-se na década de 70 do século XIX, utilizando a matéria folclórica, à semelhança da Europa, constituída de textos não diretamente recolhidos das fontes orais brasileiras, mas de textos estrangeiros que geralmente penetravam via Portugal, traduzidos e adaptados à nossa realidade, em edições bastante distanciadas da língua materna. Esses textos, inicialmente difundidos pelos livros de Figueredo Pimentel e Carlos Janser, tornaram-se bastante populares.

A partir do final do século XVII, o gosto pelos contos de fadas tornou-se um verdadeiro movimento literário, repercutindo no século seguinte, invadido por esses contos que exploravam a tradição oral européia e, sobretudo, a tradição francesa. Basta dizer que dos 115 contos-tipo franceses catalogados por Paul Delarue, 36 foram retomados por autores de contos de fada (ROBERT, 1982:132). A preferência por esse gênero teve seu apogeu com a publicação dos 26 volumes de *Le cabinet des fées ou Collection choisie de contes de fées et autres merveilles* (1785-9), com repercussão em outros países europeus e mesmo na América.

Madame d'Aulnoy, Madame Villeneuve e Madame Leprince de Beaumont, ao lado de Perrault, ao construírem suas narrativas segundo o modelo do conto oral, destacam-se entre os primeiros autores a trabalhar a matéria folclórica, transformando-a em produto "culturellement acceptable" (ROBERT, 1982:131). Embora o conto "La Belle et la Bête" (1740) de Madame Villeneuve tenha sido escrito primeiro, foi o conto de Madame Leprince de Beaumont, que integra *Le magasin des enfants* (1756), que se tradicionalizou e vem sendo recriado, através dos séculos, nos vários sistemas de signos artísticos. O sucesso da sua versão certamente tem a ver com o modelo moralizante mais condizente com os objetivos a que o livro se propunha – ditar normas de comportamento para adolescentes de ricas famílias londrinas. Segundo Zipes (1980: 60), a grande aceitação do seu texto se deve ao fato dele apresentar, em matéria de educação, uma perspectiva social mais aberta de aliança da burguesia com a aristocracia, ideal a ser atingido e preocupação daquele momento histórico.

Os contos de fada de origem francesa tiveram grande repercussão no Brasil. A França exerceu a hegemonia cultural por longo período, o que determinou que os produtos culturais franceses, mormente a literatura e o teatro, fossem saboreados na língua original, vez que, a partir de 1890, a classe de prestígio dominava o idioma francês, que se tornou ornamento obrigatório na

formação das sinhazinhas e, posteriormente, das prendadas mocinhas da classe média emergente. A moda dos contos de fada certamente circulou entre nós e esses contos devem ter sido saboreados por esse público leitor feminino, nos colégios ou mesmo em saraus, que posteriormente deve tê-los transmitido para as crianças. Essa moda reforçou a veiculação de uma matéria que já era fartamente utilizada para o entretenimento nos serões familiares, quando os senhores, empregados e subalternos buscavam nessas narrativas uma forma de matar o tempo, sobretudo na zona rural, nas reuniões noturnas.

Os livros destinados às crianças continuaram apresentando textos traduzidos e adaptados de antologias portuguesas e de outros países, uma vez que a recolha dessas narrativas entre nós, até as primeiras décadas do século XIX, foi numericamente insuficiente – publicações esparsas em jornais locais –, e a primeira edição dos *Contos populares do Brasil*, de Sílvio Romero, é de 1885. O levantamento feito em bibliotecas e seções especializadas em livro infanto-juvenil dá conta de ampla relação de publicações desse gênero. Há editoras, que se tornaram famosas e nacionalmente conhecidas pelas publicações direcionadas a essa faixa etária, que veiculavam textos da mitologia grega e de contos populares de vários países.

Bastante conhecida entre nós é a Editora Quaresma, que, a partir de 1879, desempenha importante papel como pioneira em lançamentos de livros para crianças, inaugurando a coleção Biblioteca Infantil Quaresma, em 1894, com os *Contos da carochinha*, de Figueredo Pimentel<sup>4</sup>, que, segundo informação de Lajolo e Zilberman (1984: 31), vai alimentar a infância brasileira com as histórias de Perrault, Grimm e Andersen. Mais tarde, em 1915, é a vez da Melhoramentos também inaugurar a sua Biblioteca Infantil. A Companhia Editora Nacional, a Editora do Brasil, a Vecchi e a Minerva estão também entre as editoras mais tradicionais.

A coletânea *Contos da carochinha*, de Figueredo Pimentel, da Editora Quaresma, na sua 22ª edição, publicada em 1952, contém 61 contos populares de vários países, recolhidos diretamente da tradição oral, traduzidos e adaptados em linguagem acessível ao público infantil. Do Prefácio consta a informação de que a primeira edição de 1894, com 40 histórias, teve tiragem perto de 100 mil volumes que “correm de mão em mão, em todos os Estados, em todas as cidades e vilas do Brasil”, esgotando-se em menos de um mês, tal a avidez do carente mercado e aceitação da obra. “Não há – podemos dizer com afoiteza – uma só criança que não tenha lido, ou não a queira reler e possuir” (PIMENTEL, 1952: 9). A aceitação da crítica especializada, de jornalistas e de pais é total.

A Editora Vecchi (1962) lançou a coleção Os Mais Belos Contos de Fada em volumes bem encadernados e ilustrados que, na contracapa, trazem em destaque a seguinte mensagem ao público a que se destina:

Queridos amiguinhos,  
Alegrem-se! As mais lindas fadas estão perto de vocês. Querem conhecê-las?  
Esperam-nos em seu maravilhoso reino, que abarca o mundo inteiro. (1962)

Essa coleção publicou, em volumes separados, contos de fadas chineses, poloneses, russos, portugueses, franceses, tchecos, irlandeses, indianos, ingleses e iugoslavos. Neste volume, encontra-se uma versão de “O noivo Serpente” (1951: 79-81), que integra o ciclo de “A Bela e a Fera”, na qual uma mãe estéril deseja um filho nem que seja um animal, semelhante à versão desse conto coletado na Bahia na década de noventa. No volume dedicado aos contos russos, está presente “A Pluma de Fenist, o Falcão Radiante”, que integra a coleção de Afanassiev (1946: 44-8). Também são da Vecchi *Contos de fadas do mundo das maravilhas*, *Contos de fadas da floresta encantada* e *Contos juvenis de fadas*.

Outra coleção, As obras-primas juvenis, divulga contos de outros tipos, como os de “As mil e uma noites”. Nessas coleções, foram publicados, entre outros, contos dos Irmãos Grimm, de Andersen, de Perrault, da Condessa de Murat, da Madame Beaumont e de Madame d’Aulnoy. Em *Os mais belos contos juvenis* se encontra “A Bela e o Monstro”, em tradução livre, cuja protagonista recebe o nome de Garota Formosa (1946: 66-75).

Outras editoras também entraram no filão tipográfico dos contos de fada. A Editora do Brasil apresenta os Contos de fadas, coleção de que fazem parte *Contos de fadas* da Condessa de Sègur e *Cinderela*, de Perrault, dedicados especialmente a crianças e adolescentes. As Edições Lep, na Coleção encantada, edita *Ali-Babá e os quarenta ladrões*, em que está presente a versão “O Príncipe encantado” (s.d. : 81-8), cujo **noivo-animal** é um papagaio. Nesta publicação consta a curiosa observação que explicita a intenção da editora de alinhar-se àqueles que procuram imprimir novos rumos moralizadores à literatura infantil no país. A Melhoramentos, com *Contos de fadas*, tradução do título inglês *Edmund Dulac’s Fairy Book* (1965), traz muitos textos de Madame d’Aulnoy, “O Príncipe Serpente”, de Basile, além de contos japoneses, russos e de outras nacionalidades. A Minerva lançou *As mais lindas histórias de fadas*, de Francisco Acquarone, e a Editora Nacional, os *Contos maravilhosos do Brasil*, “os mais belos contos tradicionais de todas as regiões do Brasil”, de Teobaldo Miranda Santos, em cujo Prefácio o autor informa ser esse livro o volume 2 da Brasileira Infantil, dedicada aos contos maravilhosos transmitidos pela tradição popular brasileira, com as mais conhecidas e contadas histórias das diversas regiões do Brasil. Informa ainda, no final, que os textos pertencem ao folclore brasileiro e resultaram de consulta ou foram adaptados de títulos que divulgaram os contos de fada.

No momento em que a preocupação dos autores de literatura infantil se voltava para assuntos nacionais, surge, em 1937, *Histórias de tia Anastácia*, de Monteiro Lobato. Interessante e curioso é que das 43 histórias que com-

põem esse título, 30 foram tomadas de *Contos populares do Brasil*, de Sílvio Romero, das quais 22 mantêm o mesmo título; nas oito restantes, o título sofre apenas ligeiras modificações. Ao término de cada história, são feitos comentários sobre o seu conteúdo, sobretudo da personagem Emília, geralmente tecendo críticas à pobreza e pouca consistência dos seus enredos, confrontando-as, em alguns casos, com as histórias congêneres criadas por Andersen e Lewis Carol. Com isso, Lobato (1965) deixa evidente o seu ponto de vista sobre a literatura oral tradicional.

Não só nos livros infanto-juvenis os contos populares foram veiculados; o foram também em programas de rádio, colunas de jornal, cordel e, mais recentemente, em programas de televisão. Na Bahia, em 1943, o professor Adroaldo Ribeiro Costa<sup>5</sup> iniciou “A Hora da Criança”, programa de rádio que se manteve no ar por cerca de 30 anos; também, no jornal *A Tarde*, assinou uma coluna “Infantil”, aos sábados, durante 20 anos. Uma das seções dessa coluna publicava narrativas populares recriadas pelo seu colaborador e sobrinho Aramis Almada Ribeiro Costa, que disse ter recriado para essa coluna três histórias, apresentadas em capítulos, inspiradas no folclore, ouvidas de velhinhas de Salvador. Uma dessas histórias, “Helena, Helena, Helena”,<sup>6</sup> em adaptação livre, é uma recriação de “A Bela e a Fera”, posteriormente publicada pela Ática, na Coleção Boca de Forno, sob o mesmo título<sup>7</sup>. A partir de 1960, em programas na televisão, as atividades do professor Adroaldo voltaram-se direta ou indiretamente para a divulgação da literatura infanto-juvenil, da qual fazia parte a matéria popular.

Na televisão, *Sítio do Picapau Amarelo* seguramente foi o programa infantil de maior duração, maior aceitação e penetração. Apesar de destinado a crianças, também despertava interesse do público adulto. Por meio desse programa a “obra de Monteiro Lobato, com o seu universo de personagens fascinantes, chegou à televisão brasileira” (VALE, 1994: 141). Iniciado em 1952, pela TV Tupi, com apresentação semanal, além de divulgar a obra infantil lobatiana, através de encenações de episódios dela retirados, também estimulava a leitura dos textos. Cada programa se iniciava com o apresentador retirando um dos livros de Lobato de uma estante e lendo o trecho inicial da história que iria ao ar naquele dia. Ao final, novamente eram lidos o trecho que fechava o episódio e o início do seguinte, despertando a curiosidade do telespectador e induzindo-o sutilmente a ler a história antes da sua apresentação.

Nessa emissora, o programa esteve no ar até 1963. Durante 14 meses, de 1967 a 1969, foi transmitido diariamente pela TV Bandeirantes, interrompido devido ao incêndio que, entre outras coisas, devorou as fitas de videotape do programa. De 1976 a 1985 é transmitido pela Rede Globo de Televisão, com nova estrutura, um grande elenco, filmado em um sítio real, atingindo um público de milhões de brasileiros. Mantendo o humor e o tom crítico da obra, os episódios, construídos com esse espírito e explorando determinados temas,

encantavam e divertiam todos aqueles que a eles assistiram. O *Sítio do Picapau Amarelo* levou ao ar algumas adaptações de contos populares. Uma das versões do conto “A Bela e a Fera”, da pesquisa da Bahia, foi aprendida nesse programa, segundo informação da sua transmissora.

Do conjunto dos contos-tipo veiculados nos vários títulos da literatura infanto-juvenil, “A Bela e a Fera” continua despertando o interesse e a preferência do público, o que é comprovado pela sua adaptação e recriação ainda nos dias atuais, em várias modalidades artísticas em todo o mundo. Segundo Hearne (1989: 3), em 1984, o *On-line Computer Library Center* (OCLC) listou 257 itens relacionados a esse título, entre publicações, filmes e discos, e o *Index to Fairy Tales* de Mary Eastman lista 68 edições impressas de “A Bela e a Fera”.

A vitalidade dos contos do ciclo de “A Bela e a Fera” no Brasil, ainda hoje, é inquestionável. Só na Bahia, o Programa de Estudo e Pesquisa da Literatura Popular do Instituto de Letras da UFBA já documentou mais de 40 versões, incluindo entre elas versões do conto de fada de Madame Beaumont. E assim, nessa vivificante cadeia, o processo de recriação vem garantindo a permanência de “A Bela e a Fera” na tradição.

### Referências bibliográficas

- AARNE, Antti, THOMPSON, Stith. *The types of the folktale*. Helsinki: Academia Scientiarum Fennica, 1981.
- ACQUARONE, F. (Org.). *As mais lindas histórias de fadas*. Rio de Janeiro: Minerva, 1962. A Bela e a Fera.
- BARRETO, Costa. *A Bela e o Monstro*. Porto: Portugal, s.d. (Col. Pica-Pau).
- BASILE, Giambattista. *Il pentamerone: ossia la fiaba delle fiabe*. Trad. de Benedetto Croce. Napoli: Laterga, 1957. Il serpente.
- BEAUMONT, Leprince de. *A Bela e o Monstro e outras histórias*. Lisboa: Portugal, s.d. (Col. Os Pequenos Pioneiros).
- BEAUMONT, Leprince de. *Le magasin des enfants: La Belle et la Bête et autres contes*. Arles: Philippe Picquier, 1995.
- BEAUMONT, Leprince de & d' AULNOY. *La Belle et la Bête et autres contes*. Paris: Hachette, 1979.
- COELHO, Nelly Novaes. *A literatura infantil*. 2. ed. São Paulo: Quíron /Global, 1982.
- COELHO, Nelly Novaes. *Panorama histórico da literatura infantil juvenil: das origens indoeuropéias ao Brasil contemporâneo*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Quíron, 1985.
- CONTOS DE FADAS. Trad. de Alysio Ferraz Pereira. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965. O príncipe serpente.
- DELARUE, Paul. *Le conte populaire français*. Paris: Maisonneuve et Larose, 1976. t. 1.
- ERBEN, Carlos Jaromir. *Os mais belos contos juvenis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vecchi, 1946. A rã princesa.
- FERREIRA, Leyguarda. *O Pássaro Azul*. Lisboa: Livraria Romano, s/d. (Coleção Manecas).
- GRIMM, Irmãos. *Contos e lendas dos Irmãos Grimm: Cinderela e muitos outros contos*. Rio de Janeiro: Tecnoprint Gráfica, 1967.

- HAWTHORNE, Nathaniel. *Contos da Grécia antiga*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- HEARNE, Betsy. *Beauty and the Beast: visions and revisions of an old tale*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.
- LAJOLO, Marisa, ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: história & histórias*. São Paulo: Ática, 1984.
- LEMIRRE, Elisabeth (Dir.). *Le cabinet des fées*. Arles: Philippe Picquier, 1994. t. 1. (Contes de Madame d'Aulnoy).
- LIMA, Fernando de Castro Pires de. *A bela menina*. Porto: Majora, s.d. (Col. Varinha Mágica).
- LOBATO, Monteiro. Histórias de tia Nastácia. *Obras completas*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965. v. 11. (2. Série. Literatura Infantil).
- OS MAIS BELOS CONTOS JUVENIS. Trad. de Maria Sales Goulart de Andrade et al. 2 ed. Rio de Janeiro: Vecchi, 1946. A Bela e o Monstro. p. 66-75.
- OS MAIS BELOS CONTOS DE FADA IUGOSLAVOS. Trad. de Alfredo Ferreira et al. 3.ed. Rio de Janeiro: Vecchi, 1951.
- OS MAIS BELOS CONTOS DE FADAS RUSSOS. Trad. de Dulce Cordeiro et al. 2. ed. Rio de Janeiro: Vecchi, 1946.
- OS MAIS BELOS CONTOS DE FADAS FRANCESES. 4. ed. Rio de Janeiro: Vecchi, 1959.
- PALLOTINO, Paola. Beauty's Beast. *Merveilles & Contes, Beauty and Beast*, University of Colorado, v. 3, n. 1, p. 57-74, may 1989.
- PERRAULT, Charles. *Contes*. Paris: Hachette, 1978.
- PIMENTEL, Figueredo. *Contos da carochinha*. 22. ed. Rio de Janeiro: Quaresma, 1952.
- ROBERT, Raymonde. *Le conte de fée littéraire en France: de la fin du XVII è. à la fin du XVIII è. siècle*. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 1982.
- ROCHA, Natércia. *Breve história da literatura para criança em Portugal*. 2. ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982.
- ROMERO, Sílvio. *Folclore brasileiro: contos populares do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.
- SANTOS, Theobaldo Miranda. *Contos maravilhosos do Brasil: os mais belos contos tradicionais de todas as regiões do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. "O príncipe encantado".
- SORIANO, Marc. *Les contes de Perrault: culture savante et traditions populaires*. ed. revue et corrigée. Paris: Gallimard, 1970.
- SOUSA FILHO, ALMEIDA Júnior, J. *Ali-Babá e os quarentas ladrões*. 4. ed. São Paulo: Lep, s.d. (Col. Encantada).
- VALE, Fernando Marques do. *A obra de Monteiro Lobato: inovações e repercussões*. Lisboa: Portugalmundo, 1994.
- VASCONCELOS, José Leite de. *Contos populares e lendas*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1963.
- ZIPES, Jack. *Les contes des fées et l'art de la subversion: étude de la civilization des moeurs à travers un genre classique – la littérature pour la jeunesse*. Paris: Payot, 1986.

# Dois princípios poéticos de Hugo Loetscher

Jael Glauce da Fonseca

Universidade Federal da Bahia

Analisa-se dois princípios teóricos de Hugo Loetscher apresentados em sua poética *Vom Erzählen erzählen* e em seu ensaio *How many languages does man need?*, mostrando que esses dois textos tratam de problemas concernentes à representação de culturas, apresentando duas questões: a relação entre o que é próprio (*das Eigene*) e o desconhecido (*das Fremde*), sua compreensão e a representação de uma cultura desconhecida através do termo situação.

Two of Hugo Loetscher's theoretical principles are analysed in his poetry *Von Erzählen erzählen* and in his essay *How many languages does man need?* These two texts deal with problems related to representation of cultures and present two questions: The relationship between what is his own (*das Eigene*) and the unknown (*das Fremde*), the understanding of it, and the representation of an unknown culture.

Resumo

Abstract



A recepção da obra literária de Loetscher mostra que o autor ocupa-se com a representação de culturas (por exemplo, a cultura asiática, a norte-americana, a latino-americana e a européia) e com o confronto existente entre a cultura européia e as demais, com o propósito de tratar a questão da compreensão intercultural através da literatura. Como todas as culturas existentes no mundo já foram descobertas geograficamente, só resta, de acordo com Loetscher, compreendê-las.

Loetscher discute, em conferências, pontos fundamentais de sua obra e indica sob quais princípios ela deve ser interpretada.

Em conferência proferida em 1982, como professor visitante na City University of New York, e que resultou no ensaio *How many languages does man need?*<sup>1</sup> (*Quantas línguas são necessárias?*), Loetscher exemplifica, através do romance *Der Immune* (*O Imunizado*), os diferentes processos que o *Immune* passa ao entrar em contato com uma cultura desconhecida, temática que será discutida mais adiante.

Outras conferências, por sua vez, fazem parte de um semestre letivo junto à Universidade de Munique e foram publicadas em 1988, sob o título de *Vom Erzählen erzählen* (*Narrar sobre o narrar*)<sup>2</sup>, também conhecido como a poética de Loetscher. Nesse livro, Loetscher trata de sua obra literária de forma não sistemática, pontuando alguns de seus trabalhos e descrevendo os elementos comuns e específicos de cada um.

Esses dois textos de Loetscher nos levam à conclusão de que o autor interessa-se basicamente pelos problemas concernentes à representação de culturas. Questões essas que podem ser sintetizadas através de dois pontos básicos, que perpassam toda a sua obra literária e que são de grande importân-

<sup>1</sup> LOETSCHER, Hugo. *How many languages does man need?* New York: The Graduate School. City University of New York, 1982.

<sup>2</sup> LOETSCHER, Hugo. *Vom Erzählen erzählen: Münchener Poetikvorlesungen*. Zürich: Diogenes, 1988.  
 \* Was hier als Perspektivenwechsel bezeichnet wird, kann sich zu einem allgemeineren Anliegen ausweiten, zur Überlegung, es gelte, sich selber mit den Augen der andern zu sehen, wobei mit sich selber ebenso die eigene Person wie das eigene Land oder der eigene Kontinent gemeint sein könnte. Dank eines solchen Perspektivwechsels wird vertraute Wirklichkeit auf ungewohnte Weise ins Bild gerückt. LOETSCHER, Hugo. *Vom Erzählen erzählen*. p. 34.

cia para a compreensão, bem como a análise, de *Mundo dos milagres: um encontro com o Brasil*. Essas duas questões, que passaremos a analisar, são: como compreender o contato entre indivíduos de culturas diferentes e como representar uma outra cultura.

## A relação entre o conhecido e o desconhecido e sua compreensão

Loetscher tenta compreender o contato entre indivíduos de culturas diferentes a partir da relação entre identidade e alteridade. Seu ponto de vista fundamental é de que o observador compreenderá melhor a sua própria cultura e a si mesmo se tentar analisá-los sob a perspectiva do outro. Essa mudança de perspectiva (*Perspektivwechsel*), isto é, a tentativa de usar o ponto de vista do outro, provocará transformações na compreensão da sua própria realidade:

O que aqui se denomina de mudança de perspectiva pode se expandir para preceitos gerais, pode-se expandir até à reflexão de que poderia ser válido ver-se a si mesmo com os olhos do outro; "a si mesmo" tanto poderia remeter à sua pessoa como ao seu próprio país ou continente. Graças a esta mudança de perspectiva, a realidade tida como familiar é apresentada de forma não familiar.

A citação acima evidencia a influência da tradição filosófica da teoria do conhecimento e, principalmente, de Friedrich Nietzsche<sup>3</sup> na obra de Loetscher. Nietzsche mantém uma separação bem nítida entre o processo de compreensão de sua própria cultura (*das Eigene*) e de culturas estrangeiras (*das Fremde*). Ele afirma que, para compreender melhor a própria cultura, deve-se observá-la sob um ponto de vista diferente do habitual. Deve-se alterar a perspectiva (*Perspektiv umstellen*) e transformar em estranho (*fremdmachen*) o que é familiar, ou seja, é necessário desautomatizar o conhecimento adquirido. Ao observar o que é próprio sob a perspectiva de um outro assim criado, ocorre o distanciamento de si mesmo e a compreensão de si passa a ser diferente, a ter maior amplitude.

Nietzsche interessa-se, também, pelo processo de compreensão daquilo que não nos é familiar e, por isso, considerado desconhecido, descrevendo o interesse do ser humano por algo desconhecido como a sua necessidade de adquirir e expandir os seus conhecimentos. Para Nietzsche, o processo de obtenção do conhecimento dá-se através da incorporação de categorias desconhecidas a categorias conhecidas, ou seja, quando se está frente a algo desconhecido, esse desconhecido é traduzido em categorias conhecidas para que possa ser compreendido. A vontade de descobrir e compreender o desconhecido cria ansiedade e, para se livrar dessa ansiedade, o ser humano incorpora o desconhecido às suas categorias conhecidas como forma de se apossar do que é novo.

<sup>3</sup> SCHEIFFELE, Eberhard. Das Eigene von Fremden her hinterfragen. Zu Nietzsches Hermeneutik. In: IWASAKI, Eijiro (Ed.). *Begegnung mit dem Fremden: Grenzen – Traditionen- Vergleiche: Akten des VIII Internationalen Germanisten-kongresses*, Tokyo, 1990, München: Iudicium, 1991.

Enquanto a compreensão de Loetscher do que “é próprio” se assemelha à de Nietzsche, ou seja, para compreender melhor a própria cultura deve-se observá-la sob um ponto de vista diferente do habitual, como vimos atrás, a compreensão do “desconhecido” difere entre os dois autores.

Esse tema não é diretamente abordado em sua “poética” de 1982, mas tratado no ensaio *Für eine Literatur der Behaftbarkeit (Por uma literatura da Behaftbarkeit)*, publicado em 1970, onde Loetscher afirma que “o que não nos é familiar precisa ser tolerado e aceito. Isto constitui um processo intelectual de envergadura.”<sup>\*</sup> Em 1979, ele retoma o assunto em uma entrevista ao *Börseblatt*, afirmando que o outro (*der Fremde*) tem o direito de ser diferente. Diz ele que “a tarefa mais importante de um jornalista é de mostrar como o mundo é bem diversificado, com as suas culturas e raças, e provar que o ‘outro’ tem o direito de ser diferente.”<sup>\*\*</sup> A possibilidade de reconhecer e aceitar o outro como “desconhecido” dá a Hugo Loetscher o *status* de ser, do ponto de vista teórico, um dos primeiros a pleitear o direito do outro ser diferente. Sabalius afirma que Loetscher é um dos pioneiros da teoria da alteridade tal como empregada e difundida nos anos subseqüentes por Alois Wierlacher e Dietrich Krusche.<sup>\*\*</sup>

Os estudos germanísticos interculturais, iniciados por Alois Wierlacher nos anos oitenta, procuram, de maneira geral, desenvolver uma linha de pesquisa que possibilite ao estudioso de culturas estrangeiras uma maior compreensão do outro, com o mínimo de interferências da própria cultura, e também apontar um caminho que possibilite um melhor entendimento do outro.

\* Fremdes muß also geduldet, akzeptiert werden. Das ist ein ungeheuer intellektueller Prozeß. LOETSCHER, Hugo. Für eine Literatur der Behaftbarkeit. In: -. *Schweizer Schriftsteller im Gespräch*. vol. I. p. 92.

\*\* Die wichtigste Aufgabe des Journalisten sehe ich darin, mitzuteilen, wie verschiedenen die Welt mit all ihren Kulturen und Rassen ist, und zu beweisen, dass das ‚Andere‘ ein Recht darauf hat, anders zu sein. LOETSCHER, Hugo. Unterscheidung zwischen Politik und Literatur? In: -. *Börseblatt für den Deutschen Buchhandel*, Jg. 35, Heft 34, 1979 p. 791.

\* Os estudos germanísticos interculturais, iniciados por Alois Wierlacher nos anos oitenta, procuram, de maneira geral, desenvolver uma linha de pesquisa que possibilite ao estudioso de culturas estrangeiras uma maior compreensão do outro, com o mínimo de interferências da própria cultura, e também apontar um caminho que possibilite um melhor entendimento do outro.

Wierlacher pleiteia a seguinte conduta frente ao desconhecido: para evitar que a identidade do observador interfira de forma demasiada na compreensão do outro, é necessário que ele se distancie, na medida do possível, de suas próprias categorias culturais para compreendê-lo. Dessa maneira, o observador estará deixando que o não-conhecido se apresente como desconhecido, como outro. Esse distanciamento permitirá ao observador conhecer e poder compreender o outro, a partir das categorias culturais que esse outro utiliza. Ele não deve se apropriar do desconhecido, transformando-o em algo próprio.

Este procedimento permitirá que o observador, ao mesmo tempo, mantenha a distância cultural necessária e se aproxime do outro sem transformá-lo. Wierlacher denomina essa relação de “tomar-se familiar na distância” (*Vertrautwerden in der Distanz*). Nos anos oitenta, esse germanista foi um dos primeiros a afirmar que se deve respeitar a distância que permite o outro ser o outro e, ao mesmo tempo, ser assim compreendido.

Um observador distanciado de suas categorias culturais, segundo Wierlacher, tem primeiramente a possibilidade de ver e de conhecer outras categorias. O conhecimento das categorias culturais do outro possibilita ao observador refletir sobre suas próprias categorias culturais. A auto-referência leva a transformações que relativizam as categorias culturais que são criadoras de identidades e de alteridades.

Esses procedimentos aplicados à compreensão de culturas estrangeiras procuram amenizar as interferências das categorias culturais do escritor em seus relatos sobre uma cultura desconhecida, mas não conseguem eliminar aspectos subjetivos existentes em qualquer tipo de textos, principalmente literários.

Tal postura coloca Loetscher também como um dos participantes da discussão sobre a questão do outro (*der Fremde*), que, na atualidade, abrange várias áreas do conhecimento, tais como a antropologia, a sociologia, a etnologia, a filosofia, além da literatura e da imagologia.

Loetscher sabe das dificuldades que ocorrem quando se empreende uma tentativa de compreensão e representação de culturas estrangeiras. Consciente disso, se dispõe a descrever a cultura do outro dentro dos padrões culturais deste, informando-se, para isso, de detalhes dessa cultura, política e contexto social do país em questão. Loetscher transforma em literatura essa busca pela apreensão de categorias e métodos utilizados pelo outro. Nas suas palavras: “o que foi lido é transformado em coisa a ser lida.”<sup>3</sup>

Ao utilizar os padrões culturais do outro para compreender a cultura estrangeira, Loetscher dá ao outro *parcialmente* o direito de ser o outro. O *parcialmente* é uma restrição necessária, uma vez que qualquer observação ou interpretação de uma cultura *desconhecida* tem um caráter subjetivo, já que a seleção e a combinação de elementos, fatores e critérios de observação, bem como a sua interpretação, são estipuladas pelo observador ou pelo intérprete. Além disso, todo conhecimento e todo aparato utilizado para se compreender um certo acontecimento, ritual, costume, formas de pensamento já aparecem na forma de informações de fundo, mesmo antes de se pesquisar a situação em si.<sup>4</sup>

Esta questão não é discutida diretamente nos textos teóricos de Loetscher, mas fica claro para o leitor que ele está ciente da problemática, quando se pronuncia sobre a composição de seus textos literários que privilegiam a intertextualidade: “citações perdem o seu caráter de citação quando inseridas nos seus textos literários e se integram à linguagem única do novo texto”.<sup>5</sup>

O recurso à intertextualidade permite a Loetscher apropriar-se de ferramentas culturais que constituem a cultura estrangeira para criar sua própria interpretação da mesma. Loetscher reconhece que a compreensão de uma cultura estrangeira não se processa de forma simples e imediata. Ele tem consciência de que uma melhor compreensão do outro é alcançada quando o outro se pronuncia sobre si mesmo e sua cultura, ciente de que é impossível para o observador de uma cultura estrangeira libertar-se totalmente daquilo que lhe é próprio durante o processo de compreensão do outro; além disso, sabe que lidar com alteridades é tomar consciência das diferenças e das mudanças entre o próprio e o estrangeiro.

Se, em sua poética, Loetscher discorre sobre a possibilidade de compreender o desconhecido, ele sistematiza, em *How many languages does man need? (Quantas línguas são necessárias?)*, de 1984, uma tipologia das formas de contato e de compreensão possíveis entre culturas de países desenvolvidos

<sup>3</sup> Gelesenes wird etwas zu Lesendes gemacht. In: LOETSCHER, Hugo. *Vom Erzählen erzählen*, p. 63.

<sup>4</sup> GEERTZ, Clifford. Dichte Beschreibung. Bemerkungen zu einer deutenden Theorie von Kultur. In: -, *Dichte Beschreibung. Beiträge zum Verstehen kultureller Systeme*, p. 14.

<sup>5</sup> Hugo LOETSCHER. Op. cit. p. 63.

e não desenvolvidos, referindo-se especialmente à América do Sul. Sua tipologia tem pontos em comum com as possibilidades de abordagem do outro apresentadas na tipologia das relações entre culturas desenvolvida por Tzvetan Todorov em *A conquista da América: a questão do outro*, em 1982.

Dessa forma, na narrativa de Loetscher podem ser identificados os seguintes passos, que facilitam a aproximação e a compreensão de culturas desconhecidas. Partindo do princípio de que é inevitável uma idéia preconcebida sobre o estrangeiro, o autor sugere que o observador se deixe levar primeiramente pelos seus impulsos naturais, pelas imagens que ele tem desse estrangeiro.

Portanto, o contato inicial com o desconhecido despertará no observador suas expectativas sobre o mesmo; essas, porém, correspondem, sem sombra de dúvida, às suas próprias categorias culturais. Por exemplo, o primeiro contato de um homem europeu com os trópicos despertará o sentimento de fascínio e evocará imagens de aventura e exotismo no mesmo.

O segundo passo é o descobrimento da realidade cotidiana do país e ver o que se esconde atrás do exotismo e das diferenças. Segundo Loetscher, isso acontece, inevitavelmente, já que a miséria do Terceiro Mundo salta aos olhos de um europeu, e as diferenças são tão evidentes que não podem ser ignoradas.

O terceiro e último passo deverá ser o de tomar posições críticas sobre si mesmo e sobre sua própria cultura, já que quem volta para o seu próprio país aprende, também, sob diversos aspectos, a observar a si mesmo e o seu próprio mundo com os olhos do outro.

Loetscher exemplifica esses passos através das três histórias que constituem seu romance *Der Immune (O Imunizado)*:

As três histórias podem ser tomadas como o desenvolvimento de uma consciência: primeiro, a aventura, o vivenciar o desconhecido como algo exótico; segundo, o descobrimento da realidade social, de tudo que está atrás do desconhecido e do exótico; terceiro, o descobrimento do próprio país, porque aquele que parte não volta o mesmo, mas aprende a ver a si próprio e o seu próprio mundo com os olhos do outro.

Nessa tessitura tipológica se apresenta a mudança de consciência do viajante europeu e a *dialética ontológica* ambicionada por Loetscher: o observador europeu não deve insistir em manter sua perspectiva cultural e deve abrir-se à possibilidade de conhecer e de apreender outras categorias diversas da sua. Esse conhecimento do outro conduz ao questionamento de suas próprias hierarquias culturais e à percepção da relatividade das mesmas.

No romance *O Imunizado*, a personagem do *Immune* busca a identidade do seu país de origem, a Suíça, quando retorna, depois de um longo período de ausência.

\* Die drei Geschichten könnten für die Entwicklung eines Bewusstseins genommen werden: zuerst das Abenteuer, das Erleben von Fremden als etwas Exotischem; die Entdeckung der sozialen Realität all dessen, was hinter dem Fremden und Exotischen steht; die Entdeckung des eigenen Landes, weil, der, welcher wegfährt, nicht als der gleiche zurückkommt, sondern lernt, sich und eigene Welt mit den Augen der andern zu sehen. Ibidem, p. 82.

## A representação de uma cultura desconhecida: o termo 'situação'

Para a representação do contato entre indivíduos de culturas diferentes e sua compreensão, Loetscher, como vimos acima, lança mão do conceito de *situação*.

Para Loetscher, o termo *situação* é definido como um espaço geográfico e cultural, que acontece num determinado período de tempo, no qual se inserem, simultaneamente, a atualidade e a tradição histórica. Assim, *situação* agrega todas as condições e experiências humanas sociais de uma região, evocando, com palavras, a condição humana dessa região, descrevendo não só as pessoas, mas também os temas e os cenários de suas ações.

Podemos observar que o autor, com sua formação sociológica, emprega um termo de central importância para o estudo da sociologia do comportamento. Para compreender melhor o emprego do termo *situação* em *Mundo dos milagres: um encontro com o Brasil* e o seu objetivo de representar a cultura nordestina, faz-se necessário compreender, primeiramente, o termo em sua forma mais geral, tal como utilizado pela sociologia do comportamento.

Um dos trabalhos mais importantes sobre o termo *situação* é o de Bernhard Schäffers em *Grundbegriffe der Soziologie (Conceitos básicos da Sociologia)*<sup>6</sup>. Segundo Schäffers, *situação* é a mudança de um estado para outro devido à ação de seus componentes. A *situação* estabelece relações sociais e determina o comportamento humano, que pode ser de ordem passiva ou ativa. A *situação* determina a ação dos homens e, conseqüentemente, as atividades humanas que têm como objetivo transformar estados materiais e sociais. Para a sociologia, os elementos constitutivos de uma *situação* são:

- 1) o espaço e o tempo em que ela ocorre;
- 2) as condições materiais e sociais que determinam objetivamente o meio em que ela ocorre;
- 3) o número de participantes;
- 4) o tipo de relações sociais entre seus participantes;
- 5) as expectativas que se têm em relação aos indivíduos, suas características pessoais e sua função.

Para que a ação seja um agente transformador de uma dada *situação* em outra, é necessário esclarecer alguns pontos para se proceder à análise da ação dos indivíduos em uma determinada *situação*, identificando:

- 1) o sujeito, ou seja, aquele ou aquilo que transformará a *situação*: indivíduos, complexos históricos e sociais, grupos sociais ou toda a sociedade;

<sup>6</sup> SCHÄFFERS, Bernhard. Grundbegriffe der Soziologie. 3. Auflage. Opladen: Leske + Buchdruck, 1992. p. 266-267 et passim.

- 2) os objetivos e as atitudes que levam o sujeito a agir e modificar uma *situação*;
- 3) os elementos que distinguem uma *situação* de outra;
- 4) os elementos estruturais, organizacionais e pessoais que motivam a ação do sujeito;
- 5) as relações estruturais da sociedade que determinam a *situação* e a compreensão da *situação* pelo sujeito que a modificará.

A homogeneidade que encontramos em certas formas de organização social é determinada pela relação de interdependência entre *situação* e sujeito.<sup>7</sup> A *situação* atua sobre o sujeito através do seu estado (*Betreffen*) e o sujeito sobre a *situação* através de ações (*Handeln*).

Atuando sobre o sujeito, a *situação* limita o seu campo de ação por meio da determinação do espaço (em sentido amplo) e restringe suas possibilidades de diversificação através da fixação dos elementos que a constituem. O campo de ação do sujeito é inversamente proporcional às implicações e influências da *situação* em si: quanto menor for o campo de ação do sujeito, maiores serão as implicações e influências desse campo sobre o sujeito.

Os componentes constitutivos da *situação* oferecem ao sujeito uma pluralidade de ações. Contudo, o sujeito da ação tende a desenvolvê-las em *situações* análogas: ele tenta reconhecer as mesmas coisas, desejar os mesmos objetos, executar rotinas semelhantes. Isso ocorre devido à proximidade dos sujeitos com a *situação* e à exigência de tais comportamentos auto-referentes. Os indivíduos podem recusar-se a participar da *situação* em que se encontram, mas, na maioria das vezes, não o fazem.

O sujeito, em geral, relaciona-se com *situações* de três modos:

- 1) transformando uma *situação* em outra através de ações como, por exemplo: não cumprindo uma regra, uma lei. A duração de uma *situação* não é determinável por si só; ela depende, sobretudo, da ação do indivíduo, que pode transformá-la, em um certo espaço de tempo, em outra *situação* ou, então, mantê-la por um longo tempo;
- 2) reestruturando a relação entre a *situação* e ele próprio, selecionando os elementos que a *situação* oferece;
- 3) usando os seus elementos como símbolos, ou seja, estabelecendo uma relação entre signos e significados. Nesse caso, a *situação* não sofre modificações, apenas é esclarecida.

Como elemento simbólico, a *situação* pode ser empregada de duas maneiras:

<sup>7</sup> SCHULZE, Gerhard. Wandel des Aufbaus von Existenzformen. In: *Die Erlebnisgesellschaft: Kultursoziologie der Gegenwart*. 2. Auflage. Frankfurt am Main: Campus Verlag, 1992. p. 197-208 et passim.

- 1) alguns de seus elementos podem ser agrupados e a relação que os grupos estabelecem entre si pode exprimir um certo significado. Por exemplo, o estilo de uma pessoa pode ser identificado através dos elementos/objetos que possui: casa, móveis, carro, etc;
- 2) algumas características da *situação* podem ser usadas como símbolo. Por exemplo, o *status* social como significante do estilo pessoal.

A transformação de certos elementos ou características de uma *situação* em símbolos dá-se devido à expectativa social, à identificação que as pessoas criam com esses símbolos e à necessidade do ser humano em formar identidades e alteridades. A criação de símbolos baseia-se em concepções coletivas de normalidade que, por sua vez, tendem a tipificar os indivíduos. A concepção de normalidade de uma cultura faz com que certos tipos sejam esperados em certas *situações*.

Utilizando-se do detalhamento de Schäffers sobre o termo *situação*, podemos desmembrar e interpretar o conceito de *situação* de Loetscher, que a compreende como: o retrato de todas as condições sociais de um espaço geográfico e suas experiências; a descrição da condição humana, dos temas e cenários que compõem suas ações, e, por último, como um espaço geográfico e cultural, que acontece num determinado período de tempo, onde se inserem e entrecruzam a atualidade e a tradição histórica.

Loetscher faz uso do termo *situação* para referir-se à cultura nordestina no Brasil em seu romance *Mundo dos milagres: um encontro com o Brasil*.

Primeiramente, a *situação*, segundo Schäffers, necessita de um espaço geográfico e de um tempo para ocorrer. Loetscher, em *Mundo dos milagres: um encontro com o Brasil*, determina o espaço como a região Nordeste do Brasil, mas não limita o tempo apenas à *situação* da região nos anos setenta, ao tecer paralelos entre os fatos históricos relativos àquela região e à *situação* nos anos setenta. Assim sendo, a *situação* que Loetscher se propõe a descrever para o Nordeste brasileiro dos anos setenta é uma consequência das condições materiais e sociais anteriores, assim como da ação ou falta de ação de alguém ou de algum fenômeno capaz de desencadear mudanças na *situação* atual.

A *situação* do Nordeste é descrita como típica da região porque, para Loetscher, não ocorreram modificações significativas naqueles elementos que determinam a relação entre *situação* e sujeito. O espaço geográfico que limita a ação do homem nordestino, bem como os elementos que constituem e ativam suas ações, sofrem poucas alterações significativas. Dessa forma, as atitudes e o comportamento dos sujeitos que habitam esse *locus* parecem ser os mesmos, e o modo como estes sujeitos procuram interagir com o *habitat*, modificando-o, também parece não ter sofrido alterações amplas a ponto de se tornarem significativas. Por perceber pouca ou quase nenhuma mudança na *situação* do Nordeste é que Loetscher afirma, no prefácio de sua coletânea de textos de

autores brasileiros sobre o sertão nordestino, *Ein Wunderland verkommt zum riesigen Armenhaus*<sup>8</sup> (*Um país dos milagres se degenera em uma enorme casa da miséria*), de 1985, serem os seus textos escritos nos anos setenta ainda atuais nos meados dos anos oitenta.

### Referências bibliográficas

- GEERTZ, Clifford. *Dichte Beschreibung*. Beiträge zum Verstehen kultureller Systeme. Frankfurt am Main: Fische, 1983.
- LOETSCHER, Hugo. Für eine Literatur der Behaftbarkeit. In: Reinhard, Friedrich *Schweizer Schriftsteller im Gespräch*. v. I. Basel, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Unterscheidung zwischen Politik und Literatur?* In: \_\_\_\_\_. Borseblatt 34, 1979.
- \_\_\_\_\_. *How many languages does man need?* New York: The Graduate School in the University Center, City University of New York, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Ein Wunderland verkommt zum riesigen Armenhaus*. In \_\_\_\_\_. *Schön wie ein Ja in einem Saal voller Nein*. Wuppertal: Dia St. Gallen, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Vom Erzählen erzählen: Münchener Poetikvorlesungen*. Zürich: Diogenes, 1988.
- SCHÄFFERS, Bernhard. *Grundbegriffe der Soziologie*. Opladen: Leske+ Buchdruck, 1992.
- SCHEIFFELE, Eberhard. Das Eigene von Fremden her 'hinterfragen'. Zu Nietzsches Hermeneutik. In: *Begegnung mit dem 'Fremden': Grenzen- Traditionen- Vergleiche; Akten des VIII. Internationalen Germanisten-Kongresses*, Tokyo 1990, editado por Eijiro Iwasaki. München: Iudicium.
- SCHULZE, Gerhard. Wandel des Aufbaus von Existenzformen. In: \_\_\_\_\_. *Die Erlebnisgesellschaft: Kultursoziologie der Gegenwart*. Frankfurt am Main: Campus Verlag, 1992.

---

<sup>8</sup> LOETSCHER, Hugo. *Ein Wunderland verkommt zum riesigen Armenhaus*. In: \_\_\_\_\_. *Schön wie ein Ja in einem Saal voller Nein*. ed. Dia. St. Gallen. Wuppertal, 1985.



# O contexto histórico-literário do tratado ascético-místico *Castelo perigoso*

João Antonio de Santana Neto

Universidade Católica do Salvador  
Universidade do Estado da Bahia

Resumo

O conhecimento do contexto sócio-histórico e cultural é fundamental para a compreensão de uma obra, afinal o texto não está desvinculado das concepções de mundo que o norteiam e nas quais ele se insere. A partir desse pressuposto, pretende-se apresentar como essa relação se processa a partir de fatos lingüísticos presentes em textos editados de períodos distintos.

Résumé

La connaissance du contexte socio-historique et culturel est fondamentale pour la compréhension d'une oeuvre dans la mesure où précisément le texte n' est pas éloigné des conceptions du monde qui l' orientent et dans lesquelles il s'insere. Compte tenu de ces données, nous prétendons montrer de quelle manière cette relation s'établit à partir de faits linguistiques présents dans des textes édités au cours de diverses périodes



Para que se possa avaliar bem a mensagem do *Castelo perigoso*, é de todo recomendável um exame acurado do contexto histórico-literário da época em que surge a obra. Não se pretende oferecer estudo exaustivo, tarefa própria para um historiador e um crítico literário, no caso específico, particularmente especializados em mística medieval; os dados oferecidos, objetivando situar a obra, limitam-se a um olhar atento sobre os acontecimentos capazes de provocar o surgimento de um texto de natureza tão complexa como o *Castelo perigoso*. Tal complexidade, calcula-se, só pode ser mais abrangentemente vista se se levar em conta a origem e o destino de seu texto. Começa-se, pois, com um olhar sobre o momento histórico em que se produz o texto: a Idade Média.

Roberto Lopez, no prefácio de sua obra *Nascimento da Europa*, refere-se à Idade Média como 'essa grande caluniada' e considera o termo Idade Média como o mais desastrado dentre inúmeros rótulos apostos pelos historiadores e cortes arbitrários do passado (COSTA NUNES, 1979:9).

Os humanistas italianos, na segunda metade do século XV, inventam o termo Idade Média objetivando opor os "antigos" dessa época aos "modernos" do Renascimento. Esboça-se, então, uma periodização da História, mas ela deixa subsistir a velha cronologia entre o antigo e o moderno, inicialmente neutra e depois cada vez mais valorizada, que surgiu na chamada Alta Idade Média. A partir dos fins do século XII emerge uma idéia de progresso e de combate ao passado. A *ars nova* valoriza a música nova contra a das épocas anteriores ao século XIV e os *logici moderni* e os *theologi moderni* consolidam a rejeição do aristotelismo, o qual serviu de base para a Escolástica do século XII. Marcílio de Pádua, em *Defensor pacis* (1324), no qual esboça as bases da separação entre o Estado e a Igreja, emprega "moderno" no sentido de "inovador".

Foi afirmando essa modernidade mas apresentando-a como regresso à verdadeira Antiguidade - a da Grécia, de Roma e também, não esqueçamos, da *Bíblia* - que os humanistas criaram a Idade Média: uma espécie de túnel tenebroso entre duas épocas resplandecentes cujo esplendor se manifesta na ciência, na arte e nas letras. Uma revolução cultural (LE GOFF, 1994: 35).

No século XVII, os eruditos alemães dividem a história da humanidade em três eras: a Antiguidade, a Idade Média e os Tempos Modernos. Georg Horner, em sua *Arca Noe* (1666), situa o “medium aevum” entre 300 e 1500. Essa idéia é consagrada pelo erudito francês Du Cange quando, em 1678, publica o seu *Glossarium Mediae et Infimae Latinitatis*, e a língua latina é, então, dividida em duas: o latim antigo e o latim medieval, língua da decadência.

O termo latino erudito dissemina-se na língua vulgar, durante o século XVIII, e a divisão tripartida difunde-se. A Idade Média, para os homens de luzes, passa a representar um período mau, uma idade de trevas.

Bem tentaria o Romantismo ‘reabilita’ a Idade Média, bem poderia o positivismo ver nela um período como os outros e até, em vez disso, um tempo intermediário de progresso: os termos ‘Idade Média’, ‘medieval’, ‘medievo’, tornaram-se pejorativos (LE GOFF, 1994: 36).

A raiz do preconceito, segundo Costa Nunes (1979: 12), localiza-se a partir do século XVI pelos humanistas e pelos protestantes e, no século XVIII, pelos enciclopedistas, vindo a ser determinado por motivos de fanatismo cultural e religioso.

Os historiadores, até fins do século XIX, definiram a Idade Média como um “período de trevas”. Sabe-se hoje como é preconceituosa tal visão, muito embora haja ainda quem insista no equívoco. Equívoco sim, pois a Idade Média não significa somente o estabelecimento da Europa em suas bases romana e cristã, mas também a geração do mundo moderno. A visão preconceituosa desses historiadores não lhes permitiu ver os diversos proto-renascimentos que ocorreram no período medieval nem observar que os homens geniais da Renascença formaram-se todos na chamada Baixa Idade Média. Atualmente não há quem não reconheça que as matrizes do Renascimento saíram todas da Idade Média. Ora, dentro desses parâmetros é que se percebe a revivescência dos sentimentos religiosos do século XV.

Segundo Pauphilet (1950: 35), a concepção da Idade Média como a Idade das Trevas nasceu da hostilidade contra a religião católica, pois nesse período o cristianismo foi todo-poderoso, e essa prevenção e tal hostilidade são expressas claramente por Voltaire no seu *Essai sur les Moeurs*, “que, com um ar de Resumo de história universal, é antes de tudo um requisitório contra a Igreja”.

O período medieval, na verdade, foi marcado por um movimento contínuo de Renascença ou de três sucessivas fases de progressiva aproximação das fontes do conhecimento clássico, destacando-se a carolíngia, a do século XII e a da escolástica. A primeira dessas Renascenças ou dessas fases de aproximação da cultura clássica ocorre no século IX e, dada a importância da figura de Carlos Magno, denomina-se carolíngia; caracteriza-se por promover a latinização dos povos germânicos e a sua cristianização. Assim como o grego serviu para a difusão do cristianismo nascente na área oriental, o latim da

România preparou o terreno para a recepção do cristianismo no Ocidente. A segunda, no século XII, não é tão ostensiva, mesmo porque não envolve diretamente a política; dá-se nos conventos com a ressurreição dos estudos clássicos, fonte do humanismo europeu. A terceira, a da escolástica, ocorre com a última patrística – encontro do cristianismo com o mundo, considerado como o momento de maturidade do platonismo que ilumina toda a Idade Média. Como se vê, são fases que se somam: a terceira é impensável sem a segunda e essas duas sem a primeira.

O equívoco dos historiadores até fins do século XIX há de ter sido provocado pelo modo como opõem o período medieval ao grande clarão do Renascimento. Percebe-se que o modo simplificado ou tanto quanto mecanicista com que se aplicam ao contraste pode ter sido a razão pela qual passaram por cima da mais forte característica que hoje ocupa a atenção: a marca eminentemente religiosa do mundo medieval, o que os terá impedido de perceber que tal característica não dissocia o homem da terra. É medieval o reconhecimento da terra como oficina de trabalho; são medievais as invenções que se voltam para ela: o arado, o moinho d'água e de vento, os teares, etc. É medieval o surgimento das cidades, como também o é a aceleração das trocas, o desenvolvimento do comércio e o delineamento das bases da economia monetária.

Para especificar melhor o momento histórico da produção de um texto como o *Castelo perigoso*, começa-se por examinar as balizas da Idade Média dentro das quais cabem as três fases acima referidas.

É consabido que a Idade Média cobre um período histórico bastante longo, pois suas origens datam do final do Império Romano (começo do século V), estendendo-se até o século XV, com a instalação da Renascença Italiana, preparada pela Idade Média. Só no século XVIII esses limites foram aceitos e, então, irradiados da França para toda a Europa. Entre as várias formas de subdividir o período medieval – todas marcadas por arbitrariedade ou definidas por argumentos de várias naturezas –, trazem-se as mais usuais, segundo o local em que foram elaboradas:

1. França – Alta Idade Média – até as Cruzadas;  
Baixa Idade Média – das Cruzadas até o século XV.
2. Alemanha – Alta Idade Média – séculos XII e XIII;  
Idade Média Tardia – séculos XIII a XV.
3. Inglaterra – Primeira Idade Média – séculos XI a XIII;  
Última Idade Média – séculos XIII a XV.

De qualquer maneira, a época que diretamente interessa é a Baixa Idade Média ou Idade Média Tardia ou Última Idade Média, em que se situa o ambiente propício ao aparecimento de obras da natureza do *Castelo perigoso*. Pode-se agora sobrepor a esse quadro histórico traços pertinentes à descrição da produção cultural escrita, a que se designará, no século XVIII, literatura.

A produção escrita medieval em verso ou em prosa ou em verso ou posteriormente em prosa, conforme o caso, tem sido descrita, em linhas gerais, como desenvolvimento de textos pertencentes a três grandes ciclos: o clássico, o carolíngio e o arturiano.

A existência do chamado ciclo clássico por si só testemunha a solidez das três fases ou de três momentos de tendências progressivamente renascentistas a que se teve oportunidade de fazer referência.

De fato, foi preciso uma latinização, a que se segue uma volta aos textos clássicos greco-latinos, para se produzir obras como *Le roman d'Alexandre* e a *Cronica troyana*, para ficar apenas em dois textos de tradição manuscrita reconhecidamente disseminada pela Europa. Não cabe nos limites deste trabalho adentrar por essas tradições manuscritas, mesmo porque a sua difusão é unanimemente reconhecida.

Diga-se o mesmo em relação à *Chanson de Roland*, o testemunho marcante do ciclo carolíngio.

Mais próximo do centro de interesse deste trabalho está o ciclo arturiano e por isso a ele será preciso retornar oportunamente. Por enquanto basta que sejam apontadas as transformações do mundo medieval, sentidas na predominância de temas como os dos ciclos, enquanto no carolíngio sobressai a guerra, no bretão, destaca-se o amor.

Em termos de produção cultural desses três ciclos, portanto, observa-se que se sobrepõem à demanda de um ideal de justiça e de fé religiosa a busca da bem-amada inatingível, os sentimentos de honra, galanteria, bem como preservam-se o misticismo e as façanhas guerreiras.

Outra produção cultural de relevo na época é a poesia lírica. Assim, as canções de Guilherme IX, da Aquitânia, testemunham uma nova fase, baseada na *Ars amandi* de Ovídio, os *troubadours* florescem nas cortes meridionais da França, opondo-se aos *trouvères* do norte; desenvolvem-se o lirismo galego-português e o *Minnesang* alemão. Na virada do século XI para o XII situa-se Abelardo (1079-1142), o "cavaleiro da dialética", teólogo e filósofo escolástico cuja obra só é conhecida pelas epístolas que escreveu a Heloísa, devido ao envolvimento amoroso e trágico que, além de documentar uma época com suas próprias funções e com a própria vida particular, ainda hoje mexe com o imaginário:

Abelardo e Heloísa. Ela tem 17 anos, é bela e culta. O amor que os une realça o significado da mulher no mundo, reforçando a teoria do amor natural tal como aparece no *Roman de la rose*, um século depois. A aparição de Heloísa ao lado de Abelardo é a glorificação da carne, do amor carnal que mais tarde os humanistas iriam considerar o principal requisito da plenitude do ser humano (OLIVEIRA, 1990: VI).

Tem-se, no século XIV, o primado da literatura italiana com Dante (*La vita nuova*, *Convivio*, *Divina comedia*), Boccaccio (*Decamerom*), Petrarca

(*Epistolae metrical, Africa, De vita solitaria, Familiarum rerum libri XXIV, Rerum vulgarium fragmenta*). Na Inglaterra, Geoffrey Chaucer, a exemplo de Boccaccio, escreve *The canterbury tales*, entre outros.

A maior criação de instituição cultural da Idade Média foi provavelmente a universidade, que surge em Praga, Pádua, Bolonha, Salamanca, Paris, Montpellier, Oxford, Cambridge, Viena, Cracóvia e Heidelberg. Funda-se em Toledo a escola dos grandes tradutores árabes, que redescobrem Aristóteles.

A busca do homem pela transcendência ao divino, nesse período, pode ser representada pelo *Te Deum*; pela lírica cristã do Ocidente (hinos da Igreja), introduzidos por Ambrósio; pelas cartas de monges e frades; pelas *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso X; pelo teatro religioso (dos Milagres e Mistérios), entre tantas obras.

Mas os historiadores até fins do século XIX nada viram a não ser trevas. Não consideraram as opiniões de Erasmo de Rotterdam (1469-1536), Novalis (1772-1801), Goethe (1749-1832), Walther Scott (1771-1832), Victor Hugo (1802-1885), John Acton (1834-1902). Houve, por certo: o direito da pernada, versão popular do *jus primae noctis*; as guerras; as invasões; as pestes; a Cruzada contra os Albigenses, etc.

Com o aparecimento do romantismo, no século XIX, esplende a imagem ideal da Idade Média heróica. Esse “mito da Idade Média” constitui uma exacerbação e sublimação de certos aspectos positivos e notáveis da civilização medievá, mas o seu exclusivismo e o seu exagero acabam por deixar no espírito dos leitores das obras românticas uma idéia errônea, por ser incompleta, da vida na Idade Média. A esse respeito, Cerejeira (1953: 16) adverte:

Aos literatos românticos faltou em regra o sentido histórico, dando-nos uma Idade Média de convenção, muito idealizada. Valem todavia como índices do novo estado de alma, da diversa atitude dos espíritos.

Contudo, neste século, grandes historiadores ingleses e franceses, entre eles Georges Duby, *L'An Mil* (1967); Jacques le Goff, *Para um novo conceito de Idade Média* (1979) e *Os intelectuais na Idade Média* (1995); Guy Fourquin, *Seigneurie et féodalité au Moyen Âge* (1970), e Régine Pernoud, *Lumière du Moyen Âge* (1954) e *Pour en finir avec le Moyen Âge* (1977), desmontam o mito da “Idade das Trevas”, realizando uma revisão total, assentada no rigor da análise documental.

Dentro desse quadro, há um espaço para obras místicas como o *Castelo perigoso*. Trata-se de um espaço ocupado por um estilo de vida contemplativo, e fazem-se necessários alguns esclarecimentos mais específicos para a compreensão da origem e do destino dessa obra.

Os primeiros monges foram anacoretas que, ouvindo o chamamento divino, viveram na solidão, longe do mundo. Se em seguida a instituição monástica evoluiu para dar nascimento ao tipo beneditino, o gosto pela vida eremítica, implantado no Ocidente, representado pela figura do anacoreta, não desapare-

ceu durante os primeiros séculos da Idade Média. Houve mesmo um amplo movimento em busca da solidão, na esperança de ganhar o céu expondo o corpo aos tormentos do frio, do calor, do jejum. São Romualdo, contemporâneo de São Nilo (910-1005), reuniu em uma ordem, a dos Camaldulenses, os eremitas de Camaldoli e os cenobitas de Val de Castro. Na metade do século XI, São Pedro Damiano considerou a vida eremítica como a única forma possível de renúncia total ao século que perseguia o monarquismo. Também, segundo Fliche ([19.]: 488), a ordem cluniacense, apesar do seu imenso prestígio, era incapaz de satisfazer as almas desejosas de penitência e de mortificação. O trabalho intelectual não podia acomodar-se às exigências de um ascetismo que almejava alcançar os limites mais extremos.

A França, durante os últimos anos do século XI, foi arrebatada por uma corrente eremítica, que encontrou um terreno particularmente propício. Em todas as regiões se produziu um movimento de construção de ermidas que acabou, em certos pontos, com a fundação de mosteiros, nos quais o trabalho intelectual foi substituído pelo trabalho manual, o qual “cansa o corpo, e por diversas mortificações que acabam por domá-lo”. Essa era a crença em voga na época.

Urge que se retorne aos textos do ciclo arturiano. Segundo Megale, o trabalho de Albert Pauphilet,<sup>1</sup> que reconheceu no texto de *La quête del Saint Graal* um tratado de espiritualidade cisterciense, tornou-se clássico, visto que a

*Demanda da Vulgata é decalcada no Conto do Graal, de Chrétien de Troyes e em suas Primeira e Segunda Continuação, a que associam elementos míticos da matéria da Bretanha: o assento perigoso, a espada de pedra e a abolição dos maus costumes, substituídos por motivos mais cristianizados. A lança que sangra e a espada quebrada de Robert de Boron e do Didot-Perceval tornam-se respectivamente a lança de Longino e a espada de Davi, para não insistir no Graal, de que já falamos que se torna a escudela em que Cristo comeu o cordeiro pascal com os seus. Como a dar ao texto substancial autoridade e certamente com a finalidade de alimentar a ilusão de uma verdade didática, as aventuras, as visões e os sonhos são sempre interpretados por eremitas que oferecem o significado e a verdade aos cavaleiros. Todo este clima e principalmente este método de composição talvez estejam na base do estudo de especialistas que fizeram o que se poderia chamar de leitura alegórica da Demanda da Vulgata (MEGALE, 1992a: 14).*

A obra de Pauphilet faz uma análise sumária da *Queste* como sendo o Evangelho de Galaaz. A seguir, à pergunta que se faz: “o que é a busca do Graal?”, responde com a descrição do quadro da vida cristã: o dogma, a política da Igreja, a moral, vícios e virtudes, o combate moral. Analisa, em seqüência, o espírito monástico, Cister, Cister e a busca do Graal, dentro dessa perspectiva novamente o dogma, a política da Igreja, depois a pregação, o ascetismo

<sup>1</sup> PAUPHILET, Albert. *Étude sur la quête del Saint Graal*. Paris: Honoré Champion, 1968 (a primeira edição é de 1921).

e o misticismo guerreiro. Traça um perfil das ordens militares e considera a *Queste* o “romance de Cister”, apontando o que chama de cenas cistercienses da *Queste*, chegando a considerar Lancelote e o noviciado cisterciense.

A importância que a vida ermitã tinha pode ser atestada na produção cultural da Idade Média através do papel que essas pessoas desempenhavam em textos como: *Perceval ou le roman du Graal*, *La mort le roi Artur*, *Amadis de Gaula*, *A demanda do Santo Graal*, o que aliás Pauphilet leva às últimas conseqüências, como se vê com Lancelote e o noviciado cisterciense. Nessas obras, cabia aos ermitãos, aos homens bons ou aos homens probos aconselharem os cavaleiros, desvendarem os sonhos, visto que para realizarem as ‘grandes aventuras’ “há condições que são a ausência de pecado e o não envolvimento com os sabores do mundo”, demonstrando,

além da confiança em Deus, o grande contraste entre o cosmos cristão com o mundo terreno. Este mundo terreno é descrito como fadado ao despedaçamento, à imperfeição e ao desregramento no pecado, mas contendo sua remissão apontada para a reconstituição de um mundo do além, teodicéia para sempre presente (MEGALE, 1992b: 14).

A busca do isolamento e da contemplação levou à criação de diversas ordens monásticas, entre elas ressaltando-se, nesse trabalho, a Ordem de Cartuxa (à qual pertenceu Frère Robert) e a Ordem de Cister (à qual pertencia o monastério de Alcobaça, responsável pela versão portuguesa).

São Bruno, religioso que viveu muito tempo na França, nasceu em Colônia por volta de 1030 e morreu em Serra de São Bruno, perto de Catanzaro, Itália, a 6 de outubro de 1101. Ensinou gramática e teologia em Reims, tendo entre seus alunos o futuro papa Urbano II. Opôs-se ao arcebispo simoníaco Manassès de Gournay e foi suspenso. Retirou-se para a Diocese de Langes, antes de fundar a Grande Cartuxa (1084). Chamado a Roma por Urbano II (1094), fundou na Calábria a Cartuxa Della Torre (1094). Deixou cartas e comentários sobre os salmos e as epístolas de São Paulo. A seu respeito, escreve Garcia Villoslada (1953: 716):

La figura de San Bruno, que vive en Francia y muere en Itália, se yergue en la segunda mitad del siglo XI alta, blanca y silenciosa como la nieve de las montañas. Su hábito blanco es anterior al de los cistercienses; su silencio - al menos en la historia - es mucho mayor, pues no hay duda que la Orden Cardujana es la Orden que menos ruido ha metido en el mundo, y con ser tan santa, ni siquiera con la santidad de sus hijos ha buscado el campaneó sonoro, ni el paregórico solemne, ni el devoto rumor multitudinario.

Por suas origens e seus costumes que se consolidaram em suas regras, usualmente denominadas *Consuetudines* e adotadas oficialmente por todas as cartuxas em 1127, a Ordem de São Bruno (Cartuxa) é rigorosa e humilde. As cartuxas, mais que portos para naufragos, devem ser comparadas a ilhas, imperturbáveis. Em 1300 eram 63, porém no século seguinte fundaram-se muitas, uma por ano, em média; posteriormente foram diminuindo.

Ajustando-se às recomendações do seu fundador e às práticas da sua origem, o quinto Prior Geral da Grande Cartuxa, Guígues, deu forma oficial e canônica às *Consuetudines*, tendo sido, em 1127, impostas a toda a ordem pelo Capítulo de 1142 e completadas por outros Capítulos Gerais, o que não exclui que tenham sido usuais anteriormente a essas datas de forma definitiva e de imposição. É importante observar que esse prior foi quem estabeleceu relações com São Bernardo, permitindo, assim, a permuta de manuscritos entre cartuxos e cistercienses. Esse prior escreveu também *Meditationes*, o que testemunha que se manteve fiel às recomendações de São Bruno e que a vida contemplativa foi realmente intensa.

Os cartuxos são uma mescla de cenobitas e eremitas. Eremiticamente vivem em celas individuais e independentes, com seu lugar para estudo e oração, seu local de trabalho, seu depósito de carvão e lenha e um pouco de terra para cultivo. Cenobiticamente reúnem-se no coro para rezar longa e solenemente as matinas e laudes à meia-noite, para a missa conventual e para as vésperas; as demais orações fazem em particular. Juntam-se também à mesa em dias festivos, ainda que em silêncio, e em recreação comum nos dias em que permite a Regra. Os irmãos leigos vivem em comunidade, sob a direção do padre procurador.

Sua liturgia sensível, austera, despojada de elementos decorativos e musicais, data do século XIII e é particularmente original nas matinas e nas vésperas. O cartuxo reza também o Ofício da Virgem diariamente e o de defuntos, à exceção de certas festividades. Ao morrer, são enterrados sem ataúde, apenas com seus próprios hábitos, e uma cruz de madeira sem nome é colocada sobre a sepultura.

Por ser a vida do cartuxo muito dura, não se admite nela quem não houver completado os vinte anos, idade militar, conforme dizem as *Consuetudines*, pois, para lutar nesses campos de Deus contra os inimigos da alma, primeiro deve-se provar a coragem. Nunca provam carne; vivem a pão e água, mais ou menos como os cistercienses. De todas as ordens medievais é a única que nunca necessitou de reforma: *Carthusia nunquam reformata, quia nunquam deformata*<sup>2</sup>.

Cada monastério é independente e autônomo, dependendo apenas do Capítulo Geral, que se reúne a cada ano na Grande Cartuxa de Grenoble, a primeira cartuxa fundada por São Bruno, em 1084. O prior desta é também o Prior Geral de toda a ordem; preside os Capítulos, assistido por seus oito definidores, e nomeia a cada dois anos os visitantes, que fazem as visitas canônicas das cartuxas.

Desde 1147 há também cartuxas para mulheres, fundadas sob a direção do Beato Juan de España (+1160) e de São Anselmo (+1178), sétimo Prior da Cartuxa e, logo, Bispo de Belly.

<sup>2</sup> Cartuxa nunca reformada, porque nunca deformada.

É nesse ambiente que se vai encontrar Frère Robert, monge cartuxo, que escreveu o tratado *Castelo Perigoso* para sua prima Soeur Rose, pertencente à Ordem de Fontevrault. Essa ordem, destinada às mulheres, também é eremítica e foi fundada por Roberto de Arbrissel. Nascido não longe de Reims, por volta de 1060, depois de cumprir algumas funções seculares em sua Diocese, retirou-se para Craon, objetivando levar vida eremítica. Teve, em 1096, uma entrevista com o Papa Urbano II, passando depois a percorrer campos, vivendo longe dos castelos e das cidades, em penitência e pobreza. Teve êxito e recrutou numerosos seguidores entre os dois sexos. As jovens mulheres, sobretudo, mostravam-se desejosas de segui-lo e ávidas de contrair as núpcias espirituais com Cristo, às quais ele convidava. Tudo isso acabou, em 1101, com a fundação do monastério feminino de Fontevrault, aprovado pela Santa Sé em 1105. A Ordem sobreviveu à morte de seu fundador, ocorrida em 25 de fevereiro de 1117. A Ordem inspirou-se na Regra Beneditina. Mais de uma centena de mosteiros foi instalada na França, muitos na Espanha e três na Inglaterra. Sua clientela era principalmente constituída por filhas da aristocracia. Na própria Abadia de Fontevrault, que deu nome à Ordem, existem oito túmulos reais de Plantagenetas ingleses, incluindo o de Henrique II (1133-1189); o de sua esposa, Leonor de Aquitânia (1122-1204); o de seu filho Ricardo I Coração de Leão (1157-1199) e o de sua nora Isabel de Angoulême, esposa de João Sem Terra. Infelizmente não se pode precisar quando e em qual viveu Soeur Rose.

A Ordem de Cister nasceu no convento de Cîteaux (ant. *Cistercium*, França), em 1098, e teve como fundador o monge beneditino São Roberto de Molesme (1027-1111). Com Stephen Harding (1109-1134), seu terceiro abade, o movimento expandiu-se rapidamente. Em 1115 havia quatro mosteiros (Clairvaux, Ferté, Pontigny e Morimond), trinta em 1130 e 671 um século depois. Um dos mais famosos foi o de Port-Royal, em Paris, o qual desempenharia importante papel na vida religiosa francesa do século XVII.

A decadência e o mundanismo de Cluny provocaram um movimento de regresso às origens, a partir do Mosteiro de Cister, na Borgonha.

O movimento de Cister é a aplicação mais rigorosa da Regra de São Bento contra a sua deformação por Cluny. Os primeiros cistercienses estabeleceram-se longe das povoações, em lugares não habitados e não cultivados, vivendo exclusivamente do trabalho de suas mãos.

Contudo os cistercienses seguiam a seu modo a orientação de Cluny: eram centralizadores. Cada mosteiro tinha o seu abade eleito pelos monges e os abades deviam reunir-se anualmente em Congregações Gerais, sob a presidência do Abade de Cister, para tomar decisões relativas a toda a Ordem – semelhante ao modelo cartuxo já apresentado.

O número de monges era limitado por abadia. Quando o excedia, parte deles saía para fundar um novo mosteiro, “filho” do antecedente, estabelecendo, assim, uma hierarquia que terminava em Cister.

As abadias cistercienses eram eficazes centros de exploração agrícola devido à obrigação do trabalho manual e à necessidade de cada mosteiro viver com recursos econômicos próprios.

Uma das mais importantes abadias cistercienses foi a fundada por São Bernardo em Claraval (*Clairvaux*), em 1115. São Bernardo estabeleceu relações com o quinto Prior Geral da Grande Cartuxa, Guígues, propiciando o início da permuta de manuscritos entre as duas ordens, conforme já se mencionou. São Bernardo pregou a segunda cruzada, inspirou a fundação da Ordem dos Templários, fez condenar Abelardo no sínodo de 1140, foi um persistente perseguidor de heresias por palavras e obras, era eloqüente pregador, conhecido por seu rigor ascético, e, na *De consideratione*, dedicada a Eugênio III, condenou as ambições políticas do papado. Os cistercienses portugueses e galegos procediam, por filiação, do ramo de Claraval.

O Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, fundado em 1153, teve a sua doação feita aos monges franceses de Claraval e a ocupação do território, segundo Saraiva (1983: 268), parece ser a motivação principal do rei, visto que era quase deserto e ainda ameaçado de ataques muçulmanos. Afonso Henriques fez a doação a São Bernardo, seus irmãos (em religião) e sucessores, com a condição de que, se o abandonassem sem autorização real, nunca mais o recuperariam.

Por volta de 1190, os primeiros monges foram massacrados por uma incursão dos Almoadas. Já haviam iniciado a construção do templo, que foi substituído por outro mais grandioso, o atual, iniciado em 1178 e finalizado em 1221. O edifício pertence à fase inicial do gótico e constitui uma das maiores construções da Ordem de Cister na Europa.

Nos últimos tempos de Sancho I, o Abade de Alcobaça é, juntamente com o Prior de Santa Cruz, o Arcebispo de Braga e o Bispo de Coimbra, um dos eclesiásticos de que se rodeia o rei enfermo. E a terceira geração dos reis transferiu para Alcobaça o panteão real. Da biblioteca da abadia, que se tornou com o correr dos séculos a maior de Portugal na Idade Média, provém toda a tradição manuscrita portuguesa do *Castelo perigoso* – Mss. 199 e 214.

No século XIII, Alcobaça desliga-se de Cister, pedindo dispensa de ser visitada pelos delegados e deixando de participar nas Congregações Gerais da Ordem. Tal fato foi facilitado pelo Grande Cisma do Ocidente, quando o rei de Portugal e Cister seguiram papas diferentes.

No reinado de D. Fernando, os abades deixaram de ser eleitos pelos monges e passaram a ser nomeados pelos reis.

Desde então a abadia tornou-se um dos postos mais rendosos e honoríficos, com que os reis beneficiavam os fidalgos seus protegidos. Deve no entanto salientar-se a importância da sua biblioteca e dos seus estudiosos, que continuaram lendo e produzindo até o século XVII (SARAIVA, 1984: 271).

A conhecida polémica encabeçada pelos cistercienses e cartuxos, sobretudo no século XII, contra o luxo e o emprego de meios figurativos na decora-

ção das igrejas (seda, ouro, prata, vitrais coloridos, esculturas, pinturas, tapetes) tinha como objetivo concentrar os fiés na piedade e na prece. São Bernardo, Alexandre Neckman e Hugo de Fouilloi se lançaram com veemência contra essas *superfluitates*. Entretanto, conforme ressalta Eco (1989: 17), “em todas estas condenações a beleza e a graça dos ornamentos nunca é negada”; são condenadas justamente por reconhecerem o seu atrativo irresistível, inconciliável com as exigências do lugar sagrado.

A Idade Média mística, ao desconfiar da beleza exterior, refugia-se na contemplação das Escrituras ou no gozo dos ritmos interiores da alma em estado de graça. Fala-se, a esse propósito, de uma estética socrática dos cistercienses, fundada na contemplação da beleza da alma:

O vere pulcherrima anima quam, esti infirmum ihabitanten corpusculum, pulchritudo caelestis admittere non despexit, angelica sublimitas non reiecit, claritas divina non repulit<sup>3</sup> (BERNARDO DE CLAIRVAUX, 1957-8: 166).

Eco (1989: 17) observa:

Hugo de Fouilloi fala em *mira sed perversa delectatio* (um prazer maravilhoso e perverso). O *perverso*, como em todos os rigoristas, é ditado por razões morais e sociais: isto é, questiona-se se se deve decorar suntuosamente uma igreja quando os filhos de Deus vivem na indigência. Mas o *mira* manifesta um assento indiscutível às qualidades estéticas do ornamento.

São Bernardo confirma essa disposição de ânimo quando explica a que os monges renunciaram abandonando o mundo. Lançando-se contra os templos vastos e suntuosos, São Bernardo fornece uma imagem da igreja de Cluny. O fato estético não é posto em discussão; é criticado, ao contrário, o seu emprego em fins extraculturais, com propósitos inconfessáveis de lucro, uma vez que tanta riqueza teria sido disposta para atrair outras e ajudar o afluxo de donativos às igrejas (BERNARDO DE CLAIRVAUX, 1984: 209-210).

Os rigoristas polemizavam sobre algo em que percebem todo o fascínio, positivo e perigoso. Naturalmente a contraposição entre beleza exterior e beleza interior é tema na época. Entretanto, a fugacidade da beleza terrena é sempre percebida com um sentimento de melancolia. Frente à perceptível beleza exterior, a única garantia é dada pela beleza interior que não morre, e, ao recorrer a essa beleza, a Idade Média opera, no fundo, uma recuperação do valor estético frente à morte.

Contudo, no auge da polêmica rigorista, apareceu também o sentimento da beleza humana e da natureza, em uma mística que superou o momento do ascetismo disciplinar para resolver-se em mística da inteligência e do amor serenado. Na mística dos vitorinos, a beleza natural aparece reconquistada em toda a sua positividade. A contemplação intuitiva, vista por Hugo de São Vítor,

<sup>3</sup> Oh, alma, que és verdadeiramente a mais bela, mesmo habitando um frágil corpúsculo, a beleza celeste não se recusou a acolher-te junto a si, a sublime natureza angélica não te rejeitou, a luz divina não te repeliu.

era uma característica da inteligência que não se exercitava apenas no momento especificamente místico, mas também podia voltar-se para o mundo do sensível; logo a contemplação era um *perspicax et liber animi contuitus in res perspicendas*<sup>4</sup>.

Um tema como o da beleza feminina constituía, para a Idade Média, um vasto repertório.

Quando Mateus de Vendôme, em sua *Ars versificatoria*, nos dá as regras para compor uma bela descrição de uma bela mulher o fato nos impressiona pouquíssimo... Mas quando os escritores eclesiásticos comentam o "Cântico dos Cânticos" e discutem a beleza da esposa, embora o discurso esteja voltado para o discernimento dos significados alegóricos do texto bíblico e das correspondências sobrenaturais de cada aspecto físico da menina *nigra sed formosa*, toda vez que o comentador descreve, com fins didáticos, o próprio ideal da beleza feminina, revela um sentimento espontâneo, imediato, casto mas terreno deste valor (ECO, 1989: 24).

O homem medieval vive em um mundo povoado de significados, referências, supra-sentidos, manifestações de Deus nas coisas, em uma natureza ligada a uma linguagem heráldica. Trata-se de uma disposição para prolongar a atividade mitopoética do homem clássico através da elaboração de novas figuras e referências em harmonia com o *ethos* cristão. É uma nova sensibilidade ao sobrenatural, ao sentimento do maravilhoso que a tardia antiguidade clássica já havia perdido.

Essa tendência mítica pode ser talvez explicada se se pensar no simbolismo medieval como um paralelo popular e fabular da fuga do real. Na versão simbólica, a natureza, até nos seus aspectos mais temíveis, torna-se o alfabeto com o qual o criador fala da ordem do mundo, dos bens sobrenaturais, dos passos a serem dados para a orientação ordenada no mundo, objetivando adquirir prêmios celestiais.

Paralelamente, processa-se a elaboração de um pensamento cristão que procura dar conta da positividade do ciclo terreno como itinerário para o céu. Contudo, a fabulação simbólica serve para recuperar aquela realidade que a doutrina nem sempre consegue aceitar e fixa, através dos signos compreensíveis, aquelas mesmas verdades doutrinárias que podem resultar difíceis em sua elaboração culta.

Desde o início, o cristianismo educa para a tradução simbólica dos princípios de fé:

fizera-o por motivos prudenciais, escondendo, por exemplo, a figura do Salvador sob a aparência do peixe, para fugir, através da criptografia, aos riscos de perseguição; no entanto, apresentava uma possibilidade imaginativa e didascálica que devia resultar congenial ao homem medieval (ECO, 1989: 73).

<sup>4</sup> Um olhar livre e arguto do ânimo, voltado para o objeto a ser escolhido.

Se é tão fácil para os simples converter em imagens as verdades que conseguem compreender, aos poucos os próprios elaboradores da doutrina, os teólogos, os mestres traduzem em imagens as noções que o homem comum não aferiria, caso tivessem mantido o rigor da formulação teológica. Tal pensamento desencadeia uma grande campanha que visa a educar os simples pelo deleite da figura e da alegoria, através da pintura *quae est laicorum litteratura*<sup>5</sup>. A decisão foi tomada no sínodo de 1025.

Como se observa, a mentalidade simbolística inseria-se no modo de pensar medieval, pois há o hábito de proceder-se segundo uma interpretação genética dos processos reais, obedecendo a uma cadeia de causas e efeitos.

O homem medieval é fascinado pelo princípio: *Aliud dicitur, aliud demonstratur*<sup>6</sup>. Logo, entender uma alegoria é entender uma correspondência e fruir esteticamente tal relação, graças também ao esforço interpretativo. As alegorias aguçam o espírito, reavivam a expressão, adornam o estilo.

A abundância de imagens em que o pensamento religioso se arriscava a dissolver-se teria produzido apenas uma fantasmagoria caótica se a concepção simbólica não a tivesse envolvido num vasto sistema onde cada figura tinha o seu lugar (HUIZINGA, 1985: 210).

O simbolismo provém do fundo psicológico de que em Deus nada é vazio de sentido: *nihil cavum neque sine signo apud Deum*. Assim, em volta da figura de Deus, cristalizou-se um sistema de figuras simbólicas, todas relacionadas com a Divindade, visto que todas as coisas extraem d'Ele o seu significado.

Tal fato desenvolve-se a partir da sensibilidade religiosa da alma medieval, impregnada, segundo Huizinga (1985: 199), dos conceitos de Cristo e da Cruz, bastando uma remota analogia para evocar na memória a figura de Cristo. Essa sensibilidade religiosa levada ao extremo revela-se por um chorar copioso. Segundo São Bernardo, as lágrimas são as asas do coração e o vinho dos anjos. Dinis, o cartuxo, afirmava que a devoção é uma espécie de ternura do coração, que facilmente se comove até às lágrimas.

Uma pobre freira que leva lenha para a cozinha imagina-se transportando a cruz; uma cega que lava a roupa toma a selha pela manjedoura e a casa de lavar pelo presépio (HUIZINGA, 1985: 199).

A exemplo de Santa Coleta, cuja repugnância pelas funções sexuais inspirava-lhe grande desgosto pelos santos que haviam se casado, levando-a a só admitir virgens na sua congregação, essas extravagâncias religiosas eram toleradas pela Igreja na Idade Média, contanto que não alterassem os pontos morais e doutrinários. Era considerado relativamente pequeno o perigo que causavam os arroubos do misticismo que se traduziam em imagens de natureza simbólica, pois, ao cristalizarem-se em imagens, perdiam parte de sua ação nociva.

<sup>5</sup> "que é a literatura laica".

<sup>6</sup> "O que se diz, se demonstra".

Logo, dois fatos dominavam a vida religiosa nesse período: a extrema tensão da atmosfera religiosa e a marcada tendência do pensamento em representar-se através de imagens.

O espírito da Idade Média, ainda plástico e ingênuo, anseia por dar forma concreta a todas as concepções. Cada pensamento procura expressão numa imagem, mas nessa imagem se solidifica e se torna rígido. Por esta tendência se incorporar em formas visíveis, todos os conceitos sagrados estão constantemente expostos ao perigo de se concretizar em mera exteriorização. Porque, assumindo uma forma figurada definitiva, o pensamento perde as suas qualidades etéreas e vagas e o sentimento religioso fica apto a converter-se em imagem (HUIZINGA, 1985: 159).

A alegoria, operada como hermenêutica, é uma técnica de interpretação, decifrando significações tidas como verdades sagradas, ocultas na natureza sob a aparência das coisas e também na linguagem figurada das Escrituras, revelando um sentido espiritual.

Segundo a alegoria greco-romana e suas retomadas, o mundo é objeto de representação própria e figurada pela poesia e prosa; segundo a alegoria hermenêutica, existe desde sempre uma prosa do mundo a ser pesquisada no mundo da prosa bíblica (HANSEN, 1986: 43).

As coisas, então, passam a ser consideradas como signos na ordem da revelação. Deve-se, então, considerar três aspectos: a presença de Deus nas coisas sensíveis; a presença de Deus nos seres espirituais; a presença de Deus na alma humana. É, então, sob todos esses elementos que o tratado *Castelo Perigoso* é escrito por Frère Robert, lido por Soeur Rose e suas companheiras de claustro, adaptado e traduzido para o português.

### Referências bibliográficas

- BERNARDO DE CLAIRVAUX. Apologia ad Guillelmum abbatem. In: GASTALDELLI, F. (org). *Opere di S. Bernardo - trattati*. Milano: Scriptorium Claravallense, 1984. vol. I.
- BERNARDO DE CLAIRVAUX. Sermones supor Cantica Canticorum. In: LECLERCQ, J. et al. *S. Bernardo opera*. Roma: Cisterciensis, 1957-8. v. I.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. *A Idade Média na história da civilização*. 2 ed. Coimbra: Coimbra, 1953.
- COSTA NUNES, Ruy Afonso. *História da educação na Idade Média*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1979.
- ECO, Umberto. *Arte e beleza na estética medieval*. Trad. de Mário Sabino Filho. Rio de Janeiro: Globo, 1989.
- GARCIA VILLOSLADA, Ricardo. *Historia de la Iglesia Católica - Edad Media (800-1303): la cristiandad en el mundo europeo y feudal*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1953. v. 2. p. 716-719.
- HANSEN, João Adolfo. *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*. São Paulo: Atual, 1986.
- HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média*. Trad. de Augusto Abeleira. 2. ed. Lousã: Ulisseia, 1985.
- LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Trad. de Manuel Ruas. 3 ed. Lisboa: Estampa, 1994.

Introdução. In: *A morte do Rei Artur*. Romance do século XIII. Trad. de Heitor Megale. São Paulo: Martins Fontes, 1992a.

MEGALE, Heitor. *O jogo dos anteparos - A demanda do Santo Graal: a estrutura ideológica e a construção da narrativa*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1992b.

OLIVEIRA, Franklin. Apresentação à edição brasileira: breve panorama medieval. In: LOYN, Henry R. (Org.). *Dicionário da Idade Média*. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

PAUPHILET, Albert. *Legs du Moyen Âge*. Études de littérature médiévale. Melun: Librairie d'Argences, 1950.

ROBERT, Frère. Castelo perigoso. In: CÓDICE ALC. 199. Lisboa: Biblioteca Nacional. [14—]

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. In: CÓDICE ALC. 214. Lisboa: Biblioteca Nacional, [14—?]

SANTANA NETO, João Antonio de. *Duas leituras do tratado ascético-místico Castelo perigoso*. 1997. Tese (Doutoramento) Universidade de São Paulo).

SARAIVA, António José. *A cultura em Portugal - teoria e história: primeira época: a formação*. Amadora: Bertrand, 1984.



# Poesia negra contemporânea: o redescobrimento do Brasil

Discurso poético,  
consciência e atitude

Luciano Rodrigues Lima

Universidade Federal da Bahia  
Universidade do Estado da Bahia

Através da análise das obras de alguns poetas negros contemporâneos, discute-se a questão da poesia negra no Brasil, sua conceituação, antecedentes e perspectivas. Busca-se, no estudo dos textos escolhidos, a identificação de procedimentos estilísticos e de abordagens temáticas recorrentes que demonstrem uma relação entre esses poetas. Essa relação se configura como elemento significativo na direção de uma identidade estética. Ressalta-se, aqui, a importância da poesia negra como instrumento de revelação da identidade nacional, a qual se consubstancia na diferença e na diversidade, ao invés da unanimidade.

Through the analysis of the works of some black contemporary poets, the question of black poetry in Brazil is discussed, as well as its conceptualization, background and perspectives. By the study of the chosen poems, this work searches for the identification of stylistic and thematic procedures. These are important elements to distinguish a aesthetic identity, which can demonstrate a relationship among these poets. Black poetry is emphasized as an important instrument to reveal the real national identity, which is considered as based on difference and diversity, instead of unanimity.

Resumo

Abstract



Guerra é o que nosso povo mais conhece.  
 As guerras de Palmares, a guerra de Canudos,  
 As guerras das favelas, as guerras do dia-a-dia.  
 As armas não eram suficientes para combater o inimigo  
 e as baixas sempre foram enormes. Mas hoje é diferen-  
 te; não é satisfatório, mas é diferente. Estamos comba-  
 tendo com armas mais poderosas que antes, e de diver-  
 sos calibres: respeito, auto-estima, consciência, inte-  
 ligência. E essa guerra não vai terminar tão cedo, talvez  
 nem termine

(Thaíde – músico rapper, 2000)

## 1 Breve histórico - Consciência: a verdadeira abolição

Este é um estudo de poesia e não da vida. A literatura e a vida real não são a mesma coisa, mas estão relacionadas. Falar da poesia, portanto, significa também falar da vida. Discute-se aqui, como uma breve retrospectiva histórica, a mudança de atitude do negro brasileiro, de um modo geral, e a mudança gradual do posicionamento dos poetas que se reconhecem como afro-descendentes. Não se pretende, entretanto, desviar o foco da análise da poesia negra contemporânea no Brasil para a história, a sociologia ou a antropologia. O histórico, o sociológico e o antropológico interessam na medida em que subsidiavam a compreensão do literário.

Após a “abolição” oficial da escravatura no Brasil, a classe que detinha o poder, em lugar de criar políticas para a integração do negro através de um programa diferenciado de educação, parece ter utilizado a tática do esquecimento e da exclusão histórica. Não mais sendo escravo, por força de uma lei isolada, o negro desaparece como raça, em meio a denominações como operário ou camponês. Durante quase cem anos o negro não figura sequer como um problema social ou cultural. Se não era um problema, nas estatísticas oficiais, não justificava qualquer política diferenciada ou compensatória.

Havia, contudo, o risco do próprio negro bradar: Eu existo! Para evitar isto, foram criados ou incentivados mitos oficiais e estereótipos do tipo: “não existe racismo no Brasil”, “o brasileiro é um povo amistoso e cordial”, “negro de alma branca” e outros. O negro tornava-se, assim, invisível e, ao mesmo tempo, “vampiresco”, ou seja, aquela criatura que mesmo diante do espelho não se vê, pois não é refletida. O negro não conhecia sua própria imagem, pois

fora praticamente banido dos livros didáticos, do cinema, da televisão, da política. Adotava uma voz, um rosto (ou uma máscara?), uma índole e uma história que lhe haviam imposto.

É claro que vozes conscientes isoladas sempre se levantaram, na literatura ou fora dela. Zumbi, Manoel Faustino dos Santos Lira e outros foram punidos impiedosamente. Lima Barreto, em sua obra literária, não confrontou diretamente a situação de hipocrisia e racismo disfarçado, mas ironizou de forma contundente a mediocridade burguesa (“branca”) do Brasil do seu tempo. Há exemplos como o de Basílio da Gama, o qual foi acusado de jesuitismo e perseguido, valendo-se de sua poesia para aplacar os poderosos. Cruz e Souza, militante da causa abolicionista, embora poeta esteticamente reconhecido, introdutor do Simbolismo no Brasil, sobreviveu de um mísero salário. De modo geral, entretanto, o discurso sobre o negro sempre foi produzido por quem se considerava branco. O negro figura, aí, como vítima, cidadão de segunda classe ou portador de uma cultura bárbara. Esse discurso veiculava, historicamente, uma simplificação grosseira da complexa problemática do negro no Brasil.

Em Jorge Amado, o negro é enaltecido como raça exótica, pela virilidade, agilidade e força física, como Balduino, em *Jubiabá*. Embora idealizado, esse negro também é estereotipado. O negro, em Jorge Amado, é descrito nos aspectos pitorescos da sua cultura, como a capoeira, a culinária, as festas, os rituais do candomblé. Ele é narrado em sua exterioridade. Na primeira fase da obra amadiana, o negro (aqui significando toda a problemática do negro) é obliterado pela noção de proletariado. Na segunda, menos ideológica e mais utópica (ou utópico-hedonista), o mito da mestiçagem substitui o negro por morenas, mulatas e caboclas. Apesar disto, a obra ficcional de Amado, por ser engendrada na perspectiva da cultura baiana, é a primeira no Brasil a tomar em consideração a figura do negro como expoente na formação cultural brasileira. Deve-se registrar que alguns conceitos de Gilberto Freire sobre a identidade nacional, como a cultura sensual dos trópicos e a mistura das três raças, se fazem presentes na concepção do Brasil de Jorge Amado. Essas idéias também permeiam o pensamento de Darci Ribeiro, com maior ênfase para a cultura indígena.

“*Essa Negra Fulô*”, de Jorge de Lima, “*O navio negreiro*”, de Castro Alves, “*O negrinho do pastoreio*”, de Simões Lopes Neto, *O moleque Ricardo*, de Lins do Rego, por exemplo, a despeito do valor estético, tematizam o negro superficialmente. O sofrimento, nessas obras, é imaginário, e as palavras são usadas para provocar um certo sentimentalismo em torno da injustiça contra as pessoas da raça negra. São discursos bem intencionados, mas não possuem sequer a autorização ou concordância do negro. É como defender alguém sem ouvi-lo. Não se está, assim, exercendo patrulhamento ideológico anacrônico sobre os escritores citados. Estas observações não implicam em juízo estético dessas obras, nem sugerem que elas estejam “erradas”. Demonstra-se apenas que a perspectiva limitada da questão do negro, à época, só lhes permitia falar univocamente.

Somente em anos bem recentes parece haver uma tomada de consciência sobre a questão do negro na sociedade ocidental. Deve-se lembrar que até a década de sessenta, nos Estados Unidos, os negros tinham assentos reservados na parte de trás dos ônibus, exatamente como há duzentos anos, quando eram levados no fundo dos carroções, pelos proprietários rurais, para os cultos dominicais, onde ocupavam um cercadinho na parte posterior das igrejas. A tomada de consciência dos artistas e poetas negros coincide com o tempo de lutas e conquistas da comunidade negra internacional.

O termo “poesia negra” requer uma explicação, pois em si é vago. Aliás, o próprio termo **negro**, no Brasil, é vago, pois o critério para se definir quem é negro é cultural. É como se fossem negros apenas aqueles de pele muito escura e cabelos crespos. E os diversos graus de mestiçagem? Diz-se “poesia negra”, neste estudo, daquela produzida por uma nova consciência sobre a questão do negro, em seus múltiplos e complexos aspectos. Entende-se, aqui, que os poetas que possuem a perspectiva mais ampla da questão são os próprios negros. Não admitir isso pode implicar em se criar um conceito do “branco de alma negra”, que guarda uma comprometedora simetria com aquele outro estereótipo mais antigo. Isto não implica, contudo, que todo poeta negro seja consciente da sua condição cultural, histórica, política, etc. O critério de escolha, então, recai sobre os poetas afro-descendentes e que possuem uma consciência racial **manifestada em sua produção poética**, pois não se estará, aqui, estudando biografias, mas bibliografias. No dizer do poeta Éle Semog, no poema *Gente de ébano*, “É preciso mais/ Que simpatia/ Para entender/ O ébano por dentro”(SEMOG, 1979).

Por último, resta ainda uma contradição em relação à poesia negra: a crítica. A maioria dos críticos brasileiros ainda está submetida aos ditames dos cânones. Como, então, apreciar com isenção poemas que ainda são editados pelos próprios autores (pouco conhecidos), em edições geralmente modestas, fora do alcance da mídia e do grande mercado editorial?

## 2 Alguma poesia negra contemporânea: notícia e comentário

A poesia é sempre maior do que o poema. Onde estaria contida, então, a poesia negra do Brasil? Talvez ela esteja oculta na dignidade e altivez do olhar e da atitude daqueles que preservaram a cultura e as tradições afro-brasileiras, apesar da repressão secular. Ou, quem sabe, na sonoridade das línguas das nações Ketu, Bantu e Jêje. A poesia do povo negro pode ainda estar no gesto de carinho dos fortes laços familiares que caracterizam essas culturas. Ou na sabedoria silenciosa dos mais idosos. Muito dessa poesia se perdeu, mas ainda resta tanto. A luta cotidiana pela sobrevivência, a necessidade de perdoar o racismo a cada novo dia e o enfrentamento do preconceito já seriam motivação

suficiente para uma grande poesia épica e lírica. Como poderia um crítico, portanto, partindo da análise de poemas, pretender dar conta da poesia negra?

Assim, uma vez mais, abrem-se parêntesis para se discutir o que pode significar o termo “poesia negra”. Componentes culturais são, decerto, relevantes para a caracterização do que se pode chamar de poesia negra. Isto, contudo, não pode se constituir como uma condição *a priori* do poeta negro. O fato, por exemplo, do poeta negro ser cristão e não professar nenhuma religião afro-brasileira não o descaracteriza. Embora se saiba que o cristianismo, em suas diversas vertentes, foi utilizado para a aculturação do negro no Ocidente, na realidade atual, principalmente no Brasil, existe uma significativa comunidade negra cristã. Essa comunidade, então, não pode ter seus poetas autênticos? Portanto, o que realmente caracteriza a poesia produzida por negros como “poesia negra” é o conhecimento, patente no texto, como temática, da complexa problemática do negro brasileiro.

Por fim, cumpre registrar que o “poeta negro”, a esta altura uma entidade alçada ao plano estético, não precisa estar circunscrito aos temas ligados às questões raciais, visto que ele é alguém interessado nas questões históricas, políticas, sociais, estéticas e, ao mesmo tempo, preocupado com a expressão da sua própria subjetividade.

A seguir, comentários serão tecidos, sem a pretensão de comprovar hipóteses pré-concebidas ou de exemplificar modelos teóricos mecanicistas (ainda que com rótulos mais atraentes) sobre alguma poesia negra contemporânea.

### I - José Carlos Limeira: poesia-atitude

Poeta baiano, possui uma extensa produção publicada ao longo de três décadas, na Bahia, Rio e São Paulo. Alguns de seus poemas figuram em *sites* da internet, inclusive em outros países, onde integra diversas antologias poéticas. Limeira possui diversas influências patentes em sua obra, como: o verso livre, a narratividade, a ironia, a metalinguagem e a polifonia dos modernistas e, mais recentemente, a incorporação de elementos da oralidade e ritmia adequados à declamação e *performance* em público, compatíveis com a poesia concreta (apenas quanto à valorização do som e do ritmo da declamação, uma vez que a proposta estética, em J.C. L., é outra) e o *rap*. É um poeta de temática variada, cuidando de assuntos amorosos, sociais e, com determinação, das questões ligadas ao negro. A poesia de José Carlos Limeira se caracteriza por uma consciência da negritude que se faz presente no tratamento de todos os temas. O seu mundo é visto pela perspectiva do negro. Esta é sua forma de engajamento.

O engajamento de um poeta negro (como o de qualquer poeta), contudo, não precisa ser explícito. O poeta consciente da negritude não precisa estar restrito aos temas de denúncia ou do “lamento da senzala”. Ele é alguém que ama, sofre, reage como qualquer cidadão do seu tempo. O poeta e o cidadão são

entidades diferentes, no plano estético, mas essas duas entidades estão inter-relacionadas.

*O arco-íris negro*, livro de poemas de José Carlos Limeira, com a participação de Éle Semog, prefácios de Oswaldo de Carvalho e Nair Monteiro, apresenta uma poesia de conscientização do leitor (negro ou não), abordando, direta ou indiretamente, o tema racial no Brasil e no mundo, voltada para o presente e as perspectivas do futuro.

Em *Vôo*, poema curto, de um só fôlego, uma só idéia, veloz e certa como uma flecha: a noção de que o pensamento trai.

#### VÔO

Quando você acreditar  
Que é livre e pode  
Empreender o vôo da realidade  
Procure não pensar  
Nas correntes da consciência. (LIMEIRA, 1978)

Em poemas como *Não perdem por esperar*, uma voz profética enunciando de um ponto zenital da dicção lírica fala que a consciência vai chegar e alterar a realidade de alguém que exhibe o próprio corpo belo de mulata para deleite dos olhos dos brancos:

.....  
Tá precisando de uma mulata meu bem?  
Pinta tua mãe de preto! (LIMEIRA, 1978)

A poesia de José Carlos Limeira, às vezes, capta simples frases do cotidiano, como um cartaz de lambe-lambe, e resume um dia de um homem anônimo e sem sorte, como em *Foto a gosto*, jogando com as junções de palavras e as suas associações semânticas do mês azarado, ou, como em *A mudança*, refere-se ao drama humano captado pelo ângulo do absurdo, como visão crítica do real, um procedimento da arte moderna. Quem, senão um poeta próximo da classe operária, captaria a ironia (triste) da prostituição barata enquanto alegre divertimento para os pobres trabalhadores? No poema, os dois lados, que correspondem às duas estrofes, são as duas faces de uma mesma moeda: uma ameniza o sofrimento da outra. Então, o poeta eleva esses atos anônimos à condição de poesia: não os condena: absolve-os e eterniza esse amor fortuito:

.....  
e se entregam inteiras  
aos homens que de fato existem  
e fazem do ato, o estar quites  
que tentam ver nelas só brincadeiras. (LIMEIRA, 1978)

A poesia de Limeira é contemporânea, urbana, nascida da era tecnológica do computador e da comunicação visual. Em *Por quê?*, a sua linguagem é a

lente de uma câmara de TV, como no noticiário das oito da noite, dando um close em tempo real sobre o corpo de um jovem negro estupidamente assassinado nos conflitos raciais de Soweto. E aquela morte é como se fosse a primeira. A morte absurda, inaceitável de um jovem negro. Os efeitos hiper-realistas provocam um impacto no leitor, que também se deitará no solo poeirento, com as flores no bolso e as meias furadas. O poeta lança o seu brado ao futuro:

.....  
 E as lágrimas do poeta caíram no chão,  
 E até o sempre e sempre irão perguntar:  
 Por quê? (LIMEIRA, 1978)

A valorização da memória, dos feitos heróicos obscurecidos pela história oficial e a afirmação da religião iorubá estão em *Benta de Oxalá – Bené de Xangô*. Aí, toda a simbologia dos citados orixás reverbera no poema, emitindo sons e significados que ressoam na cultura afro-brasileira. As palavras da língua iorubá, com sua acentuação oxítona, proporcionam ao poema uma forte vocalização:

.....  
 Ilê, Axé  
 Xangô é de Obá  
 Na calunga de Paiê (LIMEIRA, 1978)  
 .....

A poesia de J. C. Limeira possui tanto o impulso, o rompante um tanto romântico, como no poema *Benta de Oxalá – Bené de Xangô*, quanto o “jeito de corpo” sutil da cultura do blues, criando atmosferas suaves e sofisticadas. O poema *Blue* fala de uma noite feliz de amor, jogando com a dualidade da palavra blue, projetando o ritmo dolente da música negra norte-americana no corpo dos amantes. Quem lê o poema pode ouvir uma música ao fundo, se estiver aberto às sinestésias. O amor, tocado de relance, através do momento feliz do êxtase, transcende o plano físico, mas não o descarta: o inclui. É o amor total, espiritual e físico, esse raro encontro, mas ao qual o poeta lírico nunca renuncia:

.....  
 Ontem sob o azul calmo da luz  
 Fomos tudo, suavemente,  
 E o mundo ficou quieto, (LIMEIRA, 1978)  
 .....

A poesia de José Carlos Limeira caracteriza-se pela versatilidade de formas e temas. Seus poemas cantam, por exemplo, a negra Tereza, capoeirista, que se transmuta na negra Bahia, em *Num beco da Bahia*; o monólogo interior de grande pureza lírica, através da metáfora das estações do ano, tão desgastada pelos românticos, mas renovada por Limeira no tom da informalidade, em *Estações internas*; a narratividade, a ficcionalidade e a auto-ironia, em *Fim de*

*jogo*; a indeterminação e a indefinição da linguagem lírica, em *Eclosão*, expressadas metaforicamente por elementos fluidos como o tempo e o vento.

Alguns poemas discutem abertamente a questão da consciência negra, como

*Maio*. Esse poema soa como um grito consciente sobre as imensas dificuldades de se refletir intimamente a questão da negritude: assumir a negritude e ser feliz com ela. Maio, mês controverso para a consciência negra. Mês em que jogaram uma isca, uma cortina de fumaça. O maio do poema não seria o da Princesa Isabel, mas o outro, mais realista e menos oficial. O tema é retomado no poema *TREZE* e o protesto é então lançado:

.....  
no verdadeiro canto  
da ABOLIÇÃO que ainda não houve. (LIMEIRA, 1978)

O tema é retomado em *ZUMBI...DOS*, explorando o jogo som/significado, tecendo uma homenagem aos ícones da luta dos negros pela igualdade racial, mas não a luta pacífica de Luther King, e sim aquela de Ganga Zumba e Malcolm X.

A poesia de José Carlos Limeira busca dignificar seus temas, heroicizar seus rostos, elevar suas musas. Jandira, a prostituta pobre de *JANDA JANDIRA*, é tomada como um símbolo de sofrimento, injustiça e racismo e o poema resgata seu sonho de possuir um lar. É uma poesia que realiza, simultaneamente, dois percursos: da imanência para a transcendência, isto é, da passagem da vã realidade, muitas vezes sem sentido, para um estado de compensação pela poesia, como em Castro Alves, e, às vezes, do poético para a realidade, reduzindo-se ao real, denunciando-o, como em *Soweto*. Este movimento de mão dupla pode, às vezes, ocorrer dentro de um mesmo poema.

A produção poética mais recente de J. C. Limeira demonstra uma abertura para novas formas de veiculação da palavra poética, como o *rap*. Muitos dos seus poemas atuais, como *Um poema novo* e *Leva o carro* (que fala da Estação Pirajá, em Salvador), se prestam a uma declamação ágil, de versos curtos, pautados pela oralidade e coloquialidade, tratando de temas urbanos e cotidianos, o caos das ruas. São poemas de linguagem direta, falando dos problemas sociais, da existência em uma cidade grande. Em se tratando de uma produção poética em curso, observa-se que é uma poesia ainda em transformação, com tendência a se simplificar, através do processo natural de despojamento do que é inessencial na linguagem.

José Carlos Limeira, contudo, ainda mantém uma característica marcante em alguns poetas negros: a fidelidade à cultura popular, aos falares e costumes do povo brasileiro, a irreverência e certa desconfiança na poesia “cultura” e artificial. Isto proporciona “autenticidade” ao seu texto e uma conexão direta com a vida. Observe-se, concluindo, o fragmento de *Leva o carro*:

.....  
 uma prena pela frente  
 dois que saem no tapa  
 no último banco se instala um samba  
 um carinha se pica pela traseira  
 o ceguinho dizendo que é o cobrador especial  
 uma dama cochilando de bobeira  
 uma zorra total, suando que é um horror  
 e a gente espumando de raiva  
 "Leva o carro motô!" (LIMEIRA, 2001)

## II - Jônatas Conceição da Silva: entre o real e a transcendência

Poeta baiano, nascido em Salvador, um dos idealizadores do Movimento Negro Unificado, com atuação no Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê, possui formação acadêmica em Letras. Em sua obra, percebe-se um conhecimento aprofundado em literatura brasileira e lingüística. Tem publicações em revistas especializadas e coletâneas da Bahia e do Brasil e é autor de três livros de poesia, além de co-organizador, ao lado de Lindinalva Barbosa, da coletânea *Quilombo de palavras – A literatura dos afro-descendentes*, com prefácio da Profa. Dra. Florentina Souza. Sua poesia tem como cenário o recôncavo baiano, através de imagens como o mar, as pequenas cidades, como Saubara, mas seus temas ultrapassam as questões regionais e buscam significados mais universais.

A consciência e a memória do povo negro do Brasil são objeto de poemas como *No Nordeste existem Palmares* e *Zumbi é senhor dos caminhos*, mas Jônathas Conceição é poeta de variadas técnicas de construção poética e de temática diversificada. A infância é um dos seus temas recorrentes. Mas o que chama a atenção nos poemas de Jônathas é o seu modo de enunciação. Às vezes, fala um eu poético que simula o próprio sujeito empírico, como em *Comunhão*, a modos de pungente epístola:

.....  
 Este aqui é o teu filho  
 que se casou  
 mas namora até hoje  
 com a fortuna (CONCEIÇÃO, 1989)  
 .....

Em outros poemas, ouve-se a voz de uma enunciação coletiva, como em *Canto de amor ao homem do samba Batatinha*, onde o poeta é porta-voz de uma comunidade:

.....  
*Seu canto, nosso canto*  
 vem da profundidade do coração  
 da dor. (CONCEIÇÃO, 1989)  
 .....

A enunciação em primeira pessoa produz um efeito lírico que apela para os sentimentos do leitor. Mas não se trata de um eu confessional ou ingênuo e sim de um eu lírico compartilhado com os outros poetas (Casimiro de Abreu, Mário de Andrade, Oswald, Drummond, Bandeira, Cabral, Caetano Veloso...) e aberto aos leitores. Em *Na escola*, poema curto e conciso, Jônathas demonstra o seu conhecimento do fazer poético ao recortar com precisão e pontaria certa relances da escola primária, produzindo uma visão em profundidade dessa *escola*: o sentimento do poeta, a ideologia da escola, a sexualidade infantil, o choque cultural. É a linguagem “carregada de significações” de que fala Pound:

A professora tinha sangue azul  
na palma e na alma.  
Nós não sabíamos nada dos verbos  
mas também não obedecíamos ao seu sangue azul:  
Cláudio mijava na sala  
Ari espiava as coxas-meninas e  
Eu ouvia a professora de sangue azul explicar  
“que nós faz”  
não é direito  
nem perfeito. (CONCEIÇÃO, 1989)

A paródia, a paráfrase e os procedimentos intertextuais são frequentemente praticados na poesia de Jônathas Conceição. É o poeta que, às vezes, não retira diretamente do mundo a matéria de seus poemas, mas da própria literatura. É a marca do modernismo (e do pós-modernismo) em uma poesia que não se prende a fórmulas, mas a experimentações. Isto pode ser apreciado em criações como *Meus oito anos*, *Verdejante*, e *Onde eu nasci passa um rego*:

Onde eu nasci passa não passa um rio,  
passa um rego.  
Refletindo toda miséria margeada. (CONCEIÇÃO, 1989)

.....

Em sua produção mais recente, exemplificada por um grupo de poemas publicados no número 23 dos *Cadernos Negros*, de São Paulo, Jônathas se expressa em uma linguagem mais próxima do coloquial (um mais baixo nível de rearticulação da linguagem), passando, como muitos poetas, pelo processo de “apaziguamento”, isto é, quando não é mais preciso provar nada, e sim fazer poesia. Isto pode ser visto na linguagem de *No Nordeste existem Palmares e Escola Bamba*, ou na forma singela de tratar o tema da saudade em *Amparo, o mágico*. Uma coisa, porém, parece não mudar na poesia de Jônathas: a busca pela transcendência. Sua poesia continua arrancando as coisas da sua letargia e fazendo-as voar na direção do sonho e do devir, como em *Rio das Rãs*:

.....  
 Tudo era paraíso, utopia – a alegria da terra  
 reconquistada.  
 Para sempre.  
 No samba de terreiro, Mãe Val puxou da  
 memória.  
 E, nessa hora, até as havaianas dos pés de Valdina  
 teve ares de nobreza.  
 Eta, festa boa, Zambi! (CONCEIÇÃO, 2000)

### III - Éle Semog: bofetada na hipocrisia

Éle Semog é um dos mais renomados poetas negros do Brasil. Nascido em Nova Iguaçu, seus poemas estão em livros como *O arco-íris negro* (1979) e *Atabaques* (1984), em parceria com José Carlos Limeira, e *A cor da demanda* (1997). Colaborou em antologias como *A razão da chama* (1986) e escreve em periódicos como os *Cadernos Negros*.

No prefácio de *Atabaques*, escrito em 1979, Oliveira Silveira chama a atenção para a diferença entre a poesia de Éle Semog e “...poetas negros alienados ou letristas de samba-enredo crioulo doido, tecendo loas à princesa e uma abolição enganosa”. Isto reforça a tese aqui defendida de que a poesia negra contemporânea é uma releitura radical do Brasil e, portanto, do próprio negro. Éle Semog é um dos poetas desmistificadores da história oficial do Brasil. Em *Atabaques*, nos poemas agrupados sob o título de Terceiro exercício: Identificar, Semog resgata historicamente a identidade e a dignidade da raça negra em trabalhos como *Tentativa de assassinato*, *Atabaques*, “*Rosas e abutres*” e *Se ela faz eu desfaço*:

A treze de maio  
 Fica decretado  
 Luto oficial na  
 Comunidade negra.  
 E serão vistos  
 Com maus olhos  
 Aqueles que comemorarem,  
 Festivamente,  
 Esse treze inútil. E fica o lembrete:  
 Liberdade se toma  
 Não se recebe  
 Dignidade se adquire  
 Não se concede. (SEMOG, 1979)

Nessa fase, a poesia de Semog é de denúncia e conscientização, como um manifesto. Nos anos setenta, o maior problema para a poesia negra era a aceitação pelo próprio negro, o qual desconhecia a possibilidade de se fazer poesia por um outro ângulo. É o que se pode chamar de “fase heróica” da poesia negra. A esquerda brasileira não havia assumido como programação

política a questão do negro, e sim a derrubada da ditadura. Isto enfraquecia o debate sobre a questão do negro, mas não esmorecia poetas como Éle Semog e José Carlos Limeira. Este registro histórico é importante para a geração atual de poetas negros (e para as esquerdas também).

Em *A cor da demanda*, livro com sugestiva capa em preto-e-branco (ou em branco e preto, como se diz no Sudeste), o poeta se mostra por completo, em sua plenitude criativa, abordando temas sutis e inaugurando um tom irônico (e auto-irônico), como no poema *Cíclico da morte*, uma inteligente construção poética com um toque cultista barroco e ecos da genialidade do Brás Cubas, de Machado. Nesse livro, Semog dedica uma parte às mulheres e outra ao amor. Aí ele realiza uma lírica em linguagem depurada e demonstra uma contribuição interessante ao tema amoroso. Enfatiza sempre a condição dual do amor, de alegria e sofrimento, abordando experiências, dialogand com a figura de uma amada que revela grande mobilidade (a própria instabilidade do amor).

*A cor da demanda* retoma temas recorrentes na poesia de Semog, como Palmares, mas o representa atualizado, urbanizado, cheio de termos em inglês, no poema *Black Palmares*. Nota-se, aí, a verdadeira consciência do poeta, enquanto tal. Não caberia ao poeta propor a revolução diretamente, mas ao político. Cabe ao poeta negro propor a retomada de Palmares como metáfora. Cada um que desdobre a metáfora a seu modo. É a passagem da inocência para a maturidade poética:

.....  
Afro-palmares de tudo  
gestando explosões  
seda apertada, prazer de veludo  
o tempo é na graça e penso sonhar-te  
afro-metáfora, afro-emoção. (SEMOG, 1997)

#### IV - Três poetisas negras: a voz da mulher brasileira

Assim como nos demais quadrantes da vida nacional, a mulher negra, hoje, também ocupa posição de destaque na poesia.

Cristiane Sobral, carioca, atriz, atualmente atuando em Brasília, trabalha preferencialmente a poética do amor, da desrepressão e do acesso à consciência. Sua poesia inspira-se na experiência, na observação do comportamento, na mudança de atitude, como em *Não vou mais lavar os pratos*. Seu poema *Estrangeira* é exemplar na revelação de fantasias femininas, com um leve toque de humor (uma espécie de diálogo irônico com chavões da sexualidade hollywoodiana) e provocação:

.....  
Só porque estou em outra cidade  
faço sexo nos táxis.

Assumo a primeira pessoa do singular.  
 Resolvo conjugar o Eu em voz alta.  
 Sem papai, igreja nem sistema.  
 Sem o menor dilema.  
 Nesta vida tão gostosa. (SOBRAL, 2000)

Esmeralda Ribeiro é paulista, jornalista, faz parte do Quilomboje. Tem incentivado a participação da mulher negra na literatura. Sua poesia é cálida e pulsante, sensual. Sua dicção é lírica, seu discurso em segunda pessoa lhe confere a poeticidade das coisas íntimas. O “tu” e o “vós” usados com correção gramatical conferem uma certa formalidade ao seu texto, a qual é quebrada com interessantes incursões na linguagem informal. Isto quebra a monotonia (o que seria fatal para a poesia contemporânea) na sua escrita e mantém o leitor com os sentidos alertados.

O seu ângulo de visão do mundo e do amor é naturalmente feminino. Em *Cenas de emoções*, um poema em seis partes, como os segmentos de um capítulo de novela, ou um filme, ela discorre sobre um amor velado, com laivos de culpa e revelações do mais recôndito espaço da afetividade. É uma poesia pungente e mundana, capaz de emocionar o leitor. Seu verso é livre e as rimas aparecem de maneira incidental. Pode-se esperar por uma evolução natural no tratamento da linguagem em Esmeralda Ribeiro, poeta que já demonstra um grande ímpeto criador.

Observe-se, na passagem a seguir, a naturalidade com que alterna os níveis de linguagem, do formal para o informal:

.....  
 Sabe, filho,  
 leva, deixa estes versos intactos na tua memória,  
 porque queimei aqueles lixos das nossas vidas.  
 Do que sobrou de mim  
 vou fazer um eboh com arruda e alecrim. (RIBEIRO, 2000)

Marise Tietra escreve poesia com plena consciência da condição estética e simbólica da linguagem literária. Seus poemas exploram a relação som-significado, mas não incorrem no esvaziamento da mensagem, isto é, não renunciaram a comunicar alguma coisa. Suas composições trazem experimentações lexicais (neologia) no nível silábico e ortográfico:

.....  
 destroy, destroy  
 tomo cikuta  
 última bebida  
 q a mídia lançou  
 e os negros com a sua pele  
 fere  
 fere (TIETRA, 1984)

A melopéia é um estrato privilegiado na linguagem poética de Marise Tietra. Os sons e ritmos são ágeis como no *funk*, que ela cita textualmente no poema *K*. Isto é buscado através de aliterações, como em *Voceu*:

vós, vósvocifera  
vós, vósvocifera  
voceu na geral (TIETRA, 1984)

.....

259

Marise Tietra assume, em seus trabalhos, a artificialidade da linguagem poética, mas a coloca sutilmente, também, a serviço da conscientização do povo negro. Feminina, minimalista, sua escrita recriada não esquece da **pele negra**:

**P.s**

capitão spock na aeronave em plena guerra de estrelas  
me beija  
sonambulamente  
sem lógica  
seguindo somente a direção necessária das pontas dos dedos  
pele preta pega. (TIETRA, 1984)

### 3 Considerações finais: relevância de uma poesia: o redescobrimento do Brasil

Embora a amostragem utilizada seja restrita, constituindo-se em apenas um fragmento do que se produz hoje no Brasil como poesia negra, percebe-se a relevância desses poetas, os quais realizam um trabalho complexo e diversificado, ocupando espaços em todas as vertentes poéticas, desde a poesia mais doce e emotiva dos que cultivam a lírica sentimental, até o exercício da forma depurada. Embora não se constituam em uma escola, nem tampouco em um movimento organizado de vanguarda, os poetas negros possuem pontos de convergência que os unem, embora sejam tão diversos em sua produção estética individual. A questão do negro, em suas múltiplas implicações (culturais, políticas, econômicas, lingüísticas, educacionais, religiosas, psicológicas, estéticas, etc.), é esse elo que aproxima esses poetas, embora cada um possa ter suas convicções e estratégias para a condução da luta.

Reafirmando uma característica da literatura contemporânea, a poesia negra está ligada visceralmente à vida. Isto se inicia na linguagem, com forte apelo da língua natural, e continua na temática, retirada da vivência cotidiana. É uma poesia que se coloca, dentre outras coisas, como instrumento de luta, a serviço de uma causa. Convém pontuar que toda esta imensa poesia, contida em um dos mais importantes segmentos da população brasileira, estava, até há pouco, silenciada. O negro brasileiro se expressava através dos esportes, da música e da dança. Mas a poesia considerada "cultura" pertencia ao branco (as-

sim como ocorria nos esportes: o tênis, o golfe, por exemplo, não eram costumeiramente praticados por negros. Atualmente, existem campeões negros em todos os esportes).

Percebe-se, a partir da análise de poetas como José Carlos Limeira e Éle Semog, um aperfeiçoamento no tratamento da linguagem, comparando-se os trabalhos das décadas de setenta e oitenta e a produção mais recente. Em ambos os casos, uma poesia inicialmente direta e engajada se diversifica temática e lingüisticamente, refinando progressivamente a linguagem, para revelar a autenticidade e as potencialidades do sujeito estético. Por outro lado, na poesia de Jônathas Conceição nota-se, desde o princípio, uma engenhosidade no tratamento da forma e uma consciência estética. Com o tempo, o poeta apenas torna a sua linguagem mais despojada e essencial.

Ainda que a poesia negra contemporânea mantenha-se (ou seja mantida?) à margem do que se considera como a "literatura oficial" do Brasil, percebe-se um interesse cada vez maior por essa literatura, por parte de estudiosos e do público leitor em geral. Poesia motivada pela força do sonho da igualdade, alimentada pela riqueza cultural do povo afro-brasileiro, essa arte traz uma nova perspectiva para se ver o Brasil. É como se o país estivesse sendo finalmente descoberto dos seus sutis véus de intolerância e mesmo de violência racial (camuflada pelos instrumentos de abrandamento das tensões sociais e raciais). Este é o segundo e mais veraz descobrimento (des-cobrimento: colocar à mostra o que estava coberto) do Brasil.

Revelando o próprio negro, a poesia finalmente revela o Brasil. O negro agora não é mais uma pintura estática, mas o sujeito e o objeto de sua própria poesia. Com base no estudo desta produção poética, percebe-se uma tendência de expansão ilimitada para o poeta negro nos próximos anos. Quando este ciclo se completar, a literatura brasileira terá resgatado parte da dívida estética para com a poesia do povo negro.

## Referências bibliográficas

- BERND, Zilá. *Negritude e literatura na América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- Cadernos Negros*. v. 7 e 23. São Paulo: Ed. Quilomboje, 1984/2000.
- CAMARGO, Oswaldo de (Org.) *A razão da chama*. Antologia de poetas negros brasileiros. São Paulo: Ed. GDR, 1986.
- CONCEIÇÃO, Jônathas. *Miragens de engenho*. Salvador: Irdeb, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Outras miragens: miragens de engenho*. São Paulo: Confraria do Livro, 1989.
- \_\_\_\_\_. & BARBOSA, Lindinalva. (Orgs.) *Quilombo de palavras*. A literatura dos afro-descendentes. Salvador: Edufba, 2000.
- PORTAL MILITANTE: o portal revolucionário brasileiro. Disponível em <<http://www.militantehp.hpg.br>>
- LIMEIRA, José Carlos, SEMOG, Éle. *O arco-íris negro*. Rio de Janeiro, Edição dos Autores, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Atabaques*. Rio de Janeiro: Edição dos autores, 1983.
- SEMOG, Éle. *A cor da demanda*. Poesia afro-brasileira. Rio de Janeiro: Reproarte, 1997.

# Constructions of masculinities: fathers, men, and males in Christopher Marlowe's *Edward II*<sup>1</sup>

Stephan Baumgärtel

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

**E**ste trabalho relaciona as concepções de masculinidade na peça *Edward II* de Christopher Marlowe com os três momentos históricos, que juntos dão forma ideológica ao final do século 16 na Inglaterra: o feudalismo medieval, o individualismo do renascimento, e o nascimento do estado moderno e secularizado. Este texto mostra como Marlowe dramatiza em *Edward II* a masculinidade na sua passagem do feudalismo medieval para o estado moderno, passando pelo individualismo renascentista. Esta abordagem permite organizar a variedade das concepções de masculinidade na peça, até então dado como contraditória.

Abstract

**T**his paper relates the concepts of masculinity in Christopher Marlowe's *Edward II* with those three historical moments that together form the socio-ideological context of the late 16<sup>th</sup> century in England, i.e. medieval feudalism, Renaissance individualism and the rising modern secular state. This text shows how Marlowe dramatizes, in *Edward II*, masculinity in its passage from medieval feudalism into a modern political context, passing through Renaissance individualism. This approach allows the meaningful organization of conceptions of masculinity in the play, which have been taken so far as contradictory.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.



## 1 Dynamic masculinity: *Edward II* at the cross-roads of cultural change

Analyzing the literature on Marlowe's plays, we realize how a rather perturbing multiplicity of perspectives seems to be characteristic of the plays. Scholars such as Birringer (1984), Deats (1988a), Summers (1988) or Thurn (1990) reflect on this variety of perspectives. They try to make sense of it by reflecting on the characters as individual beings with paradoxical feelings and personalities, who, in vain, try to find their identity in a power-ridden, almost absurd world. This is, however, a point of view that derives from a modern discourse on state, society and self. In this essay, I will show how the confusing paradoxes in *Edward II* can be meaningfully structured if we do not conceive the characters as individuals but as representatives of conflicting, yet historically specific discourses on identity and political order.

A basic assumption of this essay is to read the English Renaissance as a period of transition where a transforming crisis of the patriarchal order takes place: from medieval to modern patriarchal discourses on the individual and the state. Situated within this historical moment of change, Marlowe's *Edward II* presents changing concepts of masculinity, which this essay shows as being clearly related to medieval, Renaissance, and modern ideological discourses and social practices. These three sets of values form, for early Modern England, what Raymond Williams calls a residual, dominant, and emergent element in society (WILLIAMS, 1973: 3-16). Such a historically orientated view is able to take into consideration a problem, which puzzled traditional research and which is typical of Elizabethan drama: its semantic polymorphousness, i.e., the absence of one consistent system of significance and meaning. Marlowe uses a paradoxical and ironical way to present ideas and actions (MULRYN/FENDER, 1968: 49-64 or SHEPHERDS, 1986: 55), which fits perfectly the amoral, palimpsestic forms of discourse analyzed by Altman (1978) as typical of the Tudor drama. This variety of perspectives shows morality and religion not as something natural, but as something constructed, and thus as something secular. Due to this absence of transcendent meaning and the paradoxical structure

of humanity in Marlowe's plays, Masinton (1972:11) regards him as the first modern, absurd existentialist poet. However, I believe that the conflicting inner tensions of Marlowe's plays would be oversimplified and even misconstrued, if the critic wants to construct the plays as homogenous; if he wants to write only one meaning into them, be it medieval - as an example of the De-Casibus-tradition (DEATS, 1988b), be it Renaissance-like - as the glorification of a hero (WAITH, 1962;1964), be it modern - as in Summers' (1988) socio-psychological study which operates with categories such as 'private' vs. 'public' and 'social role' vs. 'inner self'.

The cultural dynamics from a feudal to a proto-capitalist society, which is at work in Renaissance England, produced not only a cultural crisis, but also a simultaneity of discourses on the state, family life, and masculinity.

## 2 Masculinities under historical perspective

This essay departs from an anti-essentialist "recognition of the social and historical sources of sexual definitions" (WEEKS, 1989: 4) and takes gender as "the social, cultural, and psychological meaning imposed upon biological identity" (SHOWALTER, 1989:1-2). These basically contingent meanings are stabilized and naturalized through the help of ideological belief systems (GREEN/KAHN, 1985:2) and social practices (WEEKS, 1985:5). This means that, although being contingent, these meanings are not arbitrary. Their stabilization follows a logic which is formed by their respective historical socio-economic and cultural context. It comes as no surprise, then, that in patriarchal medieval times masculinity is idealized differently than in Renaissance or modern times. The medieval feudal relation constructed paternity as the ideal realization of masculinity. 'Father' as a patriarchal metaphor is extended not only to the biological father but, based on the idea of God as Father, to the feudal lord invested with his powers by God. Due to its religious foundation, this hierarchical order was felt and believed to be natural and impersonal. Stone (1977:73) indicates that one of the highest values in the 15<sup>th</sup> and 16<sup>th</sup> century was "good lordship – a reciprocal exchange of patronage, support and hospitality, in return for attendance, deference, respect, advice and loyalty." In this system of mutually responsible relationships between higher and lower men every male being was conceived as, at the same time, a father and a son. The mutuality in that masculine chain of being defines a difference in contrast to modern concepts of 'father', in which the father is not responsible but has to be considered *de facto* as the autonomous man with greater and morally unrestricted powers (VAN DÜLMEN, 1993:38).

The medieval *father-concept* claimed and justified a martial masculinity for the specific purpose of maintaining traditional order and unity (DUBY, 1986:110). The *father-concept* was not conceived of as an individual attribute,

but as a social quality – with an idea of the social, however, in which subjective aspiration and social well-being form a unity. Good leadership was based on the ability to maintain or restore order, a reflection of the heavenly order: “the well led noble house, united in mutual love, gave the example of the good order”(DUBY, 1986:111; my translation)<sup>2</sup>.

What undermined the religious legitimization of the medieval order and its correlated concept of masculinity is certainly linked to a rising nationalism and the simultaneous secularization of the Catholic Church. In England, that process of secularization had already begun with King Henry VIII, when he founded the Church of England. Authority was increasingly perceived only in terms of secular power, and turned into authoritarianism. In his treatise ‘A True Law of Free Monarchies’ (1597), James Stuart, the future James I., declares the king autonomous and above the law. The king as a father figure is given up, or rather used ideologically to secure personal interests. Despite the religious discourse employed to justify the king’s power, it is a secular political construction. Within medieval political thinking, it is the Pope who confers legitimacy onto a King’s reign, and not the King himself. Although James Stuart uses religious vocabulary, his conception of the relation between king and law is void of medieval religious ethics.

The Renaissance substitutes the image of the mutual chain of being for the image of the sun as a central metaphor for ideal masculinity. Masculinity is conceived as self-creation. In its individual dynamics it breaks with the static position and protective role of medieval masculinity. What happens between the 14<sup>th</sup> and 16<sup>th</sup> centuries is a fundamental change in the perspective of man and his role in the world – a change that has been described as the metamorphosis of a theocentric view of the world into an anthropocentric one. The Divine order becomes a human order and God is dislocated from his place beyond humanity only to get re-erected inside of the individual man: Pico della Mirandola’s man in “Oratio de hominis dignitate” (1487) is Adam as the perfect individual and the genuine mirror of God. With his god given free creativity and openness, man in the Renaissance conceives himself as ‘man as such’. This individual was seen as “a being without nature, without pre-given norms; a being who creates himself, because he is what he wants to be” (GERL, 1989:166, my translation). This man is not only creator of himself, but also of the world around him. He understands the world as his property; as a material to be structured and organized as a proof of his ability to stamp his will onto the outer world (HELLER, 1982:16). Man in Renaissance takes on “the divine infinity in form of infinite possibility” (GERL, 1989:165, my translation). Nothing

<sup>2</sup> This version of patriarchy reserved for women a relatively stable and honoured place if compared to later developments. Some studies on the reality of women’s lives describe how that medieval patriarchy in England allowed women a participation in social life that should get lost during the Renaissance (ORGEL 1996, WOODBRIDGE 1986)

is impossible to him anymore. Here we find the philosophical explanation why masculinity in Renaissance England is perceived first of all as the ability to impose one's will, to be lord of oneself.

This perfect Renaissance man appears as an androgynous being from a modern perspective because, along with his 'prototypical' masculine qualities such as strength, courage and a warrior spirit, as a 'cortegiano' (courtier), this man cultivates qualities which, by the end of the 19<sup>th</sup> century, came to be regarded by the rising middle-class not only as aristocratic, but as effeminate and unmanly (SINFIELD, 1994:67-72), such as fashionable elegance, the ability to play the lute and to involve the ladies in the court in 'amorous discourse'. However, such outer elegance is used to emphasize his manly will. "Beauty adorns virtue" (KUCHTA, 1993:235), but only as an additional quality and not as part of his personality, not as part of a consciously androgynous concept of subjectivity (ORGEL, 1996:83-105).

Henry Peacham (apud KUCHTA, 1993:238), for example, declares that the warrior masculinity should be embellished: "gold and silver, worn by martial men, addeth...courage and spirit unto them; but in others effeminacy, or a kind of womanish vanity." Women, meanwhile, are ignored, unless they are able to purify themselves from all supposed female qualities, an option successfully performed by Elizabeth I, who spoke of herself as "the Prince". The highest praise that Boccaccio could say about women was to state that they were 'manly'; Elizabeth's teacher Ascham could detect no hint of female nature in his pupil" (KING, 1990:339).

Renaissance anthropology sees the human being as the perfect aspiring individual, who does not accept any pre-given limitation. Political philosophy at the beginning of modernity tries to restabilize the dissolving orders. The danger of political dissolution and civil wars inform the ideas of such different thinkers as Hobbes and Macchiavelli (WILLMS, 1971:30).

For Hobbes(...) autonomy meant that man's self-interest by principle defines his interests and actions. Exactly the necessity by which Hobbes deduced man as someone who can only act out of self-interest, made him the first radical thinker of bourgeois freedom with its positive and negative effects. (...) Furthermore, there is no question that this fundamental idea of individual autonomy turned society into a chaos of rampaging interests (WILLMS, 1971:21, my translation).

Thus, following Hobbes' modern conception of masculinity, the fear of the war of everybody against everybody produces a self-interest which makes men transfer their individual expansive energy and destructive force onto an autonomous, sovereign power which is entitled to contain and punish deviant, disruptive impulses. It is represented as the political community of men, the male body politic: the state. Hobbes calls the Leviathan "the commonwealth", but only men qualify as members of this political body, constructed as an expression of rational power politics.

Furthermore, the rise of the Puritan morality in the early 17<sup>th</sup> century starts to bring about a change in the gender system, where “male and female become polar opposites, rather than a matter, almost, of degree” (SINFIELD, 1994: 45) The emerging bourgeois male individual still sees his essence inside himself, and not in the collective. But now, masculinity is declared first of all a function of nature, i.e., biology.

However, Theweleit (1977:379 – 411) shows that this nature was in fact formed by cultural necessities. He describes how the male individual exercises a self-discipline towards himself and produces a masculinity which implies a self-purification of supposed feminine feelings (compassion, caring, solidarity, but also erotic pleasure) and the construction of what Norbert Elias calls “the emotional armour”, in order to play a successful role in the male community’s fight for power, its rising capitalist and imperialist values.

The erosion of this modern concept of masculinity in the 20<sup>th</sup> century made it possible to analyse the conflicting structures in Western patriarchal concepts of what is held to be masculine. Marlowe’s importance may lie in the fact that he can be understood as a Renaissance author who discusses the problematic origins and energies of hegemonic modern masculinity in an emerging form.

### 3 The residual masculinity: the concept of ‘father’ in *Edward II*

A few references to conservative ideas of paternal action and social order appear at the beginning of the play. They form the background for the dramatic conflict. The crumbling of the paternal feudal authority is crystallized in the fact that Edward’s father is present only through his last will, a document ignored by his son:

My father is deceas’d. Come Gaveston  
And share the kingdom (...) (I.i.1f)

The noblemen criticize this break with tradition:

(...)Did you retain your father’s magnanimity,  
Did you regard the honour of your name(..) (III.ii.16f).

Maintaining inner unity, fighting against the outer enemy - these are the deeds by which traditional paternal authority proves itself to the nobles. This authority is claimed by Lancaster (I.iv.39) and Mortimer (II.ii.174-178/182-187) and recalled in the words of Edward’s brother Kent in an allusion to his father’s days (I.i.109). Lancaster (I.i.100/ II.ii.174) explicitly understands this unity within hierarchy as something natural. We should not read this attitude ironically. The idea that a social order is the result and expression of individual interests was alien to an ideal medieval world view, since personal action and social order were harmonized by the transcendental world view.

There is certainly a tension between Edward's homosexuality and the traditional medieval concept of masculinity in the plays, since homosexuality has no official place in this concept, but they by no means exclude each other. They do not form an irreconcilable opposition, as can be seen in the old Mortimer's fatherly advice to his hot-blooded nephew:

Leave now to oppose thyself against the king.  
 Thou seest by nature he is mild and calm;  
 And, seeing his mind so dotes on Gaveston,  
 Let him without controlment have his will.  
 (...) The mightiest kings have had their minions (I.iv.389-90).

This is largely consistent with the attitude towards homosexuality in Renaissance Britain as described by Bray (1982:73-74) who points out that same-sex passion between men "so long as it was consistent with patriarchal mores, [...] was largely ignored." Same-sex passion is being tolerated by the *father-concept*, as long as destructive subjectivity is contained and society's fixed order unthreatened. Boyette (1977:43) stresses that "although Edward is flawed, Marlowe does not locate the flaw in the King's homosexuality." The necessity to submit one's desire to political reasoning also concerns heterosexuals, as Marlowe shows by Mortimer's doting on Isabella. It is not homosexuality that causes the destructive mix of sexual desire and power (THURN, 1990:116), but a subjectivity by which a man aspires to free himself from traditional compromises, an understanding of masculinity which puts the individual above tradition and thereby refutes the validity of traditional class categories as well as the religious discourse that justifies them. The king as a father who is committed to maintain 'the good order' is a role which Edward II assumes only once in the play in I.iv. - and then ironically! In this scene, the restoration of the royal family as an example of the natural order appears deliberately forced, since a 'second marriage' is impossible on traditional ethical grounds. Equally, the fact that Edward does not go to war personally, as expected from a medieval king, clarifies the artificial and superficial character of this restoration of medieval order. In this tableau-like scene, Edward, therefore, only imitates ideal medieval masculinity. Marlowe shows how the medieval values of masculinity are overruled by a greater power: the will power of Renaissance masculinity. Medieval masculinity becomes old-fashioned. Its representatives in the plays can describe Renaissance masculinity only in terms of disease (I.iv.86) or witchcraft (I.ii.55).

The play goes one step further and exposes the energy of destruction as existing within representatives of traditional masculinity, when it depicts the clergy as people who *de facto* use their power in a subjective way, whereas *de iure* they should use it objectively. Their traditional discourse is a disguise to express their own lust for power, as can be detected in the figure of the Archbishop of Canterbury, who in his worldly political motivation (see I.ii.44f),

blackmails Edward with his supposed "allegiance to the seat of Rome" (I.iv.53). Therefore, Edward only openly realizes a subjectivity which is being secretly exercised by the clergy. "Why should a king be subject to a priest?" (I.iv.96) He consequently concludes and denies the priority of the religious discourse before the worldly one. The male subjectivity of priests and barons (see Kent's critique of their egotistical reconciliation in II.ii.29-35) serves as a bridge between the ideal feudal-medieval and the real individual Renaissance masculinity.

The medieval order is finally dissolved in the play, when its symbols are equally used as a justification for opposite interests: "Saint George for England, and the barons right! Saint George for England, and King Edward's right" (III.iii.34f).

#### 4 The dominant masculinity: the concept of "man" in *Edward II*

The first line sets the main problem on stage: the rise of an anti-social subjectivity. Edward's invitation to Gaveston (I.i.1-2) reveals that he understands his kingdom no longer as a feudal fiefdom, but as his private property. What is more, members of all social classes share this subjective, autonomous, even imperious interpretation of masculinity. In his first appearance, Mortimer presents himself as a noble who self-righteously rejects traditional rituals of subordination to the king:

This sword of mine, that should offend your foes,  
Shall sleep within the scabbard at thy need  
And underneath thy banners march who will  
For Mortimer will hang his armour up (I.i.86).

An interpretation of Mortimer as someone who changes from "indignant patriot to scheming Machiavellism" (THURN, 1990:115) overlooks the fact that his alleged patriotism is presented as part of his Machiavellian strategy. It would be more correct, therefore, to speak of a gradual revelation of his personality than of a change. Gaveston, the representative of the lower gentry in the play, takes advantage of Edward's love in order to rise socially: "Farewell base stooping to the lordly peers. [...] I may draw the pliant king which way I please" (I.i.18;54).

Marlowe clearly shows how this new ideal of masculinity is now realized through the powerful individual who uncompromisingly imposes his will on the outer world. Edward threatens with "I'll have my will" (I.i.78), and Mortimer affirms "I do what I will" (V.iv.49). Needless to say that this usage of 'will' in Elizabethan times always alluded to masculinity, since 'will' was a metaphor for the penis.

Marlowe, however, seems to realize that in this new, secular context Renaissance masculinity will always be precarious not on psychological, but on structural grounds, since no fixed metaphysical order assures the 'Lordness' of

the central male figures. That is the reason why it has constantly to be proven and why Marlowe's heroes constantly indulge in that adventure.

It is not important for these figures to create a stable political order. Self-realization as an individual is more important. Out of vanity – or lust for self-realization - Mortimer and Gaveston destroy the social order. Edward is readily willing to give away his kingdom, if he only gets a secure place to play with his lover Gaveston (I.iv.70). In this sense, the power game is just a bloody way of joking, a kind of competitive sports. Moreover, this compulsive necessity to prove the superiority of one's will power implies an attitude towards the world which turns it into mere material. Renaissance man's self-creation is realized in the power to recreate the world as a mirror for his unruly autonomy.

We can see this attitude when Edward nominates his lover Gaveston to become "Lord High Chamberlain,/ Chief Secretary of the state and me,/ Earl of Cornwall, King and Lord of Man"(I.i.154) . Gaveston merely represents material, which he can use to prove and realize his individual powers. We can attribute Summer's (1988: 234) impression that "Edward's love for Gaveston defines his inner reality more fully than does his hereditary role as king" to the fact that he is simply not interested in medieval masculinity, the hereditary role as a king. Therefore, he is more able to realise himself as a powerful individual in his personal relationship with Gaveston than in his socially defined role as king.

The same individualistic use of others as a means for self-glorification can be detected in Gaveston, who seduces Edward basically to raise his own social position above the baron's. Both reduce each other to passive actors in a personal drama in which they both want to play the role of an omnipotent actor-director. Mortimer, in his turn, uses the barons and their traditional discourse on feudal submission in such a way that it becomes a means to his ascension. The same goes for his relationship with Isabella, whom he uses as his means of access to personal political power. Edward sees the world as material for his lust for unlimited pleasure with his friends, and Mortimer as material for his lust for unlimited social power. What varies is only the context and object of desire, not the structure itself. In this permanent war of man against man, the typical Renaissance individual gives up possibilities of medieval times: the honest and sincere reconciliation as asked for by Kent (II.ii.31).

In this context, it appears quite relevant that also the 'feminine' is negated as a category in its own right. In order to realize their aspiring masculinity, each man uses qualities and actions which a medieval or modern perspective would perceive as unmanly. Gaveston dissolves the traditional concept of masculinity and expresses the fickle qualities of the 'feminine' when he enters the stage as "Proteus, god of shapes"(I.iv.413). However, he maintains his manly self-image as a sovereign being and expresses, in his action, an unscrupulous will for power. Similar to Mortimer, who will use Isabella's social position, Gaveston uses the social position of his lover Edward II to realize his lust for narcissistic greatness:

It shall suffice me to enjoy your love;  
Which whiles I have, I think myself as great  
As Ceasar riding in the Roman street,  
With captive kings at his triumphant car (I.i.171-74).

The captive king might well be an allusion to Edward II himself. Dean (1988:26) states that Gaveston plays the role of a *femme fatale* in respect to Edward. This describes precisely Gaveston's useful disguise. Yet, as a male *femme fatale*, Gaveston does not express androgynous qualities, but masculine claims for power. The use of feminine qualities is his strategy to impose himself on Edward and the other lords. Mortimer, too, puts his impulse for power above traditional construction of gender positions. As long as he can hope to obtain power through traditional discourse on masculinity, he makes full use of it (I.iv.404 – 421). Later, for the same reason, he accepts an alliance with Isabella, in which he is dependent on Isabella's social position (V.ii.5). At that moment, he leaves traditional gender roles behind. But since he uses this unmanly position of dependency as a well-calculated mask to obtain absolute power in the kingdom, he affirms the Renaissance version of being manly: the will for real power.

*Edward II* mockingly snubs traditional masculinity, but he does so to provoke others and affirm his imperious autonomy. Whether he goes to war dressed as a dandy (II.ii.182ff), ridicules the barons' dress (I.iv.418ff), or lets loose his passion for Gaveston in front of the barons – he always pictures and presents himself as a powerful example of manliness. Uncontained and allegedly uncontrollable, he claims absolute power equally over his kingdom and his lovers (BOYETTE, 1977:37). He uses female attire and supposedly feminine adornments to embellish his masculinity and, in doing so, fulfils Renaissance ideas about ideal masculinity.

All three male characters fail to sustain their image of being a man. Their aspiration ends in disaster, but Marlowe does not utter his criticism of Renaissance masculinity by holding it against a fixed moral system. There is no moral system in the plays which is not put into doubt by an equally valid counter position. Structures which organize social systems and individual actions are provocatively held against each other. Marlowe rather reveals a paradoxical and sometimes simply pathetic relation between these figures' self-image and the reality they live in – especially in respect to their drive for power and greatness. The reader/spectator can feel this ironic treatment of Renaissance aspiration in all the scenes in which these figures declare their triumph. Shortly afterwards, they will fall.

Mortimer boasts his newly gained greatness, which he believes makes him invincible:

I stand as Jove's huge tree/ And others are but shrubs compar'd to me./ All  
tremble at my name, and I fear none:/ Let's see who dare impeach for his  
death (V.vi.11ff).

Marlowe stresses the illusionary character of Mortimer's impression of omnipotency, when shortly after this statement Mortimer himself gets imprisoned and killed in V.vi.11ff. The same goes for Edward, who celebrates himself as the indisputable winner in his fights with the barons (IV.iii.2f), just before a messenger brings the news that Mortimer, Kent and Isabella joined their forces and are about to meet him on the battlefield. And Gaveston is caught by the barons directly after his self-glorification as an undefeatable fighter (II.v.1ff). We can see more of Marlowe's technique to criticise characters through an ironic plot structure in the way he presents their relationships as mutually exploitative. Gaveston takes advantages of Edward to put himself above the barons and Edward takes advantage of Gaveston to affirm his royal sovereignty. Mortimer takes advantage of Isabella to obtain power over the state and Isabella takes advantage of Mortimer, to take revenge on Edward and rule through her son. The more these figures conceive themselves as perfect realizations of man and masculinity, the blinder and less effective they become. Their projects fail in a pathetic way.

This ironic course of the action in the plays may call the reader's/spectator's attention to the illusionary basis of their omnipotency. In Mortimer (V.vi.62f) and Edward (I.i.138), who rather prefer to cling to their projects than to renounce and ask for mercy, absolute aspiration turns into autoaggression. Therefore, we can apply to Edward and Mortimer the autoaggressive structure, which Legatt (1973:38) points out in the masculinity of Tamburlaine, another of Marlowe's heroes, where "to act is to suffer, for the action never achieves its goal, and the end is reached only when the machine of action – still turning – burns itself out". Renaissance man has to take on everybody to impose his alleged absolute freedom: that is the reason why Renaissance masculinity becomes necessarily hollow and self-destructive.

Thus, a real Renaissance man is a god who by necessity cannot tolerate other gods at his side. From that point of view, the self-glorification of the Renaissance man is not simply a characteristic of this historical construction of masculinity but a structural heritage in the humanist value system brought into the open. Marlowe recognizes, in the masculinity of the Renaissance man, the male being who formulates an individual totalitarianism by attempting to achieve totality as an individual. Moreover, because of this ultimately antisocial structure, "man's" totalitarianism is not capable of creating and maintaining stable political or social structures. This kind of masculinity has to be contained and organized so that a state can be built upon it. It is Edward III who takes on that task.

## 5 Emerging masculinity: the concept of "maleness" in *Edward II*

What would be a typical Renaissance ending for *Edward II*? Edward III, instead of taking into consideration his peers and their political power, would have Mortimer decapitated, and would throw his head at their feet declaring that anybody who should try to rebel against him would meet the same fate, since now the king would know how to order.

273

Marlowe, however, portrays a ruling male figure who suddenly declares himself *primus inter pares*, creating the state government as a club of male politicians, and who, if only ruefully, sacrifices his mother to consolidate his own power. *Edward II* finishes with a scene, where the old patriarchal order is superficially being restored. Yet, something seems strange, when Edward III integrates himself into the male community by declaring himself the true successor of his individualist and narcissist father.

We can resolve this strangeness and explain what is going on by interpreting this change as a change from Renaissance to modern masculinity under a situation of political pressure and fear. By the end of the play, in the figures of Edward III and his peers, the male characters' self-expression and political ambition appear socially controlled and channelled. These men do neither understand themselves as father figures in a political family nor as free and unlimited human beings beyond male and female, but as powerful, politically sensitive representatives of a ruling community of men.

The importance of the peers can clearly be seen in the action of Edward III, when he is pushed by them to arrest Mortimer ("Fear not my lord; know that you are a king" V.vi.24) and to banish his mother Isabel against his beliefs and intuition, constructing a purely male circle of power (V.vi. 69-79). Officially, the power remains in Edward's III hands, but he can not execute his powers beyond the limits set by the power politics of the male community.

Edward III shows an astute political conscience when he manipulates the interpretation of Mortimer's letter to his favour (V.vi.44ff) and turns his anti-social father into a role model for his own reign. This piece of political manipulation is accomplished by presenting Mortimer's head to a mourning public and claiming to represent the rightful restorer of the social order: "Sweet father, here unto thy murder'd ghost/ I offer up this wicked traitor's head" (V.vi.99f).

It is clearly for political reasons and not out of personal conviction that Edward III rehabilitates his socially destructive father and banishes his mother. Mortimer's condemnation, therefore, is a farce just as Isabella's trial is politically dubious. The end of the play points to a modern public sphere where only the silenced, and as such, *functionalized* woman is politically useful.

Edward's III laws of kingship derive from power politics. The head of the dead Mortimer on his father's coffin symbolizes a continuity of violence which undermines the tears he his shedding for his father. They might be

politically motivated strategic signs. But nevertheless, within this modern power politics, Edward III needs to give legitimacy to his sovereignty. That is the reason why he needs the farcical trial of his mother. All these little manipulations of traditional legitimacy of power indicate how the end of the play marks this new order as a symbol of strategic power politics.

The idea that Marlowe's dramas "come full circle, like the turning wheel of fortune, like the rising and setting sun" (DEATS, 1988b:257) overlooks the changes in the patterns of social power that take place during the play. The laws or appropriate rites are not those of traditional mores (cf. DEATS, 1988b:244), but of cold-blooded, modern power politics, which is built on violence: tears, betrayal, and strategic sacrifices concerning his mother and his own emotionality.

On a personal level, Edward III must interpret masculinity as a pitiless characteristic in order to become able to exert power. When he has to condemn his mother to prison, Edward III suffers a crisis which threatens his capacity to exert modern patriarchal power. Urged by his peers, Edward himself fights back his pity for his mother and condemns her to the tower:

Mother, [...] we commit you to the tower,/ till further trial may be made thereof./ If you be guilty, though I be your son,/ Think not to find me slack or pitiful [...] Away with her! Her words enforce these tears,/ And I shall pity her, if she speak again V.vi.78-80;85-86).

We can say that this crisis is produced by a political demand to cut off from his self-image any capacity for compassion, and what emerges at the end of the play is the political frame of modern times. Marlowe shows how male violence in the Renaissance style is anarchic and unchained, whereas the succeeding masculinity, which I understand as the emerging modern masculinity, structures and institutionalizes this violence: the beginning of a political body built on secular power politics, and of a masculinity formed to enable its members to function efficiently within that frame. In *Tamburlaine, part 1*, (V.ii.117-127), Marlowe will explicitly discuss this change as an act of institutionalizing male auto-aggression.

## Conclusion

We can read Marlowe's play as bearing witness to a time of change. Before modernity fully imposed itself on socio-economic and cultural orders, Marlowe put on stage the destructive forces unleashed by an egocentric subjectivity and exposed the ridiculousness within its delusions of grandeur. His descriptive, multi-perspective dramatic technique radically questions the individual's capacity to invent himself/herself autonomously. Even the characters, who strive for powerful autonomy, in his plays can be understood as characters who follow the social dynamics of their time.

His relevance for contemporary discussions may lie in the fact that he discusses the Renaissance and modern concept of autonomy as a big "ego-cage", in which the characters experience increasingly amounts of despair and desolation. A feeling of empathy and altruistic love is lost on the way towards imperious masculinity. Lovers in *Edward II* are agents of this lust for power. Love and power are just the private and public version of the same male desire to affirm oneself as powerful and autonomous: structural and emotional basis for a monologic masculinity. Marlowe's play recognizes the cold, totalitarian reverse of a process which modernity optimistically called the developing of the autonomous individual.

## References

- ALTMAN, Joel B. 1978. *The Tudor play of mind, rhetorical inquiry and development of Elizabethan Drama*. Berkeley: California University Press.
- BOYETTE, Purvis E. 1977. Wanton humour and wanton poets: Homosexuality in Marlowe's *Edward II*. *Tulane Studies in English*, New Orleans, n. 22, p. 33-50.
- BRAY, Alan. 1982. *Homosexuality in Renaissance England*. London: Gay Men's Press.
- BREUER, Horst. 1979. *Vorgeschichte des Fortschritts. Studien zur Historizität und Aktualität des Dramas der Shakespearezeit*. München: Fink.
- DEATS, Sarah Munson. 1988a. The dialectic of gender in four of Marlowe's plays. *University of Hartford Studies in Literature*, Hartford, v. 20, p. 13-36.
- DEATS, Sarah Munson. 1988 b. Marlowe's fearful symmetry in *Edward II*. In: FRIEDENREICH, K; GILL, R; KURIYAMA, C.B. *A Poet and a filthy playwright: new essays on Christopher Marlowe*. New York: AMS. p.241-63
- DEATS, Sarah Munson. 1981. Marlowe's *Edward II*: a study in androgyny. *Ball State University Forum*, Muncie, v. 22, n.1, p. 30-41.
- DÜLMEN, Richard van. 1993. *Gesellschaft der frühen Neuzeit. Kulturelles Handeln und sozialer Prozeß*. Köln: Böhlau.
- DUBY, Georges. 1986. *Die drei Ordnungen; das Weltbild des Feudalismus*. Frankfurt/Main: Suhrkamp.
- GERL, Hanna-Barbara. 1989. *Einführung in die Philosophie der Renaissance*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- GREEN, Gayle; KAHN, Coppélia. 1985. *Making a difference; Feminist Literary Criticism*. London/ New York: Routledge.
- HELLER, Agnes. 1988. *Der Mensch der Renaissance*. Frankfurt/Main: Suhrkamp.
- KING, Margaret. 1990. *Die Frau in der Renaissance*. München: Beck.
- KUCHTA, David. 1993. The semiotics of masculinity in Renaissance England. In: TURNER, James Grantham (ed.). 1993. *Sexuality and gender in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MARLOWE, Christopher. 1969. *The complete plays*. London: Penguin. Ed. by J.B.Steane.
- MASINTON, Charles G. 1972. *Christopher Marlowe's tragic vision; A study in damnation*. Athens: Ohio University Press.
- MULRYNE, J. R.; FENDER, Stephen. 1968. Marlowe and the 'Comic Distance'. In: MORRIS, Brian (ed.). 1968. *Christopher Marlowe*. London. p. 49-64.
- ORGEL, Stephen. 1996. *Impersonations; the performance of gender in Shakespeare's England*. Cambridge: Cambridge University Press.

- SHEPHERD, Simon. 1986. *Marlowe and the politics of Elizabethan Theatre*. Brighton: Harvester Press.
- SINFIELD, Alan. 1994. *The Wilde century*. Cassel: London.
- SHOWALTER, Elaine (ed.) 1989. *Speaking of gender*. New York/London: Routledge.
- STONE, Lawrence. 1979. *The family, sex and marriage in England 1500-1800*. Abridged edition. London: Penguin.
- SUMMER, Claude J. 1988. Sex, politics and self realization in *Edward II*. In: FRIEDENREICH, K; GILL, R; KURIYAMA, C.B. 1988. *A Poet and a filthy playwright*. New York: AMS. p. 221-40.
- THURN, David H. 1990. Sovereignty, disorder, and fetishism in Marlowe's *Edward II*; *Renaissance Drama. New Series*, Evanston, v. 21, p. 115-42.
- THURN, David H. 1989. Sights of power in Tambourlaine, *English Literary Renaissance*, Amherst, v. 19, p. 4-21.
- THEWELEIT, Klaus. 1986. *Männerphantasien*. 4. Auf. Frankfurt/Main: Verlag Roter Stern. 2 v.
- WAITH, Eugene M. 1964. Edward II: the shadow of action. *Tulane Drama Review*, New Orleans, v. 8, n.4, p.59-76.
- WEEKS, Jeffrey. 1989. *Sex, politics and society*. London: Longman.
- WILLIAMS, Raymond. 1973. Base and superstructure in marxist cultural theory. *New Left Review*, Oxford, v. 82, p. 3-16.
- WILLMS, Bernd. 1971. *Die politischen Ideen von Hobbes bis Ho Tschì Minh*. Stuttgart: Metzler.
- WOODBIDGE, Linda. 1986. *Women and the English Renaissance*. Urbana: University of Illinois Press.

Resenha



# Conversa de homem

Marcos Rodríguez. *Choro de homem*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

279

Sônia van Dijck\*

Universidade Federal da Paraíba.

“Alma masculina. Um mergulho na alma masculina. É a isto que nos levam os textos de Marcos Rodrigues”, diz a orelha do livro, que sei ter sido escrita por Elisa Nazarian.

Bem... Vejamos... Não é próprio da literatura o revelar-se... Eis aí um espaço do jogo entre “velar-se” e “revelar-se”. Também não é muito comum que os homens permitam penetrar na “alma masculina”... Portanto, vale a pena o exercício de compreender as regras do jogo, ou do pacto com o leitor/leitora, instaurado por Marcos Rodrigues, nesse *Choro de homem*...

Para começo de conversa, há uma voz masculina que conduz os relatos e se faz personagem na maioria das histórias; fato que imprime um tom confessional ao discurso, além de contribuir para a unidade da coletânea. Esse narrador, ao impor seu ponto de vista (ou foco narrativo, para quem preferir), estabelece o limite de seus relatos: só o que lhe foi dado viver, saber, contemplar é oferecido ao leitor/leitora. Mas esse mesmo recurso permite que o livro traga as marcas de seu universo viril, na presença de elementos simbólicos como os canivetes, o cavalo; e que ele, convencionalmente, se deixe conhecer ou penetrar em sua “alma”.

Uma das marcas observáveis desse homem é seu caráter de intelectual viajado, capaz de combinar um espírito cosmopolita com o sossego na rede da varanda do sítio, contemplando suas galinhas-d’angola, e, ao mesmo tempo, registrar costumes dos homens “recios y honrados” que vivem em Oyacucho.

No presente dos textos, o eu que fala concede-se o privilégio de estar só. Com esse recurso, pode melhor revisitar o tempo perdido, até revendo-se na

infância; reconstituir o dito e o feito por outros homens; reencontrar as mulheres que amou; permitir-se “voyeur” e auditor de conversas alheias e, principalmente, construir-se sedutor. Tudo isso misturando lirismo, humor e algumas notas de fina ironia.

Que não se enganem as leitoras! O narrador mantém seus compromissos masculinos! Apesar de, por exemplo, ser impossível evitar o riso diante do relato do que fizeram e falaram após a morte de Zacharias nos braços da amante; no final, o narrador toma mesmo o partido do finado, pois “a mulher dele não tinha bunda, não tinha mesmo”.

Adotando a perspectiva de que se trata de um homem que quer ser visto na inteireza de sua masculinidade dentro do livro que nos oferece, passo a contemplar alguns momentos, conforme essa orientação.

Às vezes parece tudo tão claro que, por exemplo, “Escolha” pode ser lido como uma reafirmação desse homem, que, numa relação, prefere a “moda européia” (possivelmente, esse é o conceito forjado para a ocasião...), em que “a fera se submete, com docilidade e presteza, a tudo que o homem sereno e sorridente pede”. E admite: “Uma vaidade boba, que você pode ignorar”. Bem... e haja vaidade e nem tão boba assim... E o pior é que ele só faltou dizer “submissa, como é de natureza” (mas isso seria demais nos tempos que correm...). Depois, sobre essa história de submeter-se com “docilidade e presteza” à solicitação do macho, há controvérsias... – mas essa voz masculina desconhece ou finge desconhecer isso... Deixo por conta da revelação do imaginário masculino... Quanto a um homem “sereno e sorridente” nas circunstâncias... isso é coisa tão insólita... que só a autocontemplação masculina pode desmentir o testemunho das mulheres...

Decididamente confessional, e sem impedir a manifestação de Narciso, esse narrador, que se quer adulto, revela as nuances de seu comportamento sedutor. Em “Danças”, contempla seu objeto de desejo bailando com o marido; não sente inveja, “só leve cobiça”, pois “não viveria com ela. Isso era com o marido”. Em “Configuração”, depois de um trecho de pretensa análise objetiva sobre a cópula, só para racionalizar seu olhar desejante, afirma: “Sensual e encantadora. Integralmente constituída em mim”. Em “Corpo”, a proposta inicialmente grosseira demanda uma explicação: “Eu precisava do corpo dela para expressar a ela o quanto eu gostava dela. No fundo era isso”. E só homens muito especiais podem ter essa sinceridade.

Mas delícia mesmo é “Elisa”. O narrador/protagonista vota à infância, tempo em que Elisa entrou em seu coração, e conta sua demanda da mulher amada. Parece que estava “escrito nas estrelas” (“Maktub”). Adulto, o narrador esteve, em algumas oportunidades, muito perto dessa mulher. Timidez? Insegurança? A carta reveladora de sua paixão ficou guardada longo tempo... até que, no melhor papel, escolhido pela ternura, chega à amada, com toda a descompostura da paixão de uma vida. Chegou em tempo... depois de cerca de 40

anos de indecisão... E ele, em óbvia manifestação de pretensão masculina, em gritante pedantismo viril, em clara vaidade machista, tem a coragem de arrematar, depois de todo esse tempo: “Comigo é assim, vapt-vupt”. – imaginem se não fosse... Elisa teria de esperar esse homem por mais quanto tempo?...

Mas o que interessa acima de tudo, e isto é que o título do livro desafia, é que esse eu masculino, presente em todos os textos, declara que chora. E isso de assumir-se, publicamente, como um ser que chora, é muito mais importante do que ser capaz de chorar, como, obviamente, todos os homens o são, ainda que não confessem. Na história que dá título ao volume, ele conta que explicou ao filho que há “dois choros”. “Um é para quando batem forte no homem. Machucam, derrubam ou abandonam. Quando a coisa é braba assim, pode esse choro molhado, que escorre no rosto, que aperta a garganta, quebra a voz e anoitece”. Todas as leitoras também têm a coragem desse choro. Mas se por um lado o narrador estabelece uma boa cumplicidade com elas, por outro lado mostra ao público masculino a dignidade desse choro de homem. Adiante, explica o outro tipo de choro: “... é o ruim, que é seco e não é choro. É choromingo de luta, resmungo de trilha, reclamo de rota. É esse que não pode. Não é coisa de homem. Nem de mulher”. Lição de homem para homem; consumação da cumplicidade com as mulheres: hábeis em engolir em seco o choro entalado na garganta e tocar a vida pra frente...

Mas que alguém tem que dizer a Marcos Rodrigues que tudo isso é muito difícil... ah! isso tem... seu companheiro de ofício já disse que viver é muito perigoso... e nisso vai também o saber chorar... principalmente quando o choro não deve ser percebido pela filha, tal como em “Nursery”.

Aos leitores, o autor oferece, com lirismo, humor, ironia, e em linguagem coloquial, uma lição do quanto é difícil e belo ser homem, olhando, por vezes, as miudezas do cotidiano e fortalecendo-se com isso. Mas, sobretudo, falando disso tudo com virilidade.

Às leitoras, Marcos Rodrigues entrega narrativas ou confissões de um homem que se quer completo, apesar da sinceridade de sua equívoca acerca da submissão feminina.

Faço questão de sublinhar que o narrador acredita tanto nas leis de seu universo que termina por permitir, de fato, um mergulho na “alma masculina”. E nessa e nessa permissão, ainda que involuntária, ele se revela um sedutor.

Vale a pena conferir.



Livros  
e revistas



## 1 Livros

- ADAMO, Salvatore. *Le Souvenir du bonheur est encore du bonheur*: roman. Paris: Albin Michel, 2001.
- AGUIAR, Germaine Elshout de. *O Ensino de língua inglesa*. Teresina: EDUFPI, 2002.
- ANDRIAT, Frank L. Mythic. *Rides de papier*: nouvelles. Bruxelles: E. N. Junior, 2002.
- BAILLON, André. *Roseau*: roman. Bruxelles: Le Cri, 2001.
- BALTHAZAR, André. *La Trompette*. Bruxelles: Dayly-Bul, 2001. t. 8.
- BALTHAZAR, André. *Le Pain*. Bruxelles: Dayly-Bul, 2002. t. 9.
- BAPTISTA, Barbara O. *The Acquisition of English vowels by Brazilian-portuguese speakers*. Florianópolis: Pós-Graduação em Inglês/UFSC, 2000. (Advance research English Series, 6).
- BARBOSA, Márcio Ferreira. *Experiência e narrativa*. Salvador: Edufba, 2000.
- BAUCHAU, Henry. *La Pierre sans chagrin*: poèmes du Thoronet. Paris: Actes Sud, 2001.
- BECK, Béatrix. *Confidences de Gargouille*. Bruxelles: Labor, 2002.
- BEEM, André. *Quatre positions du dormeur*: cantate. Bruxelles: Images d'Yvoire, 2002.
- BELLEI, Sérgio Luiz Prado. *Theory of the novel: Henry James*. Florianópolis: Pós-Graduação em Inglês/UFSC, 1998. (Advance research English Series, 2).
- BINOT, Lucien. *André Baillon, portrait d' une "folie"*: essai. Bruxelles: Le Cri, 2001.
- BLASS, Arno. *Caspar Erich Stemmer*: administração, ciência e tecnologia. Brasília: Paralelo 15/Capes, 2002.
- BRAIT, Beth (org.). *Estudos enunciativos no Brasil*: histórias e perspectivas. Campinas: Pontes/Fapesp, 2001. (2 ex.)
- BRANDÃO, Izabel; ALVES, Ivia (org.). *Retratos à margem*: antologia de escritoras das Alagoas e Bahia (1900-1950). Maceió: Edufal, 2002.
- BROGNIET, Eric. *Autoportrait au Suaire*: poème. Lausanne: L'Age d'Homme, 2001.
- BRUNE, Elisa. *L'Unité de la connaissance*: récit de voyage en terre savante. Bruxelles: G. Gilson, 2002.

- BRUYCKER, Daniel de. *Jātaka de l' arbre: légende d'un bodhishtttva*. Bruxelles: Images d' Yvoires, 2002.
- BUENO, Aparecida de Fátima. *O Poeta no labirinto: a construção do personagem em "O Ano da morte de Ricardo Reis"*. Viçosa (MG): Univ. Federal de Viçosa, 2002.
- CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. *News as social practice: a study in critical discourse analysis*. Florianópolis: Pós-Graduação em Inglês/UFSC, 1997. (Advance research English Series, 1).
- CAMBOIM, José Afonso de Sousa. *Língua húlare língua*. Brasília: Bárbara Bela, 1999. Bolsa Brasília de Produção Literária.
- CAMILO, Wagner. *Drummond: da rosa do povo à rosa das trevas*. São Paulo: Ateliê, 2001. Prêmio ANPOLL 2000 de Literatura.
- CAMPATO JÚNIOR, João Adalberto. *Retórica e literatura: o Alencar polemista nas cartas sobre a Confederação dos Tamoios*. São Paulo: Scortecci, 2003.
- CELS, Jacques. *La Poudrière*; roman. Bruxelles: Luce Wilquin. 2002.
- CHAIRE DE POÉTIQUE. *La Poésie brève*. Bruxelles: Lansman, 2001.
- CLIFF, William. *Adieu patries: poème*. Rocher, 2001.
- CLIFF, William. *La Sainte famille*: roman. Bruxelles: La Table Ronde, 2001.
- CONGRESSO INTERNACIONAL DAS LINGUAGENS; Linguagens e Linguagens, 1, anais. Erechim (RS), URI, 2002.
- COTTON, Stanislas. *Bureau national des allogènes: théâtre*. Bruxelles: Lansman, 2002.
- COTTON, Stanislas. *Le Sourire de Sagamore: théâtre*. Bruxelles: Lansman, 2002.
- COUTINHO, Luiz Edmundo Bouças (Org.). *Arte e artifício: manobras de fim-de-século*. Rio de Janeiro, PPGCL/UFRJ, 2002.
- DANTINNE, Alain. *De consolatione poeticae*. Paris: L'Arbre à Paroles, 2001.
- DASNOY, Albert. *Les Beaux jours du Romantisme belge*. Bruxelles: Le Cri, 2001.
- DÉCIO, João. *Vergílio Ferreira: a ficção e o ensaio*. Blumenau: Edifurb, 2001. (2 ex.).
- DEGHELDERODE, Michel. *Choses et gens de chez nous*. Bruxelles: La Rose Chêne, 2001.
- DEGHELDERODE, Michel. *Le Soleil se couche*. Bruxelles: Labor, 2003.
- DESPRET, Vinciane. *Quand le loup habitera avec l'agneau*. Paris: Les Empêcheurs, 2002.
- DOPAGNE, Jean-Pierre. *Prof!* Bruxelles: Lansman, 2002.
- DUGARDIN, Marc. *Solitiide du choeur*. Bruxelles: Rougerie, s.d.
- DUMONT, Georges-Henri. *Ici et ailleurs*; nouvelles. Bruxelles: Le Cri, 2001.
- DURNEZ, Eric. *La douce-amère: théâtre, comédie avec chansons*. Bruxelles: Lansman, 2001.
- ELSKAMP, Max. *Oeuvres complètes*. Bruxelles: Le Cri, 2001.
- EMMANUEL, François. *La Nuit d'obsidienne: roman*. Bruxelles: E. N., 2002. Lecture de Carmelo Virone.

- ENFIN SEUL 2. Bruxelles: Lansman, 2003.
- ENGEL, Vincent. *Vae victis*. Bruxelles: Le Grand Miroir, 2001.
- ESPINHEIRA FILHO, Ruy. *Tumulto de amor e outros tumultos: criação e arte em Mário de Andrade*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.
- ETIENNE, Françoise. *Journal du voyage au Mali*. Bruxelles: B. Gilson, 2002.
- XÁMENES DE ESPAÑOL PARA EL ACCESO A LAS UNIVERSIDADES BRASILEÑAS: vestibular 2002. Brasília: Consejería de Educación y Ciencia de la Embajada de España, 2002.
- FERREIRA, Letícia Raimundi. *A Lírica dos símbolos em Orides Fontela*. Santa Maria: ASL/Palotti, 2002.
- FORGET, Danielle; OLIVEIRA, Humberto Luiz. L. de. *Imagens do outro: leituras divergentes da alteridade*. Feira de Santana (BA): Uefs, Abecan, 2001.
- FOULON, Roger. *Jean Giono: poète des Hauts-Pays*. Bruxelles: La Renaissance du Livre, 2002.
- FOULON, Roger. *L'Ultime rendez-vous: roman*. Bruxelles: Luce Wilquin, 2001. (2 ex.).
- FUNCK, Susana Bornéo. *Feminist literary utopias*. Florianópolis: Pós-Graduação em Inglês/UFSC, 1998. (Advance research English Series, 3).
- GEENS, Vincent. *Bula Matari: un rêve d'Henri Storck*. Yellow Now, 2000.
- GEVERS, Marie. *Plaisir des parallèles*. Bruxelles: Le Cri, 2002.
- GHELDERODE, Michel de. *Mes statues*. Bruxelles: Le Cri, 2001.
- GIVERT, Yvon. *L'Éphèbe et les femmes nues: nouvelles*. Bruxelles: L'Acanthe, 2001.
- GOFFETTE, Guy. *Maz Elskamp*. Bruxelles: La Renaissance du Livre, 2002.
- GOFFETTE, Guy. *Un Été autour du cou; roman*. Bruxelles: Gallimard, 2001.
- GOFFETTTE, Guy. *Un Manteau de fortune: poèmes*. Bruxelles: Gallimard, 2001.
- GRAEVE, Laurent de. *Je suis un assassin: roman*. Bruxelles: Rocher, 2002. (2 ex.).
- HARPMAN, Jacqueline. *En quarantaine*. Paris: Mille et une Nuits, 2001.
- HARPMAN, Jacqueline. *La Vieille dame et moi*. Bruxelles: Le Grand Miroir, 2001.
- HARPMAN, Jacqueline. *Le Temps ets un rêve*. Bruxelles: Le Grand Miroir, 2002.
- HÉNOUMONT, René. *Les Épines noires; roman*. Bruxelles: Rocher, 2002.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque. *A Contribuição italiana para a formação do Brasil*. Florianópolis: UFSC/NUT/NEIITA, 2002.
- HONS, Gaspard. *Ly's light; poèmes*. Bruxelles: PHI, 2002.
- HORTA, Anderson Braga (sel.). *Poetas do século de ouro espanhol / poetas del siglo de oro español*. Trad. de Anderson Braga Horta. Brasília: Thesaurus/Consejería de Educación y Ciencia de la Embajada de España, 2000.
- IZOARD, Jacques. *Les Girafes du sud: récit*. Bruxelles: La Différence, 2003.

- KLINKENBERG, Jean-Marie. *La Langue et le citoyen*. Paris: PUF, 2001.
- LAMBERSY, Werner. *La Poésie francophone de Belgique: anthologie*. Paris: Le Cherche Midi, 2002.
- LAMBERSY, Werner. *Poèmes du pays simple: La Chine au VIII<sup>e</sup> siècle*. Bruxelles: Renais, 2001.
- LAMBIOTTE, Michel. *Miroirs ou le temps contigu*. Bruxelles: Le Taillis Pré, 2002.
- LEBLANC, Claire. *L'Effort: Cercle d'Art Photographique Belge (1901-1910)*. Bruxelles: La Lettre Volée, 2001.
- LEITE, Joaquim Lacerda (org.). *Poetas da Bahia*. Salvador: Expogeo, 2002. v. 1.
- LERUTH, Lic. *La 4<sup>e</sup> note: roman*. Paris: Gallimard, 2001.
- LES LETTRES BELGES AU PRÉSENT. Bruxelles: Peter Lang, 2003.
- LEYS, Simon. *Protée et autres essais*. Bruxelles: Gallimard, 2001.
- LIMA, Deise Dantas. *Encenações do Brasil rural em Guimarães Rosa*. Niterói: ANPOLL/EDUFF, 2001. (8 ex.).
- LIMA, Dora Maria Macedo Pinheiro de. *Condição humana e condição feminina segundo Maria Judite de Carvalho e Lygia Fagundes Telles*. Lisboa: Fac. de Letras de Lisboa, 2002. Dissertação orient. por Maria Lúcia Lepecki.
- LINZE, Georges. *Les Enfants bombardés*. Bruxelles: Labor, 2002. Lecture de Madeleine Frédéric.
- LIPPERT, Jean-Louis. *Tango tabou de l' Ombu*. Bruxelles: Luce Wilquin, 2002.
- LITTÉRATURES FANTASTIQUES. Bruxelles: Labor, 2003. 2 t.
- LOBO, Luiza (Org.). *A Máquina da leitura: ensaios*. Rio de Janeiro: PPGCL/ UFRJ, 2003.
- LOGIST, Karel. *J'arrive à la mer: poèmes*. Bruxelles: La Différence, 2003.
- LOPES, Paulo Eduardo. *A Desinvenção do som: leituras dialógicas do tropicalismo*. Campinas: ANPOLL/Pontes, 1999. (3 ex.).
- LUDÉ, Albert. *Notes pour une histoire de rupture*. Bruxelles: Marées de la Nuit, 2001.
- MARTÍNEZ-BARTOLOMÉ, Marta Mateo. *La Traducción del humor en español: las comedias inglesas en español*. Oviedo/Univ. de Oviedo, 1995.
- MASSANGE, Catherine. *Bâtir le lendemain*. Bruxelles: Didier Devillez, 2002.
- MERTENS, Pierre. *Le Niveau de la mer: nouvelles*. Bruxelles: Ancrage, 2001.
- MERTENS, Pierre. *Rilke ou l'ange déchiré*. Bruxelles: La Renaissance du Livre, 2001.
- MEURER, José Luiz. *Aspects of language in self-help counselling*. Florianópolis: Pós-Graduação em Inglês/UFSC, 1998. (Advance research English Series, 4).
- MILLION, Alexandre. *La Ligne blanche*. Bruxelles; LucPire, 2001.
- MIRANDA, Wander Melo (Org.). *A Trama do arquivo*. Belo Horizonte: EDUFMG/CEL, 1995.

- MORAES, Marcos Antonio de (Org.). *Mário e o pirotécnico aprendiz: cartas de Mário de Andrade e Murilo Rubião*. Belo Horizonte: EDUFMG/São Paulo:IEB-USP/Giordano, 1995.
- MOREAU, Marcel. *Le Bord de mort*. Bruxelles: L'Éther Vague, 2002.
- MOREAU, Marcel. *Lecture irrationnelle de la vie*. Bruxelles: Complexe, 2001.
- MUIR, François. *Le Mort des commencements: précédé de Dans l' Ignorance des territoires*. Bruxelles: Didier Devillez, 2001.
- NETO, Laurindo. *No cume da montanha*. Salvador: Egba, 2003.
- NIMAL, Françoise. *La Chemineau*; roman. Bruxelles: Luce Wilquin, 2002.
- NORAC, Carl. *Lettres du géant à l'enfant qui passe et autres poèmes*. Bruxelles: Labor, 2002.
- NOTHOMB, Amélie. *Robert des noms propres: roman*. Paris: Albin Michel, 2002.
- NOULLEZ, Lucien. *L'Ouïe fine: poèmes*. Bruxelles: PHI, 2001.
- NYS-MAZURE, Colette. *Secrète présence*. Bruxelles: Desclée de Brower, 2001.
- NYSSSEN, Hubert. *Zeg ou les infortunes de la fiction; sortie*. Québec: Actes Sud, 2002.
- OLIVA, Osmar Pereira. *As Esquinas dos homens*. Montes Claros: EDUNIMONTES, 2003.
- OLIVEIRA, Humberto Luiz L.; SOUZA, Lícia Soares de. *Heterogeneidades: Jorge Amado em diálogo*. Feira de Santana(BA): Uefs, 2000.
- OLIVIERI-GODET, Rita (Dir.). *Figurations identitaires dans les littératures portugaises, brésilienne et africaines de langue portugaise*. Paris: Univ. de Paris 8 et Vincennes Saint Denis, 2002. (Travaux et Documents, 19).
- OTTE, Jean-Pierre. *Le Feu sacré; récits de l'origine du feu*. Paris: Juillard, 2002.
- PASOLD, Bernadete. *Utopia ' Satire in English literature*. Florianópolis: Pós-Graduação em Inglês/UFSC, 1999. (Advance research English Series, 5).
- PEDRAIA JIMÉNEZ, Felipe B. *La Literatura española en los textos siglo XX*. São Paulo: Nerman / Brasília: Consejería de Educación y Ciencia de la Embajada de España, 1991.
- PEETERS, Benoît. *La Transpatagoniène; roman*. Bruxelles: Nouvelles, 2002.
- PEETERS, Benoît. *Omnibus: roman précédé de vingt-cinq ans après*. Paris: Nouvelles, 2001.
- PEETERS, Benoît. *Poussière de voyages*. Paris: Les Impressions Nouvelles, 2001.
- PEREIRA, Marcos Aurélio. *Quintiliano gramático; o papel do mestre de gramática na "Institutio oratoria"*. São Paulo: Humanitas, 2000.
- PEREZ GUTIÉRREZ, José Antonio. *Textos expositivos: aplicaciones didácticas*. Brasília: Embajada de España/Consejería de Educación y Ciencia, 2002.
- PRÉAUX, Alain. *Heinrich Heine (1797-1856)*. Bruxelles: Le Cri, 2001.

- PUTTEMANS, Pierre. *La Constellation du chien*. Bruxelles: Ancre, 2001.
- PUTTEMANS, Pierre. *Tchizes*. Bruxelles: Atelier de l'Agneau, 2001.
- QUEVEDO, Francisco de. *Sonetos de amor e de morte*. Sel. e trad. de Fernando Mendes Viana. Madrid: La Factoría de Ediciones / Brasília: Consejería de Educación y Ciencia de la Embajada de España, 1999.
- QUINT, Anne-Marie (Dir.). *Je vous écris: escrevo-lhe*. Paris: Sorbonne Nouvelle, 2002. Centre de Recherches sur les Pays Lusophones – Crepal.
- REUL, Xavier de. *Les Enfants d' Apollon, roman de moeurs*. Bruxelles: Labor, 2002. Lecture de Sophie Basch.
- RIBEIRO, Carlos. *Caçador de ventos e melancolias: um estudo da lírica nas crônicas de Rubem Braga*. Salvador: Edufba, 2001.
- RINGLET, Gabriel. *Ces chers disparus*. Bruxelles: Labor, 2002.
- RODRIGUEZ, J. Manuel. *Le Technicien R. X.: roman*. Bruxelles: Bernard Gilson, 2002. (2 ex.)
- ROEGIERS, Patrick. *Tripp: roman*. Bruxelles: Seuil, 2002.
- ROJAS GORDILLO, Carmen. *Internet como recurso didáctico para la clase de E/LE*. Brasília: Embajada de España/Consejería de Educación y Ciencia, 2001.
- RUBIM, Linda. *Cinema no vestibular*. Salvador: Facom/Edufba, 2003.
- RUI, Manuel. *Conchas e búzios*. Luanda: Nzila 2003.
- RUI, Manuel. *Maninha; crônicas (cartas optimistas e sentimentais)*. Luanda: Nzila, 2002.
- RUI, Manuel. *Nos brilhos (Kamanga); escritos espontâneos*. Luanda: Nzila 2002.
- SAENEN, Frédéric. *Faire goitre*. Bruxelles: Acanthe, 2001.
- SAMAIN, Pascal. *L'Indicateur des chemins de fer: chroniques*. Bruxelles: Cerisier, 2001.
- SAMPAIO, Maria Lúcia Pinheiro. *O Demoníaco, o caos e o renascimento no teatro de Nelson Rodrigues*. Cascavel (PR): Edunioeste, 2003. (2 ex.).
- SANTOS, Luiz Alberto Brandão; PEREIRA, Maria Antonieta (Org.). *Trocac culturais na América Latina*. Belo Horizonte: POSLIT/FALE/NELAM/ UFMG, 2000.
- SCHMITZ, André. *Dans la prose des jours; poésie 1961-2001*.
- SCHMITZ, André. *Étranglements*. Bruxelles: Le Cormier, 2001.
- SEMINARIO DE DIFICULDADES ESPECÍFICAS DE LA ENSEÑANZA DEL ESPAÑOL A LUSOHABLANTES. Brasília: Consejería de Educación y Ciencia de la Embajada de España, 2000.
- SEMINARIO DE DIFICULDADES ESPECÍFICAS DE LA ENSEÑANZA DEL ESPAÑOL A LUSOHABLANTES. Brasília: Consejería de Educación y Ciencia de la Embajada de España, 2001.
- SEMINÁRIO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO, 2; resumos. Salvador: UFBA/PRPPG, 2002.
- SEMPOUX, André. *Torquato l'ami d'un autre temps: roman*. Bruxelles: Luce Wilquin, 2002.

- SIMENON, Georges. *Quartier nègre*: pièce en trois actes. Bruxelles: Les Amis de Simenon, 2002.
- SIMÕES, Maria de Lourdes Netto et al. *Expressão poética de Valdelice Pinheiro*. Ilhéus (BA), Eduesc, 2002.
- SOARES, Maria Susana Arrosa (Coord.). *A Educação superior no Brasil*. Brasília: Capes, 2002.
- SOUZA JÚNIOR, José Luiz Foureaux de (Org.). *Exercícios de leitura: uma introdução às teorias da recepção*. São Paulo: Scortecci, 2002.
- SWENNEN, René. *Les Trois frères*; roman. Bruxelles: Labor, 2003.
- TANNENBAUM, Nicola. *Founder's cults in Southeast Asia: ancestors, polity and identity*. Connecticut: Yale Univ. Southeast Asia Studies, 2003.
- TEIXEIRA, Elizabeth Reis; DAVIS, Barbara L. Early sound patterns in the speech of two Brazilian portuguese speakers. *Language and Speech*, Austin, v. 45, n. 2, 2002. Separata.
- THIRION, Vieginie. *Zéphira*; les pieds dans la poussière. Bruxelles; Lansman, 2002.
- THORAN, Bosquet de. *Sous la lune aux toits d'ardoise*. Bruxelles: Le Cormier, 2001.
- TOUSSAINT, Jean-Philippe. *Faire l'amour*; roman. Paris: Minuit, 2002.
- TOUSSAINT, Yvon. *Le Manuscrit de la giudecca*: roman. Paris: Fayard, 2001.
- URÉ HELINGER, Maria del Puy Díez de. *Neolohismos, extrangerismos y desambiguadores en español*. Brasília: Embajada de España/Consejería de Educación y Ciencia, 2002.
- VAES, Guy. *Les Stratèges*: roman. Bruxelles: Luce Wilwain, 2002.
- VALLE INCLÁN, Ramón del. *Luces de bohemia / Luzes de boêmia*. Estudo introd., trad. e notas de Joyce Rodrigues Ferraz. Brasília: Embajada de España/Consejería de Educación y Ciencia, 2001.
- VANDROMME, Pol. *Bivouacs d'un hussard*: souvenirs. Paris: La Table Ronde, 2002.
- VELLOSO, Jacques (Org.). *Formação no país ou no exterior? Doutores na pós-graduação de excelência: um estudo na bioquímica, engenharia elétrica, física e química no país*. Brasília: Capes, 2002.
- VERDUSSEN, Robert. *Naïm Khader*: prophète foudroyé du peuple palestinien, biographie. Bruxelles: Le Cri, 2001.
- VERHAEREN, Émile. *De Baudelaire à Mallarmé*. Bruxelles: Complexe, 2002.
- VERHAEREN, Émile. *Poésie complète 3*. Bruxelles: Labor, 2001.
- VERHAEREN, Émile. *Racine et le Classicisme*. Bruxelles: Complexe, 2002. Éd. prés. par Paul Gorceix.
- VERHEGGEN, Jean-Pierre. *Ridiculum vitae*: précédé de Artaud Rimbur. Paris: Gallimard, 2001. Préf. de Marcel Moreau.
- WILLEMS, Paul. *L'Enchanteur*. Bruxelles: BFL, 2002.
- WILLEMS, Sandrine. *Chardrin et le lièvre*. Paris: Nouvelles, 2001.

- WILLEMS, Sandrine. *L'Homme et les loups*. Paris: Nouvelles, 2001.
- WILLEMS, Sandrine. *Nietzsche et les oiseaux*. Paris: Nouvelles, 2002.
- WOUTERS, Liliane. *Changer d'écorce; poésie 1950-2000*. Bruxelles: Renaissance du Livre, 2001.
- ZAPPARTOLI, Zilda Maria; CAMLONG, André. *Do léxico ao discurso pela informática*. São Paulo: Edunesp, Fapesp, 2002.
- ZOZZOLI, Rita Maria Diniz (Org.). *Ler e produzir: discurso, texto e formação do sujeito leitor/produtor*. Maceió: Edufal, 2002.

## 2 CD-ROM

- ANPOLL. *Síntese 2*. Porto Alegre: ANPOLL/UFRGS, 2002.
- ASSUMPTÃO, Solange Rodrigues Bonomo. *O Jogo da pontuação: a construção do sentido na tessitura da escrita*. Belo Horizonte: UFMG/POSLIN, 2001. Dissertação de mestrado orient. por Marco Antônio de Oliveira.
- REVISTA *PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO 1945-1957: catálogo e texto*. Porto Alegre: PUCRS/CNPq/FAPERGS, s.d.
- SEMINÁRIO NACIONAL MULHER & LITERATURA, 9; anais. Belo Horizonte: UFMG/FALE/CEL/NEIA, 2001.

## 3 Revistas

- AILA; Review, Belo Horizonte, n. 15, 2001.
- ALFA; Revista de Lingüística, São Paulo, v. 44, 2000.
- ALFA; Revista de Lingüística, São Paulo, n. 46, 2002.
- ALTERNATIVES THÉÂTRALES; Jean Louvet, Bruxelles, n. 69, juil. 2001.
- ALTERNATIVES THÉÂTRALES; Modernité de Maeterlinck, Bruxelles, n. 73-4, 2002.
- ANUARIO BRASILENO DE ESTUDIOS HISPÁNICOS, São Paulo, v. 8, 1998.
- ANUARIO BRASILENO DE ESTUDIOS HISPÁNICOS, São Paulo, v. 8, supl., 1998.
- ANUARIO BRASILENO DE ESTUDIOS HISPÁNICOS, São Paulo, v. 11, 2001.
- ANUARIO DE ESTUDIOS FILOLÓGICOS, Cáceres, v. 25, 2002.
- AO PÉ DA LETRA; Revista dos Alunos de Graduação em Letras, Recife, v. 3, n. 1, jul. 2001.
- AO PÉ DA LETRA; Revista dos Alunos de Graduação em Letras, Recife, v. 4, n. 1, jul. 2002.
- CADERNO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, Campinas, n. 40, jan.-jun. 2001.
- CADERNO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, Campinas, n. 42, jan.-jun. 2002.
- "História das Idéias Lingüísticas".

- CADERNO UNIABC DE LETRAS, Santo André, ano. 4, n. 24, 2002;
- CADERNOS DE TRADUÇÃO, Florianópolis, n. 7, 2001.
- CAHIERS SIMENON, Bruxelles, v. 15, 2001. Sous les feux de la critique.
- CERRADOS; Revista do Curso de Pós-Graduação em Literatura, Brasília, ano 9, n. 10, 2000.
- CERRADOS; Revista do Curso de Pós-Graduação em Literatura, Brasília, ano 11, n. 12, 2002.
- COLEÇÃO ENSAIOS, Santa Maria, n. 5, dez. 2002. "Bakhtin, diálogos inconclusos". (2ex.).
- COLLECTIF; Aux Pays du Fleuve et des Grands Lacs, Chocs et Rencontres des Cultures, Bruxelles, t. 1, n. 3, 2000.
- COMUNICAÇÃO & POLÍTICA; Pela Integração Latino-Americana, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, nova série, jan.-abr. 2002.
- COMUNICAÇÃO & POLÍTICA; Pela Integração Latino-Americana, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, maio-ago. 2002.
- COMUNICAÇÃO & POLÍTICA; Pela Integração Latino-Americana, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, set.-dez. 2002.
- COMUNICAÇÃO & POLÍTICA; Pela Integração Latino-Americana, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, nova série, jan.-abr. 2003.
- CRONOS; Revista de História, Pedro Leopoldo (MG), n. 5, jun. 2002.
- D' ESCOLA; Movimento Psicanalítico, Vitória, v. 3, n. 2, jun. 2002.
- ECCOS; Revista Científica, São Paulo, v. 4, n. 1, jun. 2002.
- ESBOÇO, Ribeirão Preto, n. 9, 2002.
- ESBOÇO, Ribeirão Preto, n. 10, 2002.
- ESBOÇO, Ribeirão Preto, n. 11, 3. trim. 2002.
- ESBOÇO, Ribeirão Preto, n. 12, 4. trim., 2002.
- ESBOÇO, Ribeirão Preto, n. 13, 1. trim. 2003.
- ESBOÇO, Ribeirão Preto, n. 9, 2002.
- ESTUDOS DE LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA, Brasília, n. 17, jan.-fev. 2002. "Literatura e jornalismo".
- ESTUDOS DE LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA, Brasília, n. 18-19, mar.-jun. 2002.
- ESTUDOS DE LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA, Brasília, n. 21, jan.-jun. 2003.
- ESTUDOS PORTUGUESES E AFRICANOS, Campinas, n. 39, 1. sem. 2002, jan.-jun. 2002
- FILOLOGIA E LINGÜÍSTICA PORTUGUESA, São Paulo, n. 4, 2001.
- FILOLOGIA E LINGÜÍSTICA PORTUGUESA, São Paulo, n. 5, 2002.
- FOCO; Revista do Curso de Letras, Ribeirão Preto, ano 5, . 6, 2002.
- FÓRUM LINGÜÍSTICO, Florianópolis, v. 2, n. 1, out. 2000. (2 ex.).
- FRAGMENTA, Curitiba, n. 17, 2000.
- FRAGMENTOS, Florianópolis, v. 18, jan-jun. 2000.

- FRAGMENTOS, Florianópolis, v. 19, jul-dez. 2000.
- FRAGMENTUM, Santa Maria, n. 1, 2001.
- FRAGMENTUM, Santa Maria, n. 4, 2002.
- GRAGOATÁ; Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras, Niterói, n. 8, 1. sem. 2000.
- GRAGOATÁ; Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras, Niterói, n. 9, 2. sem. 2000.
- HERMENÊUTICA, Revista do Centro de Pesquisa de Literatura Bíblica, Cachoeira (BA), v.1, 2001.
- HUMBOLDT, Bonn, ano 45, n. 86, 2003.
- INTERFACES BRASIL;CANADÁ; Revista da Abecan, v. 1, n. 2, 2002.
- IPAC-BA; Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, Salvador, v. 7, 2002.
- IPOTESI, Revista de Estudos Literários, Juiz de Fora, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2000.
- IPOTESI, Revista de Estudos Literários, Juiz de Fora, v. 4, n. 2, jul.-dez. 2000.
- IPOTESI, Revista de Estudos Literários, Juiz de Fora, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2001. (2 ex.).
- IPOTESI, Revista de Estudos Literários, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2002. (2 ex.).
- IPOTESI, Revista de Estudos Literários, Juiz de Fora, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2002.
- KULTURCHRONIK, Bonn, n. 2, 2003.
- LEITURA; Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, Maceió, n. 23, jan.-jun. 1999. (3 ex.)
- LEITURA; Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, Maceió, n. 24, jul.-dez. 1999. (2 ex.).
- LEITURA; Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, Maceió, n. 25, jan.-jun. 2000.
- LETRAS E LETRAS; Revista do Instituto de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, v. 17, n. 1-2, jan.-dez. 2001.
- LIAMES; Línguas Indígenas Americanas, Porto Alegre, n. 2, 2002.
- LINGUAGEM E ENSINO; Revista do Curso de Mestrado em Letras, Pelotas, v. 5, n. 1, jan. 2002.
- LINGUAGEM & ENSINO; Revista do Curso de Mestrado em Letras, Pelotas, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2003.
- LINGUAGEM EM (DIS)CURSO, Tubarão, v. 3, n. 2, jan.-jun. 2003.
- LUMEN; Revista de Estudos e Comunicações, São Paulo, v. 8, n. 17, jan.-abr. 2002.
- LUMEN; Revista de Estudos e Comunicações, São Paulo, v. 8, n.18, maio-ago. 2002.
- LUMEN; Revista de Estudos e Comunicações, São Paulo, v. 8, n. 19, set.-dez. 2002.
- LUMEN; Revista de Estudos e Comunicações, São Paulo, v. 9, n. 20, jan.-abr. 2002.

- MADRIGAL; Revista de Estudios Gallegos, Madrid, v. 5, 2002.
- MAIÊUTICA; Revista de Filosofia, Salvador, v.1, n. 1, jan.-jun. 2002.
- MARGENS/MÁRGENES; Revista de Cultura, Belo Horizonte, n. 2, dez. 2002.
- MELL; Mostragem de Estudos Lingüísticos e Literários, Palmas (TO), n. 2, jul. 2002.
- MOARA; Estudos Lingüísticos, Belém, n. 15, jan.-jun. 2001.
- O & S; Organização e Sociedade, Salvador, v. 7, n. 18, maio-ago. 2000.
- O & S; Organização e Sociedade, Salvador, v. 9, n. 23, jan.-abr. 2002.
- O & S; Organização e Sociedade, Salvador, v. 9, n. 24, maio-ago. 2002.
- O & S; Organização e Sociedade, Salvador, v. 9, n. 25, set.-dez. 2002.
- ORGANON, v. 15, n. 30-1, 2001.
- PALAVRA, Rio de Janeiro, n. 9, 2002.
- PLURAL; Revista do Curso de Pós-Graduação em Sociologia, São Paulo, n. 9, 2. sem. 2002.
- POLÍTICA EXTERIOR, Madrid, v. 16, n. 85, jan.-fev. 2002.
- PRÉ-TEXTOS PARA DISCUSSÃO, Salvador, ano 6, v. 6, n. 11, jul.-dez. 2001.
- PRÉ-TEXTOS PARA DISCUSSÃO, Salvador, ano 7, n. 12, 2002. (2 ex.).
- PRIMEIROS PASSOS, Ribeirão Preto, ano 2, n. 5, 2002.
- PRIMEIROS PASSOS, Ribeirão Preto, ano 2, n. 6, 4. trim. 2002.
- PRIMEIROS PASSOS, Ribeirão Preto, ano 3, n. 7, 1. trim. 2003.
- QVINTO IMPÉRIO, Revista de Cultura e Literaturas de Língua Portuguesa, Salvador, n. 15, v. 1, 2. sem. 2001.
- QVINTO IMPÉRIO, Revista de Cultura e Literaturas de Língua Portuguesa, Salvador, n. 16, v. 1, 1. sem. 2002.
- QVINTO IMPÉRIO, Revista de Cultura e Literaturas de Língua Portuguesa, Salvador, n. 17, v. 2, 2. sem. 2002.
- QVINTO IMPÉRIO, Revista de Cultura e Literaturas de Língua Portuguesa, Salvador, n. 18, v. 1, 1. sem. 2003.
- REMATE DE MALES; Revista do Departamento de Teoria Literária, Campinas, n. 22, 2002.
- REMATE DE MALES; Revista do Departamento de Teoria Literária, Campinas, n. 21, 2001.
- REVISTA BRASILEIRA DE LITERATURA COMPARADA, Belo Horizonte, n. 6, 2002.
- REVISTA DA ACADEMIA DE LETRAS DA BAHIA, Salvador, n. 45, jul. 2002.
- REVISTA DA ANPOLL, São Paulo, n. 13, jul.-dez. 2002.
- REVISTA DE CIÊNCIAS MÉDICAS E BIOLÓGICAS, Salvador, v. 1, n. 1, nov. 2002.
- REVISTA DE CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO E ARTES DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DON DOMÊNICO, Guarujá, v. 2, n. 1, jan.-jul. 2002.

- REVISTA DE CULTURA IMAE, São Paulo, ano 2, v. 2; n. 5, out.-dez. 2001; a. 2, n. 6-7, jan.-jun. 2002.
- REVISTA DE FILOLOGÍA ROMÁNICA, Madrid, v. 18, 2001.
- REVISTA DE LETRAS, Curitiba, v. 58, 2000.
- REVISTA DE LETRAS, Fortaleza, n. 21, v. 1-2, jan.-dez. 1999.
- REVISTA DE LETRAS, Fortaleza, n. 22, v. 1-2, jan.-dez. 2000.
- REVISTA DE LETRAS, Fortaleza, n. 23, v. 1-2, jan.-dez. 2001.
- REVISTA DE LETRAS, São Paulo, v. 41-42, 2001-2002.
- REVISTA DE LETRAS, São Paulo, v. 43, n. 1, jan.-jun. 2003.
- REVISTA DESEMPENHO; Revista dos Mestrados em Lingüística Aplicada, Brasília, n. 1, nov. 2002.
- REVISTA DESEMPENHO; Revista dos Mestrados em Lingüística Aplicada, Brasília, ano 2, n. 2, nov. 2003.
- REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS PORTUGUESES, Belo Horizonte, v. 21, n. 28-9, jan.-dez. 2001.
- REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS PORTUGUESES, Belo Horizonte, v. 22, n. 30, jan.-jun. 2002.
- REVISTA DO GELNE, Fortaleza, ano 1, n. 1, 1999.
- REVISTA DO GELNE, Fortaleza, ano 1, n. 2, 1999.
- REVISTA DO GELNE, Fortaleza, v. 2, n. 1, 2000.
- REVISTA DO GELNE, Fortaleza, v. 2, n. 2, 2000. (2 ex.)
- REVISTA FACEL, Curitiba, v. 1, n. 1, abr. 2003.
- REVISTA LETRAS, Curitiba, n. 57, jan.-jun. 2002.
- REVUE ARCHIPEL, Bruxelles, v. 19, 2002.
- SEMEAR; Revista da Cátedra Padre António Vieira de Estudos Portugueses, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1997.
- SEMEAR; Revista da Cátedra Padre António Vieira de Estudos Portugueses, Rio de Janeiro, n. 2, 1998.
- SEMEAR; Revista da Cátedra Padre António Vieira de Estudos Portugueses, Rio de Janeiro, n. 3, 1999.
- SEMEAR; Revista da Cátedra Padre António Vieira de Estudos Portugueses, Rio de Janeiro, n. 5, 2001.
- SEPA; Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, Salvador, ano 6, n. 6, 2002.
- SIGNUM; Estudos da Linguagem, Londrina, ano 3, n. 3, jan.-jun. 2002.
- SÍNTESES; Revista dos Cursos de Pós-Graduação, Campinas, n. esp., 2002.
- SÍNTESES; Revista dos Cursos de Pós-Graduação, Campinas, v. 7, 2002.
- TEMA; Revista das Faculdades Integradas Teresa Martin, Pinheiros (SP), n. 40, jan.-jun. 2002.
- TEMPO SOCIAL; Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 14, n. 1, maio 2002.
- TERCEIRA MARGEM; Revista da Pós-Graduação em Letras, Rio de Janeiro, ano 6, n. 7, 2002.

TERCEIRA MARGEM; Revista da Pós-Graduação em Letras, Rio de Janeiro, ano 7, n. 8, 2003.

TRABALHOS EM LINGÜÍSTICA APLICADA, Campinas, n. 41, jan.-jun. 2003.

UNIVERSIDADE XXI, Brasília, ano 1, n. 1, ago. 2003.

VERBA; Anuario Galego de Filoloxia, Santiago de Compostela, v. 29, 2002.

VEREDAS; Revista de Estudos Lingüísticos, Juiz de Fora, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2001. (2ex.)

VERITATI, Revista da UCSal, Salvador, ano 1, n. 1, nov. 2001.

VERITATI, Revista da UCSal, Salvador, ano 2, n. 2, jul. 2002. (2 ex.)

VERITATI, Revista da UCSal, Salvador, ano 2, n. 3, ago. 2003.

VIA ATLÂNTICA, São Paulo, n. 5, 2002.

VÍNCULO; Revista de Letras da Unimontes, Montes Claros, v. 3, n. 1, abr. 2002.

VÍNCULO; Revista de Letras da Unimontes, Montes Claros, v. 3, n. 1, abr. 2002.

WORKING PAPERS EM LINGÜÍSTICA, Florianópolis, n. 5, 2001.



## Normas de apresentação de trabalhos

1. *Estudos Lingüísticos e Literários*, periódico publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal da Bahia, aceita originais de artigos e de resenhas na área dos estudos lingüísticos, literários e culturais.
2. O Conselho Editorial emitirá pareceres a propósito dos trabalhos apresentados, podendo recusá-los.
3. Os artigos não poderão ter mais de 25 páginas e as resenhas, 8. Os textos devem ser apresentados em duas cópias impressas (papel A4, 210 x 297mm) e em disquete, digitados no programa WORD FOR WINDOWS (7.0 ou 6.0) em fonte *Times New Roman*, espaço simples, corpo 12, com a seguinte formatação:
  - Título e subtítulos em **negrito**;
  - Margens de 3cm;
  - Citações recuadas em 2cm, em corpo 12;
  - Títulos dentro do texto e destaques em *itálico*;
  - Ilustração do fato analisado em **negrito**.
4. Remissões bibliográficas no texto em duas maneiras (de acordo com a especificação exigida pelo texto), com remissões em nota de rodapé (NB 896) ou pelo sistema autor-data (NB 896).
5. Indicação bibliográfica nas notas de rodapé iniciada pelo nome do autor, seguido do sobrenome.
6. Uso de numeração progressiva na subdivisão dos capítulos, quando necessário (NBR 6024).
7. Referências bibliográficas ao final do texto, segundo a NBR 6023, com as atualizações necessárias:
  - Repetição do nome do autor (não usar traço);
  - No sistema AUTOR-DATA, a data deve vir logo após o nome do autor.
8. Ilustrações em preto-e-branco, que permitam boa reprodução, identificadas.
9. Resumo em português antecedendo o texto e em inglês ou francês depois do texto.
10. Identificação do autor após o título, em **negrito**, à direita, seguido, na linha seguinte, da instituição de origem, por extenso.
11. Os colaboradores têm direito a dois exemplares da revista.
12. Os trabalhos não aprovados não serão devolvidos.